

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**A ARQUITECTURA DE PODERES DE TEBAS NO
SÉCULO IV a.C.:
DE PLATEIAS A LEUCTROS**

TIAGO ANDRÉ DE OLIVEIRA ALVES

Dissertação

Mestrado em História

História Antiga

2014

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**A ARQUITECTURA DE PODERES DE TEBAS NO
SÉCULO IV a.C.:
DE PLATEIAS A LEUCTROS**

TIAGO ANDRÉ DE OLIVEIRA ALVES

Dissertação orientada por
Prof. Dr. Nuno Simões Rodrigues

Mestrado em História

História Antiga

2014

Para os meus pais e irmã

A Arquitectura de poderes de Tebas no século IV: de Plateias a Leuctros

Resumo

Palavras-chave: Tebas; Século IV a.C.; Simaquia dos Beócios; *Synteleia* tebana; Cultura Política

A história política da *polis* tebana do século IV a.C. tem sido geralmente retratada pela historiografia em contexto integrado às duas potências hegemónicas do sul da península balcânica: Atenas e Esparta. Esta perspectiva é, todavia, redondamente redutora e demasiado simplista para se compreender a extensão político-estratégica real de Tebas no cenário helénico. O presente estudo surge, portanto, com o desígnio de corrigir essa lacuna, estabelecendo uma análise singular do percurso da cidade de Cadmo através da óptica tebana. Posto este princípio, e tendo em conta os cerca de 50 anos que se propõem abordar, três objectivos tomam forma. Em primeiro lugar, identificar as dinâmicas político-sociais internas, os agentes de poder e as principais facções tebanas, assim como, as directrizes de cada um destes grupos, quer no plano local, quer regional. A este objectivo articula-se, aliás, ao segundo que visa descortinar a orgânica política e a posição de Tebas no quadro regional beócio, ajustado ao *patrios boiotia*. Por último, compreender as relações diplomáticas entre a Cadmeia e o restante mundo grego, em particular com a Pnix e o Eurotas.

Abstract

Keywords: Thebes; Fourth Century B.C.; Boeotian League; Theban *Synteleia*; Political Culture

The political history of Thebes in the fourth century BC has been generally portrayed by the historiography as integrated into the two hegemonic powers of the southern Balkan Peninsula: Athens and Sparta. This outlook is, however, sadly reductive and far too simplistic in order to understand the real political-strategic extension of Thebes in Greece. The present study, therefore, arises with the ambition of rectifying this gap, stablishing a singular path analysis of the city of Cadmus through a theban perception. Placed this principle, and considering the approximately 50 years in study, three goals take shape. In the first place, identify the internal politics and social dynamics, the agents of power and the main political factions, as well the strategies of each of these groups, either at a local or regional ground. To this, is articulated the second goal which aims to unveil the political organic and position of Thebes in Boeotia background, adjusted to *patrios boiotia*. The last aim is dedicated to a comprehension of the diplomatic relations between Cadmeia and the rest of the Greek world, in particular, with Pnyx and Eurotas.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Tebas e a Guerra do Peloponeso.....	6
1.1 Entre a paz e a guerra – a «Paz de Nícias».....	6
1.1.1 A «questão plateense» - fonte do poder de Tebas na simaquia dos Beócios... 7	
1.1.2 Panacto	13
1.2 A actuação da diplomacia tebana num período de definições.....	13
1.2.1. Incidentes na partida da expedição sícula.....	14
1.2.2 Alcibíades	16
1.3 A guerra na Sicília	17
1.4 A navarquia egeia e a Guerra de Deceleia.....	18
1.4.1 O fortificado de Deceleia.....	21
1.4.2 A ascensão de Tebas em articulação com Deceleia	26
Capítulo 2 – O despertar do século IV	29
2.1 A rendição ateniense: um golpe na diplomacia tebana.....	29
2.2 O gradual afastamento tebano da política lacedemónica.....	33
2.2.1 A <i>stasis</i> ateniense – análise de problemáticas	34
2.2.2 A campanha peloponésica na Élide – análise e problemáticas.....	38
2.2.3 Áulis, bastião de jogos de poder	40
2.2.4 As causas da eclosão da Guerra Beócia.....	42
2.3 A Guerra Beócia	45
2.3.1 A aliança ático-beócia	48
2.3.2 Orcómeno	49
2.3.3 A batalha de Haliarto.....	50
Capítulo 3 – Da Guerra de Corinto até à Paz de Antálcidas.....	53
3.1. Operações preliminares da Guerra de Corinto	53
3.1.1 A batalha de Némea.....	55

3.1.2 Batalha de Coroneia.....	57
3.2 A Guerra de Corinto	60
3.2.1 Tebas e a Grande Aliança: guerra e diplomacia	61
3.2.2 Negociações de paz em 392/391	62
3.2.3 A <i>stasis</i> coríntia e nova tentativa de aproximação diplomática.....	64
3.2.4 Lequeu e o Golfo Coríntio.....	65
3.2.5 A Guerra de Corinto: 389-387/386.....	69
3.4 A paz de Antálcidas (387)	72
Capítulo 4 – Tebas da pós-Paz de Antálcidas	76
4.1 Os efeitos da Paz e o «novo» papel de Esparta	76
4.2 O cenário político da Beócia e de Tebas em 386	77
4.2.1 A aliança tebano-lacónica.....	78
4.2.2 A geografia política da Beócia e o impacte da <i>autonomia</i> em Tebas.....	80
4.2.3 O jogo de alianças entre Olinto, Atenas e Tebas	82
4.3 A tomada da Cadmeia.....	86
4.3.1 O julgamento de Isménias	90
4.3.2 <i>Dynasteia</i> tebana.....	91
4.4 A conspiração de 379	94
Capítulo 5 – O despertar de Tebas.....	98
5.1 A «alvorada» tebana	98
5.1.1 Problemáticas em torno da embaixada tebana.....	102
5.1.2 A expedição de Cleômbroto	105
5.2 A Configuração geopolítica da <i>polis</i> tebana.....	107
5.2.1 O Batalhão Sagrado e as reformas do aparelho militar	109
5.2.2 O redesenhar de alianças – o Sinédrio Comum.....	113
5.3 A cidade de Cadmo e o Sinédrio Comum	115
5.3.1 Operações militares na <i>polis</i> tebana (378).....	117

5.3.2 Operações militares na <i>polis</i> tebana (377).....	120
Capítulo 6 – Na rota de Leuctros.....	123
6.1 O desenhar da política de alianças.....	123
6.2 A redefinição da Beócia	125
6.2.1 A batalha de Tégiras	128
6.3 Tebas e a Paz de 375.....	130
6.4 A consolidação do espaço beócio.....	134
6.4.1 Orcómeno – o último passo de Tebas na Beócia.....	137
6.4.2 Os sinais e sintomas de ruptura no eixo tebano-ático.....	138
6.5 A Paz de Cálias – 371.....	139
6.6 Leuctros – o berço da hegemonia tebana.....	143
Conclusão	151
Fontes	154
Bibliografia seleccionada	157

Lista de Abreviaturas

Andoc.	Andócides
Aristot.	Aristóteles
<i>Const. Ath.</i>	<i>Constituição dos Atenienses</i>
D.S.	Diodoro Sículo
[Dem.]	Pseudo-Demóstenes
Din.	Dinarco
Hdt.	Heródoto
<i>Hell. Oxy.</i>	<i>Hellenica Oxyrhynchia</i>
Isoc.	Isócrates
Lic.	Licurgo
Nep.	Cornélio Nepos
<i>Cha.</i>	<i>Vida de Cábrias</i>
<i>Epam.</i>	<i>Vida de Epaminondas</i>
<i>Pel.</i>	<i>Vida de Pelópidas</i>
<i>Tim.</i>	<i>Vida de Timóteo</i>
Paus.	Pausânias
Plat.	Platão
<i>Rep.</i>	<i>A República</i>
<i>Symp.</i>	<i>Banquete</i>
Plut.	Plutarco
<i>Ages.</i>	<i>Vida de Agesilau</i>
<i>Alc.</i>	<i>Vida de Alcibíades</i>
<i>Lys.</i>	<i>Vida de Lisandro</i>
<i>Mor.</i>	<i>Moralia</i>
<i>Pel.</i>	<i>Vida de Pelópidas</i>
Plb.	Políbio
Tuc.	Tucídides
Xen.	Xenofonte
<i>Ages.</i>	<i>Agesilau</i>
<i>Hell.</i>	<i>Helénicas</i>
<i>Symp.</i>	<i>Banquete</i>

Introdução

As digressões historiográficas em torno da história política e militar da *polis* tebana da primeira metade do século IV a.C. têm sido insatisfatoriamente breves. Na verdade, poucos são os tópicos que se evidenciam sobre esta temática, exceptuando o brilhantismo estratégico de Epaminondas na batalha de Leuctros (371 a.C.) e, naturalmente, o período da efémera hegemonia tebana no cenário helénico (371 a.C. – 361 a.C.). Estes eventos retratam, contudo, um eco escasso do percurso histórico de Tebas, descorando a sua ascensão a potência helénica e a complexa natureza política da esfera gravitacional beócia. Em outras circunstâncias, a alusão à cidade de Cadmo em estudos contemporâneos surge, geralmente, contextualizada e em colagem aos dois agentes tradicionais no xadrez político helénico, ou seja, as *poleis* dos Atenenses e Lacedemónios. A premissa é, em todo o caso, legítima. As fontes clássicas que se reportam a acontecimentos políticos incidem, sobretudo, na condução dos jogos de poder, monopolizado pelos dois rivais. Como tal, têm viabilizado aos classicistas uma melhor compreensão de Atenas e de Esparta, quer num prisma particular, quer na gestão das respectivas simaquias.

Por outro lado, há um enorme estigma sobre o século IV a.C. helénico que se infiltrou na historiografia. Segundo H. D. Kitto, «a História política da Grécia durante este século é confusa, aborrecida e depressiva»¹. A interpretação do historiador é fundamentada no constante clima de guerra “endémico”, pelo “empobrecimento” cultural e, acima de tudo, por gizar o declínio do modo de vida dos Helenos – a *polis*. Ainda que, a partir de meados do século XX, a quarta centúria grega se tenha tornado objecto de maior preocupação por parte dos estudiosos, a verdade é que a cisão no interior da Época Clássica grega continua vincada. Se por um lado, o século V a.C. tem sido largamente estudado, por outro, o desbravamento do século IV a.C. é relativamente recente e as problemáticas que encerra estão ainda por ser exploradas e debatidas.

¹ Vide Kitto (1990) 253.

Podemos, deste modo, concluir que existem à partida sérias restrições que impossibilitam uma abordagem clara a outros nichos políticos, além de Atenas e Esparta, e ao catalogado «século da guerra».

A presente dissertação surge, no entanto, com o intuito de quebrar essas barreiras, reanimar e encetar questões estruturais, de modo a permeabilizar a evolução histórica da cidade de Cadmo no século IV a.C.. O objecto de estudo que aqui se delinea não assenta, porém, na reflexão dos dez anos de hegemonia tebana, fundada nos campos de Leuctros, mas nos procedentes que cultivaram o pilares dessa soberania na região beócia e na Hélade. Em acordo aos objectivos que se propõem, a cronologia estende-se desde as indecisões da Paz de 421 a.C., denominada de «Paz de Nícias», até à derradeira campanha de Leuctros. Esta delimitação temporal assume, decerto, alguma plasticidade e as razões não são, de todo, inócuas. A proposta pretende articular vários pontos nucleares, nomeadamente, o ónus que a Guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.) conferiu aos Tebanos, a construção e sistematização do dispositivo político da Cadmeia, alargado à plataforma beócia – simaquia dos Beócios – e a tentativa de se traçar o perfil e um quadro coerente das linhas político-estratégicas da *polis* tebana (internas e externas). Tendo em conta a temática a examinar e a periodização que a envolve, as metas que se materializaram para a elaboração da tese eram, sem dúvida, ambiciosas. Todavia, não isentas de dificuldades analíticas.

O levantamento de fontes foi, evidentemente, o primeiro passo efectuado. Os relatos dos autores clássicos constituem, aliás, a espinha dorsal deste estudo e o ponto de partida para a decomposição das problemáticas que serão aqui abordadas, com a transcrição de passos de algumas fontes no corpo textual. Não obstante, o seu manuseamento apresenta óbvias limitações: Tebas surge desfasado dos átrios de poder, um mero actor secundário no enredo helénico, entrelaçado nos destinos de Esparta ou de Atenas, até praticamente aos finais da década de 70 do século IV a.C.. Além disso, as fontes consultadas apresentam duas tendências que se sobrepõem. Por exemplo, a leitura e análise da obra *Helénicas*, de Xenofonte, cujo testemunho irá perfilar com frequência nas páginas deste estudo, suscitam dificuldades acrescidas. A exposição do cireneu está efectivamente comprometida pelo viés anti-tebano, pelos inúmeros silêncios intencionais que obscurecem alguns tópicos prementes e pela caracterização do processo histórico helénico do ponto de vista do Peloponeso. Cawkwell, que é um crítico obstinado de Xenofonte, afirma: «“He called his work *Hellenicas*, but it would

be more properly, at any rate after 2.3.10, have been entitled Peloponnesiaca”»². O comentário tecido pelo historiador não é injustificado. Porém, Xenofonte era, incontornavelmente, um homem do seu tempo e é através dos setes livros que compõem as *Helénicas* (seis dos quais aqui examinados) que observa-mos as transformações sociopolíticas que operaram na Península Balcânica do pós-Guerra do Peloponeso.

No reverso da moeda encontram-se obras de outros autores clássicos, associados à romanidade, cujas narrativas são providenciais para a confrontação de dados e para colmatar eventuais défices de informação nas *Helénicas*. Tratando-se de autoridades tardias, a leitura destes acervos obriga, no entanto, a um exame cauteloso, pois resultam da antologia de antigos relatos heterogéneos. É o caso da *Biblioteca Universal* de Diodoro Sículo, cujas informações que relatam os eventos do século IV a.C. provêm da tradição de Éforo (livros XIV e XV). Apesar de se assumir como uma fonte “principal” para o presente ensaio, a composição da obra do historiador sículo não assenta em uma metodologia científica e apresenta dificuldades de ordem cronológica, caindo, por vezes, na “repetição” de incidentes³. Outro autor frequentemente referenciado nestas páginas é Plutarco. As *Vidas* de *Lisandro*, *Agésilau* e *Pelópidas* foram, aliás, fundamentais para preencher alguns silêncios de Xenofonte, assim como *De Genio Socratis*, narrativa que incorpora a *Moralia* e que nos aproxima, de forma «romanceada», dos acontecimentos da «Libertação da Cadmeia», em 379 a.C.. Analisados em menor escala, mas não menos significativos, foram Pausânias, com a sua *Descrição da Grécia*, em particular o livro IX, referente à Beócia, Cornélio Nepos, também com uma vasta obra biográfica, homónima à de Plutarco (*Vidas Paralelas*), ou Políbio. Alguns relatos de oradores atenienses foram também tidos em conta para informações adicionais e de enquadramento, nomeadamente a *Plataicus* de Isócrates.

Das fontes recolhidas convém ainda mencionar Tucídides e os *Hellenica Oxyrhynchia*. O primeiro, autor da *História da Guerra do Peloponeso*, é sobejamente conhecido pelos classicistas e, como tal, será dispensável uma nota introdutória. Já os *Hellenica Oxyrhynchia* merecem maior consideração e reflexão quanto ao seu conteúdo. Esta obra é, aliás, um dos pilares desta investigação, a chave para se compreender a natureza e a disposição do organismo político da simaquia dos Beócios, que ocupará parte do capítulo preambular da tese. De autoria desconhecida, os *oxyrhynchus papyri* são, como o nome indica, um conjunto de papiros – a maior parte em elevado estado de

² Vide Cawkwell (1972) 257.

³ Vide Buck (1994) 103.

decomposição – achados em Oxirrincó, no Egipto. Em termos comparativos e para melhor expressar a sua dimensão, McKechnie e Kern comparam os *Hellenica Oxyrhynchia* ao tratado aristotélico – a *Constituição dos Atenenses*⁴, divulgado em condições semelhantes. Divididos em três *corpus* documentais – Cairo, Florença e Londres; o que arrogou principal relevo para o presente estudo foi o de «Londres». Com efeito, a informação contida neste fragmento permitiu descortinar a realidade política e social da Beócia, com um trecho que se poderia denominar a «Constituição dos Beócios», desconhecida até à data. A sua descoberta nos princípios do século XX, mais propriamente em 1906, gerou tal onda de entusiasmo dentro da comunidade científica que o tema foi exaustivamente perscrutado por classicistas e filólogos, nas décadas de 1910 e 1920. Mas o que torna os *Hellenica Oxyrhynchia* uma obra de relevo para quem se debruça sobre o século IV a.C. helénico é, precisamente, os seus paralelismos com as *Hellenicas*. À semelhança de Xenofonte, o autor dos *oxyrhynchus papyri* começa a sua narração em 411 a.C., ano em que Tucídides fecha a sua *História da Guerra do Peloponeso*. Porém, os *Hellenica Oxyrhynchia* facultam outros pormenores precisos sobre os acontecimentos e que as *Hellenicas* omitem. Mas, se até ao início do século XX Xenofonte ocupava o lugar cativo de «primogénito» ao trabalho de Tucídides, desde dos achados em Oxirrincó que esse papel se inverteu. A forma estilística e a metodologia impressa nos *oxyrhynchus papyri* parecem colocar o seu autor no patamar de herdeiro natural de Tucídides. Contudo, devido às intempéries do tempo, os *Hellenica Oxyrhynchia* expõem apenas um conhecimento residual, mas fulcral, do cenário político helénico na viragem do século V a.C. para o século IV a.C.

Quanto à bibliografia selectada, o livro de Robert Buck (*Boiotia and the Boiotian League, 432-371 B.C.*) e a dissertação de doutoramento de Hack, intitulada de *The Rise of Thebes. A Study of Theban Politics and Diplomacy (386-371 B.C.)* foram os grandes fios condutores para acedermos ao universo tebano e beócio, embora não tenham sido preponderantes para a elaboração do ensaio. Outra obra de referência foi, como não poderia deixar de ser, o volume 6 da *Cambridge Ancient History*, inteiramente dedicado ao século IV a.C., sobretudo, para efeitos de contextualização. Paralelamente ao levantamento de obras gerais e específicas houve, também, o esforço de reunir um número significativo de publicações periódicas que tocassem nos assuntos que aqui figuram. A lista de artigos aludidos não é ampla e há, efectivamente, a

⁴ Vide McKechnie e Kern (2007) 1.

lamentar a ausência de alguns estudos que pudessem enriquecer o debate historiográfico que terá lugar ao longo da dissertação. Este hiato deriva, em parte, da falta de disponibilidade ou da indisponibilidade de acesso a esses recursos. Não obstante as limitações, tal facto não fragiliza os objectivos que foram aqui estipulados.

Para compactar todas as informações, criteriosamente seleccionadas, e a fim de decompor cerca de cinco décadas da história de Tebas, o ensaio foi organizado em seis capítulos, ordenados cronologicamente, para uma ampla observação das conjunturas abordadas. Por sua vez, cada capítulo foi repartido em diversos subcapítulos de modo a se proceder a um diagnóstico minucioso de problemáticas conjunturais inerentes. Por motivos de ordem prática, optou-se, também, por incorporar mapas e esquemas ao longo do corpo textual de modo a agilizar a leitura.

Por fim, resta apenas assinalar dois aspectos pertinentes. Primeiro, as datas mencionadas em corpo textual são “antes de Cristo”, salvo se assinalado em contrário. Segundo, esta dissertação representa um produto intelectual modesto e limitativo do decurso histórico da cidade de Cadmo do século IV. Em todo o caso, sendo uma temática pouco explorada e palpável, sobretudo a nível nacional, a nossa finalidade primária centrou-se em elaborar um estudo de referência futura e que abra portas ao debate historiográfico, descentralizado dos estudos em torno de Atenas e de Esparta. O futuro dirá se este objectivo foi plenamente cumprido.

Capítulo 1 – Tebas e a Guerra do Peloponeso

1.1 Entre a paz e a guerra – a «Paz de Nícias»

A «Guerra de Deceleia», terminologia que designa o derradeiro capítulo da Guerra do Peloponeso, resultou, fundamentalmente, do desastre e da ineficiência das relações diplomáticas entre as múltiplas forças envolvidas, que não tiveram capacidade para gerir nem consolidar a frágil e travestida paz de 421, a qual nunca foi devidamente respeitada. Com efeito, a «Paz de Nícias» foi essa primeira tentativa sabotada, figurativa do desejo sustentado por uma minoria das elites dirigente dos dois blocos antagónicos – simaquia do Peloponeso e simaquia de Delos – para colocar termo a dez anos de violentos confrontos que se revelaram inconclusivos¹.

Sobre o cunho de Nícias, filho de Nicérato, e Plistóanax, rei dos Lacedemónios, o armistício foi firmado e determinado por um leque de cláusulas: a restituição de praças soberanas, que tinham sido adquiridas durante a Guerra Arquidâmia, às respectivas partes; a devolução de prisioneiros de guerra e a pressuposição de cinquenta anos de paz, alicerçados numa aliança entre Atenas e Esparta, exigindo para esse efeito a revalidação periódica desse vínculo².

O tratado, porém, não visou apenas as *poleis* citadas, mas também restantes filiados peloponésios, integrados na simaquia do Peloponeso, e os Beócios, que alinhavam ao lado de Esparta. Apesar do matrimónio entre os dois blocos ter surgido por conveniência, por ocasião da captura de Plateias, em 427 (cf. Tuc. 3.68.4), a verdade é que as autoridades tebanas não estavam dispostas a abdicar dos territórios conquistados na década antecedente, colocando-se à margem do pacto ático-lacónico e abrindo portas a um ciclo de ruptura e de maior resfriamento na relação entre ambos³. No âmago das

¹ Vide Seager (1976) 249.

² Para os capítulos referentes à Paz de Nícias, cf. Tuc. 5.13-24.

³ Cf. Tuc. 5.17.2. O tratado tinha como propósito retornar à antiga configuração do mapa político helénico anterior a 431. Com a excepção feita a Plateias, também Atenas não abriu mão ao porto megarense de Niceia; vide Buck (1994) 20.

negociações que lhes diziam respeito, os pontos específicos gravitavam em torno de Plateias e do fortificado de Panacto, em Elêusis, «perto de File».

1.1.1 A «questão plateense» - fonte do poder de Tebas na simaquia dos Beócios

Tradicional aliada de Atenas e insígnia da resistência helénica contra o persa, Plateias achava-se no epicentro do ancestral foco de tensão entre autoridades cadmeias e áticas que remonta a cerca de 519, altura que Tebas coagiu à integração da *polis* plateense na simaquia Beócia⁴. Por certo, não constituirá surpresa que o ataque perpetuado pelas forças tebanas, no início da estação primaveril de 431, tenha sido o *casus belli* convencional, a acha para a eclosão e generalização das hostilidades na guerra. Mas, em 421, os motivos que conduziu a cidade de Palas a encetar esforços para “recuperar” Plateias são simples: a recolocação de um estado-tampão, ou de um posto avançado, que ajudasse a neutralizar e/ou conter pressões oriundas da Beócia. De resto, a campanha ateniense em Délio ia de encontro a esse paradigma⁵. Os Tebanos limitaram-se a negar a restituição da praça, uma vez que «os seus habitantes se lhes tinham juntado por vontade própria e não por traição» (Tuc. 5.17.2). O argumento, ainda que válido, oferece uma óptica demasiado simplista e carece de uma problematização mais ampla.

A absorção da *polis* plateense converteu-se, efectivamente, no pináculo para o reforço do *status* de Tebas dentro da estrutura política beócia. A tese é verificável através do exercício da *beotarchia*, de acordo com o seguinte passo:

Naquele tempo, a situação na Beócia era a seguinte. Havia quatro conselhos (*boulai*) estabelecidos em cada cidade (*polis*). Nem a todos os cidadãos (*politai*) lhes era permitido participar na vida política, mas apenas aqueles com um certo nível de riqueza. Cada um destes conselhos, por sua vez, sentavam-se e debatiam sobre política, e remetiam as questões para os outros três. O que parecia aceitável para todas elas era aprovado. (...) Todos os que viviam na Beócia foram distribuídos em onze divisões (*mére*) e cada uma destas fornecia um beotarca nos moldes que se seguem. Tebas contribuía com quatro; dois da *polis* (tebana), dois de Plateias, Escoló, Eritras, Escafai, e

⁴ Cf. Hdt. 6.108; Tuc. 3.61.2; Vide Hammond (1992) 144; Soares e Silva (2007) 51-53; Buck propõe uma cronologia alternativa (509); vide Buck (1972) 94.

⁵ Vide Buck (1994) 16. Segundo Eugene Ray, a Paz de Nícias favoreceu a política bélica ateniense de revitalizar as ambições na Beócia, vide Ray (2009) 199.

de outros locais anteriormente associados a eles (Plateias) numa entidade política, mas no momento subjugados a Tebas. Orcómeno e Hisias⁶ providenciavam dois; Téspias, juntamente com Eutrésis e Tisbe forneciam dois; Tânagra apenas um; Haliarto, Lebadeia e Coroneia elegiam outro entre estas *poleis*; e, da mesma maneira, era destacado um, entre Acrafénio, Copais e Queroneia. Deste modo, as onze divisões elegiam os seus magistrados (*arcontas*). Cada divisão facultava sessenta conselheiros (*bouleutai*) por beotarca e pagavam as suas despesas diárias. Para a organização do exército, cada divisão tinha de prover cerca de mil hoplitas e cem cavaleiros (*hippeas*). Para simplificar, dependendo do número de magistrados, cada comunidade partilhava do tesouro comum, pago em impostos, nomeava os jurados e dividia igualmente em encargos e benefícios públicos. Esta era a constituição de todo o povo (*ethnos*); e o conselho (*sinédrio*) e as assembleias ordinárias dos Beócios reuniam-se na Cadmeia (*Hell. Oxy.* 16.2-4).

A repartição da Beócia num complexo sistema gerido por distritos, ou *mére*, em detrimento do funcionalismo convencional por *poleis*⁷, corrobora o propósito de resguardar o equilíbrio político entre os diversos representantes inseridos no aparelho beócio (ver mapa 1). O modelo estaria aparentemente adaptado à dimensão territorial em proporção com a distribuição demográfica das áreas circunscritas e segundo os critérios relativos ao que cada distrito podia oferecer, designadamente, quanto ao número de beotarcas e de magistrados (*bouleutai*) para os órgãos colegiais beócios. A esquematização com base no agrupamento de células «heterogéneas» na constituição de unidades territoriais, por exemplo o caso dos “trios” que congregavam Haliarto, Lebadeia e Coroneia, ou Acrafénio, juntamente com Copai e Queroneia são elucidativos nesse sentido⁸.

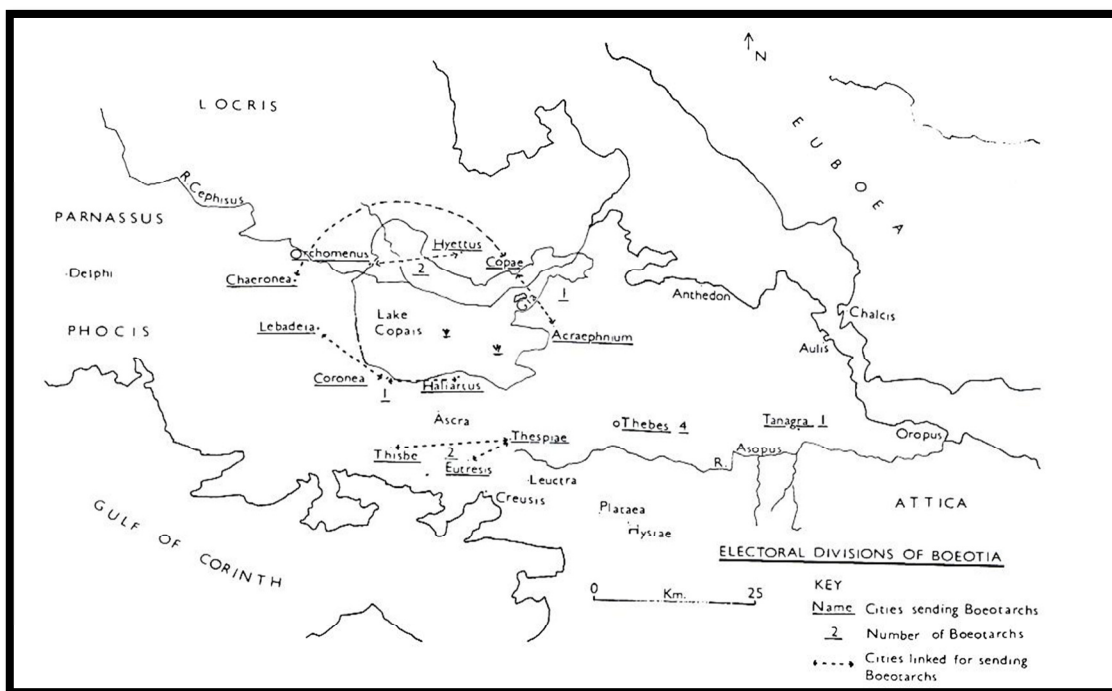
Ainda que a descrição facultada pelos *Hellenica Oxyrhynchia* seja ilustrativo à conjuntura de 396/395, a disposição do tecido beócio apresentado tem sido

⁶ Tratar-se-á de Hietos e não de Hisiai (perto de Plateias); sobre o assunto, vide McKechnie e Kern (2007) 157-158.

⁷ Bonner identifica dez *poleis* beócias: Tebas, Téspias, Tânagra, Orcómeno, Haliarto, Copai, Coroneia, Acrafénio, Lebadeia e Queroneia; as restantes localidades mencionadas no passo da *Hellenica Oxyrhynchia* serão cidades menores, ou antigas entidades autónomas que foram posteriormente assimiladas a outras *poleis* com maior predominância, através do processo de sinecismo e de *sympoliteia* (e. g. Tisbas e Eutresis a Téspias); vide Bonner (1910) 405 (e respectiva nota n.5); Buck (1972); Hammond (2000) 85.

⁸ McKechnie e Kern esclarecem: «As far as can be judged from the comparatively little that is know about the population of the cities of Boeotia, the divisions of the country seem probably to have been of sizes at least roughly proportional to the numbers of Boeotarchs and councillors they returned. Thebes was clearly much the largest city»»; vide McKechnie e Kern (2007) 159; Larsen (1960) 41.

genericamente balizada entre 447 e 386 pela comunidade acadêmica⁹. No entanto, será forçoso ter presente que a composição da simarquia não se preservou estática ao longo da cronologia proposta, tendo sido susceptível a oscilações territoriais em determinados contextos históricos¹⁰. Resultante desse processo, a estrutura anatômica beócia moldava-se perante os condicionalismos e o ocaso de Plateias impôs a necessidade inata de ajustamento morfológico da simarquia dos Beócios.



[Mapa 1 – Repartição da Beócia por *mére*. Extraído de McKechnie e Kern (2007) 156]

Por conseguinte, a «questão plateense» levanta um consciente quadro sintomático da monopolização de Tebas no organismo beócio. Da consequente capitulação da cidade de Plateias, as autoridades tebanas confiscaram e integraram a *polis* na sua área jurídica, avolumando consideravelmente o seu espaço comunitário – *sympoliteia*¹¹. Será sensato concluir que o sistema político-administrativo beócio sofreu por esta altura, ou pouco tempo depois, reformas na sua organização. Se a princípio a

⁹ «*eiken dè tà pragmata tóte khata té Boiotias autos*» (trad. «Naquele tempo a situação na Beócia era a seguinte»), cf. *Hell. Oxy.* 16.2; sobre o assunto, vide McKechnie e Kern (2007) 154; Larsen (1960) 11, Hammond (2000) 83. Sobre a cronologia proposta, vide McKechnie e Kern (2007) 152. Sobre a ocupação ateniense da região beócia (457-447) cf. Tuc. 1.108.2-3; 1.113; vide Larsen (1960) 9-11; Sobre a Paz de Antálcidas, vide infra 3.4.

¹⁰ Durante o período de 425/424 (cf. Tuc. 4.76.3), temos notícias que Queroneia era «uma cidade tributária de Orcómeno, outrora chamada Orcómeno de Mínios e agora Orcómeno da Beócia», o que levanta algumas contradições no quadro tributário exibido pelos *Hellenica Oxyrhynchia*.

¹¹ Cf. Tuc. 3.68.3; Vide Larsen (1960) 13. Bonner afirma que a incorporação de Plateias foi para benefício de Tebas e não necessariamente para a simarquia da Beócia; vide Bonner (1910) 414.

polis cadmeia estava limitada a duas *méres* e nomeava *per se* dois beotarcas, o enquadramento de Plateias na dependência directa de Tebas contribuiu para a nomeação de mais um par, garantindo a *hegemonia* tebana perante os restantes parceiros beócios¹². A simaquia da Beócia ampliava dos nove distritos originais para onze, quatro dos quais, sujeitos ao domínio da cidade de Cadmo. Embora seja verosímil que o processo de reestruturação da simaquia se tenha iniciado em 427, é certo que este já se encontrava concluído em 424, premissa que é, além do mais, sustentada pelo número de beotarcas presentes em Délio¹³.

O passo divulga ainda outros vestígios da autoridade de Tebas no seio da plataforma beócia, articulado aos procedimentos acima descritos. Numa primeira análise, a centralização dos órgãos máximos beócios no coração da cidade de Cadmo, realça a primazia que a *polis* tebana detinha na estrutura operacional da simaquia. Era partir da Cadmeia que se desdobrava, efectivamente, todo o exercício político de soberania que unia as *poleis* beócias (*ethnos*) à *patria boiotios*, e em que Tebas exercia um ónus predominante. Por cada unidade distrital (ou por beotarca) eram eleitos sessenta *bouleutai* que assentavam na praça do poder da simaquia – a *boule* dos Beócios. Pelo que podemos verificar, os Tebanos contavam com a representação de 240 magistrados (c. 36%), num total de 660 membros nomeados para o órgão máximo beócio. À semelhança do funcionalismo quadripartido que vigorava nas *boulai* locais (cf. *Hell. Oxy.* 16.2), sendo que uma das “*boulai*” arcava funções “probouleuticas” e as restantes três exerciam o papel deliberativo e de rectificação, podemos assumir que o mesmo princípio era aplicado no dinamismo da política regional. Aliás, o testemunho de Tucídides dá voz ao silêncio dos *oxyrhynchi papyri*¹⁴. Não obstante o carácter divisionário e burocrático que as entidades soberanas beócias espelhavam, o termo nominal de «*boule* dos Beócios», assim como as *boulai* locais (e.g. a *boule* dos Tebanos, a *boule* dos Téspios), deve ser interpretado num prisma uniformizado, uma vez que se tratam de extensões de poder sob a divisa de uma mesma instituição.

¹² Vide Buck (1994), 10; Larsen (1960) 11, 13 e 15-16; Hammond (2000) 81; McKechnie e Kern (2007) 158.

¹³ Cf. Tuc. 4.91; vide Larsen (1960) 11; Bonner (1910) 409.

¹⁴ «...aos quatro conselhos dos Beócios, que detêm todo o poder», cf. Tuc. 5.38.2; Este ponto é controverso, mas actualmente aceite pela historiografia. Bonner aponta precisamente para esse aspecto, entre o testemunho de Tucídides e a inexistência de dados na *Hellenica Oxyrhynchia*, vide Bonner (1910) 408-409; McKechnie e Kern (2007) 157; Hammond (2000) 84.

A tipologia exposta evidência um modelo de organização política exemplar de oligarquia moderada, em vigor na Beócia¹⁵. Este factor é clarificado pelos *Hellenica Oxyrhynchia*, quando afirma: «nem a todos os cidadãos lhes era permitido participar na vida política, mas apenas aqueles com um certo nível de riqueza»». A frase é algo obscura, porém, suficientemente clara para se compreender que o acesso aos cargos públicos era limitado a uma fracção da *politeia*. De acordo com o que tem sido apurado nos estudos que se debruçam sobre a constituição da simarquia da Beócia, a estratificação sociopolítica ancorava num regime de recenseamento hoplítico, no qual os *politai* que possuíssem um determinado grau de riqueza, estavam aptos a desempenhar as magistraturas e eram possíveis eleitores. Larsen estabelece a análise comparada com o sistema cirenaico do século IV, em que indica a existência de um estrato social politicamente activo – *politeuma* – inserido num corpo cívico mais abrangente, a *politeia*¹⁶. Tendo em conta a exposição dos *Hellenica Oxyrhynchia*, é altamente provável que este molde figurasse nas *poleis* beócias e na simarquia, durante a segunda metade do século V até, pelo menos, 387/386.

No que toca à composição do exército, cada distrito fornecia 1 000 hoplitas e 100 cavaleiros, somando aproximadamente, cerca de 11 000 hoplitas e 1 100 cavaleiros do *corpus bellicus* beócio. A *polis* tebana, por si e no conjunto dos seus quatro distritos, providenciava cerca de 4 000 hoplitas e 400 *hippeis* – um claro indicador da distribuição de riqueza e do estatuto social na Beócia. A aptidão de Tebas no fornecimento de elevadas cifras de guerreiros, pesadamente armados, ou até mesmo de cidadãos tebanos com capacidade monetária para sustentar um equídeo, é demonstrativo que a cidade de Cadmo congregava grupos sociais com elevado poder económico, comparativamente às restantes *poleis*/ distritos beócios. Em todo o caso, é provável que se trate de fracções redondas e “formais” relativos a critérios de proporcionalidade dentro da simarquia e que o número real de hoplitas e de *hippeis* que cada *polis* possuía, nomeadamente a tebana, fosse superior. Por outro lado, a narração de Tucídides, relativamente às operações bélicas em Délio, é uma ferramenta igualmente útil para o «desmantelamento» do *puzzle* social beócio:

Estes (os Beócios) preparam um destacamento para se lhes opor (aos atenienses) e, quando tudo estava pronto como queriam, apareceram no alto da colina e dispuseram as

¹⁵ Cf. Tuc. 5.31.6; Sobre o assunto vide Larsen (1955) 40-50; McKechnie e Kern (2007) 154-155.

¹⁶ Vide Larsen (1955) 42; Buck sugere que o poder estava apenas ao alcance de uma minoria, essencialmente, aristocrática; vide Buck (1994) 13.

suas forças na ordem que iam combater: cerca de sete mil hoplitas, mais de dez mil tropas ligeiras, mil cavaleiros e quinhentos peltastas (Tuc. 4.93.3).

Pelo passo do historiador da *Guerra do Peloponeso*, é facilmente perceptível que a infantaria ligeira sobrepõe-se quantitativamente ao número de hoplitas. Bonner refere que esse grupo correspondia a uma camada social – maioritária – sem direitos políticos, contudo, constituíam parte integrante da *politeia*. A ocultação da *Hellenica Oxyrhynchia*, relativamente aos dados (e à forma) como eram distribuídas as tropas ligeiras, parece confirmar esse juízo¹⁷.

Em síntese, a cidade de Cadmo conhecera uma relativa prosperidade com a “aquisição” de Plateias em vários quadrantes. Porém, as operações bélicas atenienses em solo beócio, nos anos de 427/426, foram igualmente benéficas¹⁸. O ataque à *polis* de Tânagra e a consequente derrota das forças beócias, compostas apenas por Tanagreus e Tebanos, salientou a vulnerabilidade defensiva da região (Tuc.3.91.3-5). Mais uma vez, o testemunho dos *Hellenica Oxyrhynchia* é fundamental no destaque dos aspectos salutares que, de certa forma, contribuíram para o engrandecimento de Tebas:

Os Tebanos tinham atingido um elevado nível de prosperidade (prós eudaimonian) assim que a guerra entre Atenienses e Lacedemónios começou. Quando os Atenienses mobilizaram-se contra a Beócia, aqueles que viviam em Eritreia, Escafai, Escoló, Áulis, Escoenos, Pótnias e outros locais que não tinham muralhas, refugiaram-se em Tebas duplicando o seu tamanho (17.3).

O perigo latente a que estavam expostos pequenos núcleos populacionais localizados a sul do Asopo (região associada à antiga *polis* plateense) e nas áreas costeiras do golfo de Eubeia, originou movimentos migratórios para as cercanias ou no interior do espaço amuralhado de Tebas e actuou, acidentalmente, como factor revitalizante da cidade. Por certo, estas populações estavam dependentes da autoridade tebana ou integradas na sua *polis*. Não obstante, a cidade de Cadmo fornecia condições que estas localidades não possuíam – infra-estruturas defensivas que os protegessem, além de possibilitar uma rápida resposta militar no perímetro mais próximo de Tebas

¹⁷ Vide Bonner (1910) 410.

¹⁸ Vide McKechnie e Kern (2007)164; Larsen (1960) 13; Hammond (2000) 87.

que nas zonas periféricas. Depois de 421, é possível que apenas parte dessa população raiana terá voltado para os seus locais de origem¹⁹.

1.1.2 Panacto

Se uma eventual entrega de Plateias foi colocada, à partida, fora das negociações entre os pólos adversários, outro ponto de fricção emergia entre as autoridades cadmeias e áticas: a controversa restituição de Panacto. Situado na planície de Escorta entre o maciço de Parnés e o Citéron, e incluído na vasta rede defensiva da *polis* ateniense, o fortificado caiu nas mãos dos Beócios, em 422 (Tuc. 5.3.5). Panacto era, sem dúvida, um importante posto de vigia e de contenção, ao avaliarmos pela sua localização geográfica e pelo peso que deteve nas conversações²⁰. Com efeito, o local foi alvo de forte disputa tanto pelos Lacedemónios, para moeda de troca por Pilos, como pelos Atenienses, que esperavam ver Panacto na sua posse, a fim de restabelecerem a plenitude da linha fronteiriça ática²¹. Nessa óptica, Tebas procurou tirar proveito justificável de acordo com a sua *Machtpolitik*.

1.2 A actuação da diplomacia tebana num período de definições

As autoridades tebanas preservaram uma posição retraída durante o complexo jogo diplomático entre os diversos poderes helénicos. Embora a sua política revelasse uma forte tendência filo-lacónica²², Tebas actuou sempre em virtude dos seus padrões e

¹⁹ Será pretensioso afirmar que se trataram de migrações temporárias resultantes da conjuntura. Porém, não podemos concordar com Buck, que afirma que estas populações regressaram aos locais de origem após 421 (vide Buck (1994) 19). Como foi mencionado no corpo textual (vide infra 1.1), as autoridades tebanas ficaram à margem da Paz de Nícias, pelo que será viável concluir que as populações voltaram, gradualmente, para os locais de origem, não pela paz, mas com a deslocação da esfera bélica para o Peloponeso e para a Sicília.

²⁰ Sobre o assunto, vide Camp (1991) 198.

²¹ Panacto era inclusive, o último ponto de fronteira entre a Ática e a Beócia.

²² Numa altura em que o Peloponeso se fragmentava com a ascensão de Argos, a posição Beócia manteve-se clara nesse aspecto, como podemos concluir no seguinte passo de Tucídides (5.31.6) «“Quanto aos Beócios e Megarenses, embora defendessem as mesmas ideias, não agiram de momento, e avaliaram os acontecimentos por julgarem que o tipo de democracia dos Argivos lhes era menos favorável, a eles que tinham um governo oligárquico, do que a constituição dos Lacedemónios”»; Buck notifica que apesar de não haver uma distinção política discrepante entre Beócios e Lacedemónios, as diferenças eram suficientes para causar ansiedade na Lacónia, vide Buck (1994) 20.

dos próprios interesses. Exemplo disso foram as tréguas assinaladas com os Atenenses, renováveis por dez dias, apesar de se manter à margem da Paz de Nícias²³.

A despeito da deterioração e o surgimento de fendas na estratégia convencional entre Tebas e Esparta, estas foram amplamente cimentadas com o firmar de um pacto privado que os colocava numa plataforma igualitária (Panacto teve o seu ónus²⁴) e na encenação de um jogo duplo de forças compressoras e partidárias da guerra, em busca de pretextos para romper com a paz. Nem mesmo o incidente de Heracleia, em 419, perturbou o ânimo entre Beócios e Lacedemónios²⁵. No entanto, a conjuntura revelara-se oportuna para esses agentes, com o gradual aumento do clima de desconfiança e na agudização de relações num contexto particularmente sensível do redesenhar do quadro de soberania peloponésica, com o despertar dos Argivos na reivindicação de estatutos que os Lacedemónios logravam, impulsionando antagonismo e fraccionando a península. O processo culminou em 418, resultando numa das maiores pelepas daquele tempo – a batalha de Mantinea (Tuc. 5.64-75). A mobilização de aliados, situados na embocadura e além-Peloponeso – Coríntios, Beócios, Focenses e Lócios (Tuc. 5.64.4), foi requisitada pelas autoridades lacedemónicas. Todavia, a distância que os separava de Mantinea e a celeridade com que se desenrolaram as operações militares, impossibilitaram o seu auxílio. Esparta saíra vencedora quase exclusivamente dependente de si (com excepção de tropas provenientes de *poleis* aliadas da Arcádia), contra um poderoso exército inimigo que coadjuvava Argivos, Elidenses, Mantineus e Atenenses²⁶, e com a posição reforçada na península peloponésica, granjeando maior fama entre os Helenos.

1.2.1. Incidentes na partida da expedição sícula

Os anos subsequentes ao confronto no Peloponeso são relativamente pacíficos entre as simaquias e restantes aliados, que procuraram recuperar a vitalidade e redefinir cirurgicamente as estratégias do teatro bélico, a fim de reiniciarem as actividades. Os

²³ Cf. Tuc. 5.26.2; 5.32.5. O período de renovação dos votos é igualmente sugestivo, pois, embora tivessem sido alicerçadas tréguas entre Tebas e Atenas, o clima de tensão não dissipara; vide Rhodes (2006) 125.

²⁴ Vide Buck (1994) 22, Rhodes (2006) 126. O fortificado ático de Panacto foi o instrumento de troca para o reforço da aliança, tendo sido arrasado, de seguida, pelos Beócios; cf. Tuc. 5.39.2-3.

²⁵ Heracleia era uma cleruquia lacedemónica, fundada em 427/426 ao largo do Golfo Mélio, junto à região das Termópilas. O incidente em questão é relatado por Tucídides (cf. 5.51; 5.52.1).

²⁶ Do falhanço da aliança ático-peloponésica, esta foi dissolvida, vide Swoboda (1900) 75.

Atenienses tomaram um rumo distinto, optando por se desviar dos seus adversários directos e focar os seus propósitos no ocidente com o reacender da chama “expansionista”, direccionada à Sicília, instigada e alimentada por Alcibíades que incitou a comunidade cívica a corresponder ao chamamento. As directivas da renovada política de guerra ateniense exigiam uma elevada quantidade de recursos humano e materiais para a sua concretização, desfalcando a cidade de guerreiros que a defendessem, além dos factores externos que poderiam comprometer os destinos da guerra e da *polis* ateniense com a dispersão de forças²⁷. Foi nessa atmosfera de azáfama e no fervilhar dos preparativos vividos na Ática²⁸ que terá surgido uma tentativa de conspiração oportuna para derrubar a cidade de Palas:

Na verdade aconteceu que nesse preciso momento, enquanto eles (Atenienses), estavam em tumulto por esta razão (episódio relativo à mutilação dos Hermes e à paródia dos Mistérios de Elêusis), um contingente de Lacedemónios tinha avançado até ao Istmo (de Corinto) por causa de negócios com os Beócios. Parecia contudo que os Lacedemónios tinham vindo de acordo com ele (Alcibíades) e por sua lavra e não por causa dos Beócios e se eles não tivessem antecipado a pôr na prisão os homens sobre os quais haviam recebido a informação, a cidade teria sido traída. E até durante uma noite inteira dormiram armados no templo de Teseu na cidade (Tuc. 6.61.2).

Alcibíades caíra nas más graças do povo de Atenas devido aos sacrilégios da “mutilação dos Hermes” e da “paródia dos Mistérios de Elêusis”, ocorridos em 415 e na véspera da partida do corpo expedicionário. Não nos compete aqui debater as problemáticas em torno dos episódios, porém, as repercussões dos casos obrigaram o estadista, que partiu com a armada em campanha na condição de estratega, a refugiar-se em Esparta – com a qual restabelecera laços de *proxenia*²⁹ – a fim de escapar às malhas de uma justiça artificial perpetrada por opositores políticos.

Quanto à leitura do passo, este não deve ser desprovido de valor. O momento era propício a um eventual *coup d'état* maquinado por heterias oligárquicas, sediadas no interior da cidade. A concentração de forças beócias e lacedemónicas nas áreas limítrofes da Ática evidenciava, com efeito, um ensaio viável à invasão. É certo que as

²⁷ Vide Ferreira e Leão (2010) 212; Rhodes (2006) 133.

²⁸ Sobre os preparativos dos Atenienses para a campanha, vide Avery (1973) 1-2.

²⁹ Cf. Tuc. 6.88.9. Por *proxenia* entenda-se: «“um cidadão de uma *pólis* era constituído representante dos interesses de determinados cidadãos estrangeiros nessa *pólis* e por eles deveria zelar, tendo como fronteira os interesses da sua própria cidade”» Cf. Tuc. 5.43.2; 6.89.2; Fialho e Rodrigues (2010) 47 (nota n.34).

autoridades lacónicas estavam desejosas de arrancar com novas operações³⁰ mas, na verdade, não foi concretizado qualquer acto hostil, o que deixa este passo no cerne de dificuldades conjecturais.

Tecnicamente, Esparta ainda não tinha quebrado o tratado de 421 e embora os Atenienses se tivessem descomprometido com as cláusulas estipuladas (e.g. constantes *raids* à Lacónia, a partir de Pilos), os Lacedemónios estimulavam a guerra através dos restantes aliados³¹. Sem dúvida que a mobilização beócia ia de encontro à propaganda lacedemónica. Mas estará Tucídides correcto ao afirmar que se tratava de uma “conjura” entre agentes internos e externos, ou teria sido uma demonstração de força por parte dos Beócios e Lacedemónios? Conforme sugere Buck, talvez a actuação beócia se devesse a um impulso das autoridades cadmeias para o reatar dos esforços de guerra, mas no qual Esparta ordenara o cancelamento da operação³². Com base em que motivo, ou motivos? É possível que os Lacedemónios vissem com bons olhos a expedição sícula, pois descentralizaria as forças atenienses, tornando as suas actividades mais restritivas e vulneráveis na Hélade. Apesar do ambiente de alerta, os Atenienses mantiveram o plano dirigido para a Sicília. Porém, a acção beócia deixou patente que o perigo na Hélade era real.

1.2.2 Alcibíades

A tradição é unânime em atribuir a Alcibíades o papel de mentor na abordagem de cerco à Ática (e.g. Tuc. 6.91.6-7; Plut. *Alc.* 23.2) e de persuadir os Lacedemónios a intervirem, directamente, no palco sículo, aquando o seu exílio em Esparta. Não obstante, o estadista limitou-se a polir as arestas na delineação estratégica das autoridades peloponésicas para o reatar da actividade belicista. Se Esparta perscrutava com apreensão o desenrolar das operações atenienses no ocidente (cf. Tuc. 6.88.10), mas se achava reticente em despachar reforços para Siracusa, Alcibíades foi

³⁰ Andócides também menciona este dramático episódio para os Atenienses, embora só refira os Beócios; cf. *Andoc.*1.45.

³¹ Cf. Tuc. 5.115.2-3; vide Rhodes (2006) 131.

³² A leitura apresentada parece-nos a mais provável, se tivermos em atenção que Esparta enviara um número reduzido de tropas – apenas um contingente. Vide Buck (1994) 22.

determinante para induzir os Lacedemónios a delegar Gilipo, na qualidade de *navarco*, e de forças aliadas, rumo ao teatro ocidental³³.

De igual forma, a intervenção da simaquia do Peloponeso na Ática foi debatida, com a sugestão do ateniense em enveredarem esforços para a ocupação e fortificação do *dêmos* ateniense de Deceleia. O projecto não era inovador, aliás, durante os contactos inaugurais para a paz, em 422/421, as autoridades lacónicas tinham já ameaçado na arquitectura de uma frente de combate que assediasse a cidade de Atenas (Tuc. 5.17.2). No contexto de 415, a experiência e conhecimento de Alcibíades afigurou-se como *elemento-chave* na estratégia de ocupação efectiva em solo ateniense (Tuc. 6.93.1-2). Não existem registos directos, mas a nova abordagem militar do bloco peloponésico foi certamente acolhida com simpatia por Tebas³⁴.

1.3 A guerra na Sicília

O fim da campanha sícula (415-413), que para Tucídides fora «“o maior feito helénico levado a cabo nesta guerra”», traduziu-se no resultado «“mais brilhante para os vencedores e o mais desastroso para os derrotados”» (7.137.5). Se na primeira fase de operações, o corpo expedicionário ateniense esteve próximo de conquistar Siracusa, por via de um bloqueio continental por circunvalação da cidade, a chegada de Gilipo inverteu drasticamente o rumo da guerra na Sicília³⁵. A conquista de pontos fortificados e estrategicamente relevantes, no Plemírio e nas Epípolas, tornaram-se capitais para destronar as ambições desmedidas dos Atenienses.

Também os Beócios se revelaram agentes pragmáticos na campanha, com o despacho de um contingente de 300 hoplitas e três *beotarchai*, na Primavera de 413: dois Tebanos – Xénon e Nícon – e um eleito pela *polis* de Téspias – Hegesandro (Tuc. 7.19.3; D.S. 13.8.3). Será pertinente considerarmos que se trata de uma força simbólica, contudo, o peso que teve na expedição ressoa pela índole crucial que teve no êxito defensivo nas Epípolas, num confuso combate nocturno em que Siracusanos e aliados

³³ Cf. Tuc. 6.91.1-5; Rhodes alude para a importância de Alcibíades no *sinédrio* entre as autoridades lacónicas, coríntias e siracusanas, vide Rhodes (2006) 135; Swoboda (1900) 77; Ray (2009) 222.

³⁴ Vide Buck (1994) 23.

³⁵ Para uma melhor compreensão da campanha Sícula, vide Avery (1973) 1-13.

saíram vencedores³⁶. O desastre expedicionário ateniense na Sicília tornou-se no prelúdio do que seria a década seguinte³⁷.

1.4 A navarquia egeia e a Guerra de Deceleia

O fim do empreendimento destronou as pretensões atenienses de ter à disposição um importante centro de abastecimento cerealífero alternativo ao pôntico e um poderoso aliado – Siracusa – além de dissipar a sua predominância no ocidente da Hélade³⁸. Associado ao contexto, o *deficit* financeiro empurrava a *arche* ateniense para o abismo, tornando-se altamente dependente dos seus tradicionais confederados que sustentavam a máquina ática³⁹. A estrutura democrática vacilava por entre demagogias e fracassos da elite dirigente, sem fibra para governar, deixando pairar um clima de iminente ruptura política e social alimentado por lutas intestinas. Tucídides transpõe, precisamente, essa mensagem: a decadência da *polis* ateniense foi, com efeito, produto dos seus próprios erros (Tuc. 2.65; 6-13). O julgamento e a condenação à morte de seis dos oito *strategoí* vitoriosos, que comandaram a frota ática na batalha naval de Arginusas (406), têm sido interpretados como actos premeditados de “autodestruição” e com enormes repercussões na quebra de competência do alto-comando ateniense no desfecho da guerra⁴⁰.

As autoridades lacedemónicas souberam tirar partido da conjuntura em prol dos seus interesses. Face aos sintomas de esgotamento de Atenas, a simaquia do Peloponeso e restantes aliados lançaram-se numa derradeira ofensiva. A deslocação da esfera bélica para a península ática e para o Mar Egeu resultou nesse propósito de cerrar, com afinco, o cerco à cidade de Palas. Porém, a grande problemática que se iria impor ao longo desta última fase será o corte das fontes de provisionamento. Xenofonte levanta as dificuldades sentidas por Ágis a partir de Deceleia:

³⁶ Cf. Tuc. 7.43.7; vide Buck (1994) 23; Avery (1973) 7.

³⁷ Vide Rhodes (2006) 142.

³⁸ Após 413, a incapacidade de sustentar Pilos é demonstrativa do alcance da órbita de Atenas. De resto, Alcibíades prognosticou que a intervenção peloponésica na Sicília, e a consequente vitória, iria reduzir o espaço de intervenção ateniense no Peloponeso; cf. Tuc. 6.91.3-4. Além disso, a perda do enclave pelos atenienses, representou um duro golpe na sua estratégia, de onde partiam várias iniciativas de razia pelo território inimigo e onde acolhiam hilotas foragidos; cf. Xen. *Hell.* 1.2.18.

³⁹ O tratado aristotélico faz referência a esse aspecto, aquando a derrota da frota ateniense na batalha naval de Erétria e a consequente revolta massiva de Eubeia, em 411/410; cf. Aristot. *Const. Ath.* 33.1.

⁴⁰ Sobre a batalha de Arginusas e o julgamento dos estrategos atenienses, cf. Xen. *Hell.* 1.6.24-1.7-35; também o autor da *Constituição dos Atenienses* faz menção do episódio, cf. Aristot. *Const. Ath.* 34.1.

Quando Ágis viu de Deceleia que muitos barcos de trigo se dirigiam ao Pireu, disse que de nada servia isolar os Atenenses muito tempo por terra, se não havia ninguém que se encarregasse também dos pontos de origem de onde chegava o trigo por mar, e que o melhor seria enviar Clearco, filho de Rânrias, que era *proxeno* dos Bizantinos, para a Calcedónia e Bizâncio (Xen. Hell.1.1.35).

Deceleia, como veremos (vide infra 1.4.1), tornou-se num bastião activo e com resultados práticos na primeira linha de combate, mas parcialmente eficaz na função de cerco, uma vez que Atenas continuou a ser abastecida através do Pireu. Ágis compreendeu o *gap* na estratégia lacedemónica e o envio de Clearco para Bizâncio e Calcedónia, na região do estreito do Bósforo, tinha como objectivo *a priori* o bloqueio das levas de trigo provenientes das margens do Ponto Euxino e com destino ao porto ático. Esta era, de resto, a segunda tentativa dos Peloponésios no controlo desse eixo (cf. Tuc. 8.80). Auxiliado por contingentes de *neodamodes*⁴¹, em conjunto com forças procedentes de Mégara e da Beócia, Clearco, na qualidade de harmosta⁴², preservou Bizâncio durante algum tempo, mas após assédio ateniense, que durou pouco mais de um ano, Clearco foi obrigado a capitular⁴³. A questão do abastecimento só seria definitivamente suprimida com a batalha naval de Egospótamo, em 405. Até lá, enquanto o esforço das autoridades áticas se concentrasse no domínio das rotas helespônticas e no poder náutico que ainda possuía, a sobrevivência, embora ténue, estaria assegurada.

Por outro lado, a ruptura interna reflectia a fragilidade da própria simaquia de Delos, dando forças às heterias oligárquicas das *poleis* aliadas que, por instigação lacedemónica ou espontaneidade, procuravam libertar-se do jugo despótico de Atenas. A maioria dos ilhéus, que se conservou ao lado dos Atenenses, enviara arautos a Esparta a fim de procederem à revolta e instaurarem governos filo-lacónicos⁴⁴. Com a propagação de focos revolucionários, os Atenenses foram obrigados a recorrer ao erário

⁴¹ Designação utilizada para referir os «libertos», ou seja, hilotas que haviam recebido recentemente a liberdade e participavam, ainda que de maneira limitada, na cidadania lacedemónica, vide Placido (1989) 31 (e respectiva nota n.35).

⁴² Termo do original dórico na designação de “governador” eleito por Esparta para outras *poleis*; estatuto em voga a partir desta altura e durante a primeira metade do século IV.

⁴³ Cf. Xen. *Hell.* 1.3.14-22; vide Ray (2009) 254.

⁴⁴ Entre as *poleis* revoltosas contam-se Eritreia (na ilha de Eubeia), a ilha de Quios e Lesbos (cf. Tuc. 8.14.2; Plut. *Alc.* 24.1). O controlo ateniense de Eubeia era fundamental, pois era de onde provinha quota-parte do abastecimento de Atenas. Sobre o assunto vide Westlake (1948) 2-5. Quios e Lesbos, juntamente com Samos, eram consideradas as guardiãs da hegemonia ateniense no Egeu, devido ao ónus estratégico que detinham no patrulhamento da Jónia, cf. Aristot. *Const. Ath.* 24.2; vide Rhodes (2006) 152-153.

instituído por Péricles, um fundo de mil talentos «em que durante toda a guerra tinham obstinadamente evitado tocar»⁴⁵. Mas novos condicionalismos e a intrusão persa nas questões internas da Hélade ao lado de Esparta aprofundaram a crise na cidade de Palas. O tratado aristotélico é peremptório nesse aspecto (cf. Aristot. *Const. Ath.* 29.1). A oportunidade gerada para interferir nos assuntos helénicos, alimentando a guerra e o desgaste entre Helenos, abriu portas a renovadas, e eventuais, pretensões expansionistas. Apesar das possibilidades que o envolvimento poderia proporcionar ao império persa, a sua participação na última fase da Guerra do Peloponeso foi determinante, em particular, pela capacidade económica que detinha e que podia oferecer para rentabilizar as despesas das autoridades peloponésicas nas campanhas marítimas e na Asia Menor.

O poder marítimo lacedemónico atingiu, deste modo, o seu período áureo; se os primeiros ensaios da sua actividade naval foram penosos, os longos anos de guerra permitiam colmatar esse *deficit*. A esfera bélica no Egeu foi gradativamente avançando para norte. Atenas estava cada vez mais isolada e dramaticamente sem recursos para assegurar a sobrevivência (e.g. Xen. *Hell.* 2.1.17).

A participação beócia no Egeu nutre alguma carência nas fontes. Parece certo que, no entanto, tenham cooperado activamente em operações coordenadas com os restantes aliados peloponésios. Buck salienta que as autoridades beócias foram suficientemente audazes para participar na *navarquia* egeia com a contribuição de 25 trirremes (o mesmo número de embarcações que os Lacedemónios forneceram), num total de 100 trirremes da renovada frota beócio-peloponésica (Tuc. 8.3.2), tendo ainda disponibilizado 10 navios de combate para os Lésbios⁴⁶.

O Egeu assumiu-se como o grande teatro de operações na última etapa da guerra, mas a verdade é que foram as actividades nos bastidores de Deceleia o sustentáculo fundamental na arquitectura do poder de Tebas na viragem do século V para o século IV⁴⁷.

⁴⁵ Cf. Tuc. 8.15.1; Tratava-se do tesouro público, ou melhor, na reserva de Atenas, criado para situações de emergência e para último recurso, cuja utilização indevida fazia recair pesadas coimas. Desde a constituição da simaquia de Delos, em 476, que a máquina ateniense mantivera uma certa dependência dos dividendos provenientes dos aliados. Porém, na última fase da Guerra do Peloponeso, assiste-se, efectivamente, à desagregação da simaquia com a “debanda” das *poleis* aliadas. Rhodes considera que, mais que os erros das autoridades áticas, a exaustão financeira de Atenas foi a premissa primordial para a sua queda; vide Rhodes (2006) 152.

⁴⁶ Cf. Tuc. 8.5.2; vide Buck (1994) 23.

⁴⁷ Cf. *Hell. Oxy.* 17.3-5; Vide Hardy (1926) 346; Buck (1994) 23.

1.4.1 O fortificado de Deceleia

No princípio da época da ceifa no décimo nono ano da Guerra do Peloponeso, contingentes formados por Peloponésios e aliados, liderados por Ágis, filho de Arquidamo, rei dos Lacedemónios, dirigiram-se a território ático a fim de procederem à invasão e devastação dos *dêmoi* rurais da *polis* ateniense – *chôrai*. Contudo, a readopção da tática de cerco durante esta fase seria distinta das incursões antecedentes⁴⁸. Rompendo com a política de destruição sazonal e temporária que marcaram os primeiros anos do conflito, a fortificação e ocupação de Deceleia, em zona limítrofe da Ática, foi fundamental para o desequilíbrio de forças e no desenrolar decisivo da contenda. A nova fronteira restringiu de forma eficiente os sitiados ao espaço intramuralhas da cidade de Palas, assim como sabotou o planeamento de defesa territorial, amputando a ligação terrestre entre o exterior e a urbe, sendo o porto de Pireu a única via de acesso⁴⁹.

À semelhança de anteriores invasões, os Peloponésios não encontraram obstáculos na região, o que lhes concedeu total liberdade de movimentação pelo *hinterland* ático. Tal situação é reveladora de que a «estratégia Pericleana»⁵⁰, embora controversa (e.g. Tuc. 2.21-22), continuou a ser a linha de pensamento mais óbvia e sensata a abordar pelas autoridades atenienses, sobretudo num período financeiro particularmente frágil, derivado do elevado esforço de guerra para a campanha Sícula e na esperança depositada no megalómano projecto, cujas aspirações obrigaram a mobilizar um peso considerável de recursos humanos e materiais. Não obstante, os sintomas de esgotamento são evidentes. Tucídides refere que as forças mercenárias trácias estacionadas em Atenas eram demasiado dispendiosas para sustentar, apesar da nova frente que se ergueu à porta⁵¹. Privados do território envolvente, Deceleia asfixiaria paulatinamente os últimos sinais vitais da *arche* ateniense, em acção concertadora com a navarquia egeia.

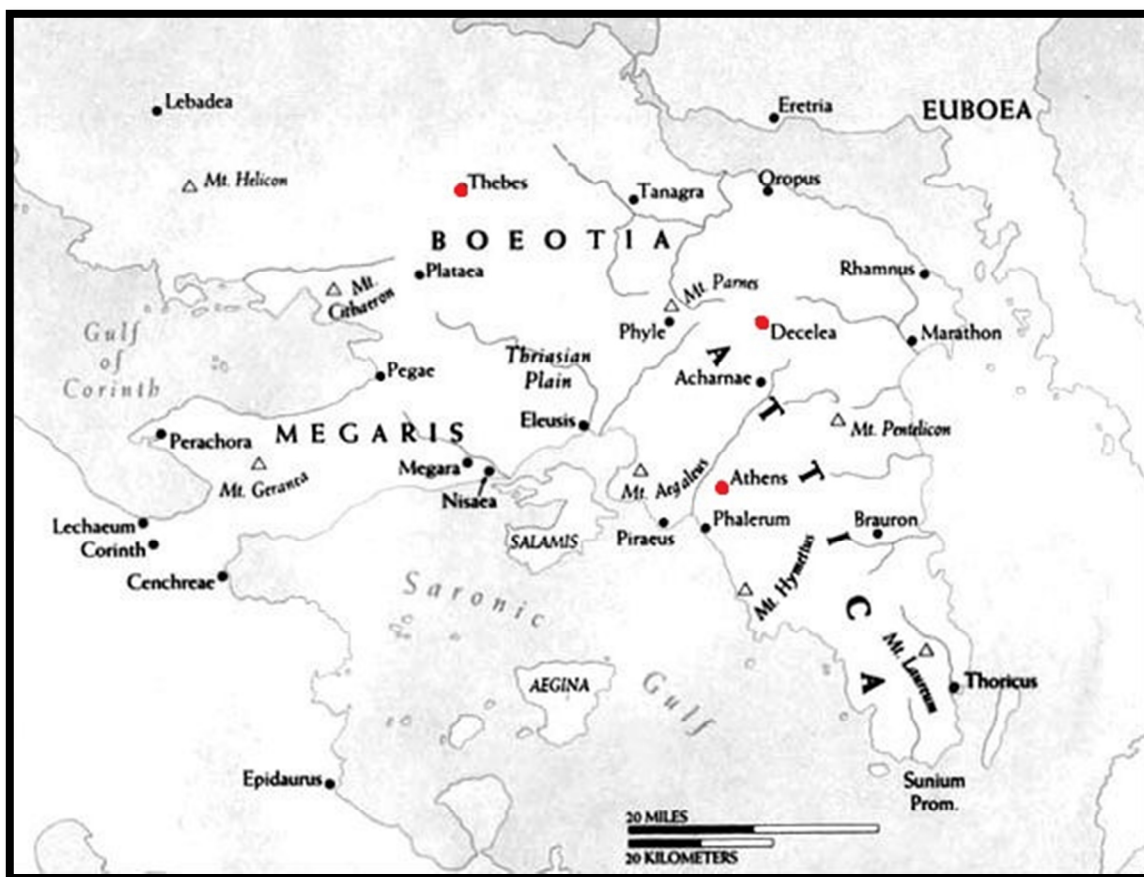
⁴⁸ Sobre o assunto, vide Hardy (1926) 346-355 e Dillon (1987) 100.

⁴⁹ Cf. Tuc. 7.27.3-5; vide Ray (2009) 237.

⁵⁰ Estratégia criada por Péricles aquando as primeiras incursões peloponésicas em território ático, no princípio da Guerra do Peloponeso, que consistia no abandono, por livre-vontade, do espaço rural (*chôra*) da *polis* e concentrar os esforços defensivos no espaço amuralhado (e. g. Tuc. 2.13-14).

⁵¹ O corpo de mercenário mencionado deveria ter seguido com Demóstenes para a Sicília, mas devido a atrasos, tinham ficado por terra. A ordem de regresso à Trácia dada pelas autoridades áticas e para cometer «“estragos em terras inimigas”» traduziu-se em um dos episódios de selvajaria e barbárie em solo beócio e lamentada por Tucídides; cf. Tuc. 7.29-30.

Situada a noroeste de Atenas (ver mapa 2), Deceleia era uma pequena povoação rural cujos alicerces, segundo Heródoto, remontavam à época micénica (9.73). Poucos são os vestígios registados nas fontes de que o investigador actualmente dispõe e que revelem alguma clarividência do local até 413⁵². Todavia, a informação facultada no livro IX de *Histórias* suscita contradições. O fundamento que o historiador de Halicarnasso aventa relativamente a uma eventual relação favorável entre Lacedemónios e Deceleus transfere-se para o passado mitológico, motivo pelo qual, durante as primeiras incursões (431-427), Deceleia foi isenta de qualquer agressão por parte do exército invasor. Ainda que o fundamento seja verosímil, a localidade assumiu o ónus estratégico na dinâmica de “guerra total” aos Atenenses. Talvez por isso, as autoridades lacónicas tenham determinado como prioridade a necessidade bélica aos ancestrais laços de *xenia*, ou hospitalidade.



Mapa 2. Ática - Deceleia

Com a captura de Deceleia e o assentamento de arraiais das hostes agressoras, o esforço e as tarefas foram amplamente distribuídas por mão-de-obra qualificada,

⁵² Deceleia dava nome ao dêmos ateniense. O seu nome deriva de um dos heróis áticos – Decelon – associado ao ciclo troiano. A nomenclatura terá sido readaptada e adoptada durante as reformas de Clístenes, substituindo o antigo nome Tatoi.

escrava e até mesmo guerreira, originária das diversas *poleis* da simaquia do Peloponeso e restantes aliados na edificação da fortaleza (Tuc. 7.19.1). O Inverno precedente serviu no fornecimento e na organização logística para o empreendimento, com a requisição de matérias-primas: ferro, madeira, pedra e outros materiais de construção, sem contar com as óbvias necessidades alimentares e de armamento (Tuc. 7.18.4). O facto de se tratar de um sítio previamente ocupado, possuidor de infra-estruturas habitacionais, facilitou na racionalização da quantidade de recursos a utilizar e diminuiu significativamente os gastos financeiros exigidos se construído de raiz.

Uma vez estabelecida, Deceleia firmou-se como importante baluarte na operacionalidade da tática de cerco e parasitismo. A posição geoestratégica, distando sensivelmente a cento e vinte estádios de Atenas, garantia uma proximidade segura e, por outro lado, a distância equivalente à Beócia assegurou o abastecimento e apoio necessário da linha peloponésica⁵³. Situado em zona de vale entre dois blocos rochosos – o maciço de Parnês e os Montes Pentélicos – as características topográficas da região concediam a barreira natural contra eventuais ataques e surtidas que partissem da cidade de Palas. O terreno irregular era, aliás, um dos principais dilemas na actividade diária da cavalaria ateniense (Tuc. 7.27.5). Estavam criadas as condições para o que viria a ser um verdadeiro pesadelo para os homens de Atenas. Tucídides revela os efeitos directos do fortificado:

Na verdade, desde que Deceleia tinha sido fortificada por todo o exército peloponésio durante aquele Verão e seguidamente habitada para fazer mal à região por guarnições das cidades (*poleis*), que se revezavam; assim, por espaços de tempo determinado, grande prejuízo era causado aos Atenienses, entre outros aspectos, pela destruição da propriedade e pela perda de homens, o que ainda mais agravava a situação. Nos tempos passados, as invasões, quando se davam, duravam pouco tempo e não impediam que no tempo restante se tirasse proveito da terra. Agora, o inimigo ficava instalado permanentemente, e uma vez vinha com grandes contingentes atacar, outras, era uma guarnição permanente que, por necessidade percorria a região e a saqueava, enquanto Ágis, que estava presente, impulsionava a guerra não como operação acessória, e infligia aos Atenienses grandes perdas (Tuc. 7.27.3-4).

Enquadrada na tipologia de fortaleza, uma das três categorias de estruturas defensivas apresentadas por Keegan, a fortificação de Deceleia assenta em pontos de

⁵³ Cerca de 24 km.; vide Ray (2009) 237.

definição convencionais quanto à sua função⁵⁴. Mais do que um *refúgio* temporário, o fortificado peloponésico assumia os contornos de base regular; um posto avançado no assédio de uma ou mais áreas de interesse militar e económico. O passo do historiador ateniense é esclarecedor quanto aos graves prejuízos da destruição constante de propriedades e do saque, tanto para a população rural – desalojada das suas habitações, como para a aristocracia terratenente, ambos dependentes entre si e no sustento da *polis*.

Foi já observado que a geografia anatómica em torno de Deceleia constituiu a protecção ideal que, aliada à estrutura fortificada gerou um papel de defesa activa reduzindo a linha de ataque das forças atenienses⁵⁵. Mas a sua verdadeira natureza operante residiu na projecção dentro perímetro que abrangia. Com efeito, o enclave tornou-se uma base propícia para conceber ataques ao longo da região e à própria Atenas. Apesar das ofensivas à cidade serem minimalistas e inconsequentes (e.g. Tuc. 8.71; D.S. 13.72; Xen. *Hell.* 1.1.33-34), eram suficientemente audaciosas para devastar o moral dos sitiados. Actuando num sistema de defesa/ataque articulado, que assegurou a soberania das tropas invasoras em toda a península, Deceleia converteu-se num verdadeiro parasita no coração da Ática que se alimentou das entranhas através da espoliação, pilhagem e na exploração de recursos – vectores, aliás, determinantes na óptica individualista do guerreiro e explicativo para a criação de condições sustentáveis na manutenção do fortificado e de guarnições, que se renovavam ao longo de quase uma década em região alheia. Além do móbil funcional desempenhado pelo fortificado na guerra, Deceleia foi, igualmente, a via de escape de forças vivas da cidade de Palas. Os motivos e razões evocados são de várias ordens. Numa primeira leitura, Tucídides refere a fuga de mais de vinte mil escravos, a maioria ligada à actividade artesã. Desprovidos de direitos, é compreensível que a camada social escrava olhasse para Deceleia como um abrigo que lhes facultaria as ferramentas e os meios para a emancipação e libertação dos grilhões que a subjugava, embora nem sempre com resultados favoráveis. A evasão de prisioneiros de guerra era, de igual modo, uma realidade (e.g. Xen. *Hell.* 1.2.14). Uma vez evadidos das cercanias de Atenas, estes homens rapidamente chegavam a área de influência aliada. Porém, a fuga não era exclusiva a estes estratos. Em 411, e após a queda da efémera sublevação oligárquica da Junta dos Quatrocentos, vários estadistas

⁵⁴ Para a elaboração deste passo, o “Interlúdio” da obra de John Keegan foi o principal ponto de apoio. Havendo algumas discrepâncias entre a definição generalista de fortaleza dada pelo historiador e os contornos mais peculiares que Deceleia assumiu, optámos por focar os aspectos mais evidente em que é possível estabelecer paralelismos e partir para reflexões; sobre o assunto vide Keegan (2009) 189-208.

⁵⁵ Concedendo protecção humana mas, sobretudo, aos depósitos de abastecimento.

que integravam o governo de orientação *laconizante*, entre eles, Pisandro e Aléxicles, requisitaram amnistia e asilo junto a Ágis.

Terá sido em 411/410 que o Decreto de Deceleia fora promulgado, conforme menciona Licurgo na sua *Oração Contra Leócrates*:

Lê-lhes agora este outro decreto, relativo aos fugitivos de Deceleia, num período em que os Lacedemónios tinham Atenas cercada, para que os juízes verifiquem como os nossos maiores (*homóias*) aplicavam aos traidores penas iguais e interligadas umas com as outras. Procede à leitura secretário. [Decreto]. Acabais de ouvir, cidadãos, a leitura deste outro decreto, pelo qual o povo condenou os homens que, no decorrer da guerra, fugiram para Deceleia, e decretou que, se algum deles regressasse a Atenas, todo o cidadão que o desejasse poderia prendê-lo e levá-lo aos tismótetas, os quais tomariam conta do prisioneiro e o entregaria ao carrasco (*orygma*)⁵⁶.

Os dados não são precisos quanto à sua datação, mas é provável que o decreto tenha sido instaurado pouco depois da ascensão dos Cinco Mil, período em que os Atenienses actuavam com um maior radicalismo democrático pro-ático intransigente e no combate acérrimo contra a oligarquia. Ainda que as cláusulas do decreto sejam obscuras, sabemos que eram definitivamente punitivas para quem desertasse de Atenas. Qualquer fuga para Deceleia equivalia a passar para o lado inimigo.

Derivado da mesma conjuntura, Tucídides dá conta de uma ocorrência no mínimo cómica. Aristarco, um dos estrategos eleito pelos Quatrocentos que escapara de Atenas por circunstâncias idênticas acima referidas, levava consigo um contingente de arceiros mercenários. Ao rumar para o fortificado de Énoe, a noroeste de Deceleia e nos limites da Ática, convenceu os soldados atenienses aí destacados a abandonar pacificamente o local e entregá-lo aos Beócios, sem qualquer derramamento de sangue⁵⁷. Este episódio transparece dois aspectos capitais nesta fase da Guerra do Peloponeso: as disputas político-ideológicas intestinas na sociedade ateniense e, apesar da ocupação de Deceleia pelos Peloponésios, a linha de fortificados da fronteira ática, a que os comentadores de História Militar denominam de “defesas estratégicas”, ainda estava activa, o que nos leva a concluir que, tal como Atenas, os fortificados eram pequenas ilhas da réstia de soberania ateniense mas sem poder belicista para se impor.

⁵⁶ Cf. Lic. 1.120-121; Licurgo parece ser o único autor antigo que se refere a este decreto, no entanto, não deverá ser desprovido de valor histórico, vide Segurado e Campos (2010) 207-208 (e respectivas notas).

⁵⁷ Cf. Tuc. 8.98; Xen. Hell, 1.7.28. Sobre as problemáticas em torno de Énoe, vide Camp (1991) 199-202.

1.4.2 A ascensão de Tebas em articulação com Deceleia

O enraizamento do fortificado peloponésico adjacente à região da Beócia, com o qual estabelecia um corredor de abastecimento contínuo, converteu Deceleia na “causa-efeito” do enriquecimento e revigoração da cidade de Cadmo no fortalecimento do seu *status* na simaquia da Beócia e no mundo helénico, como indicam os *Hellenica Oxhyrhynchia*:

E de facto aconteceu que a *polis* (tebana) saiu-se ainda melhor quando, com os Lacedemónios, fortificaram Deceleia contra os Atenenses. Compraram escravos e restante material capturado na guerra por um preço reduzido e, uma vez que viviam em áreas vizinhas, carregavam para casa todo o equipamento desde a Ática, a começar pela madeira e telhas das casas. Naquele tempo, o território ateniense era o mais rico da Hélade, tendo sofrido apenas danos ligeiros dos Lacedemónios nos ataques anteriores, e tinham adornado e trabalhado tão elegantemente pelos Atenenses que [sic] com eles [sic] habitações [sic] tinham sido construídas, ou com outros [sic] deles, o que os levou, na guerra entre Helenos, a trazer para o seu território. Tal era a situação em Tebas e na Beócia (17.4-5).

À semelhança da Guerra Arquidâmia (vide supra 1.1.1), a Guerra de Deceleia legou benefícios furtivos dos quais os Tebanos puderam tirar vantagem⁵⁸. Mas as duas conjunturas apresentam uma matriz diferenciada: com a ocupação de Deceleia o território ático converteu-se numa extensão, ainda que alienada, da Beócia. De resto, o passo corrobora a premissa de uma “quase” apropriação territorial pelas hostes invasoras e de uma forte presença beócia em Deceleia que derivou, precisamente, da contiguidade geográfica entre as duas regiões.

A palavra-chave do trecho prende-se na seguinte descrição: «Naquele tempo, o território ateniense era o mais rico da Hélade». O século V foi marcado por um período de projecção e prosperidade da *polis* ateniense, factor esse que explica pelo qual a cultura material ática era abastadamente valorizada entre Helenos, não sendo de todo estranho que a classe guerreira presente em Deceleia procedesse ao desmantelamento de casas para daí retirar dividendos⁵⁹. McKechnie e Kern explicam que tal actividade adoptada redundou das circunstâncias regionais, uma vez que o sul da Hélade era pobre

⁵⁸ Cf. Isoc. 14.31. Vide McKechnie e Kern (2007) 164-165.

⁵⁹ Vide Hardy (1926) 348.

em áreas florestadas e, conseqüentemente, no fornecimento de madeira⁶⁰. Salvo o espólio material adquirido, a fuga de escravos de Atenas converteu-se num outro negócio rentável para os homens de Deceleia que os compravam por preços significativamente reduzidos devido ao seu influxo.

Outros indicadores da presença beócia serão mais perceptíveis se atentarmos no ataque nocturno perpetuado por Ágis, a partir do fortificado (D.S. 13.72.3-9). O exército invasor mobilizou cerca de 14000 hoplitas, em igual número de infantaria ligeira, e 1200 *hippeis*, tendo as autoridades beócias fornecido 900 cavaleiros, ou seja, cerca de 75% do corpo hípico beócio⁶¹. Será perigoso conjecturar ao estabelecer análise comparada, uma vez que Diodoro não se alonga em pormenores, mas a crer pelos dados que têm sido facultados em alguns exemplos das secções anteriores, é exequível que estivessem presentes entre 7 000 a 9 000 hoplitas e uma porção mais vasta de infantaria ligeira, provenientes da Beócia, integrados no massivo exército ocupante.

Todavia, Tebas não engrandeceu apenas graças aos despojos de guerra mas também, da expugnação territorial da decadente *polis* ateniense. Além da ocupação do fortificado de Énoe, os Beócios tomaram o Oropo por traição, num golpe perpetuado entre as autoridades beócias, erétrias e de cidadão Orópios, em 412/411. A região encontrava-se sob dependência directa ateniense desde finais do século VI e era outro dos ancestrais pontos de divergência fronteira entre Beócios e Atenienses⁶². A sua conquista por Beócios e Erétrios ia de acordo com a estratégia de guerra de cortar afinadamente os contactos entre a Ática com a ilha de Eubeia a fim de evitar «“provocar grandes danos a Erétria e ao resto da Eubeia”».

Ao longo deste capítulo preambular foi perceptível o papel fundamental que a Guerra do Peloponeso assumiu para o desenvolvimento de Tebas dentro da estrutura Beócia e no seu ressurgimento no mapa helénico, enquanto potência emergente. A agregação da *polis* plateense na esfera tebana durante a primeira década da Guerra do Peloponeso, foi capital para garantir a Tebas a hegemonia na simaquia da Beócia. Mas foi a partir de Deceleia que se desenrolou todo um crescimento orgânico resultante de uma política belicista bem oleada e eficaz. O fortificado foi, com efeito, um enclave de

⁶⁰ «“Thuydides notes (2.14.1) how at the beginning of the Peloponnesian war the Athenians, obeying Pericles instructions, brought everything in from the country, including the woodwork of their houses”», vide Mckechnie e Kern (2007) 164.

⁶¹ Cf. D.S. 13.72.4. Sobre a batalha vide Ray (2009) 255-256.

⁶² Cf. Tuc. 8.60.1. Originalmente era território beócio (cf. Paus. 1.34.1). A história do Oropo é, actualmente, um dos pontos de maior controvérsia entre a comunidade científica. Sobre o assunto vide Buck (1994) 123-126.

expropriação e centrifugação de uma *polis* ateniense decadente, cujas autoridades tebanas se limitaram a seguir o curso favorável e as condicionantes dos acontecimentos. Adoptando a guerra como veículo, Tebas despertou para o século IV com a consciência de que era muito mais que um bloco de unidade regional, capaz de gerar o desequilíbrio na balança do poder helénico.

Capítulo 2 – O despertar do século IV

2.1 A rendição ateniense: um golpe na diplomacia tebana

A vitória final das forças do bloco beócio-peloponésico na batalha de Egospótamo, em 405, colocou termo ao «maior movimento de sempre que galvanizou os Helenos, e determinada parte dos Bárbaros e, por assim dizer, parte significativa da humanidade» (Tuc. 1.1.2). Cercada por terra e por mar, a capitulação de Atenas no ano subsequente¹, e ao fim de vinte e sete anos de intensos conflitos, apenas confirmou a desagregação da posição proeminente que tinha vindo a edificar desde as invasões pérsicas, articulada à actividade da simaquia de Delos e em paralelo com a evolução do próprio regime democrático. Mas o despertar do século IV trouxe uma nova orgânica na disposição do tecido político helénico, em que Esparta saiu com poder reforçado com o armistício de 404. Fundada sobre os alicerces da antiga talassocracia ateniense, as directrizes da renovada *arche* lacónica começaram a ser delineadas durante a derradeira fase da Guerra do Peloponeso, a partir do fortificado de Deceleia em concertação com a navarquia egeia. Com efeito, a chegada de Lisandro ao teatro de operações marítimas foi crucial para o arrancar do processo de estruturação da preponderância lacedemónica, contribuindo, *grosso modo*, para a exterminação dos focos de “aticismo” ainda em vigor e no isolamento gradual de Atenas. Em conformidade com estes procedimentos, observa-mos a imposição do “laconismo”. A difusão do sistema de *dekadarkhiai* e na nomeação de *harmostai* em múltiplas células soberanas do território helénico, foram as pedras basilares para consolidação e cultivo dessa soberania além-Peloponeso e que se estendeu pela bacia do Egeu².

¹ Existem discrepâncias quanto ao mês da rendição oficial dos Atenienses (que coincidiu com a tomada de posse do governo d’Os Trinta), se em Março ou Abril. Plutarco localiza o acontecimento no décimo sexto dia do mês Muníquion, do calendário ático, que se ajusta, portanto, ao mês de Abril com as festividades de Muníquia, em honra de Apolo, dando um certo simbolismo à data.

² Parke salienta precisamente o oportunismo de Lisandro em construir e gerir uma vasta rede clientelar, tendo em Ciro o mais poderoso partidário. De facto, a aliança particular fomentada entre Lisandro e o príncipe aqueménida revelou-se auspiciosamente frutífera, uma vez que permitiu subsidiar todas as

A par desta evolução política no quadro helénico, assistimos à ascensão de outras *poleis*, enquanto potências emergentes que alinharam ao lado de Esparta. Tebas granjeou particular protagonismo nesse rol de vencedores que, como analisado no capítulo anterior, preservou uma política analogamente contígua e harmoniosa com as autoridades lacónicas; um músculo preponderante na cooperação bélica com Esparta, na guerra contra a cidade de Palas, contribuindo extensivamente com recursos materiais e humanos³. Porém, a lua-de-mel entre os blocos beócio e peloponésico chegou abruptamente ao fim, surgindo sinais evidentes de modificações estruturais na estratégia tebana, que conduziram ao esfriar de relações e ao seu gradual afastamento dos compromissos para com o aliado lacedemónico.

O Sinédrio dos Aliados, realizado no Inverno de 405/404, retratou, sem dúvida, o ponto de ruptura das conformidades entre Tebas e Esparta, ocasionado pelas crispações diplomáticas daí resultantes⁴. A fim de ajustarem os termos da rendição, os Atenienses delegaram um corpo diplomático plenipotenciário rumo à Lacónia e cujo episódio é narrado por Xenofonte:

Quando chegaram [os delegados Atenienses], celebrou-se uma assembleia (*ekklésia*), em que Coríntios e Tebanos, principalmente, mas também muito dos demais Helenos, propunham aniquilar os Atenienses e não realizar pactos com eles. Os Lacedemónios, porém, disseram que não submeteriam à escravatura uma *polis* helénica que havia actuado positivamente nos momentos de maior perigo que a Hélade havia tido, mas que fariam a paz à condição de que, dismantelariam as Grandes Muralhas e o Pireu, entregariam todas as trirremes, excepto doze, acolherem os exilados e compartilhar os mesmos amigos e inimigos dos Lacedemónios e que os seguiriam por terra e por mar a onde os conduzissem (*Hell.* 2.2.19-20).

A moção dos Tebanos e Coríntios para a destruição da *polis* ateniense, cuja autoria é atribuída ao tebano Erianto⁵, obtivera forte acolhimento e aceitação, sendo

acções lacedemónicas no Egeu (vide supra 1.4); vide Parke (1930) 50-51; cf. Plut. *Lys.* 4.3-4; 9.1; Xen. *Hell.* 2.1.13-14.

³ Vide Cook (1988) 27.

⁴ Vide Buck (1994) 24-25.

⁵ Cf. Plut. *Lis.* 15.2; Conforme notifica Buck, este Erianto surge em algumas fontes sob várias denominações: Eriates, Eriáncio, etc. Independentemente disso, o historiador reforça que este Erianto seria Ariântides, filho de Lisimáquides, *beotarcha* em funções durante a batalha de Délio, identificado por Tucídides (4.91), e navarco da frota beócia em Egospótamos. É provável que fosse membro da elite dirigente de Tebas; cf. Buck (1994) 23 (e respectiva n.65); De encontro a esta perspectiva, Bostford salienta que os *beotarchai* eram os representantes dos Beócios nas relações externas, mas dependentes das decisões da *boule* dos Beócios; vide Bostford (1910) 288.

reflexo do sentimento massivo dos restantes Helenos que ostentavam o desejo de vingança pela atitude despótica que Atenas exercera ao longo da Guerra do Peloponeso⁶. A proposta era inflamável e inerente às rivalidades hereditárias que consumiam ambas as *poleis*. Erianto tinha mesmo sugerido o extermínio dos Atenienses e abandonar a Ática a fins pastorícios (Plut. *Lys.* 15.2; D.S. 15.63.1; Isoc. 14.31). Todavia, e tendo em consideração a proximidade geográfica, é verosímil que as intenções tebanas se mobilizassem para objectivos mais latos e concretos que servissem os seus próprios interesses a curto e/ou médio prazo. A ausência de um poder na península ática não só permitiria acabar com as disputas fronteiriças, como também possibilitaria a Tebas ampliar as suas fronteiras (ou área de influência) para o sul e eventualmente retirar dividendos das aliciantes minas de Láurion, situadas no Cabo Súnio.

Os Lacedemónios, porém, recusaram a “selvagem” moção levantada por Erianto, provavelmente decifrando os desígnios tebanos, e assumiram a condução das negociações⁷. Mas, as autoridades lacónicas não se limitaram a vetar a proposta tebana. O uso de argumentos alusivos à conjuntura das Guerras Pérsicas⁸ era humilhante e depreciativo para a delegação beócia presente no Sinédrio dos Aliados, ridicularizando-a perante os outros Helenos. Ainda que Esparta tenha tocado numa velha cicatriz que ficaria para sempre correlacionada com os Tebanos, as suas alegações estariam canalizadas para os novos projectos dirigidos para oriente e que se traçavam no horizonte lacedemónico⁹.

⁶ Vários são os exemplos: Eginetas, em 431 (cf. Tuc. 2.27); Mélios em 415 (cf. Tuc. 5.16.2-3); entre outros exemplos; Cf. Xen. *Hel.* 2.2.3.

⁷ Cf. Xen. *Hell.* 2.2.20; Plut. *Lis.* 14.4-5; cf. D.S. 13.107.4; Michael Sage terá razão em apontar: «“Sparta would be better served by a weakened and subservient Athens that could serve as a buffer against future Theban ambition”», e na qual refutamos a premissa de Buck («“Probably the real reason for the Spartan action was to curb the aggressiveness of the Boiotians”»). Para as duas perspectivas referidas, vide Sage (1996) 133-134; Buck (1994) 25; Cook (1988) 83.

⁸ «“Os Lacedemónios, porém, disseram que não submetteriam à escravatura uma *polis* helena que havia actuado positivamente nos momentos de maior perigo que a Hélade havia tido...”» (Xen. *Hell.* 2.2.20); Durante a Segunda Invasão Persa à Hélade (480-479), a maior parte dos Beócios, incluindo os Tebanos, optaram por *medizar*, ou seja, compactuar com o invasor oriental (cf. Hdt. 7.132.1). Por outro lado, e não obstante a legitimidade encerrada nas alegações lacedemónicas, estas não deixaram de ser contraditórias à luz do desfecho que determinaram para Plateias (vide supra 1.1.1.)

⁹ D.W. Lewis sublinha o reemergir do sentimento pan-helénico e anti-persa, e o despertar das ancestrais dicotomias de ocidente *versus* oriente, tão usuais em Heródoto. A morte do *basileus* persa, Dario II, em 404, representaria o findar de relações protocolares, entre Gregos e Bárbaros, e a sucessão de Artaxerxes II ao trono imperial, não amputaria os eventuais perigos que advinham do traçar de políticas de afirmação do novo monarca que poderiam colidir com as comunidades jónicas sediadas na embocadura do império persa; vide Lewis (2006) 27-28.

Relativamente à rectificação da rendição ateniense, as cláusulas promulgadas permitem antever, com alguma clarividência, as reais intenções lacedemónicas quanto ao destino final da cidade de Palas. Além das exigências em torno da supressão das únicas insígnias que restavam da sua soberania – o Pireu e as Grandes Muralhas – de limitar quantitativamente, mas de forma substancial, a sua frota e de reconhecer a supremacia lacedemónica¹⁰, o aditamento referente ao retorno dos ostracizados era, certamente, o tópico mais delicado¹¹. Segundo o tratado aristotélico, estes exilados eram aristocratas de orientação oligárquica que pretendiam destronar a democracia e estabelecer o regime dos melhores (*kalagathoi*), administrado com base na «constituição ancestral» (*patrios politeia*) e que garantia o aval de Esparta¹². Desta forma, a fixação de um governo fantoche filo-lacónico em Atenas, permitiria aos Lacedemónios vigiar e controlar de forma eficiente as actividades na Beócia, confinando-a às suas fronteiras e enfaixando-a em dois pólos de influência de Esparta – a Tessália e a Ática. Com efeito, a região ática serviria os interesses da política externa lacedemónica, centrada em três grandes teatros de operações articulados entre si – as áreas setentrionais da Hélade, a Ásia Menor e o Egeu – militarmente estratégicos e cruciais no desenrolar do seu novo papel hegemónico que garantiriam a continuidade do projecto arquitectado por Lisandro¹³.

Mas foi sob o coro de vozes discordantes dos alinhados que os Lacedemónios prosseguiram os seus intentos, celebrando uma aliança particular com os Atenienses e impondo-lhes um modelo de gestão política que seguiu a linha de interesses de Esparta, elegendo um *corpus* governativo em Atenas, denominado por Os Trinta (*Triaconta*). A diplomacia tebana lambia as feridas amargas do fracasso. Porém, a sorte benevolente que recaiu sobre a cidade de Palas, ditada pelo voto único de Esparta, provocou o

¹⁰ Cf. D.S. 13.107.4; existem oscilações em algumas autoridades quanto ao número de trirremes que eram permitidas aos Atenienses. Diodoro (13.107.4) aponta para dez trirremes, enquanto Xenofonte, conforme é referido no passo transcrito, discrimina doze embarcações, assim como Andócides (3.12). Já Plutarco (cf. *Lys.*14.4-5) deixa a questão em aberto.

¹¹ Esta medida era distinta da que Lisandro adoptara ao ordenar o regresso a Atenas das guarnições atenienses dispersas pelo Egeu, para esgotarem mais rapidamente os recursos internos da cidade. (cf. *Xen. Hell.* 2.2.2).

¹² Cf. *Arist. Const. Aten.* 34.3; e. g. Pitodoro (Junta dos Quatrocentos e eleito arconte em 404, durante o governo d'Os Trinta); vide Lewis (2006) 30.

¹³ Por áreas setentrionais da Hélade entenda-se a região tessálica e toda a faixa, essencialmente, costeira da Trácia até Bizâncio. Numa fase inicial, Esparta centraria os seus esforços na Tessália, assegurando a continuidade de Heracleia Traquínia na sua posse, formando oportunamente alianças, ora com Larissa, ora com o novo tirano de Feras, Lícofron; vide W.-G. e Morrison (1942) 65-66, 75; Ray (2009) 272-274. Sobre a articulação da política lacedemónica com os três teatros de operações, vide Lewis (2006) 27-28; 30-32; Perlman (1964) 70-71; 74-79.

estilhaçar do verniz nas relações do núcleo duro da coligação, no qual assentavam Tebas e Corinto¹⁴.

2.2 O gradual afastamento tebano da política lacedemónica

A humilhante derrota do corpo diplomático beócio alumiu as primeiras fissuras resultantes da colisão com a política de interesses de Esparta, comprometendo o equilíbrio e os laços construídos durante a Guerra do Peloponeso. Esparta tinha, efectivamente, desdenhado o pacto tebano-lacónico¹⁵, destituindo Tebas para uma posição subalterne durante as negociações com os Atenenses, no Sinédrio dos Aliados. Parece óbvio que as autoridades lacónias não tenham medido a extensão das consequências dos seus actos ao negligenciarem a moção de Erianto e a qual obtivera uma forte recepção de grande parte dos Helenos. No entanto, ao descurarem os princípios desse acordo, tinham desferido, despropositadamente, um golpe funesto à elite dirigente tebana. Adjacente a estes factores, perspectivava-se o receio lícito da *politeia* beócia com o enraizamento d'Os Trinta na Primavera de 404 (enquanto governo patrocinado por Esparta), e dos riscos que podiam advir das novas condicionantes políticas vigentes na Ática. A postura autoritária de Esparta e os sintomas de perigo da sua política externa tinham disseminado as sementes que impeliam a redefinições político-estratégicas de Tebas – e cedo essas transformações começaram a operar¹⁶.

Se numa primeira leitura, as lutas intestinas pelo poder na *polis* tebana estão mitigadas nas várias fontes primordiais, a partir de 404 essas disputas surgem de forma evidente, sendo os *Oxyrhynchi papyri* a principal ferramenta para o estudo dessa problemática. O historiador dos *Hellenica Oxyrhynchia* identifica as duas influentes heterias tebanas¹⁷: uma liderada por Isménias, Antíteo e Androclides, e a outra sob a alçada de Leoncíades, Asias e Coeritadas (17.1). Os vários testemunhos corroboram que Isménias e os seus correligionários seguravam a posição predominante nas várias instituições soberanas de Tebas e na *boule* dos Beócios, em 395¹⁸. Situação que diverge

¹⁴ Vide Perlman (1964) 68.

¹⁵ Cf. Tuc. 5.39.2-3; Este acordo foi estipulado pouco depois da *Paz de Nícias* e garantia uma plataforma igualitária entre ambos os blocos (vide supra 1.2)

¹⁶ Vide Perlman (1964) 65-66; Cook (1988) 83.

¹⁷ Para compreensão da dinâmica de *hetairiai*, vide Cook (1988) 77.

¹⁸ Cf. *Hell. Oxy.* 17.2; Xenofonte (cf. *Hell.* 3.5.1) nomeia Isménias, Androclides e Galaxidoros; Diodoro (14.82.7) identifica Isménias na qualidade de líder dos Beócios; Já Pausânias (3.9.8) diz-nos que a facção

relativamente à conjuntura da «Guerra de Deceia», em que a facção de Leoncíades dominou a cena política e os órgãos colegiais tebanos e beócios (*Hell. Oxy.* 17.2-4).

Num espaço temporal, sensivelmente, de dez anos, assistimos, portanto, à rotação política (*stasiasmon*) entre facções. Mas, quais as razões que conduziram a essa alternância? Em que espaço temporal concreto se situa essa passagem de poder para as mãos de Isménias e restantes associados? As fontes não são susceptíveis em apontar pormenores para as modificações políticas verificadas na *polis* tebana e a investigação moderna tem-se debruçado sobre as principais problemáticas, embora as conjecturas não sejam totalmente satisfatórias. A chave para o enigma reside na seguinte afirmação: «“Naquele tempo [em 395] e mesmo um pouco antes, a facção de Isménias e Androclides era dominante entre os Tebanos e no conselho (*boule*) dos Beócios”» (*Hell. Oxy.* 17.2). É certo que, logo em 404, começam a surgir sinais inequívocos na arquitectura de um verdadeiro jogo de sombras por parte dos Tebanos face ao crescente constrangimento lacedemónico, optando por uma atitude flutuante e dissimulada e afastando-se de futuras cooperações em campanhas militares. Mas, procuremos encaixar convenientemente as peças do *puzzle* através das pistas fornecidas nas secções seguintes.

2.2.1 A *stasis* ateniense – análise de problemáticas

Com o fim da Guerra do Peloponeso, a paz chegou ao som de flautas e com a demolição das Grandes Muralhas enquanto o mundo helénico rejubilava com o início da liberdade (*Xen. Hell.* 2.2.23; *Plut. Lys.* 15.4). Mas, no Outono de 404, a cidade de Palas voltou a assumir o protagonismo no teatro de operações gregas. Os Tebanos exerceram sólido influxo nas manobras, ao auxiliarem os refugiados Atenienses durante a conjuntura em que Os Trinta administraram funções. A propinquidade geográfica com a península ática tornou as *poleis* tebana e megarense os principais receptáculos das forças em fuga ao regime opressivo e à atmosfera de terror que se vivia em Atenas, marcado por um maior radicalismo oligárquico, que fracturou a sociedade ateniense e encetou uma autêntica caça aos democratas¹⁹.

de Isménias, além de Coerítadas, era composta por Anfíteo. Existem indícios que levantam a possibilidade de Anfíteo e Anfíteo serem a mesma pessoa; vide McKechnie e Kern (2007)161-162.

¹⁹ Cf. *Xen. Hell.* 2.3.11-4.1; *Aristot. Const. Ath.* 35.4.1. Também Argos acolheu exilados Atenienses (cf. *D.S.* 14.6) Este período ficou marcado por uma atmosfera de terror e por graves perturbações internas

Plutarco enumera, na *Vida de Lisandro* e em contexto mais tardio, os vários motivos que guiaram à degradação de relações entre Tebanos e Lacedemónios e que estão na origem da Guerra Beócia, em 395. Foquemo-nos, por enquanto, no que refere à situação ateniense:

Mas acima de tudo, por terem [os Tebanos] auxiliado os Atenienses a libertarem-se do jugo dos Trinta tiranos que ele [Lisandro] tinha estabelecido, e cuja atmosfera aterrorizadora os Lacedemónios tinham aumentado ao decretarem que os fugitivos Atenienses deviam ser trazidos de volta a partir dos locais em que se tinham refugiado, e que todos os que impedissem o seu retorno seriam considerados inimigos de Esparta. Em resposta, os Tebanos emitiram «contra-decretos», semelhantes em espírito aos deveres beneficentes de Hércules e Dioniso, no sentido em que cada casa e *polis* da Beócia deviam estar abertas a esses Atenienses que pedissem socorro e todos aqueles que não ajudassem um fugitivo, deveriam ser multados no valor de um talento; e se alguém carregasse armas através da Beócia contra os tiranos de Atenas, nenhum Tebano o veria ou ouviria. Mas eles não se limitaram a votar tais decretos, que de tão helénico e humano tinham sem, ao mesmo tempo, fazerem as suas acções corresponderem aos éditos; mas Trasíbulo e todos os que estavam com ele na ocupação de File, tinham avançado desde Tebas, e os Tebanos não só lhes forneceram armas e dinheiro, mas também sigilo e uma base de operações (Plut. *Lys.* 27.2-4).

Os incidentes decorridos ao longo da *stasis* ateniense propiciaram ao clima de suspeição e desconfiança no eixo tebano-lacónico. O passo é explícito: os Lacedemónios acusavam as autoridades cadmeias de terem deferido salvo-conduto aos refugiados Atenienses, com a concessão de determinadas benesses a esse extracto democrático, e de estarem implicados nas manobras que derrubariam a estrutura oligárquica e filo-lacónica vigente na *polis* ateniense. A proveniência das movimentações bélicas das forças rebeldes lideradas por Trasíbulo, democrata convicto e um veterano de guerra, a partir do território jurídico de Tebas, ao fortificado fronteiro de File, enfatiza o ineludível associativismo (Xen. *Hell.* 2.4.2; D.S. 14.32.1). É, todavia, certo que esse auxílio fosse inicialmente de expediente particular e só pouco mais tarde, extensível a toda a Beócia, sob forma de decreto, segundo o qual os lares da Beócia deviam estar abertos a todos os Atenienses que o pedissem; na recusa ao acto de

com proscricções e processos injustos, motivados por razões político-pessoais, cuja condenação do estadista Terâmenes foi a mais flagrante; vide Swoboda (1900) 89; Parke (1930) 52.

hospitalidade, o infractor deveria pagar o valor de um talento de multa²⁰. Elaborando esses decretos, sustentados em fundamentos religiosos, os Beócios contornavam habilmente as intransigências lacedemónicas, concebendo o álibi perfeito que evitou a extradição dos refugiados Atenenses.

Todos os indícios apontam para que o grupo de Isménias estivesse nos bastidores a coordenar as actividades de Trasíbulo para o grande palco ático, base pelo qual lhes seria conotado – erradamente – o termo *pro-atenienses*. É manifesto que o estatuto atribuído à facção de Isménias é apenas de carácter acusatório, possivelmente estigmatizada pelos próprios adversários políticos. O autor dos *Hellenica Oxyrhynchia* reitera ainda que Isménias e os seus seguidores “não estavam preocupados com os Atenenses...” (17.1). A narração é interrompida, contudo, pelas fatalidades do tempo que deterioraram o fragmento. Na realidade, a matriz político-ideológica da facção de Isménias era, *ipso facto*, de natureza oligárquica, mas a ameaça latente do espectro da *arche* espartana, as necessidades do momento e o ónus da própria *Machtpolitik* tebana foram a força locomotora para suprimir eventuais intempéries num auxílio pragmático aos atenienses revoltosos²¹.

Infelizmente, o silêncio das fontes inviabiliza uma percepção totalizante do cenário político tebano e do papel de Leoncíades na nova abordagem beócia, em 404. O historiador dos *Hellenica Oxyrhynchia* é categórico em considerar a facção de Leoncíades sectária da política lacedemónica (17.1; 18.1). Mas, estariam os acontecimentos *a posteriori*, ou seja, de 382 (vide infra 4.3) na base para essa designação? É provável que não. Se houve de facto permutação de heterias à frente dos negócios da *polis* tebana e da simaquia da Beócia, a ilação exequível a retirar seria que, além de eventuais declives na estratégia local e/ou regional, o programa de ambas as facções era incompatível no *modus operandi* na política externa²².

Foi mencionado nas secções antecedentes que o fracasso diplomático tebano, reflectido na recusa à proposta de Erianto no Sinédrio dos Aliados, enfraqueceu a autoridade de Leoncíades, na qualidade de líder da facção governante em Tebas, em 405, potenciando eventuais implicações colaterais no quadro interno tebano. Não

²⁰ O passo de Plutarco é também atestado em Diodoro, cf. 14.7; cf. *Hell. Oxy.* 17.1; vide McKechnie e Kern (2007) 162; Cook (1988) 62-63.

²¹ Com o fim da Guerra do Peloponeso, a forte política “anti-aticista” desenvolvida pelos Beócios perdeu a sua substância com a capitulação ateniense e, assim sendo, não seria mais necessário apoiar a “causa espartana”, vide McKechnie & Kern (2007) 162; Buck (1994) 26; Cook (1988) 63; Perlman (1964) 65.

²² Alguns investigadores têm apontado, com algumas reservas, a hipótese de uma aparente simbiose de ambas as heterias; vide Buck (1994) 27; Cook (1988) 70.

obstante, é impossível ficar alheio a quanto Tebas (e a Beócia) prosperou e auferiu com o fortificado de Deceleia, pelo espólio adquirido na pilhagem da Ática e obtenção de pontos-chave na linha de pressão fronteira ático-beócia. A actuação nesse período da guerra garantiu à facção de Leoncíades um estatuto de clara proeminência e de prestígio em Tebas e na simaquia, que lhes terá permitido firmarem posições nos órgãos de soberania locais e beócias na primeira lua nova a seguir ao solstício de Inverno²³, ou seja, cerca de quatro meses antes do estabelecimento do regime d’Os Trinta, em Abril de 404 e numa altura em que o futuro era ainda indefinido. O turbilhão dos novos tempos e as circunstâncias políticas em torno de Atenas viriam, porém, marcar o ponto de viragem (evidente) na política tebana – a alavanca que forneceu os instrumentos para a crescente influência da heteria de Isménias.

A abordagem hostil de Esparta, em forma de ultimato, na requisição do repatriamento dos refugiados atenienses abrigados em território tebano (Plut. *Lys.* 27.2), permitiu à facção de Isménias sólidas intervenções, com tónica anti-lacónica, junto do corpo eleitoral da classe hoplítica e cavaleira (*hippeís*) tebana e beócia, na *boule* tebana e na *boule* dos Beócios²⁴. De resto, o grupo de Isménias tinha um leque de argumentos que jogavam a seu favor e que obrigaria a *politeia* beócia a olhar em prol dos seus próprios interesses e a temerem o novo *status* de Esparta. Alguns foram já aqui referidos: o desprezo lacedemónico pelo tratado tebano-lacónico e a humilhação no Sinédrio dos Aliados (vide supra 2.1 e 2.2), além das novas condicionantes políticas na *polis* ateniense com Os Trinta, as actividades lacedemónicas na Tessália e quanto esse êxito comportaria riscos para a Beócia. Mas outras premissas se assomam a estas: as vantagens e os dividendos que poderiam obter, no caso dos Atenienses revoltosos, sob o comando de Trasíbulo, saírem vencedores na querela ática²⁵; a ausência de entrega e divisão do *dekatos* (um décimo) dos espólios de guerra resultantes de Deceleia, exigidos, por direito, pelos Tebanos aos Lacedemónios²⁶ e com particular destaque na

²³ Cf. Plut. *Pel.* 24.1; Xen. *Hell.* 5.4.4; Ou seja, nos finais de Dezembro de 405, inícios de Janeiro de 404, onde é datável o início do ano civil no calendário beócio. Margareth Cook oferece uma nova perspectiva através deste pormenor que tem sido negligenciado pela escolástica e que certamente nos dá uma nova luz sobre a problemática, embora Cook situe – erradamente – o Sinédrio dos Aliados na Primavera de 404; vide Cook (1988) 62.

²⁴ A *agora* como local de “angariação” de votos pelo seu carácter público, vide Cook (1988) 80-81. Sobre a *boule* beócia, vide Cook (1988) 67.

²⁵ Vide Buck (1994) 28

²⁶ Cf. Plut. *Lys.* 27.2; Xen. *Hell.* 3.5.5; Que seriam dedicados a Ptoan Apolo, vide Buck (1994) 25; Perlman (1964) 70.

propaganda anti-Lisandro²⁷. A exposição destes tópicos pela heteria de Isménias, perante os seus concidadãos, terá sido fundamental para manipular o grosso do eleitorado e cingir o espaço de acção da facção de Leoncíades²⁸.

Contudo, os eventos em Atenas, com as actividades de Trasíbulo, não passaram despercebidas no Peloponeso. Prevendo os riscos em torno do governo patrocinado d'Os Trinta, os Lacedemónios accionaram os mecanismos de alianças para a realização do cerco ao Pireu. Os Beócios e também os Coríntios foram os únicos que não corresponderam ao comando²⁹. A agitação interna ateniense foi resolvida mediante arbitragem lacedemónica com a restauração da democracia por juízo popular, em 403, naquela que foi a primeira divergência pós-Guerra do Peloponeso mas que evidenciou os primeiros indícios de resistência ao projecto lacedemónico por Tebas e Corinto. O carácter pontual da situação não conduziu a qualquer acto de *revanche* a ambas as *poleis*. Porém, um novo teste de lealdade para com Esparta surgiria, pouco tempo depois, na mobilização punitiva à Élide, em 402 (Xen. *Hell.* 3.2.21-30; D.S. 14.17.4-12).

2.2.2 A campanha peloponésica na Élide – análise e problemáticas

Se a problemática ática foi um tanto ou quanto contenciosa por Tebas, a verdade é que as operações militares lacedemónicas impulsionadas contra a *polis* elidense foram um autêntico grito de alarme para o mundo grego³⁰. As razões para as hostilidades são transversais, uma vez que estas remontam às Olimpíadas de 420 (cf. Tuc. 5.49-50), durante a ruptura conjuntural peloponésica que se desencadeou a batalha de Mantinea de 418 – ecos de antigas feridas que teimavam em não sarar. Não obstante os pretextos utilizados que dariam uma certa legitimidade à campanha, é admissível que os fundamentos específicos para a realização do empreendimento tenham como base o desejo primordial de Esparta no desmantelamento da Élide em pequenas células

²⁷ As fontes corroboram o estatuto de Lisandro após a Guerra do Peloponeso como sendo o homem mais poderoso da Hélade, cf. Plut. *Lys.* 16.1; Vide Perlman (1964) 66.

²⁸ Vide Cook (1988) 80; 83.

²⁹ Estes alegaram que não iriam romper os juramentos de Paz de 405, uma vez que «os Atenienses não haviam feito nada em contrário ao tratado». Mas Xenofonte estará certo em julgar que a principal preocupação cingia-se ao medo de Tebas e Corinto que Esparta se apropriasse “com todas as garantias” da Ática; cf. Xen. *Hell.* 2.4.30; 3.5.8,16) cf. D.S. 14.33; Vide Buck (1994) 28.

³⁰ Vide Perlman (1964) 74.

autónomas³¹, conforme ditavam as exigências do eforato (Xen. *Hell.* 3.2.23), impondo a sua influência através das heterias filo-lacónicas e reduzindo eficazmente as actividades anti-espartanas que se faziam sentir pelas mãos do líder da facção democrata Trasídeu. Trata-se, evidentemente, de uma medida que demarca de forma clara o carácter agressivo da estratégia externa lacedemónica no fortalecimento da sua posição no Peloponeso.

Com o conseqüente estalar da guerra, Esparta executou os procedimentos preliminares na convocação dos aliados (Atenienses incluídos) mas com nova abstenção tebana e coríntia na intromissão interna de outras *poleis* (Xen. *Hell.* 3.2.25; D.S. 14.17.7). Há, no entanto, um passo das *Helénicas* sugestivo que merece alguma atenção e uma leitura mais perspicaz, embora a sua interpretação não passe de pura conjectura.



Mapa 3. Béocia – Golfo Coríntio - Élide

Segundo Xenofonte, as autoridades elidenses enviaram embaixadas a todas as *poleis* «“que, segundo os seus conhecimentos, eram hostis aos Lacedemónios”» (Xen. *Hell.* 3.2.24). A pergunta que se impõe é a seguinte: até onde se desdobravam esses conhecimentos? Possivelmente, o apelo direccionou-se aos Argivos e Mantíneos, enquanto opções viáveis e à semelhança de 418, mas haveria outras *poleis* envolvidas para lá do Peloponeso? Robert Buck aponta que, presumivelmente, a facção de

Isménias detinha uma forte influência em Tebas e, naturalmente, na simaquia ou, pelo menos, já estariam na posse da maioria dos cargos políticos por esta ocasião. Mas os testemunhos não indiciam quaisquer ligações dos Elidenses com outros agentes externos e a participação béocia está igualmente fora de questão, por duas razões: a

³¹ Situada no noroeste peloponésio, a *polis* elidense nasceu da congregação de várias pequenas células politicamente autónomas, através da guerra e da convenção dos seus múltiplos representantes, sendo um caso de sucesso do processo de sinecismo no período clássico, ocorrido sensivelmente em 471; cf. D.S. 11.54.1.

campanha militar tebana no Oropo e a incompatibilidade de expor as suas antipatias com Esparta, em pleno Peloponeso³².

Diodoro Sículo (cf. 14.17) situa a *stasis* orópica pela mesma época em que os Lacedemónios iniciaram as hostilidades contra a Élide, o que poderia constituir o pretexto justificado para Tebas não participar na campanha elidense. Oropo adquiriu o estatuto de autonomia, sensivelmente, em 404, depois de alguns anos sob domínio tebano (412/411-404), tendo vivido sob regime democrático³³. Expulsos da província, a facção oligárquica foi obrigada a pedir auxílio aos Tebanos, em 402, que cerraram fileiras e reagregaram o território sob jurisdição de Tebas pouco tempo depois, concedendo-lhes a cidadania tebana (*isopoliteia*). No que toca a uma possível cooperação militar com os Elidenses, e ainda que o Golfo de Corinto se pudesse estabelecer como corredor auxiliar para salvaguardar uma passagem segura (ver mapa 3), o distanciamento e a dimensão do conflito ainda não propiciavam à colisão directa entre Tebas e Esparta. Enquanto isso, Isménias e os seus associados soldavam o seu lugar nas magistraturas internas com o êxito da reconquista do Oropo.

2.2.3 Áulis, bastião de jogos de poder

Ao cabo de dois anos, o findar do conflito na Élide proporcionou o robustecimento da autoridade lacedemónica no Peloponeso e, por consequência, do seu *status quo* no mundo helénico³⁴. As actividades circunspectas desenvolvidas em torno de uma política pan-helénica (e não necessariamente anti-persa) que tinha vindo a ser fomentada desde o final da Guerra do Peloponeso, aliada a um dinamismo diplomático agressivo, conferia-lhe esse estatuto. Aliás, os acontecimentos que foram descritos até ao momento: a reorganização administrativa ateniense – sob o regime d’Os Trinta – e a segmentação da Élide, levantam suspeitas de actos premeditados e vestígios de uma estratégia ensaiada pelos círculos de poder lacedemónicos. Embora o sistema de

³² A proposta apresentada por Buck, que situa o *stasiasmon* tebano entre a *stasis* ateniense e a ocupação do Oropo/ campanha elidense, ou seja entre o solstício de Inverno de 404 /403, encaixa nesta perspectiva. Vide Buck (1994) 28; Cook (1988) 83-84.

³³ Vide Rhodes (2006) 245. A questão do Oropo levanta fortes dificuldades de datação. Sobre o assunto, vide Buck (1994) 123-126.

³⁴ Vide Perlman (1964) 74. A paz foi firmada com uma aliança entre os principais contendores, contudo, teve um forte impacte na textura da *polis* elidense instituindo uma perda substancial de terra com o espartilhamento da região; cf. Xen. *Hell.* 3.2.30-31.

dekadarchiai de Lisandro tenha sido abolido no Outono de 403, Esparta não estava, efectivamente, disposta a abdicar dessa hegemonia³⁵.

As autoridades cadmeias souberam gerir e manter uma orientação ambígua e até mesmo passiva aos acontecimentos exteriores à Beócia, sem romperem abertamente os elos que ainda unia os dois blocos, todavia, os contrastes e antagonismos foram diluindo cada vez mais para o oposicionismo evidente. A recuperação de Heracleia e a expugnação da população autóctone na região de Oetes (D.S. 14.38.4-5) pelos Lacedemónios, em 400/399, ocasionou natural apreensão na cidade de Cadmo³⁶. No entanto, será nos anos de 397 e 396 que as conformidades entre Tebas e Esparta – ocas e fortemente deterioradas – atingem o seu limiar.

A ascensão de Agesilau ao trono lacedemónico, sucedendo a Ágis, pela casa dos Euripôntidas, contribuiu para a revigoração das linhas do projecto asiático³⁷. Perceptor da directriz hegemónica lacónica e associado ao grupo de Lisandro, a campanha asiática movida pelo novo rei, concedia-lhe o móbil ideal para a sua afirmação perante a casta aristocrática (e guerreira) lacedemónica, depois da polémica envolta na investidura em disputa com Leotíquides, filho de Ágis³⁸. Recorrendo ao tradicional método de requisição dos aliados, Aristomelidas, provavelmente *proxeno* dos Tebanos³⁹, é delegado para Tebas a fim de averiguar se estes se juntariam à empresa na libertação da Jónia. A proposta foi, evidentemente, recusada. O círculo de Isménias e Androclides estava, por esta altura, cimentado no poder e a sua influência nas *boulai* locais e junto dos Beócios estaria guarnecida. Será presumível julgar-se que as boas relações de Aristomelidas com os Tebanos se resumissem, essencialmente, à facção de Leoncíades e Coerítadas. Não obstante, os Lacedemónios estavam, aparentemente, dispostos a beneficiar da integração de forças beócias no exército pan-helénico que partiria para o Oriente⁴⁰.

Depois de reunidos os aliados e cumpridas diligências e formalidades locais para a campanha militar na Ásia Menor, Agesilau reuniu as forças expedicionárias em

³⁵ Cf. Xen. *Hell.* 3.4.2; vide Parke (1930) 52; Perlman (1964) 73-74

³⁶ Os Lacedemónios terão também tomado Farsalo por esta altura, o que lhes conferia uma forte influência na região central da Hélade e no sul da Tessália (cf. D.S. 14.82.6). Vide Seager (2006) 97; Perlman (1964) 75; Cook (1988) 84.

³⁷ Cf. Xen. *Hell.* 3.4.2; vide Cawkwell (1976) 66; Perlman (1964) 77.

³⁸ Agesilau era filho de Arquidamo em segundas núpcias, ou seja, meio-irmão de Ágis. Sobre a ascensão de Agesilau ao trono, cf. Xen. *Hell.* 3.3.1-4; *Ages.* 1.5; Plut. *Ages.* 3.

³⁹ Segundo Pausânias (3.9.3), os elos entre Aristomelidas e Tebas remontavam à rendição dos Plateenses, em 427; vide Buck (1994) 29.

⁴⁰ Vide Buck (1994) 29.

Geresto, na Eubeia, em 396. Porém, antes de partir para Éfeso, Agesilau deslocou-se numa trirreme com alguns dos seus companheiros mais próximos a Áulis, no território beócio, para a realização de sacrifícios e libações benéficas. A ocorrência não é inócua, nem acessória. Trata-se do pináculo da política pan-helénica, licitamente sustentada na campanha asiática contra o ancestral inimigo grego – o Persa. Do simbolismo de Áulis – estandarte das epopeias homéricas, do ciclo épico troiano e da tragédia ática – ressoam ecos da época micénica, onde Agamémnon sacrificou a sua filha, Ifigénia, para obter o favorecimento de Ártemis. Os analogismos são claros e será pertinente reflectir no passo de Plutarco (*Ages.* 6.4.), que projecta a campanha para uma dimensão divinizada e heróica. Foi através de sonhos que Agesilau ficou ciente do seu destino e pretendia selá-lo em Áulis, na qualidade de comandante supremo dos Helenos. O relato transmite uma predominante linguagem ideológica e de poder, que legitima as ambições do rei lacedemónio. O biógrafo menciona ainda que Agesilau escolheu o seu próprio *mantis*⁴¹ para a realização das libações, em detrimento dos vaticinadores locais nomeados pelos representantes beócios para o efeito, prática que ia em contrário aos costumes da Beócia (Plut. *Ages.* 6.6).

Ao tomarem conhecimento da conduta de Agesilau, os *beotarchai* enviaram oficiais de menor gabarito, impedindo-o de continuar os sacrifícios (Xen. *Hell.* 3.4.4). O acto consistiu num severo golpe na reivindicação pan-helénica de Agesilau e, embora Plutarco justifique a intervenção dos oficiais beócios, fundamentado na transgressão de Agesilau da *patria boiotios*, tais argumentos não deixam de transparecer uma certa relatividade tendo em conta a dimensão política do assunto. A ordem terá certamente partido da *boule* dos Beócios⁴² mas a ausência dos *beotarchas* é igualmente significativa. O despacho de oficiais menores para lidarem com as acções de Agesilau, renunciou o desdenhar e o desprezo do grupo dirigente tebano das reclamações expansionistas lacedemónicas. Com este acto de hostilidade directa, os Beócios tinham deixado gravada a sua posição perante a política despótica de Esparta.

2.2.4 As causas da eclosão da Guerra Beócia

A eclosão da Guerra Beócia, em 395, resume-se ao assumir de *casus belli* e de frontalidades entre as autoridades lacónicas e tebanas, após cerca de uma década de

⁴¹ Palavra que pode ser equiparada a «adivinho».

⁴² Este é o primeiro indício claro de que Isménias e os seus associados dominavam a cena política tebana e beócia; vide Cook (1988) 84.

agravamentos de vínculos, num ensaio preliminar à Guerra de Corinto. Ao longo deste capítulo, temos procurado observar a evolução política tebana e as causas que conduziram a essas crispações, em formato de conspiração sussurrada pela facção de Isménias. Embora os motivos sejam evidentes, o impulso para o estalar do conflito beócio pode encontrar as suas raízes nos condicionalismos externos.

Em 396, a revolução democrática na ilha de Rodes⁴³ revelou as primeiras vicissitudes da *anabasis* de Agesilau, embora com graves implicações na estratégia belicista lacedemónica pelo controlo da Ásia Menor. De facto, o ónus estratégico de Rodes só é compreensível se tivermos presente a importância da região da Cária – o grande sustentáculo da dominação persa na Jónia⁴⁴. Baluarte nas operações navais de controlo do sul da Cária, a perda de Rodes decapitou a possibilidade de articulação da frente terrestre e as forças anfíbias estacionadas na ilha.

Relacionado com os acontecimentos de Rodes, encontramos a complexa questão em torno do suborno persa às autoridades das principais *poleis* helénicas – Tebas, Corinto e Argos – por intermédio do ródio, Timócrates, com o móbil de fazerem guerra aos Lacedemónios e a fim de impossibilitar Agesilau de se embrenhar no interior da Ásia⁴⁵. Xenofonte indica que o ouro persa foi factor primário para o crepitar da *Hellados polemos*, mas esta avaliação é incorrecta⁴⁶. Tebas e Corinto tinham vindo a cultivar uma política anti-lacónica desde o fim da Guerra do Peloponeso (*Hell. Oxy.* 7.3) e a rivalidade ancestral entre Argivos e Lacedemónios era um dado adquirido (*Hell. Oxy.* 7.2). A promessa de fundos persas seria, todavia, um estímulo suficientemente sedutor para deslocar a esfera bélica para a Hélade, além de reforçar o espírito de coesão entre as *poleis* escolhidas numa Grande Aliança (*symmachia*) patrocinada pelo Império Aqueménida.

Mas a génese da Guerra Beócia suscita algumas dificuldades analíticas, uma vez que as fontes – Xenofonte, Pausânias e os *Hellenica Oxyrhynchia* – divergem entre si.

⁴³ Cf. *Hell. Oxy.* 15. A ilha de Rodes encontrava-se sob alçada lacedemónica e governada por um governo oligárquico fantoche, desde 411. O processo de sinecismo da ilha situa-se à volta de 408; sobre o assunto vide McKerchnie e Kern (2007) 149.

⁴⁴ Sobre a importância vital de Rodes pelo controlo do Egeu e da Ásia Menor, vide Hornblower (2006) 66-68, Perlman (1964) 79-80 e Rhodes (2010) 209.

⁴⁵ Cf. *Xen. Hell.* 3.5.1; *Plut. Ages.* 15.1-2. A datação avançada por Morrison e W.-G (em 402) para o suposto suborno, com base na literatura (e.g. *Plat. Rep.* 336a; *Meno* 90a), deve ser rejeitada; vide W.-G e Morrison (1942) 76-78.

⁴⁶ Cf. *Hell. Oxy.* 18.1. Concordamos com a visão do historiador dos *Hellenica Oxyrhynchia* em considerar que o ouro persa foi uma questão superficial relativamente às transformações intestinas em Tebas e Corinto, mas em consonância com os acontecimentos no Egeu e na Ásia Menor; vide Perlman (1964) 64-81. Buck afirma que «“No doubt, Timokrates came around; but it seems more reasonable to believe that he promised Persian funding for military operations...”», vide Buck (1994) 34.

Contudo, e apesar das disparidades, o ponto de confluência entre autores está no tom acusatório à facção de Isménias e Androclides de germinarem as hostilidades, por meios conspirativos, entre Focenses e (tudo leva a querer) os Lócrios Opúncios⁴⁷. Por razões óbvias, seguiremos com mais afinco o passo de Xenofonte:

Os dirigentes de Tebas ao compreenderem que, se nada começava a guerra, os Lacedemónios não iriam querer romper os pactos com os aliados, convenceram os Lócrios Opúntios para que cobrassem impostos no território disputado entre os Focenses e eles mesmos, pois consideravam que se isto ocorresse, os Focenses dirigiram-se contra a Lócride. E não se enganaram, e imediatamente os Focenses dirigiram-se contra a Lócride e apoderaram-se de muitas riquezas. Os de Androclides rapidamente convenceram os Tebanos para que acudissem os Lócrios, pelo facto dos Focenses terem invadido, não território em disputa, mas a Lócride, com quem se havia chegado a acordo de ser amigo e aliado. Quando os Tebanos, por sua vez, se dirigiram contra a Fócida e devastaram o seu território, os Focenses enviaram embaixadores à Lacedemónia e pediram que os acudissem, com o argumento de que não haviam iniciado a guerra, mas que tinham avançado contra os Lócrios para defenderem-se (*Hell.3.5.3-4*).

O autor de *Helénicas* é imperativo na acusação que faz à facção de Isménias de estar por detrás do artifício que originou as escaramuças entre Lócrios Opúncios e Focenses, e de colocar em causa a *koine eirene*, estabelecida em 405. Explorando as pontas soltas e as velhas disputas territoriais entre ambas as *poleis*, as autoridades tebanas incitaram junto dos Lócrios a colectar impostos numa área de jurisdição flexíloqua e origem da tensão entre Lócrios e Focenses⁴⁸. Através desse procedimento a Lócride Opúncia reivindicava a posse do território. A acção conspirativa do grupo de Isménias e Androclides perspectivava uma reacção dos Focenses, e esta não se fez esperar, ao atacarem directamente a Lócride. Tirando partido da situação e das relações amistosas com os Lócrios, a facção de Isménias instigou os Tebanos, e restantes Beócios, a intervirem na peleja. Com o território a ser avassalado, os Focenses dirigem-se a Esparta, a fim de obterem ajuda exterior.

Outras leituras podem ser retiradas da interacção entre a elite governante cadmeia e os dirigentes de Opús. Se de facto houve contactos entre as duas autoridades

⁴⁷ Para uma perspectiva pormenorizada das diferenças entre Xenofonte, Pausânias e os *Hellenica Oxyrhinchia* e respectivas conclusões e sugestões levantadas pelos historiadores contemporâneos, vide Buck (1994) 30-35 (e respectivas notas).

⁴⁸ Provavelmente a área de Dafno (cf. Tuc. 5.32.2; D.S. 12.80.4), vide Buck (1994) 33.

para instigar o conflito, os Lócrios estariam cientes de que os seus actos conduziriam à guerra com os seus vizinhos, e Tebas teria de dar garantias que iria cooperar na sua defesa. Outra possibilidade é que Isménias e os seus correligionários ter-se-iam aproveitado do reacender pontual dos antagonismos entre Lócrios e Focenses, para intervir nas suas disputas particulares e actuando como um chamariz aos Peloponésios. Apesar da plausibilidade desta perspectiva, a hipótese apresenta sérias dificuldades de corroboração.

A simples tentativa de ilibar a heteria de Isménias de qualquer maquinação não tem pontos de apoio e a tradição é unânime em apresentá-la como culpada pela eclosão da guerra, pelo que devemos colocar esta conjectura de lado mas não descartá-la na sua totalidade. Não obstante, é certo que o grupo de Isménias se predispunha na vanguarda para o ataque cerrado a Esparta, mas o ímpeto estava subordinado à vontade da *politeia* tebana e ao juízo da *boulê* dos Beócios. Podemos, efectivamente, imaginar a resistência interna, não só dos cidadãos «apartidários» mas também da facção de Leontíades, ao projecto belicista de abordagem directa aos Lacedemónios; o historiador dos *Hellenica Oxyrhynchia* é assertivo nesse exame (18.2). O *status* hegemónico lacónico ainda constituía uma barreira quase intransponível, ainda que imaginária, para os grupos socioeconómicos da *polis* tebana, e da restante Beócia, para declarar guerra aberta. Seja como for, o conflito lócrio-fócio abria à cidade de Cadmo a contingência evasiva para a colisão indirecta com Esparta, invadindo a Fócida.

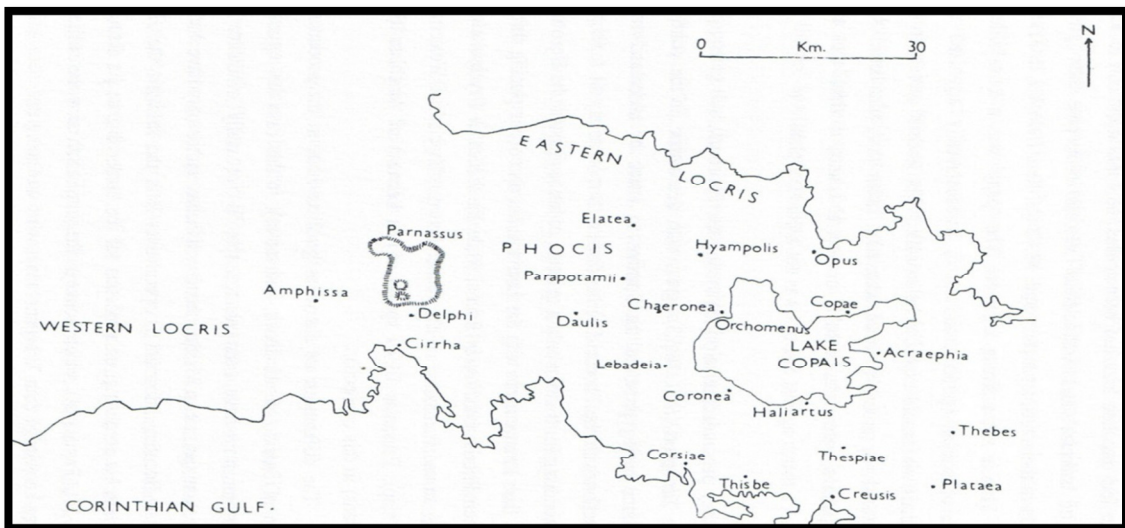
2.3 A Guerra Beócia

O itinerário da invasão beócia ao território fócio é facultado pelos *Hellenica Oxyrhynchia*:

Invadindo velozmente a Fócida e arrasando o território dos Parapotamios, Dáulios e Fanótios, os Beócios tentaram assaltar as cidades (*poleis*). Após atacarem Dáulis, retiraram-se sem nada terem alcançado; de facto, eles tiveram algumas baixas. Espoliaram pela força os subúrbios de Fanótis. Depois desta gesta, avançaram pela Fócida e, tendo devastado parte da planície em torno de Elateia e Pedieis e aqueles que viviam na região, retiraram-se. Enquanto se retiravam, passando pelas vizinhanças de Hiâmpolis, decidiram fazer o assalto à cidade. O local era moderadamente fortificado. Após o ataque às muralhas, sem qualquer entusiasmo, tudo o que conseguiram foi

perder oitenta homens e retiraram-se novamente. Feitos estes sérios prejuízos aos Focenses, os Beócios regressaram para a sua região (18.5).

Congregando as forças, os Beócios avançaram pela Fócida através da região fronteira adjacente à Beócia. É provável que o local de partida e de reunião do exército beócio fosse Orcómeno, ou até mesmo Queroneia, se atentarmos à rota adoptada para a campanha, rumo a noroeste⁴⁹. Seguindo a trajectória do rio Cefiso (curso hidrográfico que nascia no Monte Parnaso e desaguava no lago Copai), os Beócios atacaram as zonas raianas da Fócida. Dirigindo-se para o Norte, devastaram parte das planícies e das zonas de vale, de Elateia; quando se retiravam do território fócio, fizeram uma última ofensiva a Hiâmpolis, cujo resultado foi a perda de cerca de oitenta Beócios.



Mapa 4. A Guerra da Beócia. [Extraído de McKechnei e Kern (2007) 168].

O êxito da expedição é relativo. É perceptível que a campanha tenha servido para retirar dividendos próprios da guerra, porém não era uma acção de anexação territorial mas sim de desgaste. O fracasso no assalto às localidades de Paraptomia, Dáulis, Fanótis e Hiâmpolis, revela a ausência de engenheiros e de maquinaria de cerco. Contudo, é provável que tenha passado pela cabeça dos beotarcas, que seguramente acompanhavam o exército, esforçarem-se no cerco a Hiâmpolis. Situado a meio-caminho entre o limite fronteiro do distrito de Orcómeno e Ópus, na Lócride, o sítio detinha certo interesse estratégico para os Beócios, mas as causalidades do falhanço levou-os a retirarem-se novamente para o plano beócio⁵⁰. Com o território avassalado,

⁴⁹ Vide Buck (1994) 35-36

⁵⁰ Cf. *Hell. Oxy.* 18.5; vide Cawkwell (1976) 81

restou aos Focenses recorrerem aos aliados Peloponésios, para que estes lhes prestassem auxílio.

O oportunismo gerado em torno do conflito fócio-beócio ofereceu o pretexto ideal a Esparta para finalmente hostilizar com os Beócios. A requisição de Lisandro junto do órgão colegial do eforato, na mobilização dos Lacedemónios para a guerra e para ele próprio comandar essas forças, apesar da sua idade avançada (cf. Plut. *Lys.* 28.1), afigura-se como o ponto culminante do ressentimento lacedemónico face ao desrespeito das autoridades tebanas. A abordagem militar lacedemónica à Beócia seria feito em duas frentes distintas: inicialmente, Lisandro seria enviado para a Fócida, a fim de reunir ao seu exército diversas hostes aliadas da região central da Hélade e simpatizantes de Esparta. Posteriormente, Pausânias avançaria via-Mégara com contingentes constituídos por peloponésios e congregaria forças com Lisandro para procederem à invasão da Beócia (Xen. *Hell.* 3.5.6).

A movimentação de Lisandro para as áreas setentrionais, adoptando, por certo, a rota através da Beócia, não foi, decerto, invisível às autoridades cadmeias, ou pelo menos, aos vários postos de atalaia dispersos pela região. Exemplo disso é a anedota relatada por Plutarco (*Lys.* 22.2), na qual Lisandro questionou os Tebanos se podia passar pelo território beócio de lança erguida, ou seja, em descanso, ou nivelada – pronta para o combate⁵¹. A estória reflecte, genericamente, os atritos entre Tebas e Esparta e que se arreigaram no folclore popular helénico, embora possa ter acontecido num contexto real. Em todo o caso, tudo indica que os Tebanos deram permissão para se deslocarem pelo território.

Os sinais de perigo estavam salientes e o plano de Isménias e dos seus associados tinha resultado: atrair a atenção de Esparta. Então, qual seria altura ideal para abrir o jogo? As autoridades lacedemónicas não tinham declarado guerra e Lisandro solicitou somente a passagem pela Beócia, sem violar termos de paz nem invadido, por enquanto, a região. Com efeito, Tebas orquestrara um conflito bélico, mas estava só e neutralizada enquanto Esparta detinha poder sobre a maior parte das forças continentais da Hélade. As autoridades tebanas precisavam urgentemente de aliados para a sua causa.

⁵¹ Vários comentadores têm associado este episódio à expedição lacedemónica a Heracleia Traquínia, embora as fontes primordiais não revelem a participação de Lisandro (e.g. D.S. 14.38.4); vide Buck (1994) 29. Porém, o jogo-duplo – *epamphoterizontas* – que Plutarco refere (cf. Plut. *Lys.* 22.2) está, provavelmente, associado ao esquema engendrado pelo grupo de Isménia que originou ao conflito lócricofocense.

2.3.1 A aliança ático-beócia

O auxílio prestado pela heteria de Isménias, Ásias e Androclides aos refugiados atenienses durante a *stasis* ática (vide supra 2.2.1) e a rejeição tebana em participar no ataque ao Pireu, conferia à cidade de Palas o estatuto, ainda que informal, de “aliada natural” de Tebas. O risco iminente do ataque lacedemónico à Beócia levou os Tebanos a impelir directamente aos Atenienses, a fim de cobrar a “dívida” pela sua conduta em 404/403. A natureza do discurso dos representantes tebanos junto das autoridades áticas (Xen. *Hell.* 3.5.8-15) é transmissora do sentimento anti-lacónico generalizado e do tratamento injusto de Esparta, não só a Tebas, mas também a outras *poleis* que alinharam ao lado dos Lacedemónios ao longo da Guerra do Peloponeso (Xen. *Hell.* 3.5.12-13; cf. *Hell. Oxy.* 8.2).

A abordagem tebana não é apenas a requisição de uma aliança ático-beócia fundamentada em argumentos plausíveis, mas também transportadora de uma mensagem de aliciamento explícito que pode ser analisada em duas perspectivas: por um lado, como manobra manipuladora da facção de Isménias, com fim de seduzir os Atenienses para o conflito, ou o discurso sofreu adulterações, pelo que a incoerente sugestão tebana de admitir a reconstrução da velha hegemonia ateniense deve ser interpretada com algumas reservas. As autoridades cadmeias desejavam destronar a soberania lacedemónica na Hélade (e.g. *Hell. Oxy.* 18.1), para restaurar o ancestral equilíbrio político helénico e não para erguer um novo agente hegemónico, que no passado fora rotulado de «déspota da Hélade» e em que Tebas surge numa posição subalterna. Fará mais sentido que os Tebanos tenham aludido que os Atenienses podiam conquistar um novo prestígio e respeito na esfera helénica. Entregar por livre vontade uma hegemonia em troca de outra, parece-nos simplesmente obsoleto.

Após a votação da *boule* ática, foi deliberada a criação de uma aliança de cariz defensivo em que Atenas se comprometia em auxiliar militarmente a cidade de Cadmo, caso a Beócia fosse vítima de agressão externa. A par da parceria ático-tebana, os Beócios estreitaram laços com os Lócios Opúncios, reforçando a aliança pré-estabelecida, munindo-se de dois pilares estrategicamente relevantes para a defesa territorial beócia, tanto ao sul como ao norte⁵².

⁵² Vide Buck (1994) 37.

A exposição nestes termos clarifica a hesitação tebana em dar o primeiro passo na colisão directa contra os Lacedemónios. Aliás, se houve de facto meios conspirativos para arquitectar uma guerra, esta respeita uma estratégia dissimulada e vantajosa, previamente elaborada por Isménias e os seus correligionários, de legitimação de um conflito em autodefesa, o acto de propaganda ao mundo grego da verdadeira natureza da política externa de Esparta e que uniria os restantes Helenos à causa anti-lacedemónica⁵³. Deste modo, a elite governativa tebana dissipava, igualmente, as resistências internas, uma vez que os Beócios não iriam tolerar quaisquer agressões vindas do exterior.

2.3.2 Orcómeno

A partir da base de operações na Fócida, Lisandro reuniu às hostes lacedemónicas e contingentes provenientes das regiões centrais – Focenses, Eteos, Heracleotas, Melieos e Enianes – a fim de procederem à invasão da Beócia. Os Orcoménios viriam pouco depois engrossar as fileiras do exército invasor. Tal como Xenofonte, também Plutarco salienta que Orcómeno aderiu à causa lacónica por persuasão de Lisandro através de um acordo unilateral (*Hell.* 3.5.6; *Lys.* 28.2). A “preferência” tomada pelos Orcoménios poderá responder a algumas questões dos conflitos viscerais dentro da estrutura política beócia.

Desde a primeira adesão à simaquia que a *polis* orcoménia foi o principal centro opositor da hegemonia de Tebas na Beócia⁵⁴. A dimensão da sua esfera territorial e localização periférica, a norte do lago Copai, concedia-lhe o espaço de manobra necessário para agir no limiar de uma quase-autonomia, comparativamente aos restantes membros da simaquia da Beócia. Se é verdade que a esfera gravitacional da cidade de Cadmo era demasiado pesada na bacia do Asopo e em toda a extensão a sul do lago Copai, essa influência ia-se esbatendo para norte, na colisão com a jurisdição de Orcómeno. Os indícios de oposicionismo não devem ser associados a um quadro de ruptura entre os núcleos tebano e orcoménio, mas antes interpretados como tentativas desses blocos se sobreporem na plataforma beócia. Larsen sustenta que após o fim do domínio ateniense na Beócia (457-447), a simaquia reorganizou-se em torno de

⁵³ Cf. Xen. *Hell.* 3.5.7; vide Seager (2006) 100.

⁵⁴ Provavelmente entre 510 e 507. Sobre o assunto vide Buck (1972) 94-101.

Orcómeno e não de Tebas, atribuindo-lhes, para esse efeito, o *status* de autoridade na contextura da política regional com base no exercício da *beotarchia*⁵⁵. Tal exposição é concebível. No entanto, foi anteriormente defendido (vide supra 1.1.1) que a ordenação teórica da simaquia promovia a representatividade igualitária das várias autoridades locais nos órgãos de soberania beócios mas, e não obstante, tratava-se uma estrutura móvel e adaptável. Se os Orcoménios lograram do estatuto de *hegemon* durante as duas primeiras décadas da segunda metade do século V, a Guerra do Peloponeso veio quebrar esse paradigma.

A cidade de Cadmo reassumira o vértice da política beócia e Orcómeno relegada para uma posição subalternizada, factor que aparentemente terá causado consternação em alguns grupos sociopolíticos orcoménios. Por conseguinte, a política de alinhamento entre Orcómeno e Esparta não terá constituído uma total surpresa, mas antes um duro revés para Tebas, não inibindo a *polis* orcoménia de culpabilidade em trair a *patria boiotios*⁵⁶.

2.3.3 A batalha de Haliarto

Com o exército reforçado pelos hoplitas de Orcómeno, as tropas agressoras encaminharam-se para o sul e assaltaram e saquearam Lebadeia (Plut. *Lys.* 28.2). É provável que o objectivo de Lisandro não visasse a captura do local, sendo mais correcto interpretá-la como um acto pontual e acessório de pilhagem e de fortalecimento do moral das hostes antes do eventual embate com as forças tebanas⁵⁷. Seguindo as ordens pré-determinadas em Esparta, Lisandro enviou uma mensagem a Pausânias, cujas forças estariam estacionadas na orla do Monte Citéron, junto a Plateias, e à espera de novas instruções, para se dirigir a Haliarto a fim de congregarem esforços para o ataque em massa. A informação foi interceptada e desviada para Tebas (Plut. *Lys.* 28.2), onde, presumivelmente, o alarme já tivesse sido lançado antecipadamente⁵⁸. Mas o

⁵⁵ Sobre o assunto vide Larsen (1960) 9-18.

⁵⁶ Robert Buck avança com a hipótese de Orcómeno assumir um sentimento anti-simaquia e filo-lacónica, ligada à facção de Leoncíades, Coerítadas e Ásias; vide Buck (1994) 36-37.

⁵⁷ Se tivermos em consideração a rota provável adoptada por Lisandro, junto ao lago Copai, o exército invasor teria ainda de passar por Coroneia antes de chegar a Haliarto; contudo nenhuma fonte refere um eventual ataque à cidade, vide Buck (1994) 38.

⁵⁸ A verosimilhança da narração de Plutarco não está em causa. É, contudo, plausível que as autoridades tebanas estivessem a par das movimentações de Lisandro por outros meios de comunicação mais eficientes e rápidos (e.g. cavaleiros-mensageiros, postos de vigia); Por outro lado, o local de confluência entre as forças de Pausânias e Lisandro seria incógnito e o comunicado facultaria essa informação.

rápido avanço de Lisandro pela planície beócia obrigou as autoridades cadmeias a agirem com urgência na defesa de Haliarto.

As versões de Xenofonte e Diodoro situam a chegada das forças Beócias quando Haliarto estava já sob cerco de Lisandro (cf. Xen. *Hell.* 3.5.18-19; D.S. 14.81.1-3). Plutarco, por outro lado, oferece uma perspectiva distinta e mais detalhada, reforçando a premissa de que os Tebanos estavam preparados para a ofensiva de Lisandro. O plano de operações tebano consistia na organização do exército e, enquanto isso, no despacho prévio de um destacamento ateniense presente em Tebas, na qualidade de força avançada, para segurar o local⁵⁹. Depois de uma forçosa marcha durante a noite até Haliarto, os Tebanos prepararam-se para o combate.

A chegada antecipada do exército cadmeu em relação a Lisandro, permitiu aos beotarcas delinear a estratégia⁶⁰. O planeamento comportava a repartição do *corpus bellicus* beócio em dois: uma parte colocou-se ao abrigo do espaço amuralhado de Haliarto, ao passo que o grosso das forças ocuparam os espaços no terreno que lhes conferia vantagem para atacar a retaguarda inimiga. O esquema estava assente e Lisandro seria vítima do seu comportamento impulsivo. A tática era simples e provou ser eficaz. Esta comportava a ocultação do número real de guerreiros no interior da cidade e provocava a ilusão de que o exército tebano ainda não se encontrava em Haliarto. Já nos arredores de Haliarto, Lisandro aguardou pela aproximação de Pausânias para procederem ao ataque em conjunto, mas a delonga do exército proveniente do Peloponeso em chegar ao local combinado, impeliu Lisandro a atacar junto às muralhas da cidade. O facto de o lacedemónio ter atacado directamente a estrutura defensiva, indicia que as movimentações do exército exterior não tinham sido detectadas. A experiência militar de Lisandro não teria permitido que procedesse à ofensiva e deixasse a retaguarda desprotegida.

Entretanto, as forças recolhidas no interior de Haliarto, abriram os portões e lançaram-se num embate frontal com as hostes inimigas, provocando o pânico e o caos e na qual resultou a morte de Lisandro (Xen. *Hell.* 3.5.19; D.S. 14.81.2; Plut. *Lys.* 28.5), trucidado, segundo Plutarco, por Neócoro (*Lys.* 29.6). Com a fuga das tropas contrárias

⁵⁹ Ao contrário de Plutarco, Diodoro refere que a batalha teve apenas como intervenientes o exército dirigido por Lisandro e forças Beócias, excluindo os Atenienses do combate (cf. D.S. 14.81.2). Por outro lado, o biógrafo salienta apenas a presença de forças tebanas (cf. Plut. *Lys.* 28.3). Buck levanta a hipótese de outras tropas beócias não terem participado na batalha para resguardarem as suas respectivas *poleis*, vide Buck (1994) 38.

⁶⁰ Nenhuma das fontes sugere a presença de *beotarchas* na batalha de Haliarto, contudo, podemos assumir com segurança a sua presença.

pela região, os Tebanos avançaram na sua perseguição, ceifando cerca de mil vidas. Mas a audácia tebana no persistente acossamento em terrenos de difícil acesso, acabou por custar caro a soldados pesadamente armados, morrendo mais de duzentos Tebanos⁶¹. O biógrafo deixa subjacente que as baixas tebanas aludem a um estrato acusado de *laconismo*, seguramente associados à facção de Leontíades, e que «“na sua vontade de se libertarem dessas acusações aos olhos dos seus concidadãos, expuseram-se, desnecessariamente, na perseguição, perdendo assim as suas vidas”»⁶². Tratou-se, sem dúvida, de uma acção que excedia as ordens da *beotarchia*.

No dia seguinte, e já ao corrente dos acontecimentos, Pausânias chegou com o exército peloponésico (Plut. *Lys.* 29.2). A derrota de Lisandro e a visão de desolação do campo de batalha foram factores determinantes para o rei lacedemónio hesitar em lançar novo ataque. A chegada de forças atenienses lideradas por Trasíbulo e os vectores de ordem moral também tiveram influxo nas restritas opções de Pausânias. Apesar de ambas as forças serem, provavelmente, equiparadas, o défice na cavalaria peloponésica dava vantagem aos Tebanos e Atenienses, cujos números ganhavam peso na dinâmica bélica. A dispersão do exército comandado por Lisandro e a ausência de contingentes coríntios no seu lado constituiu igualmente uma quebra quantitativa que podia ser explorada pelo inimigo⁶³; a recuperação dos cadáveres pela força era inconcebível, pois estavam espalhados junto às muralhas e só iria avolumar as casualidades peloponésias, que se iriam expor e ficar à mercê das flechas inimigas (Xen. *Hell.* 3.5.22-23). A balança favorecia demasiado os opositores e as opções dos Lacedemónios eram praticamente nulas. Ajuizadas as consequências e mediante tréguas, foi deliberada a recolha dos mortos (incluindo Lisandro) e a retirada do exército invasor, via-Fóida⁶⁴. Lisandro foi enterrado em solo fócio ou délfico, na estrada que ligava Queroneia a Delfos (Plut. *Lys.* 29.3), e Pausânias regressou à Lacónia para ser condenado à morte pelas instituições pátrias, tendo sido obrigado a refugiar-se em Tégea.

⁶¹ Aceitamos as propostas avançadas por Xenofonte e Diodoro (*Hell.* 3.5.20 e 14.81.2 respectivamente); Plutarco avança com cerca de trezentas casualidades no lado tebano (cf. *Lys.* 28.6). A constante referência de “trezentos”, na obra plutarquiana, revela, por certo, uma influência pitagórica.

⁶² Cf. Plut. *Lys.* 28.6; vide Buck (1994) 39.

⁶³ Os Coríntios foram os únicos dos «aliados» peloponésios que não aderiram à ofensiva contra a Beócia, cf. Xen. *Hell.* 3.5.17.

⁶⁴ Cf. Plut. *Lys.* 29.2; Xen. *Hell.* 3.5.24. Diodoro (14.81.3) diz-nos que os Peloponésios retiraram-se para o Peloponeso.

Capítulo 3 – Da Guerra de Corinto até à Paz de Antálcidas

3.1. Operações preliminares da Guerra de Corinto

Orcómeno preservara-se fora da área de influência da simaquia da Beócia e assim se manteve até 387/386, altura em que foi firmada a Paz de Antálcidas¹. O desfecho da batalha de Haliarto não trouxe implicações precisas sobre a *polis* orcoménia, mas, aparentemente, Tebas e os restantes Beócios não terão feito um esforço patenteado para reentregá-la no seu domínio. O cisma da ameaça lacedemónica e a fundação da Grande Aliança, ou «Simaquia»², nos finais do Verão de 395, que, além de Beócios e Atenenses, incorporava Argivos e Coríntios, canalizava as atenções das autoridades cadmeias para a próxima temporada em que a guerra seria uma certeza. Reunindo-se em Corinto e unidos sobre o mesmo estandarte – a aversão aos Lacedemónios – os diversos representantes procuraram estabelecer um quadro de operações de forma a minimizar a preponderância de Esparta no exterior da esfera peloponésica, seduzindo outras *poleis* à causa da «Simaquia», e restringir o teatro de guerra à região do Peloponeso ou, na melhor das expectativas, à própria Lacedemónia (D.S. 14.82.1-4). O discurso do coríntio, Timolau, é nítido nessas directivas: a força de Esparta residia no seio dos seus aliados; isolada, o seu poder de combate podia ser facilmente neutralizado (Xen. *Hell.* 4.2.11-12).

A primeira etapa visava tecer uma sólida rede de aliados com o envio de embaixadas pela Hélade e áreas setentrionais. O êxito das comitivas diplomáticas no Peloponeso foi notoriamente nulo, cujo brutal espectro lacedemónico estava demasiado

¹ Cf. Xen. *Hell.* 5.1.29; Para uma análise da operabilidade entre Orcómeno e a simaquia, vide Buck (1994) 39-40.

² De modo a agilizar a linguagem no corpo textual utilizaremos, por vezes, a expressão «Simaquia» como termo referente à Grande Aliança.

enraizado para promover a ruptura interna na península³. Por outro lado, a totalidade da ilha de Eubeia, os Leucádios, os Acarnânios, Ambraciotas e Calcídios firmaram elos com a Aliança (D.S. 14.82.3). Além destes, a aproximação e solicitação de auxílio militar por Médios de Larissa, reforçava a influência da «Simaquia» na Hélade central e na região tessálica. Embora o alcance dessa união fosse redutora, centralizando a actividade, essencialmente, na Tessália e áreas adjacentes, as operações bélicas dos Larisseus seguiriam uma linha estratégica, em concertação com a Grande Aliança, na eliminação da preponderância lacedemónica em enclaves regionais⁴. Esta foi uma das grandes vitórias diplomáticas iniciais do eixo aliado, mas também de Tebas. A minimização do impacte de Esparta na região iria aliviar a pressão fronteiriça na Beócia setentrional.

Com vista a esses objectivos, o sínédrio dos Aliados despachou dois mil homens a pedido de Médios (D.S. 14.82.5-6). Após a conquista de Farsalo, que se encontrava na posse de contingentes lacedemónicos, os Larisseus uniram forças com Beócios e Argivos⁵ e tomaram de assalto Heracleia. A operação decorreu durante a noite e resultou na chacina dos Lacedemónios que lá se encontravam, permitindo aos restantes Peloponésios que partissem na posse dos seus bens. A área foi restituída à população indígena que cinco anos antes tinha sido expugnada do território (cf. D.S. 14.38.5; 14.82.6-7). Uma guarnição argiva seria deixada a zelar pela protecção e interesses dos Aliados em Heracleia, enquanto Isménias, que segundo Diodoro era líder das forças Beócias⁶, procedeu com operações pelos territórios circundantes. Persuadindo Enianos e Atamanios a libertarem-se do jugo de Esparta, reuniu um exército de cerca de seis mil homens e preparou-se para invadir a Fócida. Em resposta à agressividade de Isménias, os Focenses e Lacedemónios aí presentes⁷, congregaram as hostes para fazer-lhes frente e no qual resultou uma longa batalha em que Isménias saiu vencedor, provocando cerca de mil casualidades no lado fócio-lacónico e quinhentas no lado beócio. Posto isto, os exércitos dispersaram (D.S. 14.82.8-9).

³ Cf. D.S. 14.82.4. Desde o fim da *stasis* elidense que o poder lacedemónico era incontestável no Peloponeso; vide supra 2.2.2.

⁴ Vide Seager (2006) 101.

⁵ Provavelmente seguiram pelo corredor via-Termópilas, para chegarem a Heracleia.

⁶ Cf. D.S. 14.82.7; A verificar-se tal, terá sido, certamente, na qualidade de *beotarcha*.

⁷ O exército fócio era liderado por Alcistenes, “um lacónico” e, provavelmente, harmostas na região; cf. D.S. 14.82.8.

3.1.1 A batalha de Némea

A aliança militar entre as quatro principais *poleis* e as proporções das suas actividades no tabuleiro político helénico obrigaram a autoridades lacedemónicas a reclamarem o regresso de Agesilau da Ásia, em princípios de 394 (Xen. *Hell.*4.2.1-2; D.S. 14.83.1; Plut. *Ages.*15). A conjuntura era particularmente ameaçadora; a defesa da soberania no Peloponeso e da própria *patria* lacónica exigiam a supressão de uma das duas frentes de combate lacedemónicas – Ásia ou Egeu – com a eclosão da guerra na Hélade.

A expedição asiática chegava inevitavelmente ao seu termo. O regresso de Agesilau seria, além disso, demorado e a Aliança concentrava forças no Istmo de Corinto, na preparação para a invasão ao Peloponeso (Xen. *Hell.* 4.2.13-14; D.S.14.82.9). A urgência da situação obrigou a uma rápida mobilização da simaquia do Peloponeso, contudo, os Aliados agiam com lentidão. A aglomeração de um exército diversificado, com hostes provenientes além-Beócia, causava entraves ao início das operações⁸. A definição estratégica coagia, igualmente, a um tratamento metódico na nomeação da liderança (*hegemonia*) e a formação a adoptar. É interessante observar a preocupação da Grande Aliança em não colocar demasiada profundidade nas falanges do seu exército, de modo a não correrem o risco de serem rodeados pelas tropas inimigas (Xen. *Hell.* 4.2.13). Os Beócios, porém, e à semelhança da batalha de Délio, em 424, adoptaram precisamente essa táctica (ainda que menos profunda) para derrotar os inimigos.

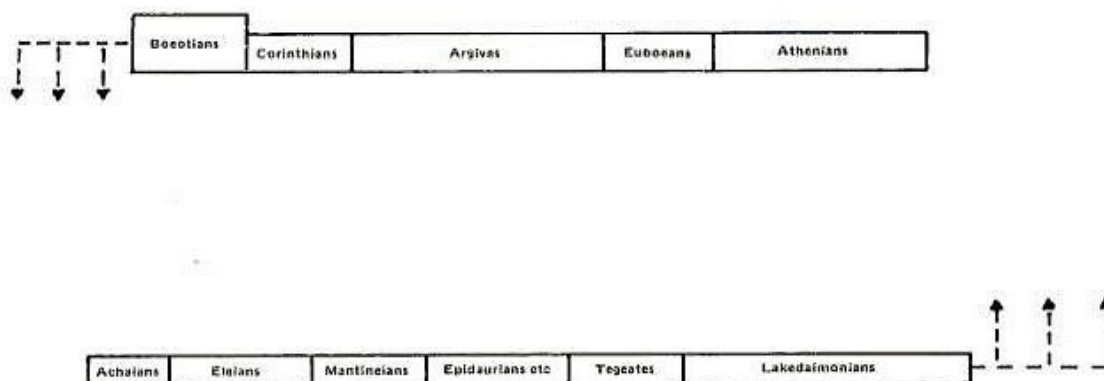


Figura 1. 1ª Fase da batalha de Némea

⁸ Cf. Xen. *Hell.* 4.2.17. Além da presença de forças beócias, áticas, argivas e coríntias, havia também tropas de «toda a Eubeia», Lócrios (Opúncios e Ozólios), Mélieos e Acarnânios; vide Buck (1994) 44; Seager (2006) 102.

Os atrasos em Corinto permitiram a Aristodemo, líder do exército peloponésico e «regente» de Esparta pela casa dos ágidas (até à maioria de Agesípolis, filho de Pausânias), acercar-se perigosamente da *polis* coríntia (Xen. *Hell.* 4.2.9-10 e 4.2.13). O embate entre ambos os exércitos teve lugar na cintura fronteiriça de Corinto com Sícion, na planície junto ao rio Némea; porém, as escaramuças preliminares verificaram-se na rota de Epíceia. A infantaria ligeira dos Aliados tomou a dianteira em relação ao grosso do exército e lançou o primeiro ataque de flechas e lanças, provocando as primeiras vítimas no lado peloponésico. Aristodemo avançou rapidamente, à medida que queimava e devastava o território coríntio, e quando ambas as forças distavam entre si dez estádios, acamparam e ali permaneceram.

O exército dos Aliados era, de longe, mais opulento do que o peloponésico, comportando à volta de 24 000 hoplitas para cerca de 16 500, ainda que estudos contemporâneos tenham colocado o número de infantaria pesada de ambos em níveis equiparados, ou seja, entre 23 000 a 24 000 hoplitas⁹. Não obstante, a cifra em torno da cavalaria (*hippeis*) que alinhava no exército de Aristodemo, era certamente o grande *handicap* nas suas forças, devido à fraca tradição peloponésica na arte da cavalaria de guerra e ao domínio da hoplitia (ver figura 1).

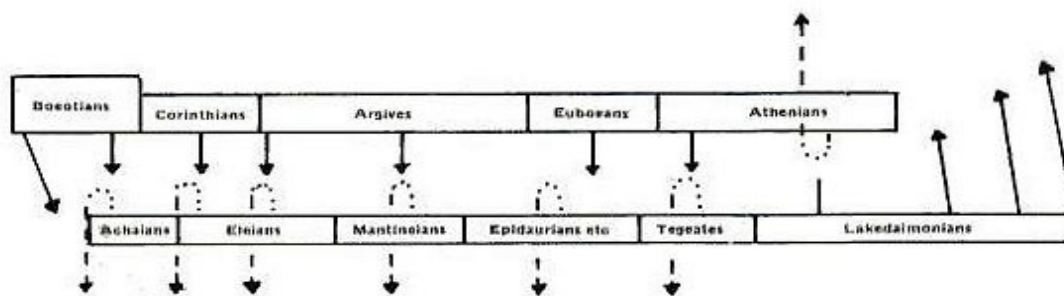


Figura 2. 2ª Fase da batalha de Némea

O alinhamento das forças é relevante quanto à escala hierárquica dentro da «Simaquia» e não é de admirar que esse tenha sido um dos pontos de maior discórdia entre Aliados. Os Beócios tomaram o flanco direito do exército – o «lugar-de-honra» (em oposição às forças Acaias e Siciónicas) – ao passo que os Atenienses cerraram fileiras no lado esquerdo, ocupando o segundo lugar na liderança de operações (em choque frontal com as hostes lacedemónicas). Esta distribuição não rompia com os

⁹ Vide Buck (1994) 44-45. Para os valores avançados por Xenofonte, cf. *Hell.* 4.2.16-17. É provável que Xenofonte apenas quisesse dar maior relevo à vitória de Aristodemo, pelo que a fonte deve ser analisada com algumas reservas. A descrição de Diodoro (14.83.2) confirma, contudo, um certo equilíbrio de forças.

costumes convencionais da arte da guerra grega, embora não fosse regular. Se por um lado, tendo a batalha decorrido em solo coríntio, os Coríntios deveriam assumir posições numa das alas, por outro, a força com maior volumetria pertencia aos Argivos, pelo que, além de combaterem no Peloponeso, conferia-lhes (ou deveria conferir-lhes) um papel de maior predominância nas operações.

Os Beócios concentraram as suas forças até dezasseis escudos de profundidade, tendo os Atenienses seguido o exemplo «“para não romper a continuidade da linha”»

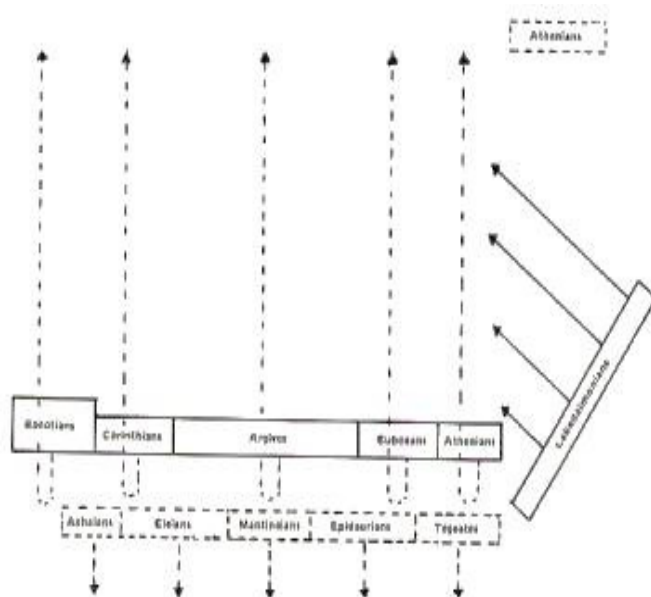


Figura 3. Fase final da batalha de Némea

(Xen. *Hell.* 4.2.18). No choque inicial entre os dois exércitos verificou-se a superioridade das forças Aliadas sobre os Peloponésios, com exceção dos Lacedemónios que adquiriram vantagem sobre os Atenienses, devido à profundidade excessiva da falange, rodeando-lhes os flancos, e dispersando as tropas áticas (ver figura 2). Apesar de os Lacedemónios se encontrarem isolados no campo de batalha, a

disciplina dos contingentes lacedemónicos, face à desorganização do restante exército dos Aliados na perseguição ao adversário, confirmou a vitória peloponésica (ver figura 3)¹⁰.

3.1.2 Batalha de Coroneia

A vitória peloponésica teve ecos no mundo grego e Agesilau tomou conhecimento dos eventos da batalha de Némea em Anfípolis, na Macedónia (Xen. *Hell.* 4.3.1). Imprimindo celeridade ao seu exército para se juntar à guerra que acabara de estalar na Hélade, o rei euripôntida seguiu a ancestral rota de invasão adoptada por

¹⁰ Diodoro (14.83.2) faz o balanço da batalha: cerca de 1100 mortos no lado Peloponésio e 2800 casualidades nos Aliados. Seager conclui o resultado da batalha: «“To Xenophon’s partial eye it was the triumph for the organization of the Spartans over the arrogance and indiscipline of the Thebans”»; vide Seager (2006) 102.

Xerxes. A passagem pela Tessália, cuja maioria dos povos era aliada dos Beócios, foi manifestamente hostil, com algumas escaramuças entre a cavalaria tessálica e a cavalaria de Agesilau, mas pouco eficaz para travar o exército expedicionário que após ter atravessado os Montes Acaios, na Ftia, chegou a território amigável¹¹. Plutarco conta-nos que Difridas, um dos éforos de Esparta, foi ao encontro de Agesilau e ordenou a invasão imediata da Beócia (*Ages.* 17.1). A vitória lacedemónica junto do rio Némea revelara as fraquezas e a falta de coesão da Grande Aliança; um novo êxito, desta vez na Beócia, iria demolir, ainda que não decisivamente, a operacionalidade e dinamismo da «Simaquia».

Seguindo o resto do trajecto pela Dória, Fócida e pelo vale do rio Cefiso, o exército de Agesilau chega à fronteira beócia a 14 de Agosto de 394 e alojou-se nas imediações de Queroneia¹². Por essa altura, as notícias da destruição da frota lacedemónica frente às forças de Farnabazo e Cónon¹³, em Cnido, assombraram as hostes de Agesilau. O rei lacedemónio compreendia o quanto a novidade poderia afectar os níveis anímicos das tropas, independentemente de serem mercenários ou infantaria irregular (ou no caso dos Lacedemónios, de infantaria regular) pelo que optou pela ilusão e montagem de um espectáculo cerimonial, com sacrifícios e libações pelo “trunfo”, a fim de garantir o moral elevado das suas tropas para a batalha que se aproximava (*Xen. Hell.* 4.3.14; *Plut. Ages.* 17.3).

A «Simaquia» revelou novamente uma lenta reorganização face ao perigo iminente e cuja ocorrência encontra um certo paralelismo com os antecedentes da batalha de Némea. A rápida deslocação de Agesilau poderá estar por detrás dos motivos que impossibilitaram a uma resposta eficiente das desprevenidas autoridades cadmeias. Só assim se compreende a reacção tardia na congregação de um exército diversificado, que incluía Beócios, Atenienses, Argivos, Coríntios, Enianes, Eubeus e Lócrios Opúncios e Ozólios¹⁴.

Já em terreno beócio, Agesilau venceu as primeiras escaramuças com os Beócios oriundos das áreas circundantes de Queroneia. Deslocando-se para sul, rumo a

¹¹ Cf. *Xen. Hell.* 4.3.3-9; *Plut. Ages.* 16-17.2; D.S. 14.83.2-3; vide Seager (2006) 102

¹² Datável devido a um eclipse parcial do Sol; cf. *Xen. Hell.* 4.3.10; *Plut. Ages.* 17.2.

¹³ Cf. *Plut. Ages.* 17.2-3; Para uma descrição da batalha de Cnido, cf. *Xen. Hell.* 4.3.11-13.

¹⁴ Cf. *Xen. Hell.* 4.3.15; Conforme sugere Buck, vide Buck (1994) 46-47. O artigo de Harrison propõe, contudo, uma data alternativa para a conquista de Heracleia pelos Aliados, no seguimento da linha plutarquiana (cf. *Ages.* 17.2), em que Agesilau seguiu o trilho preciso utilizado por Xerxes, contrapondo Xenofonte; vide Harrison (1913) 132. Porém, talvez a questão mais pertinente seria, por que razão Agesilau não tentou reassumir Heracleia das mãos da Grande Aliança, visto que o local detinha um considerável ónus estratégico na política lacedemónica na Hélade central?

Coroneia, ambos os exércitos encontram-se frente-a-frente para o desenrolar das hostilidades, numa batalha «“incomparável a qualquer outra alguma vez disputada”» (Plut. *Ages.* 18.1; Xen. *Hell.* 4.3.16). As forças estavam sensivelmente equilibradas em todos os quadrantes: Buck aponta entre 20000 a 24000 hoplitas cada¹⁵. Também Xenofonte refere que a cavalaria estaria a níveis quantitativamente similares, e apenas a infantaria ligeira – *peltastas* – de Agesilau era numericamente superior à dos aliados (*Hell.* 4.3.15).

Na disposição dos exércitos no campo de batalha, os Beócios colocaram-se na ala direita, frente aos Orcoménios, enquanto os Argivos reservaram para si o flanco esquerdo, em colisão com a falange lacedemónica liderada por Agesilau. Tanto os Beócios como os Lacedemónios saíram triunfantes perante os adversários directos. Porém, o isolamento dos Beócios, face à retirada das restantes forças aliadas para o sopé do Monte Hélicon, obrigou-os a regressar, de forma ordenada (*suspeirathentes échóroun errómenous*), a fim de evitarem serem esmagados pelos opositores. Apesar de a vitória estar garantida para Agesilau, o rei lacedemónio instigou ao ataque frontal com os Beócios, numa carga de escudos contra escudos – *othismos*. As fontes atribuem a este comportamento um acto de valentia e heroísmo (Plut. *Ages.* 18.2; Xen. *Hell.* 4.3.19). É, no entanto, exequível que o tratamento humilhante em Áulis e a ousadia de Tebas nos anos antecedentes o tenham estimulado a proceder desta forma. Por outro lado, não devemos igualmente descurar a fria capacidade militar do rei euripôntida; o êxito justo sobre a falange inimiga, em pleno território beócio, não só seria um marco assinalável, como cravava uma profunda ferida nos ânimos de Tebas, numa guerra em que o peso da responsabilidade lhe cabia quase por inteiro.

Agesilau saiu ferido do confronto com os Beócios, mas a falange beócia foi esmagada com elevado número de baixas pagas na hora da retirada (Xen. *Hell.* 4.3.19). No dia seguinte, Agesilau ordenou as diligências habituais com a edificação do troféu (*tropaion*), ao som de flautas, e os representantes das forças aliadas enviaram arautos a solicitarem as tréguas pós-batalha, para recolherem os seus mortos. A invasão massiva da Beócia teve de ser desmarcada devido à débil condição física de Agesilau, que se retirou via-Delfos oferecendo o *dekatos* das pilhagens (cerca de cem talentos) ao oráculo, resultantes da campanha asiática. A partir da Fócida, Esparta ordenou ainda

¹⁵ Vide Buck (1994) 47

operações acessórias com assaltos à Lócride Ozólia, embora com poucos resultados práticos e para alívio das autoridades cadmeias¹⁶.

3.2 A Guerra de Corinto

Num espaço cronológico relativamente curto, a Grande Aliança foi cilindrada em duas pesadas derrotas em solo aliado – Némea e Coroneia – resfriando o fulgor e dinamismo inicial na orquestração da guerra contra Esparta. A esfera bélica deslocou-se novamente para o Peloponeso, com o teatro-de-operações a fixar-se em Corinto e nas áreas circundantes. Os Aliados concentraram forças no espaço intramuralhado da própria Corinto e em zonas estrategicamente preponderantes para a defesa, enquanto a simaquia do Peloponeso estabeleceu, cirurgicamente, a sua base em Sícion, de maneira a reduzir o espaço de manobra e a bloquear eventuais ataques em massa do exército opositor. A amorfia do cenário idealizado por Timolau não podia ser mais desconcertante (vide supra 3.1). Com efeito, as áreas rurais (*chorai*) da *polis* coríntia eram constantemente assoladas por actos de razia e devastação pelas forças peloponésicas (Xen. *Hell.* 4.4.1).

Depois da batalha de Coroneia, e com excepção à invasão da Argólida por Agesípolis, em 388 (Xen. *Hell.* 4.7.2-7), os confrontos resumem-se essencialmente a escaramuças entre ambos os lados e na conquista e reconquista de nichos estratégicos – como Sidunte, Crómio (e.g. Xen. *Hell.* 4.4.13), Piréne, Énoe de Corinto (e.g. Xen. *Hell.* 4.5.1-5) e Lequeu (e.g. Xen. *Hell.* 4.4.7; 4.5.19; D.S. 14.86.3-6) – para aliviar ou pressionar Corinto¹⁷.

Apesar da limitada vantagem em terra, a derrota da frota lacedemónica na batalha naval de Cnido, frente às forças anfíbias persas, lideradas por Farnabazo e Cónon, provocou o desmoronamento irremediável das estruturas lacónicas na Jónia e no Egeu. Em 393, o prosseguimento da actividade marítima persa foi decisiva para a erradicação do domínio de Esparta nas Cíclades e no controlo da ilha de Citera, ao largo da Lacónia, gerando um ponto de pressão sob o território jurídico de Esparta. Após estes acontecimentos, Farnabazo e Cónon deslocaram-se a Corinto, na qualidade de

¹⁶ Vide Buck (1994) 47.

¹⁷ Vide Seager (2006) 103. Ao nível militar, a Guerra de Corinto não tem singular interesse, precisamente por o conflito se desenrolar em pequena escala. Porém, assistimos à ascensão de tropas auxiliares, sobretudo da infantaria ligeira – dos *peltastas* liderados por Ifícrates, sobre os hoplitas (eg. Xen. *Hell.* 4.4.15-16; 4.5.11-18). Sobre o assunto vide Lendon (2005) 93-98.

mediadores dos interesses do império aqueménida, tonificando o compromisso, formalização dos laços e na confirmação do patronato persa com os Aliados (Xen. *Hell.* 4.8.8; D.S. 14.84.5).

Estes fundos foram importantes para a manutenção das guarnições aliadas dispersas na região central da Hélade e em Corinto, na contratação de forças mercenárias e no emparelhamento e reestruturação da frota coríntia¹⁸. A conjuntura foi igualmente benéfica para os Atenenses que viram assim reerguidas as Grandes Muralhas e os fortificados em torno do Pireu. Para o empreendimento, Atenas contou com a colaboração de mão-de-obra voluntária (Xen. *Hell.* 4.8.10), proveniente de diversas *poleis* aliadas, mas também especializada; os Tebanos enviaram cerca de 500 artesãos e pedreiros para a realização da obra¹⁹. Mas a reconstrução dos antigos atributos da *arche* ateniense tinha implicações mais prepotentes que mera produção defensiva. A cidade de Palas podia agora aspirar ao revivalismo da sua antiga supremacia nos mares. À semelhança da «Guerra de Deceleia», o principal palco beligerante seria o Egeu. Munindo-se de uma armada alargada, os campos de intervenção ateniense foram essencialmente nas ilhas egeias ao largo da Ásia Menor e nas principais rotas de trigo – sobretudo, helespônticas – conforme deixa patenteada as movimentações de Trasibulo, em 390 (Xen. *Hell.* 4.8.25-27) e de Ifícrates, no ano seguinte (Xen. *Hell.* 4.8.34-39).

3.2.1 Tebas e a Grande Aliança: guerra e diplomacia

A cidade de Cadmo manteve-se virtualmente distante dos principais teatros de operação, prosseguindo todavia uma *Machtpolitik* de (aparente) uniformidade com a Grande Aliança. Mas as fontes encerram questões obscuras e contraditórias que não nos permite traçar a evolução da política interna tebana e a dimensão real da sua intervenção durante a Guerra de Corinto, deixando-nos espaço para conjecturas e hipóteses²⁰. Por

¹⁸ Vide Buck (1994) 49.

¹⁹ Cf. D.S. 14.85.3; Segundo Buck, a reconstrução das Grandes Muralhas na cidade de Palas ia de encontro à política de interesses tebana, pois, desta forma, os Atenenses poderiam fornecer mais tropas para o teatro de operações em Corinto; vide Buck (1994) 48; Seager (2006) 104

²⁰ Não podemos concordar, de todo, com a afirmação de Buck: «“The Boeotians had an important rôle in the Corinthian War and fought hard and well, suffering many casualties. They provide a major part of the land forces and worked closely and efectively with Athens and the other Allies”»; vide Buck (1994) 43. De facto, a avaliação do historiador parece-nos sobrevalorizada, uma vez que as fontes não são precisas para corroborarem a afirmação.

intermédio de Isménias, as autoridades cadmeias enveredaram esforços na prossecução da política belicista e anti-espartana durante os anos iniciais da guerra, com a concessão de recursos para a defesa de Corinto. Xenofonte conta que existia uma guarnição beócia responsável pelo sector defensivo do porto de Lequeu (*Hell.* 4.4.9), mas haveria outros postos-chave sob alçada beócia. Em 393, Tebas teve igualmente direito à sua quota-parte do montante monetário cedido pelo sátrapa, quando este se apresentou no sínédrio dos Aliados, tendo, certamente, investido não só na manutenção das guarnições em Corinto, mas também na libertação de tropas para outras frentes expedicionárias, em especial na Hélade central.

Durante a *stasis* coríntia, nos princípios de Março de 392, os Beócios desempenharam um papel relevante para preservar a cidade no bloco aliado. A *polis* coríntia era constantemente vítima das consequências nefasta da guerra. A privação do território conduziu à fragmentação da sociedade coríntia, atingindo a plenitude de ruptura, entre partidários da guerra (democratas) e da paz (oligarcas que alinhavam com Esparta), numa acção conspirativa interna no decorrer das festividades em honra de Ártemis Hecleia. O período foi particularmente sensível para os restantes Aliados devido aos perigos inerentes de Corinto cair nas mãos de Esparta²¹. A sua perda representava o isolamento de Argos no Peloponeso e uma porta de acesso directo para lá da península peloponésica. Conforme revelam os escritos de Xenofonte (*Hell.* 4.4.2) e sem amputar por inteiro as responsabilidades a Beócios e Atenenses no massacre imposto pela facção da guerra coríntia, a sua intervenção no evento terá sido talhada com o objectivo de garantir a segurança da cidade (D.S. 14.86.2). A revolução custou a morte de 120 cidadãos coríntios e cerca de 500 partiram para o exílio (D.S. 14.86.1). De forma a resolver a situação eficazmente, Argos agregou a *polis* coríntia à sua área de jurisdição – *sympoliteia*.

3.2.2 Negociações de paz em 392/391

O clima pernicioso que a Grande Aliança viveu com a resolução da *stasis* coríntia, não afugentou novos, e eventuais, riscos no seu empreendimento. A reedificação das Grandes Muralhas na cidade de Palas, financiada por Farnabazo, e a actividade naval de Cónon impeliram as autoridades lacedemónicas a delegar

²¹ Cf. Xen. *Hell.* 4.4.2; vide Seager (2006) 105-106.

Antálcidas junto do representante do poder aqueménida em Sárdis, a fim de encetar negociações e chegar a um acordo bilateral e viável com o Grande Rei. A tomada de conhecimento da iniciativa diplomática dos Lacedemónios exigiu uma reacção pronta dos Aliados, com o envio de embaixadas à Ásia Menor, sob pena de perderem influência do seu benfeitor²².

As cláusulas negociais para a paz propostos por Antálcidas eram favoráveis à conciliação com o império persa: os Lacedemónios renunciavam a quaisquer pretensões na Ásia, abandonando as *poleis* gregas sediadas na Jónia à mercê do domínio bárbaro, desde que as ilhas egeias e restantes *poleis* fossem autónomas (Xen. *Hell.* 4.8.14). Desta forma, era reconhecida a soberania aqueménida no espaço asiático e as limitações helénicas face ao gigante oriental. Esparta preferia assegurar o seu *status* no Peloponeso, e potencialmente estendido à Hélade, projectando uma *arche* dilatada. De resto, o conceito de *autonomia* tornou-se a base da nova política propagandística lacedemónica, habilmente concebida e cingida ao ideal básico da *patrios politeia* de cada *polis*. Este será o tópico chave da Paz do Rei/ Antálcidas, em 387²³. Os representantes diplomáticos dos Aliados não podiam aceitar tais condições:

O que os Atenienses temiam da possibilidade de se chegar a acordo de deixar autónomas as ilhas era verem-se privados de Lemnos, Imbros e Esciros. Os Tebanos, que os obrigassem a deixar autónomas as *poleis* beócias e, com respeito aos desejos dos Argivos, não pensavam em conseguir manter Corinto como se fosse Argos se existiam tais acordos e pactos. Assim ficou sem realizar-se esta paz e cada um regressou a sua casa (Xen. *Hell.* 4.8.15).

As negociações, como depreendemos do relato, foram inconclusivas. A autonomia das ilhas egeias entrava em choque com a política ateniense e na sua tentativa de alicerçar um novo domínio no Egeu. Os Argivos receavam a perda de Corinto, que recentemente tinha sido agregada à Argólida; as apreensões de Tebas, contudo, podem encaixar-se numa categoria distinta das de Atenas e Argos, uma vez que colocavam em causa a unidade política na Beócia. A emancipação das *poleis* beócias desmembrava todo um sistema interligado, cujos interesses particulares eram

²² Cf. Xen. *Hell.* 4.8.13. Esta acção diplomática pode ser balizada após o *coup* em Corinto e pouco antes da tomada do porto de Lequeu pelos Peloponésios. Esses indícios são dados pelo próprio Xenofonte que não alude à presença de um corpo diplomático coríntio, em Sárdis, e da vantagem marítima que os Aliados ainda detinham no Golfo de Corinto.

²³ Vide Beck (2001) 362.

intrínsecos a um organismo superior – a simaquia da Beócia reflectida na *patria boiotios*.

Ora, o génio diplomático de Antálcidas não se limitou a carregar termos para um eventual tratado. A denúncia das actividades de Cónon, de usufruir ilegalmente do poder persa para reerguer uma nova soberania ateniense no Egeu, foi tida como alta traição por Tiribazo. A detenção de Cónon cravava um duro golpe na estratégia dos Aliados, pois o *navarco* ateniense constituía o elo primordial entre os coligados e o financiamento persa. Desta forma, o eixo aliado ficava em *check* e vacilantes perante a perspectiva obscura de receberem futuros estímulos monetários.

3.2.3 A *stasis* coríntia e nova tentativa de aproximação diplomática

Nenhum tratado foi firmado neste primeiro contacto, mas é inevitável deduzirmos que não deixou de ser um êxito, ainda que parcial, da diplomacia lacónica. Antálcidas recebeu ainda fundos não-oficiais, ou seja, sem a comparticipação do Grande Rei, de Tiribazo para estimular a guerra frente aos Aliados e de maneira a pressionar para se chegar à paz (Xen. *Hell.* 4.8.16). Não foi, contudo, necessário esperar muito tempo para novas negociações. No Verão de 392, a tentativa de contra-revolução em Corinto, embora fracassada, permitiu às forças peloponésicas ocuparem Lequeu e parte das Grandes Muralhas coríntias. A guarnição beócia presente no porto foi dizimada e nem a acção concertada das forças aliadas no interior do espaço intramuralhado – Atenienses, Coríntios, Beócios e Argivos – conseguiu abortar o ataque peloponésico (Xen. *Hell.* 4.4.7-13; D.S. 14.86.4). O posto era efectivamente primordial no controlo do Golfo Coríntio e permitiria aos Peloponésios contactarem com os seus parceiros na margem norte do golfo.

O revés que constituiu a perda do porto de Lequeu e do patrocínio persa terão sido factores de peso na estratégia da «Simaquia», que os levou a procurarem novas conversações para a paz, no final de 392, princípios de 391, desta vez em Esparta²⁴. Os Aliados revestiram as embaixadas com poderes plenipotenciários e apresentaram os mesmos tópicos nucleares discutidos em Sárdis, de acordo com os seus interesses²⁵; os

²⁴ Cf. Andoc. 3.16; Sobre o assunto vide Buck (1994) 52; Seager (2006) 108.

²⁵ A condição de o corpo diplomático beócio ser plenipotenciário afirma-se relativa, visto que era necessário a rectificação da *boulé* dos Beócios. Uma possível proposta para enquadrar esta perspectiva, é que a embaixada beócia tivesse discutido previamente as questões para se chegar a um acordo.

Atenienses reivindicavam a posse de algumas ilhas egeias – Lemnos, Imbros e Esciros, assim como a conservação da sua frota e das Grandes Murallas; os Beócios reconheciam a autonomia da *polis* orcoménia, mas preservariam a integridade da simaquia da Beócia e os Argivos esperavam assegurar Corinto na sua esfera jurídica. As autoridades lacedemónicas estavam dispostas a aceitar estes termos, com excepção da proposta argiva, devido à colisão com *status* de Esparta no Peloponeso. A guerra continuaria, desta vez, por instigação de Argos.

Convém reforçar que a mudança na diplomacia tebana não é uma alteração radical, mas resulta, essencialmente, do saldo negativo nos negócios da guerra e da recente vantagem lacedemónica no Golfo de Corinto, que abria portas de acesso à Beócia pelo Golfo de Criseu ou de Creusis. Buck levanta a hipótese plausível da elite dirigente cadmeia sofrer pressões internas do corpo cívico tebano (e beócio) para entrar em negociações com Esparta²⁶. Esta será, certamente, a leitura mais correcta. A continuidade da facção de Isménias, Androclides e dos seus associados no leme dos destinos da cidade de Cadmo e da restante simaquia, não aparentava estar em causa e o *stasiasmon* de heterias neste período não teria passado despercebido. Dependente das oscilações e motivações internas, a conjuntura menos positiva fez cair – naturalmente – os índices de popularidade de Isménias e dos seus associados, perdendo a firmeza diante do corpo eleitoral.

3.2.4 Lequeu e o Golfo Coríntio

Não obstante as actividades diplomáticas, as operações militares por parte dos dois pólos antagonistas prolongaram-se no espaço peloponésico nos anos subsequentes. O porto de Lequeu continuava a ser o «tendão de Aquiles», o principal foco de tensão numa guerra de movimentações escassas e numa extensão territorial reduzida, mas cuja ocupação e consolidação de certos redutos eram capitais para adquirir vantagem sobre o adversário.

Xenofonte (*Hell.* 4.4.17-18) sugere, embora de modo ténue, a recaptura de Lequeu pelos Aliados, por volta da Primavera de 391. O passo é ambíguo e pouco detalhado no que toca ao incidente, todavia, é suficientemente perceptível para apurar

²⁶ Vide Buck (1994) 52-53.

essa deslocação de mãos do porto coríntio²⁷. Além da recuperação do porto coríntio, decerto que a reconstrução do perímetro amuralhado, destruído durante a operação de captura de Lequeu pelos Lacedemónios e exilados Coríntios, foi tida como prioridade máxima pelos Aliados. A reabilitação parcelar da estrutura defensiva, anularia a superioridade da simaquia do Peloponeso não só no acesso ao porto, mas à própria Corinto, através do corredor das Grandes Muralhas. Apesar do êxito, a vantagem do eixo aliado foi relativamente concisa.

Nesse mesmo ano, a intransigência de Argos em libertar Corinto durante as negociações diplomáticas antecedentes, impeliu as autoridades lacónicas a promoverem uma expedição ao território argivo que, como verificou Xenofonte, permanecia intocável pela guerra. A intervenção militar era legítima, mas a mobilização sustinha directivas mais complexas para alcançar objectivos mais amplos – a retoma de Lequeu e a captura total do Golfo de Corinto (Xen. *Hell.* 4.4.19). A genialidade do plano de abordagem resultou no ataque consertado em duas frentes: terrestre (sob o comando de Agesilau) e anfíbia (com Teutias, irmão de Agesilau, na qualidade de *navarco*). A campanha de devastação à Argólida, em molde de *Blitzkrieg*, foi distractiva para chamar a atenção da Grande Aliança para a esfera argiva. Nesse mesmo dia, as forças lacedemónicas reocuparam a posição temporariamente perdida em Lequeu e do troço amuralhado recentemente reconstruído, mas obtiveram o bónus – a conquista do Golfo de Corinto estava consumada.

Em 390, Esparta prossegue a actividade guerreira em torno do istmo, comprimindo o cerco aos Aliados. Nem as festividades litúrgicas – pan-helénicas – das Ístmicas constituíram um obstáculo excelso à campanha movida por Agesilau. A expedição lacedemónica promovia dois objectivos basilares: demonstração de força e virilidade, com a interrupção das Ístmicas²⁸ e a neutralização e ocupação das principais bases de abastecimento na península de Piréne, a nordeste de Corinto, que guarneciam a cidade (cf. Xen. *Hell.* 4.5.1-5). É no decorrer da segunda etapa, e na sequência da

²⁷ Alguns comentadores são incoerentes na análise deste evento. Sustentando essa tese com base em Xenofonte (*Hell.* 4.4.17-18) e Diodoro (14.86.4), Buck chega a cair no descuido de colocar o passo do historiador século durante a *stasis* coríntia e na reconquista dos Aliados de Lequeu, ou seja, em dois momentos distintos; vide Buck (1994) 51 (e respectiva nota n.43) e 53-54. Seager, por outro lado, situa, a nosso ver, erradamente, o passo de Diodoro durante a recaptura de Lequeu pelas forças do bloco aliado, vide Seager (2006) 109. A hipótese mais plausível é que Diodoro, talvez por lapso, compacta os acontecimentos de dois anos num único capítulo (14.86).

²⁸ Cf. Plut. *Ages.* 21.3; D.S. 14.86.5. Além destas celebrações implicarem tréguas gerais, a interrupção das Ístmicas pela força, por parte de Agesilau, pretendia levantar acusação de cobardia aos Argivos que, na altura, seguravam Corinto e conseqüentemente a organização do festival.

rendição da localidade de Hereu, que uma embaixada beócia tentou abordar Agesilau, por intermédio do lacedemónio Fárax, *proxenos* de Tebas, com o intuito de promover a paz. A solicitação beócia foi recusada. Aliás, o rei lacedemónico ignorou, desdenhosamente, a presença dos embaixadores, aparentemente movido pelo ódio e ressentimento aos Beócios (Xen. *Hell.* 4.5.6; Plut. *Ages.* 22.1).

A presença (acidental?) da embaixada beócia no local é significativa e tem sido alvo de intriga e especulação pelos historiadores. Alguns fundamentam, com base em Plutarco, que as vitórias sucessivas dos Lacedemónios no quadro bélico em torno de Corinto, instigou os Beócios a diligenciar os termos para a paz, agora que os Peloponésios controlavam as rotas de acesso à Beócia, com a apropriação do Golfo de Corinto e da região de Peiréon e Énoe²⁹. Todavia, o testemunho facultado pelo biógrafo distancia-se subtilmente de Xenofonte. O autor de *Helénicas* diz-nos que o corpo diplomático encontrava-se no interior de Hereu no momento da capitulação e que, segundo a sugestão de Robert Buck, deslocavam-se, presumivelmente, para um encontro no sínédrio dos Aliados em Corinto, quando foram surpreendidos pelas hostes de Agesilau³⁰.

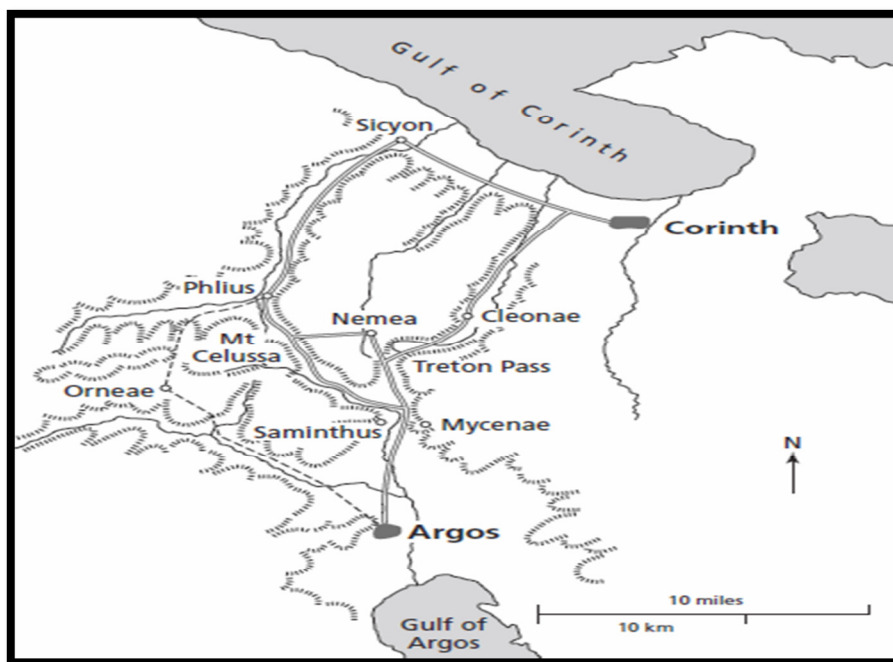
Foi anteriormente debatida a possibilidade de a convicção maioritária na Cadmeia favorecer um encaminhamento para o processo de pacificação e é provável que esse sentimento continuasse patenteado. O primeiro passo para o consenso entre beligerantes, nas negociações de 392/391, teria sido efectivamente bem-sucedido, não fosse a sabotagem argiva às cláusulas do tratado – Esparta estava disposta em acordar a manutenção da simaquia da Beócia, com excepção de Orcómeno. Mas os pratos da balança bélica continuavam a pender para o lado lacedemónico, cuja vantagem dos Aliados era praticamente nula e Lequeu tinha voltado a cair nas mãos da simaquia do Peloponeso. Não obstante, o propósito beócio rastreava consoante a vontade soberana da *boule* dos Beócios e as circunstâncias geradas pela situação terão, certamente, estimulado a uma eventual reaproximação diplomática de representantes Beócios junto de autoridades lacónicas. Os indícios apontam que a paz poderia chegar através de um acordo bilateral e alienado dos restantes parceiros de coligação entre a simaquia da Beócia e a simaquia do Peloponeso. Mas uma eventual conformidade entre intercessores exigiria a sua rectificação pelos órgãos de soberania lacedemónicos e beócios³¹.

²⁹ Vide Seager (2006) 110.

³⁰ Cf. Xen. *Hell.* 4.5.5-6; vide Buck (1994) 55.

³¹ Robert Buck pondera a hipótese de se ter tratado de uma iniciativa privada; vide Buck (1994) 56.

É provável que nunca venhamos a saber ao certo os verdadeiros intentos e ímpetos do *corpus* diplomático beócio. A notícia da dizimação da *mora* lacedemónica pelas forças aliadas, em Lequeu, inverteu os pareceres da embaixada beócia junto de Agesilau, pois quando este os «convocou e perguntou-lhes ao que vinham, eles não avançaram qualquer menção de paz mas disseram que, se nada os impedisse, desejavam entrar na cidade para se juntarem aos seus próprios soldados»³². A requisição de salvo-conduto até Corinto é negada por Agesilau que encaminha a embaixada consigo e, depois de chegar aos muros de Corinto sem luta, despachou a embaixada para a Tebas (Plut. Ages. 22.4). Esta mudança de atitude dos emissários beócios avoluma o *puzzle*. Se Xenofonte e Plutarco estiverem correctos, ou seja, que a iniciativa beócia foi uma tentativa de conciliação com Esparta, a abrupta transformação no ânimo dos representantes não é, *per se*, justificada pela vitória dos Aliados a não ser em matéria de foro psicológico e no moral da «Simaquia». Com efeito, Lequeu permaneceu encaixado na esfera lacedemónica, embora o receio de Esparta se tenha tornado evidente.



Mapa 5. Corinto – Argos. Extraído de Rhodes (2006) 128.

³² Cf. Xen. *Hell.* 4.5.9. Esta é, de resto, dos poucos passos em que Xenofonte se refere directamente a presença de tropas beócias em Corinto, pelo que podemos assumir a possibilidade da sua participação na chacina às hostes peloponésicas.

3.2.5 A Guerra de Corinto: 389-387/386

No ano seguinte, em 389, a faixa norte do Golfo de Corinto, no noroeste da Grécia, converteu-se na zona de assédio das operações bélicas dos Peloponésios, cuja principal área de tensão se centrava em Calídon, que na altura estava na posse dos Acaios. As investidas sazonais à região do sul da Etólia, não só por Acarnânios, mas também por Beócios e Atenienses, obrigaram as autoridades Acaias a despacharem uma embaixada rumo à Lacónia com um *ultimatum*: ou Esparta auxiliava os Acaios nas suas pretensões em Calídon, ou seriam obrigados a engendrar uma paz particular com os Aliados para segurarem as possessões (Xen. *Hell.* 4.6.1-2). O facto de a Acaia estar integrada na simaquia do Peloponeso, obrigava-os, embora não necessariamente, a canalizar parte das suas forças para o teatro de intervenção em Corinto e a disputa em Calídon forçava-os a combater em duas frentes.

Os Lacedemónios aceitaram, logo à partida, avançar com uma expedição de consolidação do espaço (Xen. *Hell.* 4.6.3). Também Plutarco refere a campanha lacedemónica, reformulando-a como forma de “gratificação” (Plut. *Ages.* 22.5). Mas esta percepção é redutora. Esparta tinha tanto, ou mais interesse, que os Acaios segurassem Calídon uma vez que lhes permitia exercer autoridade, com maior segurança, em ambas as margens do *Estreito do Rio* e conseqüentemente ligar o Peloponeso às regiões centrais da Hélade. Na intendência da área residia a chave para o domínio e vigilância do Golfo de Corinto em paralelo com Lequeu. Não é, portanto, de admirar as ofensivas esporeadas pelos Acarnânios, em concertação com forças beócias e áticas, ao enclave acaio. O controlo dessa cinta setentrional era preponderante para o bloco dos Aliados no reequilíbrio de forças em torno da bacia coríntia ou na tentativa de neutralizar a monopolização peloponésica das águas do golfo. A nomeação de Agesilau, à cabeça da força expedicionária, atesta a relevância que a região detinha para a dinâmica operativa lacedemónica.

No decorrer da campanha efectuada por Agesilau é notória a ausência de contingentes beócios e atenienses no auxílio e contenção do exército peloponésico. Xenofonte informa-nos da existência de uma base naval ateniense em Eníadas, na Acarnânia, de onde partiriam os *raids* contra a Calídon (*Hell.* 4.6.14). De igual modo é exequível reflectir a assiduidade de guarnições beócias também na Acarnânia e/ou na

região da Lócride Ozólia e em outras áreas limítrofes. A explicação por detrás desta “acomodação” estará na base de dois princípios fundamentais: o peso do número e evitar a descentralização de forças. Recorrendo novamente à nossa fonte principal, Xenofonte diz-nos que o exército peloponésio era composto por dois regimentos³³ lacedemónicos «“e a parte correspondente dos aliados. Os Acaios, por sua vez, participavam em massa”» (*Hell.* 4.6.3). Não era um corpo militar excepcionalmente numeroso, provavelmente entre os 6 000 e 8 000 hoplitas (excluindo cavalaria e eventuais tropas mercenárias e ligeiras), mas o carisma arrebatador e gosto pela guerra de Agesilau seria outro factor a ter em consideração.

Por outro lado, a principal força dos Acarnânios consistia essencialmente em infantaria ligeira – peltastas e fundibulários – ideal para a tática de guerrilha (em especial, em terreno acidentado) e um verdadeiro obstáculo para o hoplita (e.g. Xen. *Hell.* 4.6.8-10). É compreensível, portanto, que Atenienses e Beócios se tenham colocado à margem dum conflito aberto, não obstante a possibilidade de interferirem. Sendo as suas forças tradicionalmente formadas por hoplitas e cavalaria (*hippeis*), a desvantagem no corpo-a-corpo com os Peloponésios era clara, além do mote que a sua presença na região e zonas circundantes ser, certamente, pouco significativa. A conversão de Calídon em solo aliado era importante mas a defesa de Corinto continuava a ser a prioridade máxima para a Grande Aliança, pelo que podemos deduzir que os mesmos não tiveram capacidade de resposta para delinear uma estratégia que defendesse os seus interesses na área em questão³⁴.

O abandono dos Acarnânios à sua sorte ditou a sua capitulação e adesão à simaquia do Peloponeso, no princípio da época estival do ano seguinte – em 388 (Xen. *Hell.* 4.7.1; Plut. *Ages.* 22.5). Esparta podia agora dedicar os seus esforços na esfera peloponésica, ou até mesmo para lá do istmo. As autoridades lacónicas equacionaram a hipótese de lançar expedições contra a Beócia e a Ática e, para tal, primeiro era necessário cimentar o poder e torná-lo incontestável no Peloponeso – primeiro era preciso neutralizar o limítrofe e gigante argivo e quebrar as barreiras para atingir esse fim³⁵.

A mobilização contra Argos pelo jovem rei ágida, Agesípolis, validava o propósito de intimidação ao adversário e a sua ânsia de afirmação na hierarquia

³³ *Mora* (sing.) ou *morai* (plu.), correspondia a um corpo militar, geralmente, composta por 600 esparciatas.

³⁴ Vide Buck (1994) 57.

³⁵ Vide Seager (2006) 112.

bipartida lacedemónica³⁶. Irrompendo pelo *hinterland* argivo, Agesípolis aplicou-se numa considerável devastação e assolação do território, tendo sido recebido por uma ineficiente cavalaria beócia e salvas de flechas de archeiros argivos, na sua aproximação deliberada às muralhas de Argos (Xen. *Hell.* 4.7.5-6). A *polis* argiva encontrava-se, efectivamente, desguarnecida devido a um empreendimento argivo, fomentado em simultâneo à Lacónia. Pouco sabemos sobre a campanha argiva e quais os resultados práticos obtidos, além da informação facultada por Xenofonte³⁷. Levar a guerra para perto da Lacónia foi a principal premissa alimentada pelos Aliados (vide supra 3.1), pelo que será credível que tenha havido participação consistente, mas longe de massificada, de forças confederadas para o projecto³⁸. Ainda que nas fontes tenha soado inexpressiva, ter-se-á tratado de uma espécie de derradeira ofensiva aliada, um último suspiro numa guerra que parecia estar destinada ao fracasso.

O outro quebra-cabeças deste episódio é a acção localizada da cavalaria beócia fora da zona de conforto do espaço amuralhado de Argos. Mais uma vez, uma conjectura bem elaborada terá de ser a nossa base de apoio. As evidentes limitações defensivas da *polis* argiva, derivadas da campanha à Lacónia, impunham a necessidade de unidades móveis e de rápida intervenção para vigiar, conter ou atrasar o processo ofensivo das forças inimigas. De resto, esta táctica na arte da guerra grega era típica e foi utilizada pelos Atenienses durante Guerra de Deceleia, como examinamos no primeiro capítulo (vide supra 1.4.1). A forte tradição beócia na arte da cavalaria era reconhecida, sustentando a justificação lógica para a sua presença e colocação na “defesa” de Argos, contudo, inoperativa contra as hostes peloponésicas. Xenofonte transmite uma imagem caricata da sua actuação. Cercados no exterior dos portões da cidade, o autor compara-os a “morcegos” por procurarem proteger-se e distanciar-se das investidas dos contingentes invasores, junto dos muros e «por baixo das atalaias», onde estavam os archeiros argivos. E continúa, desabafando: «não fosse o caso dos cretenses terem desembarcado em Náuplia (em Argos), muitos homens e cavalos teriam sido vítimas das suas flechas» (*Hell.* 4.7.6). Por fim, os “deuses” puseram um ponto final nas

³⁶ Cf. Xen. *Hell.* 4.7.5; D.S. 14.97.5.

³⁷ Cf. *Hell.* 4.7.7. Desde o século VII, que a zona fronteiriça de Tegeia era motivo de arrufos e disputas agudas entre Esparta e Argos, pelo que podemos colocar a hipótese que a área seria um dos objectivos da campanha.

³⁸ Buck interroga-se sobre a participação beócia neste acto; vide Buck (1994) 58. Na sequência do que foi dito no corpo textual, podemos avançar, embora com as devidas reservas devido à informação ambígua das fontes, que tanto *hippeis* como hoplitas beócios participaram na ofensiva.

incursões peloponésicas na Argólida – através de vaticínios desfavoráveis e forças naturais – mas não sem Agesípolis ter deixado atrás de si um rasto de destruição.

3.4 A paz de Antálcidas (387)

A Grande Aliança achava-se cada vez mais sufocada e reprimida no perímetro peloponésico. Nas operações anfíbias no Egeu, Esparta conseguiu inverter o cenário inicial e anular os êxitos e esforços praticados pela cidade de Palas, na sua tentativa de reedificar parte da antiga *arche* marítima. Mas, e ao contrário do que sucedeu no final da Guerra do Peloponeso, o Egeu estava longe de se tornar um lago lacónico³⁹. A Pérsia foi o factor-chave, o eminente agente articulador para o desenrolar do conflito, capaz de oferecer condicionantes – essencialmente quantitativas (através da disponibilização de fundos, unidades e material bélico) – para desequilibrar a balança bélica helénica e de gerar a paz num quadro a que não estava, de todo, alienado. A missão diplomática de Antálcidas junto da autoridade aqueménida, em 387, visava estabelecer a *lettre missive* e os critérios para a conciliação entre contendores, no qual o poder persa seria o principal elemento persuasor: ou o bloco dos Aliados aceitava as condições propostas ou o Grande Rei unir-se-ia a Esparta na continuação da guerra⁴⁰.

Xenofonte deixa explícito que, após sensivelmente oito anos de conflito na Hélade, o eixo aliado estava finalmente disposto a ceder e a aceder à solução pacífica da contenda, embora as hipóteses fossem limitadas. Plantada no teatro de operações, a *polis* coríntia fora terrivelmente avassalada e desgastada pelos efeitos nocivos da guerra ao longo dos anos, sobretudo a partir de Lequeu; os Argivos suportavam também o impacto do conflito e tornaram-se, em última análise da Guerra de Corinto, no alvo preferencial de Esparta (Xenofonte diz-nos inclusive que tinha sido decretada uma mobilização contra a Argólida, em 387); Atenas era vítima de *raids* que partiam de Egina, ao largo do Golfo Sarónico. A sujeição ao bloqueio marítimo e o cerco ao Pireu retratava uma tela semelhante à de 405⁴¹. Contrariamente, o autor das *Hellenicas* omite a atmosfera vivida na Cadmeia mas talvez não de forma deliberada⁴². Reiterando o que

³⁹ Vide Seager (2006) 116.

⁴⁰ Cf. Xen. *Hell.* 5.1.28; vide Cawkwell (1981) 77.

⁴¹ Cf. Xen. *Hell.* 5.1.29; vide Cawkwell (1981) 75

⁴² Sabemos apenas que a *polis* orcoménia continuava na posse de guarnições lacedemónicas, essencialmente com funções de vigia e representativa dos interesses lacónicos na região e não como base ofensiva; cf. Xen. *Hell.* 5.1.29.

já foi referido em secções anteriores, a paz era certamente um desejo permissivo acalentado pela maioria da *politeia* beócia, provavelmente com excepção feita de um núcleo minoritário, no qual se incluía a elite dirigente. É verdade que depois da Guerra Beócia e da batalha de Coroneia, a região não voltou (aparentemente) a ser afectada directamente pela guerra; de facto, não existem registos de ataques ao seu território⁴³. Mas o desgaste financeiro na manutenção de tropas e frustradas as perspectivas em alcançar os objectivos primordiais da guerra, não só da sua política externa mas também dos demais confederados, urgia à chegada de um consenso. Resta saber se os Beócios esperavam que os Lacedemónios mantivessem os aditamentos negociados na Lacónia, em 392/391.

Reunidas as várias embaixadas em Sárdis, Tiribazo mostrou o selo real e proclamou as condições ditadas pela autoridade de Susa. Em primeiro lugar, todas as *poleis* gregas sediadas no continente asiático, assim como as ilhas de Clazómenas e Chipre, deveriam pertencer ao Grande Rei; os Atenenses conservariam «“como antes”» as ilhas de Lemnos, Imbros e Esciros – um trio que garantia o controlo das rotas helespônticas e o transporte de mercadorias, não só para o Pireu mas também para a Hélade, assim como no combate à pirataria no Egeu; e, finalmente, que todas as demais *poleis*, continentais ou insulares, grandes ou pequenas, fossem deixadas autónomas (Xen. *Hell.* 5.1.31; D.S. 14.110.3). Os termos assentes no tratado, estipulados por Artaxerxes em uniformidade com Antálcidas, revelam a genialidade manipuladora e habilidade diplomática do lacedemónio na defesa dos interesses de Esparta nos jogos de poder helénicos e na exploração de fraquezas da Grande Aliança – a *autonomia*. A cláusula era o tópico central – o pilar do tratado – não obstante a sua ambiguidade⁴⁴. A premissa focava o reforço de influência lacedemónica na plataforma continental da Hélade – o epicentro da sua *Machtpolitik* – no propósito incumbente de descentralizar e esvaziar a influência dos principais blocos que punham em risco a sua *hegemonia* helénica – em especial a simaquia da Beócia.

Pouco depois do encontro prévio em Sárdis, os diversos representantes voltariam a reunir-se em Esparta para a rectificação e assinatura do tratado. Contudo, a resistência tebana aos termos convencionados é evidente:

⁴³ A ausência de dados leva-nos a crer que a ocorrência de confrontos foram pouco significativas, ou nulas, para a dinâmica de guerra.

⁴⁴ Seager (2006) 117-119; Sobre um tratamento mais pormenorizado da Paz do Rei, vide Cawkwell (1981) 69-83.

Todos os demais (representantes) juraram que acatariam (o tratado), mas os Tebanos reclamaram o direito de jurar em nome do conjunto dos Beócios. Agesilau, contudo, disse que não aceitava os juramentos se não jurassem as cláusulas conforme o Grande Rei havia estipulado por escrito: que as poleis, quer fossem grandes ou pequenas, seriam deixadas autónomas. Os embaixadores dos Tebanos responderam que essas não foram as instruções pelas quais foram incumbidos. “Ide, pois”, retorquiu Agesilau, “e perguntai. E anunciai que caso não aceitem ficaram excluídos do tratado”. E assim partiram. Mas Agesilau, movido pelo seu ódio contra os Tebanos, não esperou, mas convenceu os éforos e imediatamente fez um sacrifício. Como as imolações foram favoráveis, ao chegar a Tegeia, despachou alguns mensageiros distribuírem-se entre os *periecos* para apressarem-se a reunir ao exército e enviou também os responsáveis de tropas estrangeiras (*cenagos*) às outras *poleis*. Mas antes de partirem de Tegeia, os Tebanos apresentaram-se e disseram que deixariam as *poleis* autónomas. Assim, os Lacedemónios regressaram a casa e os Tebanos foram obrigados a entrar no pacto a fim de deixar autónomas as *poleis* da Beócia (Xen. *Hell.* 5.1.32-33).

O passo transcrito é esclarecedor: as autoridades tebanas não estavam preparadas para dissolver a simaquia da Beócia. O passo transcrito é esclarecedor: as autoridades tebanas não estavam preparadas para dissolver a simaquia da Beócia. Por outro lado é de notar dois aspectos fundamentais neste trecho – a terminologia utilizada para denominar a embaixada e a velocidade da acção.

O particularismo destacado por Xenofonte à comissão beócia – «os Tebanos» – é uma das palavras-chave neste contexto, uma vez que os Beócios ainda respondiam enquanto unidade política etnográfica, e que contrasta com anteriores referências generalizadas – «os Beócios» – aplicadas as circunstâncias diplomáticas (e.g. Xen. *Hell.* 4.8.13). A «delegação tebana» incluía, evidentemente, outras individualidades beócias. Não obstante, a singularidade do termo estará associada à colisão da cláusula de *autonomia* com os interesses circunscritos de Tebas, enquanto *hegemon* da simaquia da Beócia.

A segunda premissa foca os acontecimentos narrados pelo autor que primam por uma certa celeridade, o que nos pode indicar que as acções decorreram num curto espaço de tempo. A rejeição inicial dos Beócios (ou, devemos dizer Tebanos?) aos termos da paz, levou Agesilau a mobilizar imediatamente as hostes aliadas para uma campanha contra a Beócia. É certo que as linhas comunicativas no Peloponeso eram eficazes, mas a rapidez em organizar um corpo expedicionário de diversas

proveniências, ainda que à escala regional, colocava demoras. Porém, antes das forças de Agesilau partirem de Tégea, o corpo diplomático tebano regressou com as novas directivas e o consentimento dos termos negociados.

A última intervenção da *boule* dos Beócios, em 387, ditou o retorno à configuração primitiva, com o espartilhamento político da região em núcleos autónomos, a par com Orcómeno. A Paz soou a Tréguas, carregando pesadas isenções a Tebas⁴⁵ que se viu privada e despojada de poder no estrado beócio. Com efeito, a cidade de Cadmo perdeu muito mais do que tinha a ganhar. Apesar do sentimento de paz alimentado pela maioria beócia, os Beócios, e, em particular, os Tebanos, teriam por certo preferido continuar a guerra. Mas o isolamento face às restantes *poleis* aliadas e a chantagem foram factores decisivos para Tebas renegar, de forma incondicional, o estatuto que lhe conferia uma certa preponderância na Hélade.

⁴⁵ Para a distinção entre Paz e Tréguas cf. Andoc. 3.11.

Capítulo 4 – Tebas da pós-Paz de Antálcidas

4.1 Os efeitos da Paz e o «novo» papel de Esparta

O *status quo* que se fixou com a execução da Paz de Antálcidas diverge tenuemente do quadro *ante bellum* (que se vinha a traçar nas décadas antecedentes), com excepção da Beócia, onde as suas consequências foram mais sentidas. Esparta continuou a exercer uma política hegemónica, embora tivesse abandonado o método regular de coacção de *harmostai* e guarnições, sistema com o qual haviam erigido a *arche* lacónica desde os últimos anos da Guerra do Peloponeso. Na verdade, as condições do armistício assim o exigiam. Os signatários teriam de dissolver as forças terrestres e anfíbias no activo, não como mero procedimento decorrente da paz firmada, mas na medida em que visava salvaguardar o princípio de *autonomia*¹. Em todo o caso, é elementar termos presente que o acordo estipulado resultou do reajustamento da política de interesses do império aqueménida e de Esparta.

Não obstante os benefícios territoriais na Ásia Menor e no Chipre, a entidade suprema de Susa decapitava eventuais ambições “expansionistas” oriundas da Hélade, em particular de Atenas, assim como apaziguava o crescente sentimento pan-helénico, cujas dissertações de Isócrates são exemplo². Por outro lado, o génio contemplativo de Antálcidas abonou o êxito de Esparta no campo diplomático e no reforço do *status* de *polis* hegemónica no xadrez político helénico³, com os Lacedemónios revestiram-se no

¹ Cf. Xen. *Hell.* 5.1.35; Cawkwell coloca a hipótese de que Paz de Antálcidas teria uma cláusula específica para a desmobilização dos exércitos; vide Cawkwell (1981) 74.

² O *Panegírico* de Isócrates, datável de 381 ou 380 (vide Seager (2006) 164; cf. Isoc. 4.126), tratando-se, portanto, de uma obra posterior à promulgação da Paz de Antálcidas, agarra em conceitos já anteriormente difundidos pelos Helenos; e. g. Tuc. 8.46.3; Xen. *Hell.* 5.1.14-17. Vide Rhodes (2006) 191.

³ Adversário político de Agesilau e defensor da linha política lacedemónica «conservadora», antagónica à da casa dos Euripôntidas, Cawkwell afirma que Antálcidas visava essencialmente o reforço do *status* lacónico no Peloponeso; cf. Plut. *Ages.* 23.2; vide Cawkwell (1976) 69. Não obstante, o critério de *autonomia* não impedia a exploração do conceito pelos ciclos de Agesilau, dentro e fora do Peloponeso, com a aplicação da *philetairia*.

papel empírico de *prostates*, ou seja, de guardiões, supervisores e executores da Paz⁴. A subtração da *sympoliteia* argivo-coríntia, com a consequente reintegração da *polis* dos Coríntios na simaquia do Peloponeso, e o desfalque político da Beócia, «algo que [os Lacedemónios] desejavam há algum tempo» (Xen. *Hell.* 5.1.36), são paradigmas que reflectem esse triunfo. Tornar-se-ia óbvio que a «chamada» Paz de Antálcidas fora instrumentalizada para polir a *Machtpolitik* lacedemónica, camuflada no princípio pouco claro de *autonomia*. A *Eirene* voltava a repousar em solo helénico, mas, cedo, a arrogância e obstinação de Esparta ameaçou romper o frágil equilíbrio estabelecido, com ecos que se iriam repercutir, sobretudo, nos princípios da década de 70.

4.2 O cenário político da Beócia e de Tebas em 386

A execução da Paz de Antálcidas foi capataz no desmantelamento unilateral da máquina burocrática beócia, dispersando-a numa manta de retalhos de células politicamente autónomas entre si. Em termos práticos, o processo traduziu-se na dissolvência do sistema tributário da simaquia e dos órgãos executivos, legislativos e judiciais análogos, ou seja, de todo um aparelho soberano e homogéneo cinzelado para defender os interesses políticos e militares dos vários representantes beócios na órbita regional e externa. Sem o peso desta teia administrativa e centralizadora que unia os núcleos da região sob o ceptro da *patrios boiotia*, Tebas perdia forçosamente o estatuto de elo hegemónico na cadeia beócia. O campo gravitacional do poder de Tebas residia, de facto, na articulação com a simaquia; isolada dos restantes parceiros, a sua esfera de influência era relativizada. A supressão da simaquia da Beócia, porém, não originou alterações ou reformas estruturais de adaptação nos organismos governativos locais. O passo dos *Hellenica Oxyrhynchia* é, aliás, claro nesse sentido (*Hell. Oxy.* 16.2; vide supra 1.1.1). Face ao cenário de refluxo e degeneração do bloco, os Tebanos, a par das restantes *poleis* beócias, deliberavam através do habitual sistema assente nas leis (*nomoi*) da *patrios politeia*, gerido pela pluralidade de instâncias políticas, circunscritas ao âmbito dos *affairs* e interesses locais da *polis*.

A conjuntura pós-Paz de Antálcidas e as vicissitudes congénitas às quais a Beócia foi submetida reflectiram, a curto-prazo, na cena política cadmeia, com o natural declínio dos índices de popularidade da heteria de Isménias e Androclides junto do

⁴ Vide Seager (2006) 118-119; Cawkwell (1981) 77-78.

corpo cívico tebano. Por conseguinte, a porta de acesso ao poder voltava a abrir para a principal força opositora – a facção de Leoncíades, revigorada com o retorno dos ostracizados filo-lacónicos (Xen. *Ages.* 2.21). Sem dúvida que Leoncíades apostou forte na propaganda para denegrir e imputar responsabilidades a Isménias e aos seus seguidores pela gestão danosa nos negócios bélicos e diplomáticos. Mas o eleitorado tebano não precisava que tal lhe fosse recordado. As cláusulas da Paz não trouxeram quaisquer benefícios para a cidade de Cadmo, pelo contrário, agonizou-a à mercê e perante o exponencial de Esparta. Terá sido evidente que, após o solstício de Inverno de 387/386, a maioria, senão mesmo a totalidade das magistraturas, nomeadamente no exercício do arcontado e o colégio de três polemarcos, tivesse sido arrebatada por Leoncíades e pelo seu núcleo de confiança⁵. Mas, em 382, o quadro político tebano descrito por Xenofonte é sintomático de um reequilíbrio de forças entre as duas principais heterias (Xen. *Hell.* 5.2.25). A facção de Isménias estava, de resto, apta a manobrar as sensibilidades da *boule*, facto que nos obriga a levantar as seguintes questões: como é que num curto espaço temporal, Isménias se encontrava a exercer um dos três cargos da *polemarchia*? Que razões, ou estímulos, terão contribuído para que o estadista recuperasse terreno no jogo de cadeiras político, pouco tempo depois da desastrosa provação da Guerra de Corinto? Há semelhança das transformações que operaram no pós-Guerra do Peloponeso, as conjecturas jazem nas entrelinhas dos manuscritos dos autores clássicos e, como tal, é impreterível focar alguns tópicos centrais para descortinar os motivos que animaram as volubilidades políticas em Tebas.

4.2.1 A aliança tebano-lacónica

Isócrates é incisivo em apontar, num tom acusatório, para o acordo de uma aliança entre as autoridades tebanas e lacedemónicas, pouco depois do desfecho da Guerra de Corinto (Isoc. 14.27.28). Apesar dos indícios serem rejeitados por alguns académicos, a ratificação de um pacto tebano-lacónico, provavelmente datável de 386, é exequível de enquadramento. O acordo não procede de obrigações pela “derrota” na guerra, mas da clivagem na orientação governativa e no desejo justificável de

⁵ Neste período, o papel do arconte cingia-se a funções de índole religiosa e representava, nominalmente, a cabeça da *polis*. A *polemarchia* era o colégio que detinha o poder executivo, sendo constituído por três polemarcos, auxiliados por um secretário, e agia também em estreito relacionamento com a *boule*. Sobre o assunto vide Buck (1994) 62; Bonner (1945) 16.

Leoncíades em retomar os antigos vínculos cordiais com Esparta⁶. A rotação abrupta (*stasiasmon*) no controlo dos órgãos de poder, com a exoneração de Isménias do leme da *polis* tebana, terá permitido a Leoncíades impor o seu programa de prescrição «laconizante» que abarcaria, por certo, a flexibilização e estreitamento de laços com o Peloponeso.

A hipótese de aliança alcança maior visibilidade se se considerar a intervenção de contingentes tebanos na mobilização ordenada pelos Lacedemónios contra Mantineia, em 385. A *polis* arcádica seria ainda palco do célebre episódio de Epaminondas e Pelópidas, tendo ambos actuado como hoplitas (Plut. *Pel.* 4.4-5; Paus. 9.13.1). Independentemente da “estória” que uniu os futuros estadistas⁷, a problemática em torno da presença tebana poderá levantar obstáculos de corroboração quando confrontado com outras fontes. Houve, efectivamente, a comparticipação de tropas aliadas dos Lacedemónios no cerco à cidade de Mantineia («*ei densei polun chronon truchein strateiais ten te polin kai tous summachous*»; Xen. *Hell.* 5.2.4) e, não havendo provas em contrário, é aceitável que o exército agressor incorporasse hostes provenientes de Tebas. Outro aspecto antinómico deriva do facto de Xenofonte não mencionar qualquer batalha em Mantineia nesta ocasião. A omissão não invalida os relatos de Plutarco e Pausânias. Diodoro fala em «“nobre resistência”» dos Mantineus, o que pode sugerir, pelo menos, confrontos em pequena escala e não dignas de registo⁸. Porém, tanto Diodoro (cf. 15.5.4-5; 15.12.1-2), como Xenofonte (cf. *Hell.* 5.2.3-7) são sinópticos na descrição dos acontecimentos. Ainda que as *Helénicas* assinalem informações mais pormenorizadas dos incidentes, a composição da narrativa denota outro tipo de preocupações: a perspectiva lacedemónica do conflito; o estratagema montado para derrotar os Mantineus e as consequências da rendição. Os vários manuscritos assumem, portanto, uma complementaridade consertada e ajustada ao que cada autor pretende destacar.

⁶ Os Atenienses, por exemplo, que actuaram na guerra como aliados dos Tebanos, não integraram qualquer pacto de aliança com os Lacedemónios. Seager defende a existência do pacto tebano-lacónico, porém o académico refere como “forçada”; vide Seager (2006) 156; Também Hack defende esta linha, contudo, afirma que Tebas foi (re)integrada na simaquia do Peloponeso; vide Hack (1978) 217-218 (nota n.21). Esta conjectura está errada, pois os Tebanos não tinham lugar assente no sínédrio da simaquia do Peloponeso (vide Cawkwell (1981) 78-79). Buck, por seu turno, rejeita qualquer aliança entre Tebas e Esparta; vide Buck (1994) 63.

⁷ O biógrafo mantém a devida distância quanto à sua validade: «Contudo, maior parte das pessoas pensam...» (*Pel.* 4.4). Pausânias também adopta o mesmo método: «Quando os Lacedemónios estavam em guerra com Mantineia, **diz-se** que Epaminondas, juntamente com outros de Tebas, foram enviados para ajudar os Lacedemónios» (Paus.9.13.1)

⁸ «*oi Mantineis gennaious ágounidzómenei prós tous polemious*»; cf. D.S. 15.12.1.

Em última análise, Xenofonte providencia pistas palpáveis de um pacto vigente, em 382, entre Tebas e Esparta, liquidando eventuais dúvidas existentes. A rota adoptada pelo exército peloponésico, com paragem “obrigatória” nos arredores de Tebas, pode ser interpretada com vista a pressionar os Tebanos a integrarem a força expedicionária contra Olinto⁹. Esparta tinha, aliás, previamente intimado a inclusão de unidades militares aliadas ou através do pagamento por dividendos, que rentabilizariam a campanha (Xen. *Hell.* 5.2.20; cf. D.S. 15.20.3). De encontro a estas premissas, as autoridades tebanas haviam decretado a medida proibitiva de qualquer cidadão da *polis* participar na empresa lacedemónica (Xen. *Hell.* 5.2.27). A promulgação de um edicto desta natureza é apenas justificável se observarmos a aliança tebano-lacónica como factual. Em todo o caso, a deliberação tebana manifestou, somente, o boicote passivo ao empreendimento bélico lacedemónico fora do Peloponeso e sem dúvida pelo punho da facção de Isménias. As analogias com a conjuntura da *stasis* ateniense são, de resto, indeléveis (vide supra 2.2.1).

4.2.2 A geografia política da Beócia e o impacte da *autonomia* em Tebas

A decomposição da simaquia dos Beócios despojou a camada superficial que cobria o exosqueleto do fragmentado quadro regional, cuja anatomia não é, de todo, clara. A questão nuclear reside na amplitude exacta com que o acórdão de *autonomia* foi empregue na textura beócia. Pelos ligeiríssimos vestígios, a sua aplicação foi aparentemente limitada e a fisionomia das principais *poleis*, que anexaram naturalmente pequenas localidades na sua área jurídica, mantiveram-se inalteradas¹⁰. O retrato é, porém, paradoxal quando confrontado com a situação de Tebas. A *polis* tebana foi altamente flagelada com perdas e flutuações territoriais de enorme impacte¹¹. É assumptível que o processo de emancipação da Beócia, diligenciado pelas autoridades lacedemónicas, tivesse sido canalizado para erradicar, a curto/ médio-prazo e com amplas repercussões, o predomínio que a cidade de Cadmo havia alcançado nos últimos decénios.

⁹ Vide Seager (2006) 160. Mesmo em tempo de paz, a autorização para tão vasta força peloponésica passar tão próxima da cidade de Cadmo, obrigava a ter um certo tacto para a situação.

¹⁰ Vide Rhodes (2006) 247, contra Buck (1994) 61. Tratou-se de um processo de sinecismo peculiar, cuja organização e distribuição política, por divisões administrativas (*mére*), no interior simaquia tenha servido como intermediária. Ao contrário de Micalesso e Fáron, não existem evidências que sustentem um amplo espartilhamento.

¹¹ Cf. Plut. *Ages.* 23.3; vide Cawkwell (1976) 79.

Não obstante o alinhamento com Esparta, a heteria de Leoncíades foi herdeira dos efeitos colaterais da convenção de 387 e do espírito rebelde do passado recente de Tebas. O distanciamento geográfico da *polis* cadmeia relativamente ao átrio do poder lacedemónico – o Peloponeso – foi determinante para serem adoptadas medidas preventivas e de paralisação de forma a domar eventuais insubordinações e pretensões (à unidade beócia) por parte dos Tebanos. Mas mesmo sem a coesão do bloco beócio, a cidade de Cadmo continuava a ser alvo de desconfiança e potencialmente perigosa para Esparta, caso aspirasse ao revivalismo regional (Plut. *Pel* 5.1).

Além da região orópia, que se juntaria de novo e voluntariamente à Ática, após breve período de autonomia (Isoc. 14.20), e recorrendo ao registo numismático, parece certo que algumas localidades periféricas e anteriormente agregadas à área jurídica tebana, situadas na orla do Monte Messápio e junto ao estreito de Euripo, tivessem usufruído do estatuto de *autonomia*. Micalesso e Fáron foram dois casos concretos¹². Estes dois exemplos levam também a equacionar a suspeita de que outros aglomerados populacionais, não só Éleon e Harmas, mas também Áulis e Antédon, tenham tido o mesmo destino¹³. Desta forma, não só a área jurídica tebana ficaria substancialmente reduzida, como ficaria privada ao acesso ao mar.

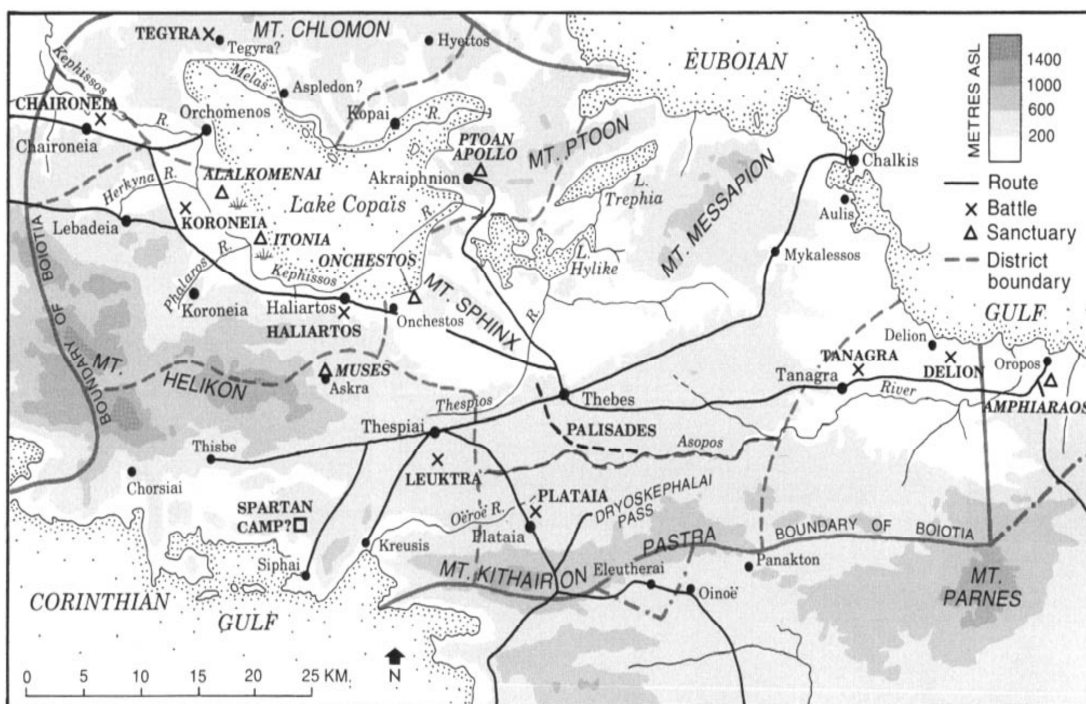
Mas o golpe visceral consumou-se naquele que pode ser nominalmente entendido como o «calcanhar de Aquiles» da política tebana – a ressurgência da *polis* plateense. De acordo com Pausânias, Plateias foi reimplantada «“durante a paz que o lacedemónio Antálcidas fez com o *basileus* persa”» e antes da ocupação lacedemónica da Cadmeia (cf. 9.1.4). O passo é vago para situar com rigor a emancipação do território, no entanto, é provável que tenha sucedido em 385/384¹⁴. Esparta tinha, aliás, bons motivos para a sua reimplantação. Os exilados plateenses, reintegrados ao solo pátrio e movidos pelo forte sentimento anti-tebano, reassumiriam o ancestral *status* de estado-tampão e de posto avançado na vigilância das actividades na Cadmeia. Também a potencialidade estratégica-militar de Plateias, no acesso a encruzilhadas inter-

¹² Vide Caspari (1917) 172-173.

¹³ Tratar-se-ia de antigas *poleis*, que devido à dimensão reduzida e fraca capacidade de defesa tinham sido integradas na *polis* tebana. A paz de 387 obrigou à sua separação, tornando o cenário político a leste de Tebas num pontilhado de pequenas *poleis*. Estrabão diz-nos que Micalesso e Faron faziam parte de um conjunto de quatro núcleos – *tetracomia* – juntamente com Harma e Éleon, «próximas de Tanagra» (9.2.14).

¹⁴ Buck propõe esta data que, de resto, encaixa com o fim da actividade lacedemónica no Peloponeso, com os êxitos na campanha de Mantinea e a reposição dos exilados filo-lacónicos em Fliunte (cf. Xen. *Hell.* 5.2.8-10), e com a deslocação da sua área de intervenção bélica para a região calcídica; vide Buck (1994) 62-63.

regionais, iam ao encontro dos interesses dos Peloponésios, sobretudo num período em que a mira de intervenção de Esparta se projectava para as áreas setentrionais da Hélade¹⁵.



Mapa 6. Beócia. Extraído de Buck (1994).

4.2.3 O jogo de alianças entre Olinto, Atenas e Tebas

Em 383, a ameaça da *sympoliteia* calcídica, em anexar os territórios vizinhos, e o apelo à simaquia do Peloponeso pelas delegações diplomáticas provenientes de Acantos e Apolónia, concederam espaço de manobra a Esparta para intervir directamente nas regiões além-Peloponeso¹⁶. O discurso do acanto Clígenes, reconstruído por Xenofonte, foca na essência o debate pela defesa da *patrios politeia* e do particularismo da *polis* em objecção à conceptualização de *sympoliteia* e *koinon*¹⁷. Mas o elóquio do acantio salienta outros aspectos que mereciam a consideração das autoridades lacedemónicas:

¹⁵ Vide Aravantinos (2003) 282-283; 285; Hack (1978) 216-217.

¹⁶ Cf. Xen. *Hell.* 5.2.11. Diodoro (15.19.2-3) refere também a aliança entre Amintas, rei dos Macedónios, e Esparta e a intenção destes em estender o seu domínio à Trácia.

¹⁷ Estes conceitos podem ser entendidos como a união de *poleis* sob a mesma cidadania e lei. Cf. Xen. *Hell.* 5.2.11 («*outoi tón poleón prosegágmonto éph óte nómois tois autóis chresthai kai sympoliteúein*»). Sobre a *patrios politeia* e a tendência no século IV para a formação de *sympoliteiai*, vide Beck (2001) 355-375.

Encontramos também ali [em Olinto], embaixadores dos Atenienses e Beócios. E ouvimos a notícia que os Olíntios, por seu lado, já tinham votado em enviar embaixadores com eles, a essas *poleis* [Atenas e Tebas], com o objectivo de estabelecer uma aliança. Desde logo, se tal potência juntar forças com os Atenienses e Tebanos, reparem (...), que aquele já não vos será fácil de controlar (Xen. *Hell.* 5.2.15).

Será importante fazer uma breve anotação quanto à empregabilidade do termo «Beócios». Seria esta uma terminologia genérica referente ao *ethnos* em que os Tebanos se enquadravam ou perscrutava implicações mais amplas? O fim da simaquia dos Beócios pusera termo à unidade política mas não quebrara os laços culturais da região. O sentimento de pertença ao *ethnos* beócio preservou-se através de um conjunto de valências, nomeadamente, na celebração de festivais religiosos de carácter pan-beócio, cujo principal pólo religioso se fixava no templo dedicado a Atena Itónia, próximo de Coroneia, e na emissão da moeda por diversas *poleis*¹⁸. O acervo numismático oferece, por certo, o ponto mais consensual.

Cunhadas localmente, o padrão encontrado nas séries de moedas de cada *polis* beócia, cujo reverso apresenta o escudo beócio côncavo, em forma de “oito”, corrobora os indícios de sentido de identidade¹⁹. Mas essa partilha cultural não é, necessariamente, sinónimo de partição governativa e tratar-se-á de uma equação impossível ao se falar da Beócia como uma plataforma política unificada, em 383²⁰. A verificar um hipotético cenário de agregação, este deverá resumir-se a relações cordiais entre Tebas e *poleis* circundantes. No julgamento de Isménias, após a tomada da Cadmeia pelos Lacedemónios, nenhuma das acusações diz respeito a uma eventual violação da cláusula de *autonomia* (vide infra 4.3.1).

Quanto à análise do passo, a promoção de extensões protocolares com as autoridades calcídicas, em paralelo com as atenienses, denuncia a aspiração ao revivalismo da cidade de Cadmo e o óbvio distanciamento face a Esparta. O comportamento desviante de Tebas permite ainda diagnosticar sintomas que traduzem a evolução política interna: a heteria de Isménias angariara força suficiente junto do corpo eleitoral tebano para contrariar a gestão administrativa – filo-lacónica – de Leoncíades.

¹⁸ Vide Buck (1994) 61-62; Hammond (2000) 88; Parke (1930) 71.

¹⁹ As entidades emissoras resumiam-se a Coroneia, Haliarto, Micalesso, Farai e Tanagra e estendeu-se a Queroneia, Copai, Lebadeia, Plateias (quando restabelecida) e Téspias. Também Orcómeno já havia começado a emitir as suas próprias séries, provavelmente, desde 395/394. Não se sabe se a tesouraria de Tebas continuou a cunhar neste período, vide Caspari (1917) 172-173.

²⁰ Diodoro (15.20.1) refere-se à Beócia, aparentemente, enquanto unidade política regional, embora o seu discurso não seja claro.

Tratou-se ainda de uma oposição parcial e pouco consolidada mas expressiva da tendência anti-lacedemónica da *politeia* que degenerara no cenário político de *stasis* que Fébidas encontraria em Tebas no ano seguinte (cf. Xen. *Hell.* 5.2.25). As fontes não registam as transformações que intercederam entre 387 e 383 na *polis* tebana, contudo, a atitude manipuladora e autoritária dos Lacedemónios, na qualidade de *protastes* da paz, e a postura conformada e reconciliatória das autoridades cadmeias em concertação com o Peloponeso foram, decerto, condicionantes motoras e convergentes que minaram a posição de Leoncíades no âmbito da *boule* cadmeia.

Significativamente, a ofensiva a Mantineia, em 385, patenteou o primeiro hiato na convenção de 387 (D.S. 15.5.1). A campanha era de índole punitiva, extensível à consolidação do poder de Esparta no teatro peloponésico, e talhada para neutralizar potenciais ameaças que comprometessem essa soberania²¹. Após o assédio de um ano por circunvalação à cidade arcádica e na sequência da capitulação dos Mantineus, os Lacedemónios ditaram os severos termos: Mantineia seria arrasada e a população distribuída pelos quatro (ou cinco) aldeamentos primitivos (*koumas*), cada uma delas ao cuidado de um oficial lacedemónico - *ksenagon* (Xen. *Hell.* 5.2.7; D.S. 15.12.1). A posição do mundo helénico à actuação transgressora lacedemónica foi aparentemente apática ou, no mínimo, silenciosa. Diodoro refere que as autoridades áticas revelaram-se passivas ao postulado da embaixada mantineia, ainda antes do desenlace das hostilidades, pois recusaram-se a quebrar a paz vigente (cf. 15.5.1). A resposta ateniense é, talvez, o melhor exemplo registado da gravidade do acto e que, por certo, reflectia o sentimento de outras comunidades helénicas na orla exterior do Peloponeso. Em Tebas, o despacho de tropas para a campanha militar em Mantineia e o conseqüente desfecho, terá certamente despertado para delicado assunto. A matéria era respeitante a divergências peloponésicas dentro da simaquia liderada por Esparta; a associação do governo da cidade de Cadmo na violação flagrante das cláusulas da Paz de Antálcidas terá condicionado a popularidade de Leoncíades em alguns sectores do eleitorado cadmeu.

O processo de dissolução da simaquia da Beócia e as conseqüências territoriais foram já abordadas na secção anterior, no entanto, é também provável que o impacte da volubilidade fronteiriça na *polis* tebana tenha sido pernicioso para a facção governante.

²¹ A acção atrela antecedentes – o caso da Élide (vide supra 2.2.2). Cawkwell considera que Mantineia e Élide eram duas anomalias no sistema lacedemónico na gestão e exercício de poder na simaquia; vide Cawkwell (1976) 75.

Aliás, o propósito incumbente da *autonomia* antecipava a descentralização e desfazamento do bloco beócio e não reduzi-la a uma escala «primitiva» de *dioecismo* das próprias *poleis*. Mas, como foi previamente referido, a cidade de Cadmo parece ter sido a exceção. De resto, e além do recuo significativo da linha de fronteira a leste, a cisão da região de Plateias selava a questão fracturante no seio da própria sociedade tebana. Resta saber se a restauração de Plateias era consequência da cláusula de *autonomia* ou da vontade egocêntrica de Esparta. Desde meados da década de 20 do século V que a antiga *polis* plateense se achava integrada na área jurídica tebana (vide supra 1.1.1). Numa primeira análise, a sua incorporação garantiu a Tebas o *status* hegemónico na simaquia e permitiu igualmente estender a sua área de influência para sul do Asopo, num eixo crucial que “une” a Beócia à Ática, concedendo uma porta de acesso ao Peloponeso. Mas os benefícios não se restringiam apenas à esfera política e militar. As condições morfológicas do território eram ideais para a actividade agrícola e propiciaram ao enraizamento de população tebana, juntamente com indígena, que havia optado pelo lado beócio em vez do exílio, na exploração de recursos naturais a cargo de uma aristocracia terratenente tebana (cf. Tuc. 3.68.3). A cisão territorial afectaria essa elite rural que se viu despejada dos rendimentos auferidos pela terra, e Leoncíades perdia uma importante base de apoio político, que provavelmente corresponderia a 1/3 do eleitorado tebano, não obstante o caso de a cidade de Cadmo ter às suas portas um núcleo contencioso e hostil.

Em suma, a actividade de Esparta, dentro e fora do Peloponeso, e a política amistosa de Leoncíades para com o aliado peloponésio, despertou para o receio implícito do espectro lacedemónico no seio da *politeia* tebana²². A apreensão terá motivado ao medo de alguns cidadãos que terão permanecido ao lado de Leoncíades, porém, terá também despertado a revolta de outros sectores sociopolíticos, nomeadamente, anti-lacedemónicos e pro-tebanos, a ordenarem uma maior transparência e soberania da *polis*.

²² Hack conclui que havia uma estreita relação das políticas de agentes externos, ou seja, dos Lacedemónios, na política interna tebana; vide Hack (1977) 226-227.

4.3 A tomada da Cadmeia

Em 382, na resposta ao pedido de Acantos, Apolónia e em auxílio dos aliados Macedónios, as autoridades lacedemónicas mobilizaram forças rumo à região calcídica. As questões logísticas e a necessidade na celeridade de intervenção obrigaram a conduzir as operações de recrutamento em duas fases. A primeira coluna, formada por *neodamodes*, *periecos* e *esciritas*, liderada por Eudâmidas, partiria de imediato; quanto ao resto do exército peloponésico, encabeçado por Fébidas, irmão de Eudâmidas, avançaria assim que estivessem reunidas as condições necessárias²³. Xenofonte descreve:

Então Fébidas, depois de reunir as restantes tropas de Eudâmidas, tomou o controlo da força e iniciou a marcha. Mas, quando chegaram a Tebas acamparam fora da cidade, próximo do *gimnasio*. Nessa altura havia um conflito interno [*stasis*] entre os Tebanos e os polemarcos eram precisamente Isménias e Leoncíades, que mantinham as suas divergências e estavam ambos à frente da sua respectiva heteria. Isménias, desde logo, e devido ao ódio que sentia pelos Lacedemónios, nem sequer se aproximou de Fébidas. Pelo contrário, Leoncíades dedicou-se a atendê-lo, e uma vez admitido na sua intimidade, disse-lhe o seguinte: «Neste dia, Fébidas, tens diante de ti a possibilidade de prestar o maior serviço para a tua pátria. Pois, se me acompanhares com os teus hoplitas, guiar-te-ei até à acrópole. Sendo assim, tem a certeza que Tebas estará totalmente à disposição dos Lacedemónios e de nós, que somos vossos amigos. Agora, como podes ver, foi proibido publicamente que nenhum dos Tebanos marche contigo contra Olinto. Mas se actuares como te digo, enviaremos imediatamente contigo, muitos hoplitas e cavaleiros, de modo a acudires em apoio do teu irmão com uma vasta força, e enquanto ele se prepara para submeter Olinto, já tu subjugaste Tebas, *polis* muito maior que Olinto». (*Hell.* 5.2.25-27).

O passo é conclusivo no que toca às querelas intestinas na *polis* tebana, com o corpo do eleitorado repartido quanto à directriz política a adoptar: nesse ano, tanto Isménias como Leoncíades tinham sido designados para exercerem funções na *polemarchia*. É igualmente observável a abordagem dos dois estadistas tebanos com a chegada de Fébidas às cercanias de Tebas²⁴. Recalcado pelos cânones que defendia, Isménias optou por se manter longe do oficial lacedemónico, o que seria lógico, uma

²³ Rhodes sublinha que, os oficiais enviados para a expedição calcídica estavam ligados a Agesilau e confirma-se em Xenofonte (cf. 5.4.41); vide Rhodes (2006) 213.

²⁴ Vide Seager (2006) 160.

vez que as conversações com Olinto e o edicto que interditou a participação dos Tebanos no empreendimento peloponésico contra a *sympoliteia* calcídica eram decerto da sua autoria. Por outro lado, a chegada dos Peloponésios ocasionou a oportunidade de Leoncíades instrumentalizar Fébidas para alimentar a suas ambições pessoais ao poder, aliciando o lacedemónio a agir em prol dos interesses da sua pátria.

Os testemunhos de Diodoro e Plutarco afastam-se, porém, da linha das *Helénicas*, com relatos de matiz obscurantista. Segundo o historiador sículo, Fébidas era portador de instruções secretas previamente legadas pelas autoridades lacedemónicas para tomar a Cadmeia, caso a oportunidade surgisse (15.20.2). A exposição de Diodoro é exagerada e paradoxal quanto à reacção hostil da sociedade espartana pela conduta desautorizada de Fébidas (cf. Xen. *Hell.* 5.2.32), mas Plutarco faculta outros dados complementares. O biógrafo fala de conspiração sussurrada pelos círculos de Agesilau em conformidade com alguns homens de Tebas, nomeadamente, Leoncíades e Árquias (*Ages.* 23.4; 7). A hipótese é equacionável. A existência de grupos pró-lacedemónicos em Tebas, como a heteria de Leoncíades ou de facções menores, e de outros agentes políticos – *proxenos* – eram potenciais cúmplices nas denúncias das actividades e decisões dentro da *polis* tebana. A ascensão de Isménias na cena política, aliada ao cenário de revivalismo da cidade de Cadmo na corporalização de um bloco com Olinto e Atenas, colidia inevitavelmente com a *Machtpolitik* lacedemónica na Hélade e incitava à intervenção²⁵.

As dificuldades surgem, no entanto, quando cruzamos os dados das três obras de Plutarco, a *Vida de Agesilau* com a de *Pelópidas e Moralia (De Genio Socratis)*, com o biógrafo a veicular-se, nestes últimos dois casos, pela mesma linha de Xenofonte (*Pel.* 5.3; cf. *Mor.* 575f-576a). O lapso de coerência do autor no seu discurso complexifica a tentativa de construção histórica neste ponto. Podemos, porém, julgar que na Antiguidade circulou o boato de possível implicação de alguns grupos particulares lacedemónicos na intriga. Em todo o caso, e com excepção de Diodoro, a tradição é inflexível em sentar Leoncíades no banco dos réus, como principal culpado da queda de Tebas nas mãos de Esparta.

²⁵ Vide Hack (1985) 223-224. O silêncio de Xenofonte ao cenário de maquinação entre Agesilau e Leoncíades pode estar comprometido pelo seu parcialismo e viés pró-lacónico e na ilibação do rei lacedemónio a qualquer acto de tónica conspirativa a que estivesse virtualmente implicado; vide Cawkwell (1976) 64-65. Buck rejeita por completo os manuscritos de Diodoro e Plutarco, vide Buck (1994) 67-68.

A celebração das Tesmofórias²⁶ e o calor estio que se fazia sentir em pleno meio-dia propiciaram as circunstâncias para infiltrar as forças peloponésicas no interior de Tebas. As artérias da cidade estavam vazias e a Cadmeia desguarnecida; apenas em redor do pórtico da *agora*, provisoriamente convertido no centro político devido às comemorações religiosas na acrópole, se encontrava apinhado para a sessão da *boule* (Xen. *Hell.* 5.2.29). Leoncíades conduziu, entretanto, Fébidas «e as tropas sob o seu comando» até ao interior da Cadmeia, entregou-lhe as «chaves das portas (da cidade)» e dirigiu-se à *agora* para rematar o golpe²⁷. Em virtude dos poderes executivos que o polemenco exercia, Leoncíades ordenou a detenção do homólogo e rival Isménias sob a acusação que revisitava as directrizes da política tebana na década antecedente (Xen. *Hell.* 5.2.30).

Xenofonte deixa claro que os que tinham conhecimento da trama não se cingia a um núcleo restrito mas que se prolongava a outros flancos sociopolíticos tebanos²⁸. A circumspecta conspiração apanhou desprevenida a oposição anti-lacedemónica presente na sessão da *boule*, sem instinto e meios para reagir. Com Isménias aprisionado e conduzido para a Cadmeia e nomeado outro polemenco, cerca de 300 cidadãos tebanos filiados a Isménias foram obrigados a procurar refúgio na cidade de Palas, nomeadamente Androclides, Pelópidas, Ferenicos, entre outros²⁹.

A captura da Cadmeia traduziu-se no culminar das divergências intestinas na cidade de Cadmo, mas a irregularidade e as questões morais que o golpe acarretava eram colossais para o *protastes* da paz. Em Xenofonte, a contestação que se gerou no seio da *politeia* espartana ressalta precisamente para esses aspectos. Apesar de Fébidas ser acusado pelas autoridades lacedemónicas de ter procedido sem o consentimento da *polis*, o julgamento do oficial lacedemónio é relegado para um plano secundário em detrimento do debate pela possibilidade de os Lacedemónios conservarem a Cadmeia na sua esfera. Agesilau intercedeu e defendeu Fébidas nesta linha, no qual o arguido devia ser julgado com base nos crivos que visavam resguardar os interesses de Esparta (cf. Xen. *Hell.* 5.2.32; Plut. *Ages.* 23.4). A evocação do rei euripôntida a um «antigo costume que permitia a improvisação em determinados casos», ou seja, assente numa

²⁶ Festividades pan-helénicas dedicadas ao culto de Deméter.

²⁷ «*kai paradous tén balanagran auton tón pulon*». O gesto da entrega das chaves pelo estadista é simbólico, traduzindo-se na total perda de soberania dos Tebanos.

²⁸ *Hell.* 5.2.30; A dimensão do grupo conspirador não é clara, mas é provável que fosse suficientemente amplo para domar os de Isménias e outros anti-lacedemónicos; vide Buck (1994) 66.

²⁹ Xen. *Hell.* 5.2.30; cf. Plut. *Pel.* 5.3. A menção de Diodoro (15.20.2) a uma eventual refrega entre o exército peloponésico e os Tebanos parece improvável, além de ser a única fonte (conhecida) a referir-se ao incidente.

norma ancestral lacedemónica, era incompatível com a cláusula de *autonomia* e como tal constituía uma falha vexante na convenção de 387³⁰. Também Leoncíades, que se deslocou à Lacónia a fim de justificar a acção de Fébidas, defendeu a necessidade dos Lacedemónios reterem a Cadmeia, enumerando as múltiplas insubordinações de Tebas no passado³¹. Mas a presença do estadista tebano em Esparta pode ser entendida noutra prisma.

Leoncíades compreendia a urgência de cativar os *esparteatas* na sua causa, uma vez que estava implicado na entrega da Cadmeia. Um eventual recuo dos Lacedemónios faria cair as suas aspirações ao poder por terra e ainda enfrentar as consequências, certamente negativas, do juízo tebano pelos seus actos³². Por outro lado, o incidente era manifestamente benéfico para Esparta, sobretudo, na actual conjuntura de guerra contra Olinto. Não obstante as garantias de apoio militar tebano na expedição, os Lacedemónios seguravam um enclave capital na articulação de operações entre o sul e o norte da Hélade, assim como o controlo eficaz do bloco central helénico; a aliança tebano-lacónica manter-se-ia intacta e neutralizavam potenciais ajudas dos Atenenses a Olinto. No final, face ao pendor da balança, os Lacedemónios decidiram conservar a guarnição na Cadmeia, condenaram Fébidas apenas ao pagamento de uma coima e destituíram-no do cargo de comandante do exército que liderava³³. À luz do princípio de *autonomia* estabelecido no acórdão de 387, os autores clássicos são equânimes no julgamento iníquo da resolução lacedemónica e a perplexidade que causou para a generalidade do mundo helénico (D.S. 15.20.2; Plut. *Ages.* 23.3). Aludindo num sentido religioso, Xenofonte escreveria que o incumprimento dos juramentos e a ilegitimidade dos Lacedemónios em preservarem a Cadmeia provocara a ira dos deuses (*Hell.* 5.4.1). Seriam necessários, no entanto, três anos para os exilados tebanos voltarem à cidade de Cadmo e rectificarem o juízo do Olimpo.

³⁰ A circunstância é paradigmática do arbítrio de Esparta na monopolização da Paz de Antálcidas, segundo as suas necessidades

³¹ Xen. *Hell.* 5.2.33-34. Sobre a relutância tebana em acompanhar a expedição lacedemónica contra o Pireu, vide supra 2.2.1; o ataque beócio à Fócida (aliados dos Lacedemónios), vide supra 2.2.4; e a aliança entre Tebas e Olinto, vide supra 4.2.3.

³² Vide Hack (1977) 226.

³³ Plut. *Mor.* 376a; Como Buck nota, Xenofonte não faz qualquer reparo quanto ao destino de Fébidas, vide Buck (1994) 66.

4.3.1 O julgamento de Isménias

Encarcerado na Cadmeia, Isménias foi posteriormente conduzido a um julgamento com contornos invulgares. A sua peculiaridade é frisada pelo facto de o estadista de ter sido julgado por um colectivo de juízes peloponésios – três lacedemónios e um por cada *polis* que fosse membro na simaquia do Peloponeso – em lugar da instância judicial tebana, e responder por crimes opacos e apenas condenáveis aos olhos da política de Esparta³⁴. As acusações, repescadas à época em que a heteria de Isménias estivera ao leme da simaquia da Beócia, confluíam na génese da eclosão da Guerra de Corinto de que «“ele [Isménias] e Androclides eram os principais culpados por toda a agitação verificada na Hélade”». No mesmo tom, o estadista era acusado de estabelecer laços de *xenia* para com o rei persa e de ter recebido benefícios monetários dos bárbaros (Xen. *Hell.* 5.2.35). Este alegado *medismo* de Isménias era incongruente e estéril, pois, se a Grande Aliança teve inicialmente apoio persa, também a simaquia do Peloponeso procurou o auxílio do império aqueménida para vantagem e sustento na Guerra de Corinto³⁵. Todavia, é curioso que nenhum dos ditames diga respeito às recentes actividades tebanas, corroborando a tese de que os Tebanos não violaram os compromissos alcançados na Paz de Antálcidas.

A aversão dos Lacedemónios pelos Tebanos, que se reflectiu no próprio ódio pessoal que Agesilau nutria por estes, manifestou-se, sobretudo, nos períodos em que Isménias e os seus correligionários exerceram maior influência na política tebana e beócia (Plut. *Pel.* 5.1). A renovação dos elos da facção de Isménias com a *politeia* tebana e o entablamento de relações diplomáticas com a Ática e Olinto eram sinais indeléveis que poderiam tornar a cidade de Cadmo num obstáculo insubordinado, capaz de ferir a hegemonia de Esparta na Hélade. A ascendência de Isménias e Androclides provocaria um retesar de forças no frágil quadro conjuntural de finais da década de 80, tendo em conta o conflito que emergia no horizonte helénico, e empurrar novamente os Helenos para uma guerra “fratricida”. Clígenes, de Acanto, tinha apontado precisamente para os perigos que poderiam advir, caso o eixo tebano-ático-calcídico se materializasse (vide supra 4.2.3) e nesse prisma, o estadista tebano era um alvo a abater. A eliminação de Isménias liquidava, igualmente, as oposições internas em Tebas e permitia a Esparta

³⁴ Em a *Vida de Pelópidas*, Plutarco (5.3) refere que Isménias foi transportado e julgado em Esparta. Contudo, o biógrafo entra novamente em paradoxo com a sua versão nos *Moralia* (cf. 576a-b), vide Hack (1977) 226 (nota n.46).

³⁵ Vide Hack (1977) 226.

exercer um maior domínio nas regiões centrais da Hélade, tendo em Leoncíades um importante aliado na sustentabilidade da política externa lacedemónica. O julgamento foi, portanto, pura teatralidade e Isménias sentenciado à morte, decisão que, à partida, já estava determinada.

4.3.2 *Dynasteia* tebana

A cidade de Cadmo manter-se-ia, aproximadamente, nos três anos que se seguiram (382-379) sob domínio de uma elite sociopolítica filolacónica açambarcadora do aparelho administrativo tebano, em regime apelidado pelas fontes de “tirânico” – *dynasteia*³⁶. Xenofonte especifica que este sistema se generalizou em várias *poleis* beócias, paralelamente a Tebas (Xen. *Hell.* 5.4.46) o que é significativo, pois demonstra que as volubilidades da política tebana continuavam a influenciar profundamente os comportamentos políticos locais da região. Não obstante o carácter despótico e usurpador que pesou sobre os Tebanos durante este período, os órgãos e instituições políticas da *polis* mantiveram-se activas, inclusivamente a *boule*, embora as magistraturas estivessem apenas ao alcance dos homens mais próximos de Leoncíades³⁷. Com efeito, a estrutura geopolítica cadmeia esboçava uma hierarquia em formato piramidal, cujo vértice foi apossado por Leoncíades, Árquias, Filipos e Hípates; a restante distribuição de incumbências (diga-se, a título nominal) ramificava-se aos que ocupavam os cargos públicos legais, ou seja, em estreita dependência com o topo. O controlo efectivo e unilateralista do dispositivo político e dos negócios públicos da *polis* pelo núcleo duro governativo tebano era providenciado pela representatividade de Esparta que monitorizava a partir da Cadmeia (Plut. *Pel.* 6.2-3).

O indigitamento de três oficiais lacedemónios – Lisanóridas, Erípedes e Arquesos – e a manutenção de uma guarnição peloponésica, que ascendência aos 1 500 soldados sediados na Cadmeia, são indicativos de uma autoridade dificilmente contestável³⁸. Mas a invulgaridade por detrás destes números tem sido deliberada por alguns comentadores. É provável que a designação do triónimo lacedemónico não se

³⁶ «“*arcontes autoi paranomous*”», cf. Plut. *Mor.* 576a; *Pel.* 6.1; *Ages.* 24.1 Xen. *Hell.* 5.4.1.

³⁷ Hack (1978) 34-35.

³⁸ Para os números da guarnição cf. Plut. *Pel.* 12.3; *Mor.* 598f. Além de Xenofonte não identificar o harmostas de Tebas, também não clarifica o número de soldados peloponésios na Cadmeia em 379, classificando-os como “poucos” (*Hell.* 5.4.11). Porém, trata-se de uma avaliação comparativa em relação aos que assaltavam a Cadmeia.

limitasse ao papel fiscalizador de Tebas, mas articulou questões e necessidades militares dos Lacedemónios no controlo e injeção de influência em contexto regional e inter-regional. Assim sendo, cada um destes oficiais desempenhou tarefas díspares e assumiu funções em diversos sectores³⁹. O ónus geoestratégico e a posição central de Tebas no mapa helénico permitiram esbater as complicações de Esparta nas linhas de comunicação fora do Peloponeso e actuar com maior eficácia em palcos diversificados⁴⁰.

Numa primeira apreciação, a expedição peloponésica contra Olinto, que se estendeu por três anos (382-379), converteu a cidade de Cadmo num baluarte, ou posto avançado sustentável na operacionalidade bélica que interligava o Peloponeso às regiões setentrionais da Hélade. Do mesmo modo, além de garantir o auxílio militar tebano na campanha, engrossando as fileiras da frente peloponésica, conforme prometido por Leoncíades, e de resto, com actuação positiva no campo de batalha (cf. Xen. *Hell.* 5.2.27; 37), os Lacedemónios anulavam potenciais interferências dos Atenienses no teatro calcídico, protegendo a sua retaguarda.

Embora a cidade de Palas tivesse preservado uma política externa cautelosa e inóxia a Esparta ao longo da década de 80, a concessão de exílio por parte das autoridades áticas a 300 famílias tebanas que se refugiaram em Atenas, logo após à tomada da Cadmeia por Fébidas, tornou-a num alvo a manter sob vigilância apertada, a partir de 382. Filiados à facção de Isménias e Androclides, ou ideologicamente anti-lacedemónicos, os cidadãos tebanos expatriados na Ática retratavam o espírito da resistência cadmeia à extorsão ilegítima de Tebas, por Leoncíades e Esparta. As autoridades atenienses retribuiriam, nesse tempo, o favor prestado pelos Tebanos em 404, ao amnistiarem os exilados tebanos em território ático, rejeitando a ordem lacedemónica de expulsão (Plut. *Pel.* 6.3). O pacto entre os Atenienses e o miolo da resistência tebana é evidente; as circunstâncias seriam, além do mais, clarificadas em 379, por ocasião da revolução cadmeia. Hack terá, provavelmente, razão em apontar que uma das necessidades para uma guarnição numericamente substancial e para o número

³⁹ Vide Hack (1978) 32. O debate em torno dos “três *harmostai* de Tebas” é questiúncula, relativamente ao objecto de estudo e para o que se pretende abordar nesta secção. Em todo o caso, para uma abordagem mais detalhada do tema, vide Parke (1927) 159-165; Buck (1994) 69-70;

⁴⁰ Além da campanha calcídica, que terminou em 379, os Lacedemónios mantinham a vigilância sobre Atenas, as actividades de Jasão de Feras, da Tessália, cujo crescente predomínio exigia cuidados, e seguravam a *polis* de Histieia (também conhecida como Oreó), na Eubeia, sob sua alçada. Diodoro relata a campanha Lacedemónica a norte de Eubeia e a libertação dos Oretanos (provavelmente no Verão de 379), por um tal Terípides, que Parke identifica como sendo Erípides, um dos oficiais lacedemónios que se encontrava na Cadmeia, em Dezembro 379 (cf. D.S. 15.30.3-4). Vide Parke (1927) 160-161.

invulgar de oficiais lacedemónios presentes na Cadmeia servisse, igualmente, para conter eventuais focos de sublevação provenientes de Atenas⁴¹.

A prática do poder em Tebas era, pois, exercida com base na força e no medo que a elite governativa e a força militar na Cadmeia inspiravam (Plut. *Mor.* 575f-576a; *Pel.* 6.1). Todavia, Xenofonte afasta a culpabilidade das autoridades lacedemónicas quanto aos eventuais abusos de poder da administração tebana, afirmando que «“os de Leoncíades ocuparam a *polis* e colocaram-se à disposição dos Lacedemónios mais do que lhes tinha sido pedido”» (*Hell.* 5.2.36). A incrementação de uma violenta política sectária e repressiva demonstraria uma sociedade tebana, aparentemente, «laconizada» e sem resquícios para uma oposição interna explícita. O grosso da facção anti-lacedemónica, que englobava os mais proeminentes cidadãos tebanos, refugiou-se em Atenas, convertida no nicho da resistência. Androclides, também ele forçado a se abrigar na cidade de Palas, continuou a ser o principal elemento destabilizador ao governo de Leoncíades, cujos tentáculos se infiltravam para o interior do perímetro amuralhado de Tebas. O seu assassinio, em Atenas, desferiu um duro golpe na reacção e contribuiu para suavizar os desassossegos do regime⁴². O legado do antigo estadista tebano transitou para as mãos de uma nova geração, desmarcada do ancestral modelo constitucional oligárquico⁴³.

O arranjo da teia conspirativa pelos exilados tebanos prosseguiu em cruzamento com cidadãos tebanos que mantiveram residência em Tebas, após a tomada da Cadmeia, em 382, conforme conta Plutarco, na *Vida de Pelópidas* e nos *Moralia*⁴⁴. A organização de pequenas células que se formaram em torno destes eram o bosquejo mais próximo de uma oposição interna obrigada a operar na clandestinidade. Qualquer laivo oposicionista à administração de Leoncíades e Árquias era fortemente reprimida e os incriminados conduzidos ao cativeiro. Em 379, cerca de 150 Tebanos estavam reduzidos à condição de prisioneiros «políticos».

A *polis* tebana achava-se, por conseguinte, na apropriação efectiva de Leoncíades e de Árquias, chefiando com o punho firme e irresistível em parceria com Esparta. Contudo, a cumplicidade de ambos os blocos assumia duplo-compromisso. A

⁴¹ Vide Hack (1978) 31.

⁴² Vide Buck (1994) 71-72; cf. *Mor.* 596b.

⁴³ Vide Seager (2006) 164.

⁴⁴ De acordo com o biógrafo (*Mor.* 576a-b), Górgidas mantinha correspondência regular com os exilados. Galaxidoro, antigo estadista tebano que estivera ligado ao círculo de Isménias, também permaneceu em Tebas (cf. *Mor.* 577a; 594b), devido à idade avançada e desde que afastado da cena política; vide Buck (1994) 77.

guarnição peloponésica, sediada na Cadmeia, garantia a intendência dos filo-lacónicos à frente do leme da cidade de Cadmo, assim como em várias *poleis* beócias; em contrapartida, o domínio destas heterias nas suas respectivas áreas jurídicas traduzia-se na sustentabilidade da *Machtpolitik* lacónica no teatro regional beócio e no policiamento das áreas circundantes (Xen. *Hell.* 5.4.26).

4.4 A conspiração de 379

O triunfo peloponésico na campanha olíntia e a consequente submissão da região calcídica⁴⁵, em 379, patenteia o expoente máximo da política lacedemónica na Hélade, cujos laços se estendiam desde oriente – império persa – até ocidente – Siracusa (Xen. *Hell.* 5.3.27; D.S. 15.25.3-4; Isoc. 4.126). O desencadeamento da revolução tebana seria, no entanto, o princípio do fim da primazia de Esparta na conjuntura helénica e a principal responsável pelo derrube gradual da *arche* lacónica (Plut. *Pel.* 13.4). O arranque do processo revolucionário foi coroado pelo êxito da conspiração de Dezembro de 379, e que pôs termo à governação ilícita do grupo de Leoncíades na *polis* tebana e ao domínio lacedemónico na Cadmeia. Este capítulo da história de Tebas não é, porém, isento de dificuldades, sobretudo, pelos aspectos divergentes e à heterogeneidade que os testemunhos das várias autoridades assumem. Acerca da exposição dos acontecimentos, Diodoro é demasiado sucinto e o relato de Xenofonte é trivial e simplista para se compreender a magnitude da intriga, podendo estar igualmente comprometido pelo seu viés pró-lacedemónico e anti-tebano⁴⁶. Em compensação, Plutarco oferece ampla descrição das ocorrências, tanto na *Vida de Pelópidas* como nos *Moralia*, e será decerto o autor preferível para colmatar eventuais défices de informação, juntamente com outras fontes «menores», embora a sua análise exija alguns cuidados⁴⁷.

A execução do golpe conspirativo tebano tratou-se, com efeito, de uma operação complexa e mobilizadora de múltiplas forças, enredadas num objectivo comum. As fontes estão de acordo em atribuir a Fílidis o papel de agente motor e determinante para o aviamento da intriga. A sua posição social e política era, aliás, privilegiada. Sendo

⁴⁵ Xen. *Hell.* 5.4.26; Também Fliunte, no Peloponeso, foi alvo de intervenção por parte dos Lacedemónicos; cf. Xen. *Hell.* 5.4.27; D.S. 15.19.3.

⁴⁶ Buck (1994) 74.

⁴⁷ Vide Pascual (1991) 127.

secretário (*egrammateue*) de Árquias, Fílidas tinha acesso circunjacente ao círculo do poder e o encargo de organizar toda uma agenda política (Plut. *Mor.* 577b; *Pel.* 7.3; Xen. *Hell.* 5.4.2). Xenofonte conta-nos o encontro furtivo e oportuno do secretário com Mélon, exilado tebano e seu antigo conhecido, em Atenas. Apesar de ocupar funções de alto-funcionário na estrutura política tebana, Fílidas confidenciou que «“odiava a situação pátria”», argumento *a priori* para o expatriado o implicar nos anéis da conjura⁴⁸.

Em virtude dos ajustes com Fílidas, Mélon reuniu um grupo de exilados que se infiltraria na cidade de Cadmo. Contudo, surgem neste ponto as primeiras discrepâncias entre autores, nomeadamente, quanto ao número de exilados que compunham o bando. Plutarco menciona doze e aponta Pelópidas como líder da empresa tebana (*Pel.* 8.2; *Mor.* 576c; D.S. 15.81.1; Nep. *Pel.* 2.3), ao passo que Xenofonte refere apenas a sete e confere maior destaque a Mélon, ocultando o nome de Pelópidas (*Hell.* 5.4.1; 5.4.3). A explicação para a disparidade entre ambas as fontes pode residir na ocultação propositada do autor das *Helénicas* de alguns elementos que compunham a pequena unidade e que se iriam destacar na cena política tebana nas décadas seguintes⁴⁹. No que toca ao conjunto de elementos, a versão do biógrafo evidencia-se mais completa, embora a liderança do empreendimento seja discutível. Por a *Vida de Pelópidas* se tratar de uma biografia com chancela elegíaca e fruto de uma tradição literária pró-beócia que se desenvolveu *a posteriori*, é provável que essa memória não faça justiça em reconhecer o papel de Mélon na conspiração⁵⁰. Em todo o caso, a proeminência de Mélon está atestada também por Plutarco ao ser eleito, a par com Pelópidas, para compor o primeiro elenco governativo tebano legalmente nomeado pelas instituições pátrias (vide infra 5.1). É provável, portanto, que Mélon tenha assumido a liderança da resistência tebana que surtiu a partir da cidade de Palas, face ao desaparecimento de Androclides⁵¹, e tomado a chefia do grupo conspirativo em 379.

Ao contrário do que Xenofonte leva a crer, o desenvolvimento da maquinação não se desenrolou somente em torno do grupo restrito dos exilados, ligeiramente armados, e Fílidas. Nas *Helénicas* a extensão da oposição a actuar no interior da cidade

⁴⁸ O episódio é exclusivo de Xenofonte (cf. *Hell.* 5.4.2.). Buck salienta que Meneclides, que participou na conspiração de 379, tornando-se mais tarde um dos opositores a Epaminondas e Pelópidas, pode ter sido a fonte de informação de Xenofonte, vide Buck (1994) 76.

⁴⁹ Vide Buck (1994) 73. Dos doze elementos que integraram o grupo, temos conhecimento de apenas oito nomes: Mélon, Pelópidas, Dâmocles, Teopompo (Plut. *Pel.* 8.2), Eumólpidas, Samiadas (Plut. *Mor.* 577a), Meneclides, Cefisodoro (*Mor.* 596d).

⁵⁰ Vide Buck (1994) 74; vide Hack (1978) 52 (e nota n.75).

⁵¹ Vide Pascual (1991a) 132.

de Cadmo é reduzida a «um tal Cáron, homem nobre e distinto», que prestou refúgio domiciliário ao bando de Mélon (cf. 5.4.3), mas esta célula residual, representada um tanto ou quanto alienada do quadro conspirativo, exhibe uma fracção minimalista da sua verdadeira proporção. Nos *Moralia* o invólucro dissidente atinge, efectivamente, dimensões mais amplas, com papel activo e dinâmico na conspiração, congregando várias personalidades da aristocracia tebana, cuja maioria, somos levados a crer, se tratava de elementos ligados à facção de Leoncíades que, tal como Fídias, estavam insatisfeitos com a situação política de Tebas⁵². Seria, com efeito, esta relação de proximidade e coordenação entre o conluio tricéfalo – Fídias, Mélon e o núcleo de resistência a operar em Tebas, os factores decisivos na arquitectura da trama.

A operação conspirativa ficou estipulada para o início das Afrodísias, festividades em que era celebrado o culto da deusa Afrodite. Fílidias, em função das suas responsabilidades, seria o fiador na organização de um banquete que juntaria Árquias e Filipos, os dois polemarcos, e outras entidades tebanas associadas aos círculos do poder. Tal como em 382, as circunstâncias em torno de eventos religiosos iriam facilitar a concretização da primeira fase do golpe. Curioso foi o facto de a data deter outro dístico simbólico, uma vez que coincidiu com o solstício de Inverno, marcando o fim do ano civil do calendário tebano e a transferência de poderes das magistraturas para o novo ciclo governativo⁵³.

Quanto à execução da trama, esta desenrolou em dois palcos distintos, todavia articulados. Num primeiro plano, a teia começou a ser tecida com a infiltração dos doze exilados em Tebas e com Cáron a recebe-los em sua casa, local que foi, aliás, convertido no «quartel» dos conjurados. Plutarco soma um total de 48 rebeldes presentes na residência, incluindo os doze exilados, para, a partir daí, iniciarem as hostilidades. A segunda plataforma foi afiançada por Ferénico, que aguardou no plano Trásio a liderar uma coluna composta por cerca de 300 exilados tebanos, estabelecendo a ponte de comunicação entre a cidade de Cadmo e a cidade de Palas.

Plutarco não faz referência à intervenção ateniense na conspiração tebana, optando por uma construção literária patriótica e exclusivista. Contudo, existem fortes evidências para acreditar na historicidade do envolvimento dos Atenienses na conjura, de resto, mencionada em várias fontes. Os primeiros sintomas surgiram da recusa destes à solicitação lacedemónica para expulsarem os exilados tebanos de Atenas, decisão que

⁵² Vide Pascual (1991a) 128-129.

⁵³ Cf. Xen. *Hell.* 5.4.4. Sobre o assunto vide capítulo II, nota n.23.

insinua o apoio e patronagem das autoridades áticas a esta facção, ligada a Isménias e Androclides. Mas a implicação das autoridades atenienses na conspiração tebana não adveio simplesmente dos laços de *philia* ou da «paga» no auxílio prestado pelos Tebanos aos exilados atenienses, em 404. Se é verdade que podiam advogar a favor do cumprimento da cláusula de *autonomia* da Paz de Antálcidas, o êxito da conspiração e o consequente repatriamento dos exilados iriam contribuir para a expansão de novas directrizes da *Machtpolitik* ática. Diodoro descreve o envolvimento das autoridades atenienses em consequência do pedido da embaixada tebana, aquando o cerco à Cadmeia pelas forças insurrectas, mas parece evidente que essa implicação estaria delineada ainda antes do início das operações conspirativas, no voto favorável do decreto da *boule* ateniense para socorrer os exilados tebanos a recuperarem Tebas⁵⁴.

Pelos elementos que temos vindo a apresentar é perceptível que a conspiração de 379 se demarcou pela sua transversalidade e diversidade. Pascual, no seu estudo sobre a conspiração de 379, conclui que o grupo insurrecto caracterizou-se pela heterogeneidade político-ideológica dos elementos que o compunham⁵⁵. Não obstante, seria a conjugação dos interesses comuns dos vários grupos que foram protagonistas e a delimitação de um plano previamente elaborado, ainda que com ligeiras alterações⁵⁶, a chave para o êxito do golpe. A eliminação da elite governativa e a libertação dos presos (“políticos”) pelo bando d’ “os 48” consumaram a primeira fase do motim e impeliu à sua massificação⁵⁷. A escuridão da noite encobria ainda os factos e dava azo à desconfiança dos cidadãos tebanos alheios ao golpe, mas a vinda da alvorada iria aclarar os factos e abrir um novo capítulo na história de Tebas.

⁵⁴ Cf. D.S. 15.25.4-26.3; Isoc. 14.24. Dinarco (cf. 1.38-39), orador ateniense do século IV, sugere que a iniciativa partiu dos próprios Atenienses, com o avanço de um decreto por Céfalón. Já Xenofonte deixa claro que não se tratava de apoio oficial por parte de Atenas (*Hell.* 5.4.19). Vide Buck (1994) 77; Hack (1978) 51 e 58 (nota n.88.)

⁵⁵ «En definitiva, la imagen que percibimos de los conspiradores de 379 es fundamentalmente la de su heterogeneidad. Lo formaban al menos tres facciones diferentes. Los exilados en Atenas, el núcleo principal y más numeroso, antiguos miembros de la facción oligárquica antilaconica de Ismenias que habían evolucionado hacia la democracia y cuyos líderes principales eran Melón y, en menor medida Pelópidas e Ferénico. Los conjuradores del interior de la ciudad sons su líder Cáron y, trás el, Filídas que serían antiguos oligarcas filolaconios descontentos tanto com el gobierno de los de Leontíades cuanto con la ocupación espartana. Y, en tercer lugar, el grupo en torno de Górgidas formado por personas sin pasado político, por aquellos que antes del 382 no pertenecieron ni a la facción de Ismenias ni a la de Leontíades», vide Pascual (1991a) 133-134.

⁵⁶ Derivado às ausências de Leoncíades e Hípates no banquete organizado por Filídas (Plut. *Pel.* 11.1; *Mor.* 596d).

⁵⁷ Para um relato mais pormenorizado dos eventos, cf. Xen. *Hell.* 5.4.5-8; Plut. *Pel.* 11.2-3; *Mor.* 597a-598d.

Capítulo 5 – O despertar de Tebas

5.1 A «alvorada» tebana

O clarear do dia deu lugar ao início da segunda fase da operação conspirativa – a libertação da Cadmeia, centro do domínio lacedemónico da *polis* tebana e da região beócia. Convertida em baluarte, a acrópole tornou-se no ponto convergente das forças reaccionárias, associadas à linha dura da facção de Leoncíades¹, que se juntaram à guarnição peloponésica. Cerca de 1500 elementos se achavam apetrechados no reduto mais alto da cidade, cujas condições eram estrategicamente favoráveis para conter as forças do exterior, porém, o comando peloponésico estava desfalcado. Plutarco relata a deslocação de Lisanóridas, no dia anterior ao eclodir da intriga, até aos arredores de Haliarto para fechar o túmulo de Alcmena após a espoliação e trasladação dos restos para Esparta e efectuar as devidas libações. No regresso a Tebas, o oficial lacedemónico iria procurar o túmulo de Dirce, cujo paradeiro era «desconhecido a qualquer tebano que não tenha servido como hiparco»². O episódio é exclusivo do biógrafo e carece de corroboração histórica, embora os contornos sejam válidos e os procedimentos, com profundas conotações políticas e religiosas, não fossem invulgares³. Em todo o caso, o rumo da rebelião e a «quebra» de autoridade no comando das forças peloponésicas foram providenciais para as forças revolucionárias, que se aninhavam na *agora*, rematarem o golpe, não obstante os ecos da insurreição já se terem propagado até Plateias e Téspias, *poleis* aliadas de Esparta (Xen. *Hell.* 5.4.10).

¹ Nomeadamente, os «superiores» (*kreittos*) que, segundo Plutarco (Plut. *Mor.* 598e), eram a milícia armada tebana que acampava todas as noites junto à Cadmeia. É admissível que se tratasse de uma unidade de elite.

² Plut. *Mor.* 577e-578b. Alcmena e Dirce são duas figuras da mitologia grega. Alcmena era mulher de Anfítrio e progenitora de Hércules (Sobre Alcmena, vide a peça trágica de Eurípides, *Os Heráclidas*). Dirce tinha sido mulher do rei Lico de Tebas (Para alguns aspectos mitológicos em torno da heroína, cf. Paus. 9.25.3; Apollod. 3.5.5). A posição de hiparco correspondia ao comandante da cavalaria (*hippeis*) nas operações militares; para o caso beócio, cf. Tuc. 4.72.4.

³ Cf. Hdt. 1.67-68; vide Ferreira e Silva (2007) 100 (nota n. 101).

A manhã envolveu a maior parte da população da cidade, massificando o movimento revolucionário em curso, que se preparava para sitiá-lo o coração político da *polis*. Entretanto, chegavam da Ática os reforços de contingentes atenienses, cerca de 5000 hoplitas e 500 cavaleiros, liderados por Demofonte⁴, os exilados tebanos, conduzidos por Ferénicos, e outras forças beócias, provavelmente ostracizados ou indivíduos que se haviam expatriado para território ático depois da ascensão das heterias filo-lacónicas nas várias *poleis* da Beócia⁵.

O homicídio da «tetrarquia» governativa formou um vácuo de poder em Tebas. Para evitar que a sublevação degenerasse em orgia revolucionária afigurou-se fundamental a eleição e a nomeação de um novo quadro de dirigentes como, de resto, narra Plutarco:

Ao nascer do dia (...) foi convocada uma assembleia do povo (*ekklésian ó demos*). Epaminondas e Górgidas apresentaram a esta Pelópidas e os seus companheiros, rodeados por sacerdotes (*hieréon*) que seguravam grinaldas, e exortavam os cidadãos (*politai*) para virem em ajuda da sua pátria e dos deuses pátrios. A *ekklésia*, perante o espectáculo cerimonial, irrompeu em aclamação e recebeu-os como tutelares e libertadores. Depois de ter sido eleito *beotarchas*, juntamente com Mélon e Cáron, Pelópidas montou cerco à acrópole e ordenou o assalto de todos os lados, ansioso para expulsar os Lacedemónios e libertar a Cadmeia antes que qualquer exército viesse de Esparta (*Pel.* 12.4-13.1).

A convocatória de uma *ekklésia*, ou «assembleia do povo», é o indício primacial de que o aparelho político tebano seria reformado com base na doutrina democrática, em detrimento do ancestral modelo oligárquico do *patrios tebaios*. A investidura do novo *corpus* governativo foi, aliás, o pináculo da revolução, com a reposição do poder nos órgãos legítimos de governação por aclamação popular – o povo (*demos*), ou seja, não só a estirpe cavaleira e hoplítica, mas também os grupos sociais mais pobres que até à data não tinham voz política activa. Estes eram, com efeito, os primeiros sintomas dos

⁴ D.S. 15.26.2. Xenofonte menciona que os contingentes áticos eram comandados por dois *strategoí*; cf. *Hell.* 5.4.9. Talvez Demofonte fosse o *strategos* e o segundo se tratasse do hiparco, comandante da cavalaria ateniense.

⁵ Vide supra 4.3.2. O historiador sículo afirma que cerca de 7000 hoplitas beócios, mais 1500 cavaleiros, se coligaram à força ateniense pela libertação da Cadmeia (cf. 15.26.3-4). Esta informação é incompatível com a narrativa de Xenofonte, que aponta para várias *poleis* beócias sob governos pró-lacedemónicos. Os números avançados por Diodoro, relativamente aos beócios, são exagerados e como tal devem ser rejeitados. Vide Buck (1994) 81.

novos tempos que iriam mudar a face da *polis* tebana. Contudo a segunda parte do passo é duvidosa.

Plutarco refere que Pelópidas, Mélon, Cáron e, aparentemente, Górgidas (cf. *Pel.* 14.1), os heróis da libertação tebana, foram designados para exercerem a função de *beotarchas*. Vários académicos validam o passo e apontam para as intenções dos Tebanos: além do novo semblante democrático de Tebas, a construção do poder da *polis* seria alicerçado na restauração da simaquia dos Beócios⁶. A unidade beócia tornar-se-ia, certamente, no objectivo basilar dos líderes tebanos em período posterior, mas a eleição de *beotarchas* numa fase embrionária e quando o desfecho da revolução era ainda incógnito afigura-se prematuro e incongruente. Os Tebanos tinham de se preocupar primeiro em reaver a Cadmeia nas suas mãos antes de poderem pensar na reunificação da Beócia. Quanto a Górgidas, que surge como *beotarcas* no início de 378, por que razão o biógrafo não o enumera juntamente com os restantes três? Porquê mencioná-lo em passo posterior e de forma desajustada? A eventual nomeação de Górgidas como *beotarcas*, logo após a tomada da Cadmeia, é igualmente absurda e descabida. A arquitectura da hierarquia governativa tebana limitou-se, portanto, ao cenário político local e terá sido provável que Pelópidas, Mélon e Cáron tenham sido nomeados para ocuparem cargos no colégio da *polemarchia* e Górgidas manteria, ou voltaria a exercer, a função de hiparco⁷. Situar a reposição da *beotarchia*, em 379/378, trata-se de um erro crasso de anacronismo do biógrafo, de uma interpretação errada das fontes que usou ou, em última análise, de uma construção literária apologética pró-tebana (e beócia) dessas mesmas fontes.

Após a nomeação dos novos líderes, tornou-se capital, como é aliás subjacente no passo de Plutarco, que os Tebanos recuperassem a Cadmeia da guarnição peloponésica ali estacionada e o prazo urgia até que Esparta retaliasse. Mas por quanto tempo? Em *Helénicas*, entre a madrugada em que as forças tebanas se prepararam para o assalto e a capitulação dos oficiais lacedemónios, assistimos ainda ao combate da cavalaria tebana com a plateense, que respondeu ao pedido de auxílio da Cadmeia (5.4.10). A derrota na refrega dos de Plateias e o silêncio dos Téspios conduziram à rendição condicional das tropas que se encontravam na acrópole. Plutarco e Diodoro dispõem, contudo, uma cronologia alternativa mais prolongada, o suficiente para quando os Peloponésios se renderam, já as autoridades lacedemónicas haviam decretado

⁶ Vide Buck (1994) 79-80; Seager (2006) 165; Hack (1975) 62.

⁷ Vide Cawkwell (1972) 275.

a mobilização e despachado um «vasto exército» contra Tebas, com Cleômbroto a liderar⁸. O biógrafo adianta que as hostes de o rei ágida encontraram a guarnição em Mégara, quando esta se dirigia para o Peloponeso (Plut. *Pel.* 13.2; *Mor.* 598f). A Cadmeia outorgava, efectivamente, condições razoáveis para as forças peloponésicas e filó-lacónicas susterem-na na sua posse; a acrópole era o ponto mais alto da cidade e, por sinal, o bastião da *polis*. As estruturas defensivas e a força militarizada a operar no miolo, tornavam a Cadmeia uma fortaleza difícil de expugnar. Apenas o *deficit* logístico poderia comprometer as suas posições e, ao que parece, foi a escassez alimentar que levou os sediados a renunciar a defesa da Cadmeia. Diodoro salienta também que a heterogeneidade da guarnição teve peso na decisão; enquanto os Lacedemónios, e provavelmente os tebanos filo-lacónicos, estavam dispostos a permanecer no seu posto, a maioria dos restantes soldados peloponésios optava pela capitulação (15.27.1-2). A cronologia do cireneu é, portanto, preferível e correlaciona-se no seguimento da reacção em Esparta⁹. A Cadmeia foi libertada após juramentos e libações entre a guarnição e as novas autoridades tebanas a prometerem salvo-conduto para os que se encontravam a defender a acrópole. O que se sucedeu, Xenofonte expõe claramente:

Mas quando saíam, contudo, os cidadãos cercavam e matavam os que reconheciam especificamente como adversários políticos. Houve alguns que, graças aos Atenenses que tinham acudido desde a fronteira, escaparam e se puseram a salvo. Mas os Tebanos, inclusive aos filhos dos mortos, se os havia, os cercavam e degolavam (*Hell.* 5.4.12).

As diligências das autoridades tebanas foram escassas para manter a ordem e conter a massa populacional de actuar contra os tebanos filo-lacónicos, durante a evacuação da Cadmeia. Somente a intervenção das forças atenienses, presentes no local, impediu o definhamento da situação. O cerco da acrópole chegara ao seu termo e culminara no triunfo total do “golpe dos 48”. A elite de Leoncíades e apoiantes do regime pagaram com sangue pelo interregno de três anos de direcção ilegítima da *polis*, marcado pelo terror e proscricções aos seus concidadãos. Concluídas as operações em torno da Cadmeia, as tropas auxiliares atenienses retiraram-se e Tebas voltou a ser

⁸ Plut. *Ages.* 24.1-2; D.S. 15.27.3. Cleômbroto, da casa dos Ágidas, tomou posse do lugar de rei na diarquia lacedemónica após a morte de Agesípolis na campanha calcídica, em 380 (cf. Xen. *Hell.* 5.3.19-20).

⁹ Buck aponta, no máximo, para dois a três dias; vide Buck (1994) 79; 85. A proposta parece-nos ajustada, ainda que a margem apresentada possa ser discutível.

propriedade legítima dos Tebanos. Mas Esparta não iria tolerar a brecha na sua *Machtpolitik* e da Beócia fora da sua esfera de influência.

5.1.1 Problemáticas em torno da embaixada tebana

De acordo com Isócrates, depois da libertação da Cadmeia os Tebanos despacharam uma embaixada para Esparta para retomar (ou formar) os vínculos, embora não seja claro se o episódio se situe antes ou depois da expedição de Cleômbroto. Para uma contextualização e percepção mais satisfatória, optaremos por transcrever o passo do orador ateniense:

...pois quando eles foram salvos pelo vosso auxílio [dos Atenienses] e restauram a *polis*, eles [os Tebanos] não permaneceram leais por um único momento, mas imediatamente enviaram uma embaixada à Lacedemónia, mostrando-se prontos para serem escravizados e não alterarem, em nenhum aspecto, os antigos acordos com Esparta. Por que é que eu preciso de falar com o maior detalhe? Porque, se os Lacedemónios não lhes tivessem ordenado para readmitirem os exilados e expulsar os homicidas, nada os teria impedido de tomarem partido como aliados por aqueles que os haviam ferido, contra vocês, seus benfeitores (14.29).

Não há razões para duvidar das preocupações legítimas das novas autoridades tebanas no despacho de emissários a Esparta, mas sim das intenções descritas no passo, incompatíveis, em todos os aspectos, com os contornos político-ideológicos delineados pelos autores da conspiração e do novo *status* político de Tebas¹⁰. As verdadeiras intenções ter-se-ão certamente fixado na oferta de paz entre ambos os pólos e no reconhecimento e respeito por parte de Esparta no direito à autonomia de Tebas – os Lacedemónios eram, para todos os efeitos, os *prostatai* da Paz de 387. As autoridades lacedemónicas, possivelmente por influência de Agesilau, não lhes vedaram a prerrogativa mas impuseram os constrangimentos de aceitarem de volta os exilados que tinham sido expulsos, juntamente com a guarnição peloponésica, e desterrar os responsáveis pela morte dos tiranos (cf. Plut. *Ages.* 24.1). O propósito da coacção visava o retorno do desequilíbrio político interno de Tebas, com a reocupação dos

¹⁰ A obra *Plataicos* de Isócrates é datável dos finais da década de 370, altura em que os Tebanos expulsaram novamente os Plateenses da sua pátria (vide infra 6.4). A obra é apresentada em discurso directo pelos Plateenses expatriados, que pretendiam denegrir os Tebanos aos olhos dos Atenienses. Outras fontes sugerem, de forma tácita, o episódio da embaixada tebana em Esparta; cf. Plut. *Ages.* 24.1.

órgãos administrativos pelos filó-lacónicos, uma vez que a “oposição” teria de ser expulsa¹¹. Este era, aliás, o artífice “pomposo” e artificial utilizado por Esparta, desde 387/386, para contornar a cláusula de *autonomia*, ou seja, exercer a sua política de poder na Hélade articulada ao conceito de *philetairia*¹². As condições foram obviamente rejeitadas e os embaixadores retiraram-se.

Mas, por detrás do passo acima transcrito, poder-se-á coadunar as obscuras palavras de Xenofonte (*Hell.* 5.4.13-14). Segundo o autor das *Helénicas*, os Lacedemónios prepararam a mobilização das forças, depois do harmostas, que abandonara a Cadmeia, ter sido formalmente condenado e executado¹³. Há, todavia, pormenores que Xenofonte omite, talvez deliberadamente, e que merecem as devidas ponderações. Mesmo que os Peloponésios tenham resistido pouco tempo ao cerco da Cadmeia, a notícia da sublevação tebana terá, por certo, chegado mais rápido a Esparta que a própria guarnição. No entanto, as autoridades lacedemónicas só decretaram o levantamento de um exército expedicionário após o julgamento do harmostas.

Assentando neste *prima*, como se justifica a alegação contra o harmostas «de não ter esperado por reforços» (*Hell.* 5.4.13)? Porventura não se ajustaria adequadamente a velha máxima espartana de manter o seu posto até à morte? Ou seria a acusação referente ao possível auxílio de Lisanóridas que, na altura da execução da conspiração e durante o cerco da Cadmeia, não se encontrava em Tebas? O oficial lacedemónio achava-se nos arredores de Haliarto em funções político-religiosas ao serviço de Esparta e naturalmente teria transportado consigo uma fracção do total guarnição da Cadmeia, provavelmente uma *mora*, por pura formalidade e protecção. Certamente que as novidades do assalto à Cadmeia terão chegado a Lisanóridas com celeridade, mas as suas forças eram diminutas para assistir eficazmente os sitiados na acrópole. Podemos colocar a hipótese do oficial lacedemónico ter recorrido às *poleis* beócias, governadas por elites filo-lacónicas, que faziam fronteira com a *polis* tebana, para ajudarem a recuperar o controlo de Tebas, porém, por qualquer razão, não foi eficiente para concentrar atempadamente uma força substancial que pudesse rivalizar com a dos Tebanos, em conjunto com os contingentes áticos. Xenofonte só faz menção de um

¹¹ Cawkwell (1973) 58-59.

¹² Cf. Xen. *Ages.* 2.21. Vide Cawkwell (1976) 62-63.

¹³ 5.4.11-13; Xenofonte dá conta apenas de um oficial lacedemónio que o identifica simplesmente como «harmostas» (vide supra 4.3.2 nota n.39). Plutarco refere que dos três oficiais, Lisanóridas foi condenado a pagar uma multa substancial, talvez por não se encontrar em Tebas na altura da rendição (vide supra 5.1; a opinião é partilhada também por Hack (vide Hack (1971) 64), ao passo que Erípedes e Arquisso foram sentenciados à morte. É provável que Xenofonte reconhecesse Erípedes como o harmostas de Tebas e que a omissão do seu nome derive de ser aliado político de Agesilau; vide Parke (1927) 164.

harmostas, por motivos particulares, mas a vantagem desta conjectura é que se articula modelarmente com Plutarco e com Diodoro, relativamente à existência de três oficiais lacedemónios em Tebas, e que o auxílio previsto na acusação dissesse respeito a Lisanóridas e não directamente de Esparta.

Quanto à mobilização, há claros indicadores a sugerirem que Agesilau foi especialmente requisitado pelos exilados tebanos¹⁴ para assumir o comando da expedição, pois, só assim se compreende a reacção do rei euripôntida (e da justificação dada por Xenofonte) ao anúncio das autoridades lacedemónicas. Agesilau estava, de resto, demasiado comprometido nos assuntos referentes a Tebas. O ódio pessoal que tinha aos Tebanos parece ter sido do conhecimento geral e em 382 conseguiu contornar subtilmente, e com tacto, a “ilegalidade” praticada por Fébidas, convencendo os *homoi* a manter Tebas sob domínio lacedemónico. Plutarco terá, portanto, razão em apontar para a suspeita de alguns círculos lacedemónicos na implicação de Agesilau no processo da tomada da Cadmeia (*Ages.* 24.1). Para evitar o “escândalo” na opinião helénica e no seio da própria sociedade espartana, Agesilau soube manear e dar uso da *nomos laconica* em seu favor e de se colocar à margem da questão (*Xen. Hell.* 5.4.13).

A realização da empresa punitiva lacedemónica contra Tebas apresenta dificuldades inerentes. Relembrando que a conspiração tebana se iniciou por altura do solstício de Inverno e ficou concluída pouco tempo depois, o Inverno seria, sem dúvida, o principal factor impeditivo para a mobilização de forças. De acordo com Xenofonte, as autoridades lacedemónicas estariam também perfeitamente informadas da extensão do golpe e haveria reticências quanto ao papel de Atenas em cenário de conflito, razões que esclarecem a presença de três representantes lacedemónios em Atenas, por altura do ataque de Esfódrias ao Pireu¹⁵.

O silêncio de Xenofonte relativamente ao episódio da embaixada cadmeia a Esparta, pode ser interpretado pela legitimidade da matéria apresentada pelo corpo diplomático tebano a exigir o respeito pelo acórdão de *autonomia* ditado na convenção de 387 e, no qual, os Lacedemónios replicaram de forma pouco condescendente. Por ocasião da «Libertação» de Tebas, Xenofonte foi cuidadoso em expressar a sua opinião e a atribuir o feito como obra das divindades por Esparta ter desrespeitado os votos da Paz de Antálcidas, em especial, a cláusula de *autonomia* (cf. *Hell.* 4.1); a enumeração

¹⁴ Xenofonte é vago em identificar «os que tinham sido objecto de expulsão» (*Xen. Hell.* 5.4.14), mas parece certo que eram também tebanos filo-lacónicos que partiram juntamente com a guarnição peloponésica e que ter-se-ão sediado, inicialmente, em Esparta (vide supra 4.5.1). Vide Buck (1994) 87.

¹⁵ Cf. *Xen. Hell.* 5.4.22-23. “Esfódriades” em Diodoro (cf. 15.29.5).

deste episódio era mais uma acha que manchava não só a reputação da política lacedemónica, mas também a imagem do «seu herói», Agesilau.

O despacho da delegação diplomática pelos Tebanos a Esparta ter-se-á situado por volta do início de 378 e foi, possivelmente, a causa motora, ou melhor, a resposta impulsiva dos Lacedemónios para decretarem uma mobilização «“em pleno Inverno”», aliada a uma eventual pressão dos exilados filo-lacónicos. O facto de as forças expedicionárias terem de lidar com condições climatéricas adversas (e. g. *Xen. Hell.* 5.4.17-18), reduzindo substancialmente as probabilidades de qualquer êxito, poderá corroborar a asserção da prematura declaração de guerra contra a cidade de Cadmo se ter tratado de um desacerto de estratégia militar ou, por outro lado, das primeiras movimentações de conquista de espaços beócios dos primórdios de um conflito que ficaria conhecida como a «Guerra Beócia».

5.1.2 A expedição de Cleômbroto

Não obstante as adversidades evidentes que se impunham, Cleômbroto foi indigitado para liderar as hostes numa campanha, à partida, pouco promissora, rumo à *polis* tebana. Em Tebas, a reacção das autoridades à investida lacedemónica foi aparentemente serena, aparelhando para o efeito uma rede defensiva móvel para vigiar os principais acessos ao território, que contava com unidades tebanas e com a participação de Atenas com um regimento de peltastas, chefiados por Cábrias (*Xen. Hell.* 5.4.14). Ao chegar à orla do Monte Citéron, Cleômbroto optou pela rota que seguia directamente para Plateias, vigiada por cerca de 150 tebano que foram facilmente neutralizados pelos peltastas que seguiam no exército lacedemónico¹⁶. Seguidamente, o rei ágida dirigiu-se para Téspias – via-Plateias – e procedeu à ofensiva ao território tebano até Cinoscéfalas, onde as forças peloponésicas assentaram arraiais e se dedicaram a devastar a área. Porém, ao décimo sexto dia da campanha, Cleômbroto retirou-se para Téspias, onde deixou Esfódrias como harmostas, e prosseguiu com o restante das forças para o Peloponeso via-Creúsis (*Xen. Hell.* 5.4.15-16).

A expedição de Cleômbroto foi, como seria previsto, um malogro militar que as palavras de Xenofonte deixam, aliás, explícito: «Cleômbroto levou os seus soldados

¹⁶ Identificados por Xenofonte como sendo os libertados da prisão. Sobre os prisioneiros libertados por ocasião do golpe de 379; *Xen. Hell.* 5.4.14.

para casa pelo caminho de Creusis sem que sequer soubessem bem se havia paz ou guerra com os Tebanos, pois tinha levado o exército até ao território de Tebas, mas regressou depois de ter causado tão pouco dano quanto pôde» (*Hell.* 5.4.16). Longe de ser uma campanha punitiva enérgica, a atitude pouco concertadora e ineficaz no plano de operações não foi indiferente à confusão dos próprios soldados que seguiram o rei ágida. Várias propostas têm sido discernidas a este respeito por académicos e Cawkwell, por exemplo, sublinha o cenário político interno espartano, nas disputas e lutas de interesses entre as duas casas reais lacedemónicas¹⁷. Mas Cleômbroto actuava pela primeira vez à frente do exército e, como tal, as expectativas de afirmação perante os *homoí* seriam evidentes. O plano e rota seguida pelo rei deixam subjacente o talento para o comando, evitando uma abordagem directa a Tebas a partir de sul, cujas passagens poderiam estar fortemente veladas; atravessando pelo Monte Citéron, através da passagem de Drioscéfalas¹⁸, contornou pelas *poleis* aliadas de Plateias e Téspias e avançou pelo território tebano, vindo de leste, até Cinoscéfalas, na planície entre Téspias e Tebas. Aí estacionou as forças e permaneceu durante dezasseis dias a assolar o território sem que houvesse um oposicionismo evidente dos Tebanos.

Se estudos estiverem correctos¹⁹, a localidade situava-se imediatamente a leste da cidade de Cadmo e Cleômbroto não poderia ser acusado de complacência para com os Tebanos. As autoridades cadmeias simplesmente não quiseram partir para a guerra, tendo adoptado a «estratégia Pericleana»²⁰, ou seja, canalizar as populações rurais tebanas para o interior da cidade e reduzir a defesa da *polis* ao espaço amuralhado de Tebas; os rigores do Inverno amoleceriam os ânimos dos Lacedemónios²¹. Uma eventual abordagem directa por parte dos Tebanos era igualmente desaconselhável, pois, poderia colocar em risco a cidade, sobretudo, se o resultado lhes fosse desfavorável em combate decisivo. De resto, a jovem democracia tebana continuou a gozar do apoio das autoridades atenienses, confiando a Cábrias e aos peltastas atenienses a vigilância da passagem de Eleutéria²².

¹⁷ Vide Cawkwell (1976) 79-80; Hack faz uma boa síntese da política defendida pelas principais “facções” lacedemónicas, vide Hack (1975) 74-76; 80.

¹⁸ Vide Buck (1994) 87. Esta passagem é referida em Tucídides (cf. 3.24.1) e por Heródoto (cf. 9.39.1). Era também conhecida por «Três Cabeças» pelos Beócios e «Cabeças de Carvalho» pelos Atenenses.

¹⁹ Cerca de 3,5 km de Tebas; vide Buck (1994) 88 (e respectiva nota n.21).

²⁰ Vide supra 1.4.1 (nota n.50).

²¹ Buck aponta para as fortes tempestades de neve e granizo da época e que Cleômbroto terá esperado para uma melhoria das condições climatéricas; vide Buck (1994) 88.

²² Vide Cawkwell (1972) 58.

Talvez os índices de actividade de Cleômbroto tivessem ficado aquém da expectativa, mas é provável que não fosse um resultado positivo que se esperasse da expedição. As autoridades lacónicas saberiam que as condições climatéricas da época não eram propícias para se efectuar um empreendimento bélico e esperar pelo êxito contra causas naturais²³. No regresso ao Peloponeso, Cleômbroto deixou Esfódrias, na qualidade de harmostas, em Téspias, juntamente com 1/3 do exército e os exilados tebanos filo-lacónicos²⁴. Esta medida foi, decerto, previamente delegada em Esparta e deixou nítida a posição das autoridades lacedemónicas: os Peloponésios partiriam para a guerra com Tebas logo no princípio da época estival. Téspias tornou-se no epicentro da actividade político-militar lacedemónica na Beócia, um núcleo contencioso que fragilizou também Atenas no eixo de relações que se delineou entre o Peloponeso, a Beócia e a Ática. Xenofonte conta que os dois *strategoí*, que intervieram em auxílio dos exilados tebanos no cerco à Cadmeia, foram julgados e condenados à morte²⁵. A atitude ateniense mais não revelou o desespero em se demarcar dos incidentes da Cadmeia e rentabilizar a via diplomática com Esparta, deixando o governo da Cadmeia isolado num conflito que seria a prova de fogo pela sua autonomia. Por enquanto, o Inverno daria tréguas para a cidade de Cadmo se reorganizar e traçar a sua estratégia política e militar para os tempos seguintes.

5.2 A Configuração geopolítica da *polis* tebana

A libertação da Cadmeia, nos finais de 379, demarcou uma data charneira no processo histórico e evolutivo da *polis* tebana no século IV e na sua asserção emblemática na restauração da soberania face a agentes externos. Mas descrever esse trajecto como mero desfecho da “conspiração dos 48” é paradigmaticamente redutor. O que na sua génese se caracterizou, essencialmente, como um movimento aristocrático e convergente de grupos antagónicos à administração usurpadora de Leoncíades e do

²³ Vide Hack (1975) 80.

²⁴ Vários comentadores têm referido que após a ocupação da Cadmeia pelos Lacedemónios, foram delegados *harmostai* e guarnições peloponésicas em várias *poleis* beócias, entre 382-379. Porém, como vimos em corpo textual (vide supra 4.4), parece evidente que Esparta monitorizou a região a partir da Cadmeia. Esfódrias foi, portanto, o primeiro harmostas fora de Tebas.

²⁵ Um dos estrategos atenienses foi morto e o outro, «como não se apresentou, foi desterrado» (*Hell.* 5.4.19). Embora Plutarco não refira a presença de forças Atenienses durante tomada da Cadmeia, alega medidas mais severas dos Atenienses em relação aos que apoiaram Mélon e restantes exilados, com perseguições, prescrições de ostracismo, condenações à morte e imposições de multas; cf. *Pel.* 14.1.

domínio lacedemónico, a partir da Cadmeia, a extensão e irradiação do golpe aos diversos sectores da sociedade tebana apurou-lhe a atmosfera de democraticidade. Tratou-se efectivamente, de uma revolução estruturante e em sentido vertical na configuração geopolítica do aparelho da *polis* tebana, aplicada nos princípios democráticos, cujas analogias com a democracia ática são legítimas²⁶. O período de exílio a que grande parte do elenco governativo cadmeu do “pós-libertação” esteve sujeito em Atenas terá, de certo modo, despertado para redefinições políticas paradoxais ao modelo oligárquico ancestral. Porém, veicular-nos pelo modelo ateniense para sistematizar o dispositivo político de Tebas poderá ser falacioso, primeiro, porque não existem dados suficientes que sustentem essa análise, e segundo, é necessário termos consciência das concepções e especificidades socioculturais e políticas históricas que afastavam as duas democracias. Sem dúvida que a revolução tebana de 379 representou em vários aspectos uma ruptura com o passado, no entanto, o peso da tradição (aristocrática) continuou a ser um gene inato na arquitectura política da cidade de Cadmo.

De acordo com o que foi anteriormente referido (vide supra 5.1), a primeira mudança estrutural na composição política de Tebas é verificada a partir da convocação da *ekklésia* (assembleia), órgão, aliás, intrínseco no código genético do sistema democrático. Com efeito, a assembleia tornou-se no grande palco de debate da *polis* em que se definiam os contornos e matizes políticas, nas quais a estrutura governativa tebana assentava, e onde eram eleitos por votação directa o colégio da *polemarchia*, o secretário dos polemarcos, o hiparco e o arconte epónimo. Mas a nova forma de “fazer” política manifestou outros sinais de mutação. A direcção dos negócios da *polis* deixou de ser parte exclusiva dos grupos sociais hoplítico e *hippeus*, para se tornar do domínio público e aberta a todos os cidadãos tebanos maiores de idade, com o conceito de *politeia* a sofrer uma plasticidade natural na absorção das várias categorias censitárias. A nova democracia de Tebas garantiu, decerto, os três “ii” previstos nas constituições do tipo democrático - *isonomia* («“igualdade perante a lei”»), *isegoria* («“igualdade na fala”») e *isokratia* («“igualdade no acesso às magistraturas”»). Todavia, é sintomático que o princípio de “isocracia” continuasse, na prática, a ser monopólio dos sectores sociopolíticos privilegiados, em particular, dos heróis «aristocratas» de 379.

²⁶ Vide Buck (1994) 79. Políbio sublinha as semelhanças entre ambas as constituições – ática e tebana – para o período em questão, mas apenas nomeia a principal condição que faz das duas *poleis* democráticas: tanto uma como a outra eram geridas pela “multidão”; cf. Plb. 6.43 e 6.44.8-9. O termo «*okhlos*» poderá sugerir o tom depreciativo do autor relativamente ao *demos*. Vide Hack (1975) 65 nota n.10.

5.2.1 O Batalhão Sagrado e as reformas do aparelho militar²⁷

Foi nesse cenário de construção dos alicerces do dispositivo democrático da cidade de Cadmo que se ajustaram as reformas no aparelho militar tebano, assistindo-se à (re)criação de uma das instituições bélicas – profissionais – mais prestigiadas e que ficaria nos anais da história – o Batalhão Sagrado (*hieros lokhos*), o braço armado da *polis* tebana:

Sobre o Batalhão Sagrado (*hieros lokhos*) diz-se que foi criado por Górgidas e era formado por trezentos homens seleccionados, aos quais a *polis* lhes fornecia treino e manutenção, e que aquartelavam na Cadmeia; por esta razão eram designados de batalhão da *polis* (*poleós lokhos*), pois, segundo consta, naqueles tempos as acrópoles (*akropoleis*) eram também chamadas de *poleis*. Mas alguns dizem que este pelotão era composto por amantes (*erastes*) e amados (*eromenos*) (Plut. *Pel.* 18.1)

O testemunho (re)fundador desta elite guerreira, em 379/378, encerra, todavia, problemáticas prementes, no qual se destacam duas: a sua organização, ou reorganização, por Górgidas e o carácter selectivo da sua composição, ou seja, de ser adornado por cento cinquenta pares de amantes e amados. A historicidade do organismo militar tebano não está em causa mas, além do relato do biógrafo na *Vida de Pelópidas* e na *Vida de Alexandre* (cf. 9.2), poucas são as fontes que se desdobram sobre o Batalhão Sagrado: Xenofonte é tácito quanto à sua actividade; Diodoro refere-se ao *hieros lokhos* apenas em um passo da sua obra (15.81.2). À semelhança do historiador sículo, Dinarco salienta o papel desempenhado pela elite cadmeia em Leuctros (cf. 1.73) e Ateneu alega que foi Epaminondas, e não Górgidas, quem (re)inventou o pelotão²⁸. O painel que se apresenta é, efectivamente, espartilhado e as informações são escassas para corroborarem o passo de Plutarco. No entanto, há elementos que não devem ser descurados na ordenação do *puzzle* em torno do Batalhão Sagrado tebano.

Na verdade, há vestígios que sugerem que o *hieros lokhos*, instituído por Górgidas, se tratou de um projecto de continuidade, cujas raízes recuam, pelo menos, ao terceiro quartel do século V. O primeiro indício de actividade é descrito por Tucídides no ataque nocturno a Plateias, em 431, perpetuado por um corpo selecto de 300 tebanos

²⁷ Este sector da dissertação baseia-se no artigo publicado pelo autor na revista *Cadmo* (nº23); sobre o assunto vide Alves (2013) 67-80. Apesar de resumir essa publicação, o presente sector apresenta novos elementos.

²⁸ Cf. 13.106; vide James (1980) 25.

(«*Thebaio andres oligó pleios triakósion*»), liderado por Pitângelo e Diêmporo, dois *beotarchas* da cidade de Cadmo (cf. 2.2.1). Diodoro corrobora o carácter especial desta força no mesmo episódio (cf. 12.41.4). A segunda manifestação de “uma” elite tebana remonta à batalha de Délio, em 424, que opôs os exércitos ateniense e beócio. Segundo o historiador sículo (12.70.1), na primeira fila de combate das forças comandadas pelo *beotarchas* tebano Pagondas, estava alinhado um *corpus bellicus* intitulado de «“aurigas e guerreiros”» (*heniokoi kai parabatai*), «“um grupo circunscrito de trezentos”». Ray e Pascual alegam que este pelotão que participou em Délio correspondia ao modelo primitivo do Batalhão Sagrado, que seria fundado no século seguinte, e cuja designação atribuída reporta às antigas tradições homérica e aristocrática assentes na actividade equestre²⁹. Além destes exemplos, outras evidências parecem coadunar-se à pré-existência do pelotão tebano, nomeadamente, o corpo expedicionário tebano de 300 soldados que participou na batalha do Plemírio e das Epípolas, em Siracusa (vide supra 1.3), e a milícia armada tebana – *kreittos*, também composta por 300 elementos, que acantonava todas as noites junto à Cadmeia, durante a *dynasteia* tebana³⁰. Pelos exemplos citados, afigura-se evidente que a emergência do Batalhão Sagrado, nos princípios da década de 70, resultou do processo de requalificação da instituição militar de Tebas, preservando a tradição de se constituir uma elite de cidadãos que defendesse os interesses da Cadmeia.

Plutarco descreve, contudo, uma característica peculiar na concepção estrutural do *hieros lokhos* e que se poderá afastar dos padrões anteriormente instaurados. De acordo com o biógrafo, este «“batalhão da *polis*”» era formado, exclusivamente, por amantes (*erastes*) e amados (*eromenos*), paradigma, aliás, cultivado nos princípios da pederastia e respondendo a conceitos sociais arcaicos profundamente enraizados na cultura helénica, em particular, na casta aristocrática³¹. A cidade de Cadmo do período clássico era, efectivamente, um conhecido pólo de costumes pederásticos em que amantes e amados juravam votos de amor sobre o túmulo de Iolau³². O cerimonial, que consistia na troca de armaduras entre os dois guerreiros, denota uma clara convergência entre os laços homofílicos e a ética militar, instituída na *polis* tebana³³. Mas mais que uma entidade impulsionadora à satisfação dos apetites sexuais, o *eros* masculino

²⁹ Vide Ray (2009) 183; Pascual (1996) 163.

³⁰ Cf. Plut. *Mor.* 598e; vide Hack (1975) 117 (nota n.55); Pascual (1996) 163.

³¹ Vide Sergent (1984) 70; Rodrigues (2009) 109; Dover (1994) 205.

³² Cf. Plut. *Pel.* 18.4; vide Leitao (2003) 145; Pascual (1996) 164.

³³ Cf. Plut. *Pel.* 19.2; vide Rodrigues (2009) 108.

adquiria amplos contornos associados ao conceito atlético – do “belo” – e pedagógico, em que o amante assumia o papel de educador e acompanhava o amado no seu percurso formativo até à idade adulta, no papel de educador, acompanhava o amado, seu aprendiz.

As obras homónimas de Platão e Xenofonte (*Symposium*) são claros exemplos da consagração da homossexualidade encadeada na dinâmica bélica, em que ambos os autores aludem a *eros* na qualidade de agente fomentador da coesão cívica e militar, através dos laços de *philia*. A singularidade em volta de um pelotão composto por amantes e amados estava, de facto, na sua homogeneidade e é com base nesse cânone que assenta o discurso de Fedro ao aclamar que uma unidade militar desta natureza seria capaz de vencer «o mundo inteiro» por actos de bravura, entreajuda e pelo amor mútuo inspirado por Eros³⁴. Em Esparta o amor homofílico entre camaradas de armas era amplamente difundido e, inclusive, institucionalizado³⁵. Não obstante, David Leitao, que se manifesta céptico em relação à linha plutarquiana, argumenta que a imagem do Batalhão Sagrado tebano transmitida pelo biógrafo redundava de concepções filosóficas e fantasias de uma pederastia apologética convencional, catalogando-as de fontes moralistas³⁶. O mesmo historiador assume que os opúsculos filosóficos aludidos em outras obras clássicas apenas retratam utopias confinadas à reminiscência intelectuais e a princípios morais para encontrar um corpo ideal que defendesse a *polis*. Também Buck adopta algumas reservas quanto ao passo de Plutarco, apontando para a dualidade dos «*erastes kai eromenos*», que caracterizou o *hieros lokhos*, como um eco dos «*heniokoi kai parabatia*» que combateram em Délio³⁷. Existem, com efeito, obstáculos que não permitem apurar a (possível) natureza homofílica do Batalhão Sagrado, sobretudo, porque as únicas fontes que alegam esses vínculos correspondem a autores clássicos tardios associados à romanidade.

Porém, a resposta a estas incertezas pode estar em torno do vulto que reorganizou o *hieros lokhos* tebano – Górgidas. São poucos os dados que se conservaram relativos ao estadista, mas estes sugerem que Górgidas foi o principal catalisador na reestruturação do dispositivo político e militar da Cadmeia e um dos

³⁴ Cf. Plat. *Symp.* 179a-b; a mesma ideia é defendida por Pausânias na obra de Xenofonte (cf. *Symp.* 8-32-33).

³⁵ Cf. Xen. *Symp.* 8.35; Vide Rodrigues (2009) 109; Lendon (2005) 109.

³⁶ Vide Leitao (2003) 145.

³⁷ Vide Buck (1994) 110-111.

principais líderes de Tebas para este período³⁸. A sua nomeação para exercer a *polemarchia* ou a *hiparchia*, logo após o golpe conspirativo de 379 (vide supra 5.1), corroboram a proeminência do estadista, que está, aliás, atestada por Diodoro, associando-o aos grandes comandantes tebanos, a par de Pelópidas e Epaminondas³⁹, tendo também desempenhado funções de hiparco antes de 379⁴⁰. Das exposições apresentadas é possível deduzir algumas ilações. Se Górgidas desempenhou a *hiparchia* decerto que o estadista se enquadrava no estrato censitário tebano dos *hippeis*, sendo, seguramente, um aristocrata com elevado poder económico e social. Ora, por ocasião do golpe de 379, Górgidas, juntamente com Epaminondas, executou uma parte crucial da intriga com a mobilização de um núcleo amplo composto por «jovens e homens mais velhos de maior reputação» (Plut. *Pel.* 12.1). Seria este grupo a manifestação de apoio popular à revolta ou seriam estes jovens e varões a futura base que iria compor o pelotão cadmeu? A descrição de Plutarco é singular. Contudo, a tradição homofílica e constitucional da *polis* tebana e os vínculos do estadista à aristocracia são elementos que podem corroborar a natureza do Batalhão Sagrado conforme é descrita pelo biógrafo.

Além da refundação do *hieros lokhos*, Górgidas terá sido também autor de grande parte da obra reformadora da máquina militar tebana. Em termos quantitativos, pouco se sabe da amplitude dessas reformas para 378/377, mas é sugestivo que as entidades governantes se tenham apoiado na vertente qualitativa, que aliava a natureza belicosa dos Tebanos à institucionalização de treino militar específico, de modo a tonificar a disciplina e a aperfeiçoar as competências guerreiras desde os juramentos da efebia. É com base neste princípio e no conjunto de uma série de valências, nomeadamente, na fundação de uma plataforma política centralizadora e na experiência adquirida por campanhas bélicas sucessivas, decorrentes ao longo da década de 370, que podemos observar a crescente ascendência de Tebas na disputa pela hegemonia helénica que culmina em 371, com a batalha de Leuctros (cf. Plut. *Pel.* 15; *Agés.* 26.3).

³⁸ Vide Pascual (1996) 143.

³⁹ Embora não refira qualquer acção particular de Górgidas, o historiador sículo refere-se ao estadista em dois passos da sua obra, na clara exaltação dos grandes líderes de Tebas, cf. D.S. 15.39.2; 15.50.6.

⁴⁰ O biógrafo alega em *De Genio Socratis* que Górgidas foi eleito legalmente para desempenhar a *hiparchia* (*Mor.* 578b-c). Segundo Pascual, a nomeação legal do estadista antes de 379 só se ajusta num contexto cronológico anterior a 382; vide Pascual (1996) 145-146.

5.2.2 O redesenhar de alianças – o Sinédrio Comum

A expedição de Cleômbroto à *polis* tebana teve, como vimos em secções anteriores, repercussões na cidade de Palas e os Tebanos ressentiram-se dos efeitos colaterais. A cidade de Cadmo estava politicamente isolada e centrada num anel «laconizante» e hostil; as *poleis* de Plateias e Téspias exerciam a função de tampões da actividade cadmeia, assim como Tânagra, que era governada por uma elite filo-lacónica⁴¹. Mas as actividades de Esfódrias, o harmostas da *polis* téspia, iriam inverter o jogo de alianças. Segundo Xenofonte e Plutarco, Esfódrias conduziu um exército, possivelmente em Março de 378, pela região de Elêusis, até Atenas, num ataque nocturno com destino ao Pireu, no entanto, mal sucedida (*Hell.* 5.4.20-21; *Plut. Ages.* 24.5; *Pel.* 14.3).

Quanto às razões que levaram o harmostas a tentar o empreendimento, Xenofonte e Plutarco apontam ambos para um esquema montado pelos Tebanos – segundo o biógrafo, por Pelópidas e Górgidas, na *Vida de Pelópidas* (cf. 14.1-2), ou por Pelópidas e Mélon, na *Vida de Agesilau* (cf. 24.2-3) – para trazer os Atenienses para o seu lado, na linha de combate contra os Peloponésios. Diodoro, contudo, não refere nenhum estratagema mas desconfia da política lacedemónica (15.29.5-6). A linha narrativa do historiador sículo parece mais consistente, pois, articula o desenvolvimento da actividade diplomática ateniense, os contrastes políticos internos de Esparta e, conseqüentemente, aos motivos que terão levado Esfódrias a perpetuar um ataque «sem a autorização» da *polis* lacedemónica (*Xen. Hell.* 5.4.23).

De acordo com o historiador sículo, os Atenienses enviaram embaixadas pela bacia egeia de modo a fomentar laços diplomáticos em conformidade com a sua política e na qualidade de potência marítima, nos princípios de 378. A iniciativa de formar uma congregação talassocrática, com a gradual adesão dos de Quios, Bizâncio e posteriormente pelos de Rodes, Mitilene e outras ilhas egeias, apontam para essa tentativa da cidade de Palas em reunir um núcleo coeso e criar uma rede defensiva mútua, tendo o sistema democrático como estandarte da nova aliança (15.28.2-3). Eram

⁴¹ Cf. *Xen. Hell.* 5.4.49. Indícios também apontam para um governo filo-lacónico em Haliarto (cf. *Plut. Mor.* 577e-f), contudo, não há informações relativas a outras *poleis* beócias, embora seja provável que o cenário político fosse semelhante. Quanto a Orcómeno, continuou com a sua política anti-tebana e anti-simaquia da década de 90.

os primeiros passos para a fundação do Sinédrio Comum⁴². Os Atenenses seriam os líderes (*hegemon*) e Atenas a sede da simaquia, por unanimidade dos membros, cujas premissas se centravam na autonomia das *poleis* e na igualdade de voto das *poleis* que a integravam (D.S. 15.28.4).

As fontes divergem quanto à fundação do Sinédrio Comum. Diodoro situa a sua origem pouco depois da “Libertação” de Tebas e antes do assalto de Esfódrias, ao passo que Plutarco justifica a formação da simaquia como um efeito da tentativa de ataque ao Pireu pelo harmostas de Téspias (*Ages.* 26.1; *Pel.* 15.1). Mas porquê atacar ousadamente a *polis* ateniense se não constituía, à partida, qualquer perigo para a *Machtpolitik* lacedemónica? Os indícios de suborno são rebuscados e pouco plausíveis mesmo que os Tebanos quisessem com isso envolver os Atenenses na guerra com Esparta ou aproveitar a ausência de Esfódrias para tentar o assédio a Téspias⁴³. Se esta última seria uma das razões, nem Xenofonte nem Plutarco a corroboram. Por outro lado, se atentarmos nas dicotomias internas da sociedade espartana e orientação política das duas casas reais lacedemónicas – a Ágida e a Euripôntida – a problemática ganha outro relevo. Esfódrias pertencia à facção adversária de Agesilau (*Plut. Ages.* 24.3; *Xen. Hell.* 5.4.25) e podemos deduzir que talvez tivesse havido incitamento interno (e não externo) para atacar o Pireu, caso se apropriasse⁴⁴. As hipóteses de êxito eram relativamente elevadas pois o porto ateniense achava-se sem estruturas defensivas, devido à Paz de 387 que continuava em vigor (*Xen. Hell.* 5.4.20). O sectarismo espartano foi decerto condicionante⁴⁵, mas mesmo a condução de um empreendimento sem qualquer justificação palpável era “um tiro no escuro”. Com efeito, a fundamentação só poderá estar por detrás da crescente influência ateniense no Egeu e na materialização de um perigo evidente e imediato para as linhas duras mais conservadoras de Esparta⁴⁶. As negociações com Olinto, em 384/383, demonstraram a tentativa da cidade de Palas em se exteriorizar para além do seu espaço e apenas o malogro desse potencial pacto levou os Atenenses a encetar esforços graduais na revitalização da política de alianças no Egeu, sobretudo, a partir de 382, quando Tebas caiu inadvertidamente sob domínio

⁴² Optamos por manter a nomenclatura que surge nas fontes - «*koinon sinédriou*» - em detrimento da habitual designação que a historiografia lhe atribui de “2ª Confederação Ateniense”.

⁴³ Vide Buck (1994) 93; Hack sublinha o perigo que poderia constituir para Tebas, caso Esfódrias fosse bem-sucedido; vide Hack (1975) 88.

⁴⁴ Esfódrias incluía-se nos círculos de Cleômbroto e, como tal, era apoiante das directrizes políticas centradas, essencialmente, no Peloponeso e reconhecia Atenas como a rival natural de Esparta. Vide Cawkwell (1973) 55.

⁴⁵ Vide Hack (1975) 88-89.

⁴⁶ Vide Seager (2006) 167; Cawkwell (1973) 51-54.

lacedemónico⁴⁷. No início de 378, a simaquia estava em decurso de ebulição; a “deambulação” de Esfódrias, pelos *demos* ático de Elêusis, apenas acelerou um processo irreversível.

Depois da tentativa de assalto ao Pireu, Esfódrias foi conduzido a Esparta para ser julgado, acabando por ser absolvido pelas autoridades lacedemónicas⁴⁸. Face ao resultado do julgamento, que no entender dos Atenenses foi desajustada e tornava a *polis* lacedemónica cúmplice do acto de um indivíduo, Atenas revogou a Paz de Antálcidas⁴⁹, dotou o Pireu de infra-estruturas defensivas e aliou-se a Tebas na guerra contra Esparta, admitindo a cidade de Cadmo no Sinédrio Comum «em condições de igualdade em todos os aspectos» (D.S. 15.29.7; Plut. *Pel.* 15.1). Por seu turno, também os Tebanos se prepararam da melhor maneira para a guerra, erguendo paliçadas e outros obstáculos ao longo do território que separava Tebas de Téspias, antes do início do período estival de 378⁵⁰.

5.3 A cidade de Cadmo e o Sinédrio Comum

A adesão de Tebas ao Sinédrio Comum, liderada pela cidade de Palas, colocava entraves inevitáveis nas aspirações cadmeias à unidade política da beócia. A grande bandeira defendida pela simaquia assentava no critério de *autonomia* das *poleis*, «fossem elas grandes ou pequenas», conforme os novos ditames da diplomacia helénica instituídos na Paz de Antálcidas; o decreto de Aristóteles, datado de Fevereiro/ Março de 377, assentou apenas por escrito a confirmação da *autonomia* como princípio-base do Sinédrio Comum⁵¹. Ora, vários comentadores aceitam o passo de Plutarco, que situa a restauração da *beotarchia* como resultado do calor revolucionário, por ocasião da libertação da Cadmeia, o que revelava, desde logo, o objectivo final da estratégia política das autoridades tebanas na região. Esta premissa entra invariavelmente em paradoxo com a adesão de Tebas ao Sinédrio Comum. Os «Tebanos» (e não, os

⁴⁷ Parece pouco provável que Atenas tenha estagnado diplomaticamente após 382. A presença lacedemónica em Tebas, entre 382 e 379, terá constituído um período de apreensão e incertezas, embora a atenção de Esparta ainda estivesse virada para a região calcídica, cuja campanha se estendeu até 379; vide Hack (1975) 93-94.

⁴⁸ Sobre os contornos do julgamento cf. Xen. *Hell.* 5.4.24-33; Plut. *Ages.* 24.6-25.5.

⁴⁹ Vide Cawkwell (1981) 75-76.

⁵⁰ Buck refere, com base no trabalho de Munn, que as paliçadas não eram circulares, como Xenofonte deixa subjacente (cf. *Hell.* 5.4.38), mas curvilíneas e foram construídas ao longo da planície entre Cinoscéfalas e Escolos, junto ao Asopo; vide Buck (1994) 94.

⁵¹ Cf. D.S. 15.29.8; Vide Seager (2006) 169; Cawkwell (1973) 48.

«Beócios») contam-se entre as primeiras *poleis* a integrarem a aliança fomentada por Atenas, pelo que devemos colocar a sua adesão nos inícios de 378, após o incidente de Esfódrias, e não em Fevereiro/ Março de 377.

Em contextualização à passagem do decreto de Aristóteles pelo *koinon synedrion*, é referido que os Atenienses enviaram uma embaixada à Cadmeia para «persuadir os Tebanos a efectuar qualquer bem»⁵². As palavras são recalcadas de ambiguidade e as conjecturas desdobram-se entre a tentativa de resfriar os fitos das autoridades tebanas à unidade beócia, depois das primeiras ofensivas no final do verão de 378 (vide infra 5.3.1), o ajuste estratégico do eixo tebano-ático na guerra com a simaquia do Peloponeso e as possibilidades de contribuição tebana para o Sinédrio Comum. A política agressiva e aglutinadora da Cadmeia para com as *poleis* beócias, seria de facto a grande “dor de cabeça” dos Atenienses, sobretudo na segunda metade da década de 70, no tratamento de Tebas a Plateias, Téspias e Fócida. Porém, as últimas duas hipóteses são mais consistentes para a cronologia de 378/ 377, além dos Tebanos terem legitimidade para atacar as *poleis* vizinhas se estas se encontravam sob controlo efectivo de guarnições peloponésicas⁵³. Com efeito, se em 379/378 as autoridades cadmeias tivessem, à partida, deixado subjacente a sua intenção de recriar o bloco beócio, é pouco provável que as autoridades atenienses, e restantes entidades políticas egeias do Sinédrio Comum, tivessem aceiteado integrar a cidade de Cadmo entre os seus membros. Em todo o caso, eram os Tebanos que estavam numa posição de isolamento político-diplomático e não os Atenienses.

Em suma, a iniciativa de Esfódrias contra o Pireu deixou explícito que o conflito tebano-peloponésico não podia ser ignorado por Atenas, sobretudo, se queriam salvaguardar a fronteira jurídica da Ática. Decerto que a cidade de Palas poderia ter estabelecido uma aliança paralela e independente com a Cadmeia, em vez de integrá-la, com plenos direitos, no Sinédrio Comum, permitindo aos Tebanos prosseguirem com os seus objectos estratégicos político-regionais sem entrar em colisão com a cláusula de *autonomia* promovida por Atenas. Para os Tebanos, um pacto de cooperação bélica com os Atenienses era capital para garantir a sobrevivência na guerra contra os Peloponésios, independentemente da forma como esse auxílio fosse prestado – com integração no Sinédrio Comum, ou não. Não obstante as duas variantes diplomáticas possíveis, os Atenienses entenderam aliar os «Tebanos» no Sinédrio Comum, talvez mais por

⁵² Cf. I.G. 22.43 (70-75); Vide Seager (2006) 170.

⁵³ Vide Hack (1975) 105-106 (nota n.26).

necessidade de começar a ampliar a estrutura da simaquia de modo a criar um equilíbrio de forças com a simaquia do Peloponeso.

5.3.1 Operações militares na *polis* tebana (378)

Em 378, por altura da época da ceifa, as autoridades lacedemónicas decretaram a mobilização contra a *polis* tebana e instalaram Agesilau no comando do exército peloponésico, cuja força comportou mais de 18000 hoplitas e 1500 cavaleiros dos vários membros da simaquia do Peloponeso. Diodoro faz questão de demonstrar a dimensão da força lacedemónica que seguiu para a campanha tebana; as hostes lacedemónicas estavam distribuídas em cinco *morai*, cada uma delas composta por 600 esparciatas⁵⁴ e notabilizou-se ainda a presença dos *esciritas*, o batalhão (*lokhos*) de elite de Esparta e, por sinal, a guarda do rei (D.S. 15.32.1). Agregado ao exército peloponésico seguiram ainda os exilados tebanos (e. g. Xen. *Hell.* 5.4.39) e uma unidade de mercenários, especialmente recrutados por Agesilau, servindo na vanguarda para a ocupação e prospecção dos acessos ao Monte Citéron, um dos pontos estratégicos mais vulneráveis para a travessia das “pesadas” tropas peloponésias se atacadas por forças em posições mais elevadas (Xen. *Hell.* 5.4.37-38).

A travessia pelo Citéron decorreu sem incidentes e o rei euripôntida prosseguiu com o exército rumo a Téspias; a partir daí, dirigiu-se para território tebano para o início das hostilidades. Entretanto, os Atenenses tinham aprovado 5 000 hoplitas, nos quais se incluíam tropas mercenárias, lideradas por Cábrias, e 200 cavaleiros para auxiliar os Tebanos na invasão peloponésica que, em concertação, ocuparam várias parcelas no terreno, ao longo de 20 estádios a este da cidade de Cadmo, assumindo as paliçadas como estruturas fortificadas e ocupando alguns planaltos estratégicos⁵⁵. As operações bélicas, entre ambas as forças em conflito, são marcadas por escaramuças e pelejas à escala reduzida, com as forças tebanas e atenienses a actuarem timidamente e a evitarem o confronto directo. De acordo com Xenofonte, os Tebanos actuavam em ataques rápidos com a cavalaria sobre a retaguarda do exército de Agesilau quando se deslocava novamente para o acampamento, embora o Cireneu ironize a sua actuação (Xen. *Hell.*

⁵⁴ O número de unidades que compunham uma *mora* é incerto, oscilando entre 500, 600 e 900 (cf. Plut. *Pel.* 17.2). A anedota de Plutarco (*Ages.* 26.4-5) é clara quanto à decaída do número de esparciatas para este período; vide Cary (1922) 184-186.

⁵⁵ D.S. 15.32.3; A rede de defesa territorial foi montada a 3,5 km da cidade de Cadmo, ao longo da passagem de Cinoscéfalos de Tebas (cf. Xen. *Ages.* 2.22); vide Buck (1994) 94.

5.4.39-40). Xenofonte refere a ocorrência numa ocasião, mas é provável que esta tática tenha sido aplicada mais vezes, tendo a hierarquia militar tebana e ateniense optado por desgastar gradualmente o exército invasor em vez de arriscar o choque decisivo entre falanges⁵⁶.

Houve, todavia, uma batalha com contornos do foro psicológico e moral entre Agesilau e Cábrias. Ocupando uma parte elevada do terreno, Cábrias alinhou as suas tropas mercenárias, juntamente com as hostes tebanas, e aí cerrou fileiras, desafiando as forças peloponésicas para o combate⁵⁷. Agesilau incitou o exército tebano-ático a abdicar da sua posição para combater na planície, porém, não tendo as manobras produzido o efeito desejado e não arriscando um ataque em posição de desvantagem, retirou os contingentes e despachou a infantaria ligeira e cavalaria para devastar o território tendo obtido grandes quantidades de espólio (D.S. 15.32.5-6). Esta “batalha” é reconhecida pelas fontes com uma das vitórias mais brilhantes de Cábrias, que triunfou pela sua estratégia, aliada à disciplina das tropas e qualidade de comando, e os Tebanos souberam reconhecer-lhe o mérito (D.S. 15.33.4). Agesilau, por seu lado, foi alvo de críticas pelos conselheiros de guerra (*symbolous*), composto por esparciatas, por ter evitado o combate decisivo quando tinha à sua disposição uma força numericamente superior à do inimigo. Talvez por essa razão, este recontro de nervos e disciplina não seja descrito por Xenofonte.

Após uma última acção ofensiva pelo território tebano, através da passagem de Cinoscéfalas e que chegou às muralhas da cidade (Xen. *Ages.* 2.22), Agesilau retirou-se para Téspias, erigiu fortificações, deixou Fébidas como harmostas, juntamente com uma guarnição, e voltou para o Peloponeso com o grosso do exército peloponésico (Xen. *Hell.* 5.4.41). A nomeação de Fébidas na qualidade de harmostas da *polis* téspia, não só era uma garantia de experiência militar como também a continuação da política bélica euripôntida e o harmostas operou, com efeito, nessa vertente, enviando regularmente grupos «de bandidos» para pilhar a cinta de jurisdição tebana.

As autoridades cadmeias decretaram, entretanto, uma campanha em massa contra Téspias e já sem o apoio dos contingentes atenienses. Ao avançar para leste, o

⁵⁶ Hack conclui que a principal razão para as forças tebano-áticas evitarem o combate decisivo derivou do reconhecimento destes pela supremacia lacedemónica na arte da guerra; vide Hack (1975) 99.

⁵⁷ De acordo com Nepos e Diodoro, provavelmente utilizando a mesma fonte, o *strategos* ateniense ordenou às tropas para se colocarem de joelhos «firmemente apoiados aos escudos e com as lanças niveladas» para o combate; cf. Nep. *Cha.* 1.2; D.S. 15.32.5. Foi também uma das vitórias mais badaladas de Cábrias, que lhe valeram uma homenagem do povo ateniense, com o erguer de uma estátua sua, pelo feito (Nep. *Cha.* 1.3).

exército tebano destruiu um posto avançado lacedemónico, guardado por 200 soldados, e prepararam o assédio à cidade de Téspias⁵⁸. O confronto entre as forças lideradas por Fébidas e as hostes cadmeias ficou marcado pela actividade das tropas mercenárias (peltastas) do lado téspio-lacónico e da cavalaria tebana. Se num primeiro assalto, os peltastas, em articulação com os hoplitas téspios, foram eficazes para fazer recuar e dispersar as linhas do exército adversário, a retaliação da cavalaria tebana foi determinante para o desfecho favorável da batalha para os Tebanos, com o exército inimigo a sofrer mais de 500 baixas. Fébidas morreu na peleja contra a cavalaria tebana e as suas tropas obrigadas a fugir para o interior do perímetro amuralhado de Téspias⁵⁹. Pouco depois, o comando lacedemónico na *polis* téspia voltaria a ser repostado, com Esparta a enviar um polemárcio e uma *mora*, via-golfo de Corinto.

Embora o objectivo de conquistar a cidade Téspias não tenha sido cumprido, a cidade de Cadmo sobreviveu ao primeiro ano de operações militares da “Guerra Beócia” contra a simaquia do Peloponeso, cuja cooperação ateniense foi igualmente preponderante. Este factor contribuiu para as autoridades tebanas capitalizarem esforços no reforço da política local e na dinâmica bélica para libertar a região da influência lacedemónica:

Agora se incendiava de novo o ânimo dos Tebanos e empreenderam uma expedição contra Téspias e as restantes *poleis* vizinhas, onde o povo (*demos*) se passou para o lado de Tebas. Com efeito, em todas as *poleis* [beócias] estavam instalados poderes autoritários (*dynasteia*), como se havia passado com Tebas, de modo que os amigos dos Lacedemónios destas *poleis* também precisavam de ajuda (*Hell.* 5.4.46)

Até ao final do Verão de 378, as autoridades tebanas decretaram mobilizações às *poleis* vizinhas, aparentemente, coroadas com êxito. O passo pode ser interpretado erradamente, pois, Xenofonte repete o processo noutra circunstância e é certo que, pelo menos, as *poleis* de Téspias, Plateias, Tânagra e Orcómeno continuavam a ser regimes filo-lacónicos e/ou anti-tebanos, em 377⁶⁰.

Com efeito, as referências da actividade tebana na Beócia fornecidas pelo autor das *Helénicas* primam pela falta de rigor. Nesta primeira fase, é provável que as áreas de intervenção dos Tebanos incidissem sobre o pontilhado de células jurídicas a leste da

⁵⁸ Cf. D.S. 15.33.5. Seria, provavelmente, uma das estruturas defensivas feitas por Agesilau, um acampamento de directiva permanente e que se articulava na rede defensiva da *polis* téspia.

⁵⁹ Para uma descrição completa sobre a batalha, cf. Xen. *Hell.* 5.4.42-45; D.S. 15.33.5-6.

⁶⁰ Para Plateias e Téspias, cf. Xen. *Hell.* 5.4.48; para Tânagra cf. Xen. *Hell.* 5.4.49.

Cadmeia, ou seja, Micalesso, Fáron e possivelmente Éleon, Harmas, Áulis e Antédon. O processo era lógico. Tratava-se de antigas localidades que estiveram assimiladas à *polis* tebana, antes das diligências da cláusula de autonomia da Paz de Antálcidas, eram defensivamente vulneráveis e mais susceptíveis às oscilações políticas de Tebas. Outra das vantagens fulcrais da «reconquista» destes núcleos era o acesso ao mar e a ligação com a ilha de Eubeia. Por outro lado, o passo manifesta o compromisso da cidade de Cadmo entre a libertação da região do jugo das facções governantes filo-lacónicas e a aspiração ao revivalismo de uma Beócia politicamente unificada. A Paz de Antálcidas perdera o peso nas relações diplomáticas tebano-lacónicas, a partir do momento em que os Lacedemónios rejeitaram as reivindicações da embaixada tebana, e a unidade regional começou a se esboçar no horizonte da Cadmeia, legitimada pela adesão natural das camadas democráticas das *poleis* beócias ao empreendimento tebano. Nem mesmo o Sinédrio Comum detinha poder suficiente para travar essa compressão, sobretudo, se as heterias democráticas da Beócia manifestavam a vontade soberana à unidade política regional. Com o primeiro ano de hostilidades concluído, é igualmente verosímil que a cidade de Cadmo se tenha tornado no receptáculo de forças democráticas, oriundas de outras *poleis* da região, convertendo-a no bastião da democracia beócia no sentido unitário.

5.3.2 Operações militares na *polis* tebana (377)

Com o princípio da Primavera de 377, as autoridades lacedemónicas deram continuidade à campanha militar contra o território tebano e novamente com Agesilau à frente do exército peloponésico. A expedição foi erigida nos mesmos moldes que a anterior, contudo, a abordagem estratégica de Agesilau seria distinta. A passagem do Citéron foi novamente resguardada a pedido do rei euripôntida, pelo polemenco de Téspias, de modo a providenciar uma passagem segura do exército invasor (Xen. *Hell.* 5.4.47). Já em Plateias, Agesilau montou um artifício, como chamariz, de modo a ocultar as suas intenções e a contrariar as previsões tebanas, cujas forças cadmeias, juntamente com as Atenienses, ocorreram em massa para reocupar os postos em torno de Cinoscéfalas (Xen. *Hell.* 5.4.48). Agesilau, porém, em vez de prosseguir com a invasão via-Téspias, começou a devastar o território tebano a partir de sudoeste pela passagem de Eritras. A estratégia peloponésica funcionou e deixou as forças tebano-

áticas desorientadas, incapazes de acudir atempadamente as áreas flageladas⁶¹. Flanqueando com segurança as paliçadas nos arredores de Escolos, ao sul de Tebas, Agesilau avançou rapidamente para oriente, ao longo das áreas meridionais do território tebano, até aos limites de Tânagra, que era dirigida pela elite filo-lacónica de Hipotodoro (Xen. *Hell.* 5.4.49). Terá sido nessa ocasião que Agesilau deixou Pantóida, na qualidade de harmostas, em Tânagra, para resguardar a vertente oriental da cidade de Cadmo e evitar a queda da *polis* tanagrense nas mãos dos Tebanos⁶². Feito isto, Agesilau marchou para Noroeste em direcção a Tebas.

A abordagem estratégica peloponésica obrigou o exército tebano-ático a abandonar a linha defensiva que se erguia a oeste da Cadmeia e a concentrar esforços para deter o perigo que se aproximava na direcção oposta. A mudança táctica gerou, igualmente, limitações óbvias na defesa da área jurídica tebana, pois a extensão territorial a este e a sudeste de Tebas achava-se sem infra-estruturas defensivas e impunha a necessidade das tropas tebano-áticas cerrarem fileiras para a colisão directa com as hostes invasoras. Indo no encalço do exército de Agesilau, as forças tebanas e atenienses cerraram fileiras em *Grao Stethos*, um acidente geográfico estrategicamente viável, pela sua característica fisionómica estreita e de difícil acesso⁶³. Apesar da superioridade numérica, a desvantagem no terreno de operações levou Agesilau a negar o combate e a contornar o exército opositor, mantendo a rota em direcção a Tebas. O rei euripôntida controlou, em todos os aspectos, as manobras militares dos dois exércitos e jogou em prol da vulnerabilidade defensiva da cidade de Cadmo⁶⁴. Os contingentes tebano-áticos eram novamente obrigados a mudarem as suas posições, seguindo pelo caminho de Potnias, que lhes auferia alguma segurança. A retirada fragilizou a retaguarda do exército tebano-ático e Agesilau soube aproveitar as circunstâncias, ordenando o ataque de algumas das unidades sob o seu comando. Apenas a intervenção da infantaria ligeira, ou dos peltastas tebanos, que se colocaram nas colinas para cobrir a

⁶¹ Diodoro apresenta uma versão diferente dos acontecimentos, pois afirma, que os Tebanos chegaram a tempo de evitar que o território fosse devastado pelos Peloponésios (cf. 15.34.1). O passo do historiador sículo é rejeitado pela comunidade científica; vide Buck (1994) 96.

⁶² Buck situa erradamente o passo de Plutarco (*Pel.* 15.4), afirmando que o harmostas de Tânagra foi morto em 378, durante as expedições tebanas às *poleis* vizinhas. É inverosímil que tivesse havido um oficial lacedemónio em Tânagra antes de 377, até porque a zona de intervenção dos Peloponésios no ano anterior se centrou a sudoeste e a oeste da Cadmeia. Além disso, a nomeação de Pantóida para defender os interesses lacedemónicos em Tânagra, articula-se ao pedido de auxílio das *poleis* filo-lacónicas descrito no passo de Xenofonte (cf. *Hell.* 5.4.46).

⁶³ Xen. *Hell.* 5.4.50. Sensivelmente a 5 km a sudeste de Tebas.

⁶⁴ Xenofonte refere que a cidade de Tebas se encontrava “deserta” (cf. *Hell.* 5.4.51). A expressão não deve ser entendida no sentido literal, mas sim parcial. O grosso das forças tebanas estava a operar no exterior, mas Tebas não estaria totalmente desguarnecida.

retirada do exército, evitou perdas substâncias e ainda provocar algumas baixas nos atacantes⁶⁵. As tropas tebanas e atenienses retraíram a sua linha defensiva até junto das muralhas de Tebas onde reagruparam e engrossaram as forças com tropas que se achavam no interior da cidade e colocaram-se em posição de combate. Diodoro (15.34.2) refere que houve um choque entre os dois exércitos, embora seja provável que o episódio se refira à retirada descrita por Xenofonte, em *Grao Stethos*. Porém, ambos os autores concordam que Agesilau se retirou após se deparar com a maciça muralha humana que se formou junto aos portões da cidade de Cadmo⁶⁶. Retrocedendo até à confortável posição de *Grao Stethos*, o exército peloponésico acampou e no dia seguinte deslocou-se em direcção a Téspias sob a pressão dos peltastas tebanos e atenienses que os perseguiram (Xen. *Hell.* 5.4.54). Ao chegar à *polis* de Téspias, Agesilau deparou-se com o cenário político de *stasis* (Xen. *Hell.* 5.4.55). É provável que, como Buck sugere, a disputa fosse entre facções filo-lacónicas visto que Agesilau procurou estabelecer a reconciliação, através de juramentos, entre os cidadãos⁶⁷. Feito isto, Agesilau, juntamente com o seu exército, tomou rumo em direcção ao Peloponeso.

A campanha militar peloponésica de 377 chegara ao seu termo. Não obstante os riscos a que os riscos a que a Cadmeia estivera sujeita, com a luta pela *autonomia* a chegar praticamente aos limites da cidade de Cadmo, os Tebanos saíram triunfantes do conflito e com o moral reforçado (D.S. 15.34.2). Mas à medida que Tebas foi sobrevivendo às provações e à ameaça de Esparta, reforçava o seu *status* e, gradualmente, foi-se impondo no quadro beócio.

⁶⁵ Xen. *Hell.* 51-52. Não é claro se os tebanos que cobriam a retaguarda do exército tebano-ático eram peltastas ou infantaria ligeira, mas seria certamente uma dessas forças, pois «atiravam lanças».

⁶⁶ Ao contrário de Diodoro, Xenofonte não menciona a participação de tropas do interior de Tebas (cf. *Hell.* 5.4.53), porém, a informação do historiador sículo é viável (cf. 15.34.2). Com base em Xenofonte, Buck sugere, contudo, possíveis escaramuças entre ambos os contendores junto a Tebas, mas, e de acordo com as *Helénicas*, foram fruto da pressão exercida pelo batalhão escrita na perseguição ao exército tebano-ático, tendo os “Escritas” recuado ao chegarem às proximidades de Tebas sem, no entanto, sofrerem qualquer baixa; cf. 5.4.53; vide Buck (1994) 96.

⁶⁷ Xen. *Hell.* 5.4.55; vide Buck (1994) 97.

Capítulo 6 – Na rota de Leuctros

6.1 O desenhar da política de alianças

Os anos de 378 e 377 caracterizam-se pela forte repressão bélica de Esparta em pleno espaço jurídico tebano. A sazonalidade da guerra, que coincidia por altura da «época da ceifa», conforme era prática dos Lacedemónios, deixou a cidade de Cadmo à beira do esgotamento de provisões alimentares. Xenofonte conta que face à escassez de trigo as autoridades cadmeias despacharam duas trirremes e uma soma numerária equivalente a dez talentos até à região de Págasa, na Tessália, território que se incorporava na esfera de poder de Feras. No caminho de regresso a Tebas, as embarcações foram interceptadas por forças marítimas lacedemónicas a operarem em Oreó, na Eubeia, que apreenderam a carga e aprisionaram os cerca de 300 tripulantes tebanos na acrópole oreíta. De acordo com as Helénicas, a negligência na segurança por parte dos Lacedemónios que controlavam Oreó permitiu aos Tebanos evadirem-se da prisão, tomarem a cidade e regressarem a Tebas, com trigo suficiente para colmatar o *deficit* da balança alimentar (Xen. *Hell.* 5.4.56-57).

A “acidental” intervenção tebana teve, curiosamente, um profundo impacte na política de alianças helénica. Controlada pelos Lacedemónios desde 380/379, Oreó formava um núcleo contencioso no extremo norte da Eubeia, articulado com as áreas setentrionais da Hélade e era a única *polis* da ilha a não figurar entre os membros do Sinédrio Comum (cf. D.S. 15.30.1). A libertação tebana da *polis* oreíta fez com que os cidadãos se revoltassem e «mudassem de lado», podendo estar aqui implícito o derrube da facção filo-lacónica governante, expulsassem os Lacedemónios de Oreó e integrassem o Sinédrio Comum.

Por outro lado, é possível traçar um esboço da rede de alianças de Tebas neste período. É interessante verificar que os Tebanos não recorreram à importação de trigo proveniente das rotas helespônticas, através de Atenas, mas em contacto directo com as áreas de abastecimento tessálicas. O que se verifica efectivamente é o desenvolvimento

de uma política diplomática tebana, paralela ao sínédrio Comum. Este funcionalismo bipartido de relações protocolares com outras entidades helénicas, além da cidade de Palas, espelhava a necessidade intrínseca de Tebas em recuperar alguns dos seus aliados naturais, como era o caso da Lócride Opúncia¹. O facto de a frota tebana ter passado ao largo da Lócride oriental sem que sofresse qualquer dificuldade acrescida pode sugerir que, em 377, as autoridades tebanas e do Opus já tivessem laços diplomáticos formalizado. Feras não seria excepção, mas não sendo um “aliado natural” da Cadmeia, a política das duas esferas eram convergentes e desdobravam-se em vários domínios, além do filo-tebanismo de Jasão reclamado na obra plutarquiana². Tal como se sucederia na Beócia, as ambições de Jasão de Feras na unificação política da região tessálica passavam pelo derrube de poderes locais, predominantemente, filo-lacónicos. A hostilidade para com Esparta e áreas satélite parecem ter sido, portanto, o elo fundador da aliança entre Tebas e Feras.



Mapa 7. Tessália. Extraído de *Cambridge Ancient History* (2006) 744.

¹ Pascual aponta a data de 377/376 para o restabelecimento dos elos entre a Lócride Opúncia e Tebas. De resto, o historiador castelhano acrescenta: «De lo poco que no es conocido de la Lócride Opuntia no posemos ninguna noticia de que su sólida aristocracia estuviere acosada por una revolta interna [em 375, por ocasião da batalha de Téginas] y sí innumerables testimonios de una constante y prolongada amistad com Tebas», Vide Pascual (1991b) 380-381.

² Sobre a amizade de Pelópidas com Jasão de Feras, cf. *Pel.* 28.3-4; vide Pascual (1991b) 378.

6.2 A redefinição da Beócia

Na Primavera de 376, as autoridades lacedemónicas decretaram a habitual abordagem bélica à *polis* tebana e indigitaram Cleômbroto para o comando do exército peloponésico, substituindo Agesilau que se encontrava ainda a recuperar das cicatrizes do ano anterior³. A campanha peloponésica chegou, todavia, ao seu termo antes das hostes invasoras transporem a fronteira da Beócia. Nos procedimentos preliminares pelo controlo do Monte Citéron a vanguarda do exército peloponésico, composta por peltastas, foi neutralizada por unidades tebano-áticas que ocupavam os pontos mais elevados do maciço. Sem segurança para prosseguir e descartando o auxílio das forças lacedemónicas de Téspias ou de Plateias, Cleômbroto regressou ao Peloponeso e dissolveu o exército (Xen. *Hell.* 5.4.59). Por esta altura, a simaquia do Peloponeso começava a acusar do incisivo desgaste financeiro marcado por anos sucessivos de guerra e na sustentabilidade da própria *arche* lacónica. A solução para contornar a conjuntura, exigida, de resto, pelos vários membros da simaquia, passava pela mudança nos planos de intervenção externa, propondo dois objectivos que se correlacionavam: o bloqueio naval a Atenas, numa ilustração semelhante ao cenário de 405, de modo a desbloquear os acessos à Beócia⁴.

Em virtude da deslocação da esfera bélica peloponésica para o Golfo Sarónico e cercanias de Andros e Ceos, a «Guerra da Beócia» perdia a tónica inter-regional retroagindo para o domínio exclusivamente regional. Com efeito, as circunstâncias favoreceram no amadurecimento da jovem democracia cadmeia e na dilatação da sua área de influência no contexto beócio, com as autoridades tebanas a conduzirem «uma enérgica campanha contra as *poleis* vizinhas» nos anos de 376 e 375 (Xen. *Hell.* 5.4.63). A cidade de Cadmo prosperava à medida que eliminava os focos “laconizantes” em seu redor e erguia os alicerces de uma plataforma política regional centralizada, quer pela via diplomática, quer militar, cada vez mais consistente. A democracia tebana seria o espelho da nova unidade beócia, mas houve outros pilares que contribuíram para a hegemonia de Tebas no organismo beócio.

³ No regresso ao Peloponeso, depois da campanha beócia, e quando passava por Mégara, Agesilau foi vítima, do que Pascual (vide Pascual (1992) 190) supõe pelos sintomas, de uma tromboflebite, provocando uma severa hemorragia interna que deixou o rei euripôntida inválido para o exercício da actividade militar; cf. Xen. *Hell.* 5.4.58; Plut. *Ages.* 27.1-2. Agesilau só volta a surgir em cena nas *Helénicas*, por ocasião das negociações para a paz de 371 (6.3.19).

⁴ Os únicos acessos possíveis eram por Creusis, via-Golfo Corínto, ou pela Fócida; Xen. *Hell.* 5.4.60.

O processo de «(re)conquista» da Beócia é acompanhado pela reestruturação dos governos locais, adaptados à doutrina democrática e em estreita coordenação com a Cadmeia. Afigura-se óbvio o profundo envolvimento das autoridades tebanas na arquitectura das novas administrações locais da esfera beócia. Nos anos imediatamente a seguir a 379, Tebas fora o propugnáculo e o local de asilo das camadas democráticas beócias, nas quais se incluíam líderes de heterias do *demos* e outras figuras politicamente influentes de *poleis* dominadas por filo-lacónicos. Seriam esses agentes *demótikoi* o elo de ligação entre a Cadmeia e a Beócia, canalizados para constituírem as elites dirigentes à medida a que se assiste ao progressivo desenraizamento dos governos filo-lacónicos da região. É nesta atmosfera de democratização e «tebanização» da Beócia, entre 376 e 375 que se deve situar a restauração, ainda que parcial, da unidade política dos Beócios e, conseqüentemente, da *beotarchia*, legitimada pela representação política do *demos* beócio.

Há discrepâncias perceptíveis e algumas novidades entre a sistematização da “nova” unidade Beócia e o antigo modelo, descrito nos *Hellenica Oxyrhynchia*, abolido em 386 com a Paz de Antálcidas. A mais óbvia é a doutrina política em que assentava: a democracia tebana tornara-se a grande alavanca de coesão na política regional. A instituição de um sistema monetário e tributário foi outro dos mecanismos intrincados, utilizado como instrumento de poder pelos Tebanos. As entidades locais emissórias foram encerradas e os direitos de emissão da moeda tornaram-se monopólio exclusivo da tesouraria tebana; no anverso continuou a figurar o tradicional escudo côncavo beócio, poderoso símbolo iconográfico de identidade, e no reverso surgiam, pela primeira vez, o nome do *beotarchas* em funções⁵. A alusão do nome do *beotarchas* em material correntemente manuseado no quotidiano pelo *polites*, aliava o sentido visual ao exercício de poder centralizador e deixa igualmente subjacente a hierarquia política beócia.

É no seguimento dessa linha que surge a principal inovação na organização política regional para este período – a *ekklésia* dos Beócios⁶. Reunindo-se seguramente na Cadmeia, a assembleia albergava, em teoria, todos os cidadãos (*politai*) beócios e estava incumbida de escolher directamente, ou por sorteio, os magistrados para os

⁵ Vide Hammond (2000) 91-92; Bonner (1945) 18.

⁶ «*koinon synodon toi Boioton*» (cf. D.S. 15.80.2)

órgãos políticos soberanos anuais referentes ao *koinon* dos Beócios⁷. Destas eleições era nomeado, por sorteio, o vértice da estrutura política – o arconte-epónimo, que dava nome ao ano e cujas funções se resignavam à esfera de representatividade religiosa, em semelhança com os arcontes das *poleis* locais. Por eleição directa, os Beócios elegiam o colégio de sete *beatarchas*, em vez dos tradicionais onze dos *Hellenica Oxyrhynchia*, mas preservaram as funções tradicionais, com extensos poderes no domínio da órbita externa, sobretudo, estratégico-militar e enquanto representantes dos Beócios nos negócios diplomáticos. A cifra manteve-se, aparentemente, estática para datas posteriores, e alguns académicos têm sugerido que os critérios de distribuição militar seria em acordo com as antigas *mérei*, com a exclusão de Orcómeno e Téspias⁸. Não há elementos concretos que sustentem essa hipótese, além do modelo de organização repartida ser incompatível com um aparelho do tipo democrático, sendo mais plausível que a nomeação do colégio incidisse directamente sobre o conjunto da *politeia* beócia⁹. À *beatarchia* estava agregada uma série de cargos militares subalternes, em particular, os *hiparchoi* e os *lochagoi*. Também por sorteio, além do arconte-epónimo, eram escolhidos o colectivo de juízes e legisladores e outros cargos menores ligados ao ofício público.

Não é consensual qual a categoria em que a nova organização política da Beócia se encaixava, mas o novo modelo era, sem dúvida, mais do que uma mera “macro aliança” militar entre as diversas *poleis*. Pelas suas características peculiares, fortemente centralizadoras, que suscitam um modelo de organização de *sympoliteia*, parece-nos que as *poleis* que integravam os «Beócios» continuaram a existir enquanto entidades distintas (e. g. Queroneus, Haliárcios, Tanagreus), mas esvaziadas de poderes autonomizantes, com as entidades reguladoras a se circunscreverem aos *affairs* locais. Essa distinção de entidades surge, sobretudo, por motivos militares¹⁰. Para efeitos esclarecedores, é altamente admissível que a instrução militar dos Beócios tenha ficado a cargo exclusivo das entidades tebanas. As vantagens deste método eram significativas, com os efebos a serem instruídos na arte da guerra, a respeitar as instituições centrais e a defender os valores da *patrios boiotia*. Deste modo, era gerada uma teia política de

⁷ «*Koinon ton Boioton*» surge nas fontes como designação “oficial” para os Beócios; cf. D.S. 16.85.3. Diodoro também se refere à unidade beócia como *synteleia* (e. g. 15.50.4), embora o termo esteja relacionado no sentido tributário de membros subordinados ao governo central, neste caso, Tebas; vide Hammond (2000) 92 (nota n.45); Vide Pascual (1992) 202-203; Buck (1994) 107.

⁸ Vide Pascual (1992) 203.

⁹ Vide Buck (1994) 109.

¹⁰ Pausânias, por exemplo, refere-se a contingentes «téspios» que actuaram na batalha de Leuctros, no lado beócio (cf. 9.13.8).

núcleos elevadamente dependentes da autoridade central, cujo epicentro era a Cadmeia, e tributários (*synteleia*), não só de cidadãos militarmente bem preparados, mas também de dinheiro, que alimentava toda a máquina burocrática beócia.

6.2.1 A batalha de Tégiras

Em dois anos (376/ 375) de campanhas militares, os tentáculos «esponjosos» da Cadmeia foram gradativamente alcançando as áreas setentrionais da região Beócia. A maior parte, se não mesmo a totalidade, das *poleis* situadas na faixa ocidental e oriental do Lago Copais encontravam-se sob a propriedade jurídica das autoridades cadmeias. No entanto, o domínio da Beócia era ainda parcial¹¹. Sabemos que as *poleis* Téspias, Plateias e Tânagra continuavam fora dessa esfera aglutinadora, mas estavam neutralizadas, esgotadas e incapazes de constituir qualquer ameaça para a cidade de Cadmo devido aos constantes *raids* e escaramuças com a cavalaria tebana¹². Este cenário representou um avanço significativo de Tebas nas aspirações ao revivalismo integral da unidade política da Beócia. A *polis* de Orcómeno transfigurava-se na meta final para consolidar o poder dos Beócios no norte, num progresso implacável das forças beócias.

Em 375, os Lacedemónios tinham intenções de lançar uma nova campanha contra os Tebanos, no entanto travada pelo périplo ao Peloponeso e pela actividade na Corcira pela frota ateniense comanda por Timóteo¹³. É provável que, inicialmente, as autoridades lacedemónicas tivessem recuado nas intenções de promover uma guerra náutica com Atenas, sobretudo, depois do revés da batalha de Naxos¹⁴, e é igualmente espectável que os Tebanos tenham incitado os Atenienses a alargar o teatro de operações naval para ocidente, como, aliás, acusa Xenofonte (*Hell.* 5.4.62). Os Tebanos eram membros da simaquia e, como tal, teriam algum poder de decisão na estratégia a adoptar, além de que as operações navais atenienses dariam também tempo de manobra para Tebas continuar a enveredar esforços “expansionistas”.

¹¹ De acordo com Xenofonte, «os Tebanos realizaram uma energética campanha contra as *poleis* vizinhas e, de novo, se apoderaram delas» (*Hell.* 5.4.63). A interpretação deste passo pode ser falaciosa e é pouco coerente em exprimir a amplitude real desse “apoderamento” tebano.

¹² Cf. Xen. *Hell.* 6.4.7; Plut. *Pel.* 15.4.

¹³ Cf. Xen. *Hell.* 5.4.62-63. Sobre as campanhas marítimas dos Atenienses em 376/375, vide Xen. *Hell.* 5.4.64-66; D.S. 15.36.4-6; Isoc. 15.109; Nepos, *Tim.* 2.1.

¹⁴ Das operações navais entre atenienses e peloponésios destaca-se a batalha de Naxo, em Setembro de 376, com a vitória ateniense (cf. Xen. *Hell.* 5.4.61; D.S. 15.34.3-35.2). Vide Seager (2006) 174.

No início do Verão de 375, o alastramento da área de influência da cidade de Cadmo chegou suficientemente a norte para ameaçar os Orcoménios e promover ataques às *póleis* da Fócida, provavelmente, a partir de Queroneia ou de Hietos. Aliados formais dos Lacedemónios (cf. D.S. 15.31.2), os Focenses pediram auxílio a Esparta que responderam com o envio de Cleômbroto, juntamente com quatro *morai* lacedemónicas e outros quatro regimentos dos aliados¹⁵. É neste contexto que devemos situar a presença de *morai* peloponésicas em Orcómeno e não em datas anteriores¹⁶. Os Orcoménios continuavam a resistir ao assédio dos Beócios e terão, decerto, requisitado ajuda ao rei ágida para preservarem a sua autonomia, acabando por constituir o posto avançado na defesa da região Fócida e um enclave suficientemente robusto para escapar às malhas da cidade de Cadmo até 371/ 370 (vide infra 6.4.1).

É no decorrer das actividades militares peloponésicas de 375, nas áreas limítrofes da Beócia, Fócida e Lócride Opúncia que eclode a batalha de Tégiras em ensaio antecipado a Leuctros (cf. Plut. *Pel.* 16.1-2). Sobre a batalha serve-nos os testemunhos de Plutarco e Diodoro, pois Xenofonte não lhe atribui qualquer importância. Situada a norte do Lago Copais, junto ao rio Melas, e assimilada à *polis* orcoménia¹⁷, a localidade de Tégiras foi palco do recontro entre o Batalhão Sagrado, auxiliado por cavalaria, comandado por Pelópidas e dois contingentes lacedemónicos, de longe, numericamente superiores à força tebana¹⁸. Da descrição dos acontecimentos pelas fontes, importa reter o ónus avassalador do batalhão cadmeu, enquanto elite militar, e a capacidade de liderança estratégica de Pelópidas, que soube reduzir a importância numérica que favorecia a força opositora, para quebrar as linhas lacedemónicas. Apesar do conflito se ter desenrolado a pequena escala e de Pelópidas não ter conseguido tomar Orcómeno, a batalha de Tégiras granjeou de enorme impacto, verificáveis em duas variantes: os Tebanos alcançaram a proeza de derrubar o colossal estigma à volta da invencibilidade dos Lacedemónios¹⁹ e o próprio Batalhão Sagrado foi alvo de alterações estruturantes de ordem operativa, conforme salienta o biógrafo:

¹⁵ Xen. *Hell.* 6.1.1. Plácido salienta que esta quantidade correspondia a 2/3 do exército lacedemónico, para cada ano; vide Plácido (1989) 207 nota n.1.

¹⁶ Vários académicos situam a presença de guarnições peloponésicas em Orcómeno antes de 375; vide Buck (1994) 94; Hack (1971) 103.

¹⁷ Diodoro localiza a peleja em Orcómeno. Tratar-se-á, decerto, de observação por redundância geográfica; cf. D.S. 15.37.1.

¹⁸ Cf. Plut. *Pel.* 17.2; D.S. 15.37.1. Diodoro refere que a força tebana era composta por 500 hoplitas; não se vislumbra o Batalhão Sagrado nem Pelópidas. Não deixa de ser contraditório, visto que num passo mais adiante da sua obra (cf. D.S. 15.81.2), ele irá colocar o estadista tebano na batalha de Tégiras.

¹⁹ Cf. D.S. 15.37.1-2; 15.81.2; Plut. *Pel.* 17.5; vide Buck (1994) 99.

Górgidas distribuiu o Batalhão Sagrado por entre as fileiras das falanges, obscurecendo a “alta-excelência” (*arete*) destes homens, e não canalizou a sua força em objectivos comuns, uma vez que os diluía e misturava com falanges qualitativamente inferiores. Após mostrarem o seu valor em Tégiras, lutando por si e pelos seus, Pelópidas nunca mais os dividiu ou dispersou-os mas, tratando-os como uma unidade, colocava o batalhão na vanguarda dos maiores conflitos (*Pel.* 19.3).

Pelopidas fora, indubitavelmente, dos principais heróis da “Libertação” da Cadmeia, um dos actores políticos originais da democracia tebana e gozava de imensa fama junto do *demos* tebano pela sua virtude. A batalha de Tégiras foi um dos maiores feitos bélicos de Pelópidas, a título individual, e não é por acaso que o seu nome figura na “vitrine” dos ilustres generais tebanos, sendo que, a *Vida de Pelópidas*, de Plutarco, a obra homónima de Cornelius Nepos e o encómio de Diodoro, denominado por *Panegírico de Pelópidas* (15.81.1-4), fazem justiça ao renome alcançado.

6.3 Tebas e a Paz de 375

O heróico triunfo tebano alcançado no campo de Tégiras ressoou no espírito da Cadmeia. Porém, o desfecho da batalha não procedeu a consequências político-estratégicas estruturantes nas directivas de poder de Tebas no norte da Beócia e na Fócida. Os espaços setentrionais tinham-se tornado fortemente militarizados, velados por Cleômbroto e um massivo exército peloponésico, distribuído por praças raianas, limítrofes à esfera da cidade de Cadmo. Perante os sintomas de uma possível invasão da Beócia, as autoridades cadmeias foram forçadas a concentrar esforços e mobilizar forças para os recintos passíveis a maior risco, tecendo uma vasta rede defensiva extensível ao território aliado da Lócride Opúncia. A intromissão de Esparta, na Hélade central, paralisou a investida tebana de estender o seu domínio para essas áreas. No entanto, a segunda metade de 375 abriu uma janela a negociações e aproximações para a Paz²⁰. Xenofonte sintetiza:

Pois bem, os Lacedemónios e seus aliados se congregaram à chamada dos Focenses, enquanto os Tebanos, depois de se retirarem para o seu próprio território, vigiavam os

²⁰ Para o debate em torno dos aspectos cronológicos da paz de 375, vide Gray (1980) 306-315.

acessos. Quanto aos Atenienses, ao repararem que graças a eles os Tebanos prosperavam e, em troca, não forneciam dinheiro para a frota, enquanto eles se esgotavam por culpa das contribuições em dinheiro, da pirataria de Egina e da vigilância do território, lhes entrou o desejo de que se acabara a guerra, pelo que enviaram embaixadores à Lacedemónia e fizeram a paz (*Hell.* 6.2.1).

Apesar do êxito ateniense na Trácia e nas campanhas navais na orla oriental do Mar Jónico, Atenas ressentiu-se do elevado peso no custeamento bélico e na manutenção da frente ocidental contra Esparta²¹. A descoordenação no eixo Cadmeia-Pnix foi, conforme especifica Xenofonte, a causa-primária para o desequilíbrio orçamental nas contas atenienses e que empurraria a cidade de Palas a procurar o entendimento com o Peloponeso. O desajuste estratégico entre Tebas e Atenas é perceptível e resultou, essencialmente, dos contrastes político-culturais e das directrizes que cada uma das *poleis* projectava nos dois palcos da guerra: os Tebanos prosseguiam com os objectivos de estender o seu domínio a todo o espaço beócio e com fins a disciplinar a Fócida, ao passo que os Atenienses avultavam na actividade marítima, como procedente a estender as malhas do Sinédrio Comum. As disparidades de ambas as linhas estratégicas deixam latente a “anomalia” visceral que a cidade de Cadmo retratava no código genético do Sinédrio Comum, cujos propósitos da simaquia se fundiam com os de Atenas. A *Machtpolitik* tebana estilizava os defeitos na imagem, nos princípios fundadores do Sinédrio Comum – o decreto de Aristóteles – e na nova aura ateniense, distante dos vestígios hegemónicos do século V. Não obstante, os indicadores de erosão na parceria tebano-ática não devem ser interpretados como princípios de ruptura. Atenas continuava dependente do ónus geoestratégico de Tebas, no controlo da fronteira terrestre da Ática e do elo cadmeu no funcionalismo do Sinédrio Comum²².

A fragilidade financeira ateniense, decorrente da falta de apoio de Tebas, foi, por conseguinte, o factor fulcral para que Atenas tomasse a iniciativa em negociar a Paz com Esparta. Todavia, o passo de Xenofonte dissimula, talvez propositadamente, as debilidades conjunturais que a simaquia do Peloponeso enfrentava e que se reflectiriam nos contornos do armistício.

²¹ O combate ao bloqueio marítimo peloponésico, do qual resulta a batalha de Naxos, o périplo ao Peloponeso e a actividade nas regiões em torno do mar Jónico, em particular, no Epiro e Corcira.

²² As fontes atestam a integração de embarcações tebanas na frota comandada por Timóteo, em 373 (cf. [Dem.] 49.16) e a nomeação de um tebano no *corpus* dirigente do Sinédrio Comum, em 373/372. Sobre o assunto vide Rhodes (2006) 235; 250; Seager (2006) 171.

A fugaz descrição de Xenofonte, sobre os eventos diplomáticos que conduziram à Paz de 375, quase nos passaria despercebida não fosse o testemunho de Diodoro, sob a tradição de Éforo. Ao contrário das *Helénicas*, o historiador sículo diz-nos que o novo tratado foi forjado em prol dos interesses aqueménidas, na tentativa de aliciar helenos para o conflito contra o Egipto (cf. 15.38.1). A presença de emissários persas é, aparentemente, segura²³, mas não há dúvida de que os conteúdos do pacto seguiam a ortodoxia imposta em 387, com a cláusula de *autonomia* a despontar, de novo, numa posição central (D.S. 15.38.2; Isoc. 14.10). Dentro desse âmbito, os termos previam a desmobilização de guarnições estrangeiras, presentes em outras *poleis*; Atenas ordenaria a retirada da força naval sediada na Corcira e em outras bases ocidentais (Xen. *Hell.* 6.2.2) e Esparta seguiria o mesmo processo, com o recesso de contingentes peloponésicos fora do Peloponeso. A conduta das autoridades lacedemónicas foi em respeito aos acordos assinados com a cidade de Palas e não o reconhecimento declarado da «Beócia», enquanto entidade política soberana, como tem sido sugerido²⁴. As tropas peloponésicas na Fócida, Orcómeno, Téspias, Plateias e Tânagra exerciam, nesta etapa, a função de praças-fortes ao impulso aglutinador da Cadmeia e de subsistência da jurisdição lacedemónica na região. Porém, é inegável que o *status quo* lacónico nas áreas meridionais da Beócia constituía uma ameaça localizada ao espaço ático. O incidente de Esfódrias deixara cicatrizes na memória colectiva de Atenas, que não estaria disposta a se expor novamente ao risco²⁵. Decerto que a evacuação das forças peloponésicas agradaria também a Tebas, mas, aos olhos das autoridades atenienses, era sinal de alívio na linha de fronteira.

Do desfecho das negociações importa ainda salientar o *modus operandi* que se instituiu entre Esparta e Atenas, com a repartição da hegemonia pelas duas potências helénicas (D.S. 15.38.4; Isoc. 15.109-110). A cidade de Palas saía, incontestavelmente, com a autoridade reforçada ao assumir o domínio dos mares. Mas o princípio de equilíbrio e distribuição de poderes por ambas as esferas sugeria ainda um outro sintoma que se tornava cada vez mais evidente: o ocaso da supremacia de Esparta na Hélade.

A subscrição da Paz de 375 tem, no entanto, suscitado questões prementes sobre o impacte real da *autonomia* no cenário jurídico beócio. Na prática, a renovação dos

²³ Vide Buck (1994) 102; Seager (2006) 176.

²⁴ Vide Hack (1975) 140 (e respectiva nota n. 95).

²⁵ Xenofonte aponta que a acção de Esfódrias, em 378, fora um das razões para que os Atenienses decretassem o périplo ao Peloponeso (cf. *Hell.* 5.4.63). Vide Hack (1975) 122.

votos, nos termos simétricos aos de 387, colidia com as pretensões político-regionais tebanas e prognosticava, à partida, a dissolução do aparelho tributário tutelado por Tebas. Parte dessa dificuldade advém, principalmente, da leitura e análise de Diodoro (15.38.3). A alegada resistência tebana aos acordos da Paz e o duelo de palavras entre Epaminondas e Calístrato, descritos pelo historiador sículo, integram o contexto cronológico de 371, aquando as negociações da Paz de Cálias e, como tal, não se ajustam na conjuntura de 375. Esta tese tem sido amplamente difundida pela historiografia, ancorada nos lapsos de coerência discursiva da obra de Diodoro²⁶, mas os comentadores têm falhado na missão de clarificar a posição de Tebas perante Esparta. A questão tebana merece, naturalmente, algum tacto, contudo, não deve ser sobrevalorizada no painel da Paz.

Na verdade, as circunstâncias políticas e económicas asseguraram a continuidade da plataforma cadmeia. Esparta estava desgastada pela guerra, acossada pela actividade marítima ateniense na orla ocidental do Peloponeso e pelos custos de manutenção do exército de Cleômbroto na Fócida. Apesar do ónus da frente peloponésica na região central helénica, um tampão para obstruir a disseminação da influência tebana para essas áreas, a sua sobrevivência era cada vez mais ténue, como, aliás, demonstrou a batalha de Tégira. A par da pressão tebana, a crescente pressão de Feras na Tessália, ameaçava criar um anel hostil sobre a Fócida. Em 375, Jasão de Feras era, seguramente, aliado de Tebas, e uma eventual acção militar de Feras em concertação com a Cadmeia poderia encurralar ou suprimir a presença lacedemónica no território²⁷. Por outro lado, a prioridade de Esparta era, sem dúvida, o ocidente, de modo a garantir a estabilidade de sua zona de conforto. A concepção de pólos satélites por Atenas, com a aticização da Corcira ou dos territórios circundantes, anexos ao Mar Jónio, não só constrangeriam os movimentos dos Lacedemónios na sua esfera de poder, como também colocariam em perigo as linhas de comunicação e abastecimento humano e logístico com o aliado sículo – Siracusa. A Paz veio aliviar o aperto que Esparta sentia das operações militares atenienses, junto ao Peloponeso e a Beócia não encabeçava, seguramente, a lista de inquietações dos Lacedemónios.

²⁶ Vide Cawkwell (1972) 257; Hammond (2000) 90; Rhodes (2006) 249; Buck (1994) 102-103; Hack, contudo, aceita o passo de Diodoro mas rejeita o testemunho da obra *Plataicus*, de Isócrates, vide Hack (1975) 127-141.

²⁷ Cf. Xen. *Hell.* 6.1.10. Vide Hack (1978) 173. Sobre a aliança de Tebas com Feras, vide Pascual (1991) 375-381.

A cidade de Cadmo surgiu, portanto, num plano secundário da Paz, na qualidade de membro do Sinédrio Comum, subalternizado e gozando do apoio sustentável do governo ateniense. Porém, as raias protocolares permitiram a Atenas instrumentalizar a acção tebana, amenizando o ímpeto de Tebas na Beócia²⁸. A resolução ateniense visava dois aspectos em particular: por um lado, evitar criar atritos entre ambas as *poleis* vizinhas e a consequente perda do seu maior aliado e, por outro, monitorizar as movimentações de Tebas, precavendo-se do surgimento de um bloco tebano que contestasse o poder ateniense no centro do Sinédrio Comum. As autoridades tebanas teriam, com efeito, poucas razões que justificassem o reconhecimento de um pacto que pudesse trazer severas implicações na orgânica política interna ou que limitassem o seu poder. Não obstante as possíveis reticências da Cadmeia, o enquadramento de Tebas, provavelmente como «Tebanos», na Paz de 375, é um dado sólido (Isoc. 14.10).

6.4 A consolidação do espaço beócio

Em meados de 373, Tebas atingiu um novo ponto culminante na política de ampliação e consolidação territorial, com a inclusão de Téspias e Tânagra na *synteleia* tebana e com a destruição de Plateias. A retomada da linha “expansionista” foi, de resto, reflexo do encurtamento da atmosfera concertadora e do esfriar das relações entre Esparta e Atenas, resultantes da actividade de Timóteo na ilha de Zacinto, ao largo do Peloponeso, em 375/374 (Xen. *Hell.* 6.2.3-4; D.S. 15.45). O reatar das hostilidades entre as duas simaquias rivais, nas margens do ocidente helénico, libertou, teoricamente, a cidade de Cadmo dos votos de 375 e possibilitou-lhe actuar nos bastidores da guerra, imune a sanções externas²⁹.

O processo de «deslaconização» e incorporação dos focos filo-lacónicos da Beócia meridional, no espaço juridicamente tebano, foi agilizado pela ausência de hostes peloponésicas e pelo isolamento face ao exterior. De facto, as fontes indicam que as condições geradas pelos acordos de 375 e pelo estalar da guerra, possibilitaram a Tebas tactear junto destes núcleos pela via diplomática. Os Téspios e Tanagreus acederam à coacção; os Plateenses, porém, rejeitaram o avanço tebano (Isoc. 14.9). A resistência de Plateias não passaria incólume à agressividade da Cadmeia e a acentuação

²⁸ Além da Beócia, em causa estaria também um dos ancestrais focos de fricção que ambas as autoridades, tebanas e áticas, reivindicavam – o Oropo (cf. Isoc. 14.20; 37).

²⁹ Cf. Paus. 9.1.5; Vide Cawkwell (1981) 75.

do clima de desconfiança, a possíveis actos de retaliação tebana, impeliu os Plateenses a procurarem a protecção de Atenas (Paus. 9.1.5; D.S. 15.46.4). A solicitação plateense colocava as autoridades áticas numa posição delicada e de difícil ajuizamento perante a aliança com Tebas, sobretudo, no quadro conjuntural de iminente escalada militar contra Esparta³⁰. Em todo o caso, antes de os Atenienses se debruçarem sobre a questão, os Tebanos atacaram e submeteram Plateias ao seu domínio (Paus. 9.1.4-8; D.S. 15.46.4-6).

A segunda captura de Plateias, cuja façanha é atribuída ao *beotarcha* Néocles, concretizou-se «dois anos antes da batalha de Leuctros, ou seja, em 373, e efluiu, concludentemente, na segunda diáspora plateense. A *polis* foi destruída e despida de infra-estruturas, com excepção dos santuários, e os seus habitantes foram desterrados da pátria e proibidos de voltarem a pisar solo beócio, tendo sido acolhidos na cidade de Palas. Mas, em 373, as circunstâncias prosaicas de antigas rivalidades e antagonismos são argumentos insuficientes para esclarecer o destino áspero reservado a Plateias e aos Plateenses. Acompanhando o processo de revivalismo do poder de Tebas na cintura do Asopo e do Citéron, a conduta sobre Plateias assentou, particularmente, numa componente socioeconómica, em resposta aos vaus da aristocracia terratenente tebana (Isoc. 14.7). No fundo, o alargamento da esfera administrativa de Tebas com a anexação do território plateense restaurava uma importante base de abastecimento agrícola e latifundiária directa, gizando especificamente o equilíbrio da balança comercial cadmeia e uma maior independência perante as rotas mercantis externas.

Com o encerramento da questão de Plateias, os olhos da Cadmeia voltaram-se novamente para Téspias (D.S. 15.46.6). A reacção e os preparativos de Tebas para intervir militarmente na *polis* téspia, possivelmente, em 373/372, sugerem que se tratou de intervenção cirúrgica, a fim de neutralizar a oposição dos Téspios ao poder central. A proposta coaduna, aliás, vários factores que devem ser ponderados. Desde a «Libertação» da Cadmeia, em 379, que Téspias se convertera no grande pólo do «laconismo» e local de refúgio das elites filo-lacónicas beócias, à medida que a influência e a democracia tebana se difundiam na Beócia. Além disso, a participação activa dessas forças sociais beócias nas operações bélicas peloponésicas ao território tebano, em 378 e 377, reforçam o historial de resistência de uma “Beócia oligárquica”,

³⁰ Vide Seager (2006) 178; Hack é conciso: «“Unfortunately for the Plataeans, the Athenians were not better or more willing to respond to the Plataean plea than they had been in 427. The Theban policy of contribution ships had succeeded in maintaining cordial relations Athens”», vide Hack (1975) 168.

congregada em Téspias. As razões político-ideológicas sobrevêm enquanto condições congénitas para que a cidade de Cadmo actuasse sobre os tecidos sociais agrupados em Téspias, de resto, extensível ao processo de democratização (e «deslaconização») da Beócia. Todavia, importa ainda esclarecer a amplitude, ou amplitudes, da operação na textura de Téspias.

Segundo Xenofonte, «os de Téspias acudiam como suplicantes (aos Atenenses) para que não os olhassem com indiferença, pelo facto de terem ficado sem cidade (*apolidas*)»³¹. Esta percepção seria, além do mais, reforçada por Cálías, durante as negociações da Paz de 371, embora o vocábulo utilizado seja *anairesi*³². Não obstante, a destruição de Téspias, antes de Leuctros, entra em paradoxo com o testemunho de Pausânias, que refere a participação de um contingente téspio – ainda que de dimensões reduzidas – na batalha (9.13.8). De modo a ajustar ambas as fontes, Buck aponta para a diversidade semântica de *apolidas*, com base em outros autores clássicos, cuja palavra podia igualmente expressar «ausência de constituição na *polis*»³³. Também o termo *anairesi* assume essa dupla conotação de destruição/revogação das leis. A sugestão é coerente e adequa-se à matriz arquitectónica de Tebas na reconstrução política da «Beócia», através do processo de *sympoliteia*.

Podemos, portanto, presumir que a *polis* téspia foi alvo de reduções substanciais de ordem demográfica, sobre uma população maioritariamente filo-lacónica, na estrutura física da cidade de Téspias, limitando a sua capacidade de defesa, e assimilada na dependência directa de Tebas. Em suma, a acção de *revanche* mais não servira para limar os hiatos e lacunas que persistiram com a inclusão voluntária dos Téspios na plataforma política tebana.

Entretanto, na Beócia setentrional, os Orcoménios continuaram a resistir ao assédio tebano, provavelmente reagrupando as forças com os Focenses na defesa territorial contra o inimigo comum, após a retirada das forças de Cleômbroto³⁴. Mas se o armistício gerou condições para que Tebas actuasse no norte da Beócia, é imprescindível ter também em conta as definições de prioridade da Cadmeia. A proximidade geográfica de Plateias, Téspias e Tânagra à *polis* tebana tornava-as objectivos *a priori* na estabilização das raias do poder da cidade de Cadmo na Beócia

³¹ Xen. *Hell.* 6.3.1. O contexto do passo para meados de 371, mas é possível que Xenofonte não respeite a ordem cronológica dos acontecimentos, optando antes por resumir os motivos que conduziram à ruptura de Atenas com a Cadmeia.

³² «*Τὴ Πλαταιὸν καὶ Θησπιὸν ἀναιρέσει*», cf. Xen. *Hell.* 6.3.5.

³³ Vide Buck (1994) 105.

³⁴ Em acordo com as cláusulas da Paz de 375 (vide supra 6.3).

meridional³⁵. Por outro lado, avançar contra Orcómeno só seria lógico e economicamente rentável com a neutralização daqueles focos divergentes. Concluídos esses *dossiers* e garantidas as condições *sine qua non* na retaguarda, o governo da Cadmeia reassumiu a determinação de domar o Norte, levando Esparta a mobilizar Cleômbroto e tropas peloponésicas para essa região, em 372/371³⁶.

6.4.1 Orcómeno – o último passo de Tebas na Beócia

A capitulação de Orcómeno, consumada apenas em 371/370 (cf. D.S. 15.57.1), corresponde, efectivamente, a um estágio tardio na consolidação da autoridade política de Tebas no espaço beócio, intimamente correlacionada com a conjuntura do pós-Leuctros, cuja volatilização de Esparta da órbita externa do Peloponeso foi decisiva para o efeito. Em todo o caso, as dicotomias entre o Norte e o Sul da Beócia não eram aparentes e já foram, inclusive, particularizadas em capítulos anteriores (vide supra 2.3.3). O filo-laconismo e o enraizamento dos valores oligárquicos na sociedade orcoménia apenas rivalizavam com a posição limítrofe de Orcómeno, em relação à sufocante esfera democrática da Cadmeia. Estes factores resumem, claramente, o *status* especial que a *polis* orcoménia colheu, quando submetida a Tebas. O objectivo seria reduzir os Orcoménios à escravatura, mas Epaminondas recomendou às restantes autoridades tebanas reintegrá-los na categoria de «território aliado» (cf. 15.57.1). O relato do historiador sículo não deixa dúvida. Se é verdade que a tomada de Orcómeno representou o passo final da “reconquista” integral da Beócia, os antagonismos e o historial secular de divergências entre Orcoménios e Tebanos ditaram que a *polis* orcoménia seria território alienado da *synteleia* tebana.

As fricções entre Orcómeno e Tebas só ficariam completamente sanadas após a tentativa de *coup d'état* levada a cabo por 300 orcoménios, pertencentes à faixa censitária cavaleira (*hippeis*), em 366. A acção foi eminentemente conspirativa, montada por oligárquicos tebanos no exílio que pretendiam «alterar a constituição de Tebas». Descoberta a trama, a indisciplina de um grupo restrito de orcoménios justificou, por fim, a destruição da *polis* (cf. D.S. 15.79.3-6).

³⁵ Vide Cary (1922) 184; Hack (1975) 151.

³⁶ Vide Seager (2006) 180; Cawkwell (1972) 257.

6.4.2 Os sinais e sintomas de ruptura no eixo tebano-ático

No Verão de 371, a democracia e a primazia da Cadmeia estavam confortavelmente consolidadas na Beócia, com excepção em Orcómeno (cf. D.S. 15.50.4). Mas se este facto era motivo de regozijo para os Tebanos, a política de agressividade tebana foi encarada com inquietação por Atenas:

Os Atenienses, ao constatarem que os Plateenses, que eram seus amigos, tinham sido expulsos da Beócia e haviam procurado refúgio junto deles e que os de Téspias acudiam como suplicantes para que não os olhassem com indiferença, pelo facto de terem ficado sem *polis*, deixaram de elogiar os Tebanos. Mas, fazer a guerra contra eles, por um lado, lhes era vergonhoso e, por outro, calculavam que não lhes seria conveniente. Não obstante, recusaram-se em participar por mais tempo nas suas acções, porque os viam a dirigir campanhas contra os Focenses, antigos amigos, aniquilar *poleis* fiéis na guerra contra o bárbaro e seus simpatizantes. Por estas razões, os Atenienses votaram pela paz e enviaram, em primeiro lugar, embaixadores a Tebas para convidar os Tebanos a irem com eles até à Lacedemónia para tratarem da Paz. Porém, logo enviaram emissários pela sua conta (*Hell.* 6.3.1-2).

O excerto das *Helénicas* tipifica os procedentes da Paz de 371 ao comportamento de Tebas, citando uma série acontecimentos ocorridos na Beócia, durante a segunda metade da década de 370, que conduziram a clivagens e à iminente ruptura no eixo tebano-ático. A exposição de Xenofonte é, em parte, assertiva. Por exemplo, em 373, a destruição de Plateias constituiu uma falta gravosa na cláusula de *autonomia*, estabelecida na Paz de 375³⁷ e nos princípios fundadores do Sinédrio Comum. Não admira, pois, que o apelo dos Plateenses, junto das autoridades áticas, relatado na obra *Plataicus*, de Isócrates, tenha surtido reacções no seio da sociedade ateniense. A cidade de Palas não aplicou sanções directas ao governo da Cadmeia, talvez, em virtude da conjuntura de guerra com Esparta. Contudo, a destituição de Timóteo – importante partidário da cidade de Cadmo – do comando da frota tebano-ática (cf. Xen. *Hell.* 6.2.12) é interpretado como um eco colateral do fado de Plateias, cujo acto assume conotações simbólicas, traduzido na perda de confiança, ou na desmarcação de Atenas da política “separatista” tebana³⁸. O eclipse político do *strategos* ateniense, neste período, e o prosseguimento da linha dura e revivalista por Tebas, iriam

³⁷ Cf. Isoc. 14. 1; 5 e 10. Vide Seager (2006) 178.

³⁸ Vide Seager (2006)

condensar a atmosfera de erosão nas relações entre os dois parceiros, culminando, por fim, em 371.

Mas, além da leitura formal do passo de Xenofonte, outros aspectos nucleares contribuíram para a natural apreensão da cidade de Palas. Estudos arqueológicos revelam a conformidade das obras de requalificação, e/ou construção, da cadeia de infra-estruturas defensivas ao longo da Beócia, datadas do segundo quartel do século IV³⁹. Este balizamento cronológico é algo vago e, geralmente, associado ao período de ebulição da hegemonia tebana na década de 360. No entanto, é credível que esse processo reformador de fortificação da Beócia se tenha iniciado nos princípios de 370, em virtude da exposição a ameaças externas, e acompanhado a gradual ramificação da soberania cadmeia pela região. A par do planeamento estratégico da defesa territorial, o crescimento exponencial da esfera geopolítica da cidade de Cadmo, as vitórias militares no teatro beócio, em particular, em Tégiras, e a persistência em estender a influência à Hélade central, convergem para a forte doutrina militarista institucionalizada e para os ambiciosos objectivos além-Beócia da Cadmeia. Em termos diplomáticos, Tebas contava com um poderoso aliado a norte – Jasão de Feras. Em 375/374, Feras tinha já assimilado a última célula soberana tessálica, governada por Polídamas – *proxeno* dos Lacedemónios. Com isto, Jasão varreu a influência de Esparta do território, consolidou a sua autoridade na Tessália e assumiu o estatuto de *tagus* – «senhor dos Tessálios» (cf. Xen. *Hell.* 6.1.18).

Em suma, o revivalismo do bloco beócio, a *Machtpolitik* tebana e os restantes sinais acima enumerados foram factores acrescidos para que a maioria dos Atenienses começasse a olhar para Tebas como uma ameaça latente ao equilíbrio de poderes na Hélade.

6.5 A Paz de Cálias – 371

À semelhança da descrição das *Hélenicas* sobre a Paz de 375, Xenofonte refugia-se nas divergências no eixo tebano-ático como causa-efeito para a subscrição de um novo armistício, omitindo as valências político-económicas da guerra na frente ocidental helénica. Tal como em 375, a questão tebana teve, de facto, o seu impacte para a reaproximação diplomática entre Atenas e Esparta. Mas, em 371, os Atenienses

³⁹ Vide Camp (1991) 193-202.

compreendiam que apenas a validação de um novo tratado poderia limitar, de vez, a acção de Tebas na Beócia.

Realizada em Esparta, a convenção de Paz decorreu com o aval da autoridade Susa, cujo papel foi de novo predominante na arbitragem das questões helénicas, e com a participação massiva de diversas entidades integradas nas simaquias do Peloponeso e do Sinédrio Comum⁴⁰. Tebas acedeu, igualmente, ao chamamento da Paz, com o despacho de um *corpus* diplomático. Entre os emissários tebanos achava-se Epaminondas, recentemente nomeado *beotarcha*⁴¹, o futuro arquitecto de Leuctros e da hegemonia tebana da década de 60. Num período de maior azedume e de indefinições nas conformidades com Atenas, Hack alega que a presença da delegação tebana se insere na tentativa da Cadmeia em legitimar o sistema político e reivindicar as suas pretensões na Beócia⁴². Nesta matéria, a cidade de Cadmo partia isolada para as negociações. Além do que foi anteriormente afirmado (vide supra 6.4.2), esta premissa é recalcada por dois dos três discursos dos emissários atenienses, reproduzidos por Xenofonte: Cálías focou, essencialmente, a opinião mútua dos Lacedemónios e Atenienses, quanto ao destino de Plateias e Téspias (*Hell.* 6.3.4-6); Autocles imputou responsabilidades à atitude agressiva de Esparta, por ocasião da tomada da Cadmeia, em 382, e à incoerência da sua política externa perante a cláusula de autonomia (*Hell.* 6.3.7-10); Calístrato, por fim, apontou também para os erros e inconsistências da *Machtpolitik* lacónica, nomeadamente para com Tebas, mas apelou para o carácter urgente de se criar condições para uma atmosfera concertadora helénica (*Hell.* 6.3.11-17). A tónica de se firmar a Paz Comum é reforçada nas três exposições. No entanto, Calístrato salienta que a conciliação devia ser construída com base no princípio de partilha de poderes da hegemonia helénica entre Atenas e Esparta, com ambos a assumirem a *prostasia*, conforme havia sido estipulado em 375 (vide supra 6.3). O discurso de Calístrato seria, efectivamente, o elóquio da Paz e nele não havia lugar para a ascensão de uma terceira esfera reivindicativa.

A Paz de 371, ou Paz de Cálías, foi *sic et simpliciter* a revalidação da Paz de Antálcidas: retirar os harmostas de *poleis* externas, dissolver os exércitos, tanto terrestres como navais e deixar as *poleis* autónomas. A estas foi acrescida uma cláusula inovadora, embora ambígua, que permitia penalizar militarmente os infractores da Paz,

⁴⁰ D.S. 15.50.4; Xen. *Hell.* 6.2.3; Plut. *Ages.* 27.3. A participação aqueménida é igualmente corroborada por Xenofonte, cf. *Hell.* 6.2.12; Vide Cawkwell (1972) 258.

⁴¹ Em 372/371. Vide James (1980) 30.

⁴² Vide Hack (1975) 179-180.

mas libertava de obrigações todos os que se quisessem manter à margem da expedição punitiva (Xen. *Hell.* 6.3.18). Conforme tem sido observado pela maioria dos comentadores, este último parâmetro providenciava a imparcialidade de Atenas em eventuais confrontos de Esparta com outras *poleis*, gizando o caso particular de Tebas⁴³. Não obstante, os acordos foram jurados individualmente pelas autoridades helénicas presentes na conferência, inclusive os emissários tebanos, que subscreveram os acordos na qualidade de «Tebanos».

Segundo Xenofonte, a delegação diplomática tebana apresentou-se no dia seguinte para corrigir o topónimo assinado, de «Tebanos» para «Beócios», tendo o requerimento sido prontamente rejeitado por Agesilau (*Hell.* 6.3.19). O testemunho de Plutarco talvez elucidie essa súbita mudança de atitude dos diplomatas:

Um desses embaixadores (dos Tebanos) era Epaminondas, um homem de reputação na cultura (*paideia*) e filosofia, apesar de não ter dado ainda provas de comando (*strategia*). Este homem, ao ver que todos se retraíam perante Agesilau, teve coragem de patentear as suas convicções e fez um discurso, não em nome de Tebas, a sua cidade natal, mas em nome de todos os Helenos, declarando que a guerra fez de Esparta grande à custa dos sofrimentos de todas as outras *poleis*, e insistiu para que a Paz fosse em termos de igualdade e justiça, pois, duraria apenas quando todas as partes fossem tratadas como iguais. Agesilau, segundo se diz, ao ver que todos os Helenos ouviam Epaminondas com atenção e admiração, perguntou-lhe se considerava justo e igualitário que todas as *poleis* da Beócia fossem autónomas de Tebas. Então, quando Epaminondas lhe respondeu corajosamente em resposta, se ele também achava justo que as *poleis* da Lacónia fossem autónomas de Esparta, Agesilau levantou-se da cadeira e furioso ordenou-lhe que dissesse claramente se pretendia fazer das *poleis* beócias autónomas. Quando Epaminondas lhe respondeu, novamente, da mesma forma, perguntando se pretendia fazer das *poleis* da Lacónia autónomas, Agesilau tornou-se violento e alegrou-se com o pretexto para remover o nome dos Tebanos do tratado e declarou guerra contra eles (*Ages.* 27.4-28.2).

A intervenção de Epaminondas frisa o definitivo esforço reivindicativo de Tebas em legitimar a soberania da *synteleia* tebana, perante as comunidades helénicas, estabelecendo, para o efeito, analogias entre a situação política regional da Lacónia e da

⁴³ Vide Hack (1975) 182; Buck (1994) 112; Seager (2006) 181; cf. Xen. *Hell.* 6.4.20.

Beócia⁴⁴. A confrontação de padrões de ambos os sistemas organizativos foi eficaz, embora outros exemplos pudessem ser empolados pelo estadista tebano. Xenofonte comenta que a subscrição da Paz pelos Peloponésios ficou a cargo exclusivo das autoridades lacedemónicas, enquanto líderes da simaquia do Peloponeso, pondo em causa a determinação moral da cláusula de *autonomia* (cf. *Hell.* 6.3.19). Contudo, apesar de Esparta tratar a simaquia como um braço extensível ao seu poder na região, a simaquia do Peloponeso era somente uma aliança que unia diversas entidades autónomas do espaço peloponésico, encadeadas em objectivos comuns. Por outro lado, o facto de Epaminondas se circunscrever concretamente à Lacónia, não só comprovava o seu ponto de vista, como colidia directamente com os interesses de Esparta. Tal como os Tebanos, os Lacedemónios dependiam de uma plataforma primária, através da subjugação de núcleos territoriais circunjacentes, para assegurarem o seu poder local/regional.

Quanto às causas que levaram os diplomatas tebanos a firmarem posições no dia seguinte à assinatura do tratado, estas são difusas e conjecturais. Hack sugere que os emissários tebanos reconheciam os ditames da Paz da mesma maneira que as autoridades lacedemónicas. Ou seja, se Esparta jurou os protocolos na qualidade de «Lacedemónios», englobando no topónimo os restantes aliados Peloponésios, então Tebas podia assinar como «Tebanos», abrangendo desta forma, as restantes *poleis* beócias sob a sua dependência. Outra hipótese levantada pelo mesmo historiador é a presença de agentes beócios, externos à *synteleia* tebana, no conclave a reclamarem pela sua autonomia, sobretudo, os Orcoménios e os expatriados Plateenses e Téspios, que se fixaram em Atenas⁴⁵. As propostas são coerentes mas paradoxais quando confrontadas com o testemunho de Xenofonte, que nos dizem, explicitamente, que o corpo diplomático tebano contestou apenas no dia seguinte e não no próprio dia dos juramentos da Paz. Por seu turno, Seager propõe uma hipótese mais sólida. Segundo o mesmo, a alteração de ânimos dos embaixadores tebanos deveu-se a divergências internas⁴⁶, cujas repercussões se podiam alongar às disputas políticas na *politeia* tebana. O possível diferendo no fulcro do *corpus* diplomático não foi, de todo, singular e, de acordo com as fontes, a situação repetiu-se pouco antes da batalha de Leuctros com a

⁴⁴ A região da Lacónia era constituída politicamente por territórios “vizinhos” (*periokos*), em torno e subjugados a Esparta, cujos habitantes não tinham qualquer força política. De resto, o passo do biógrafo encontra paralelismos na obra de Pausânias (cf. 9.13.2) e Cornélio Nepos (cf. *Epam.* 6.4).

⁴⁵ Vide Hack (1975) 183-184 (e respectiva nota n. 103)

⁴⁶ Vide Seager (2006) 181.

divisão de opiniões na cadeia de comandos tebana (vide infra 6.6). Epaminondas não agiu isolado mas, tal como ocorreria em Leuctros, teve a capacidade para gerir as emoções e pareceres dos restantes emissários tebanos, a fim de cativar a maioria dos membros, que lhe dariam legitimidade para enfrentar Agesilau.

É evidente que o tratado foi cinzelado em equidade dos interesses do Peloponeso e da Ática, reassumindo a óptica de “quebra-blocos”, e de modo a extinguir potenciais ameaças a essa soberania política. A reacção de Agesilau aos argumentos de Epaminondas serve para acentuar esses mesmos cânones e, mais uma vez, Tebas teve de se debater entre a prostração a Esparta e a extinção da unidade beócia ou a resistência face ao perigo externo. Quanto a isso, Epaminondas já tinha dado a resposta. Excluída do tratado e catalogada de «inimigos comuns», os Tebanos teriam de passar a derradeira prova de fogo pela sobrevivência e autonomia no teatro de Leuctros.

6.6 Leuctros – o berço da hegemonia tebana

O desfecho dos acordos de 371 e o isolamento da Cadmeia no xadrez político helénico providenciaram os condicionalismos para os Lacedemónios retomarem a velha linha «expansionista» continental, reanimada por Agesilau, cuja finalidade primígena consistia em reprimir Tebas a um núcleo minimalista e/ou monitorizado pelo Peloponeso. Esparta compreendeu, efectivamente, que para exercer verdadeiramente o papel de agente «hegemónico terrestre», previsto nos critérios verbais da Paz, o controlo da Beócia era primordial, o elo articulador para poder alastrar a sua influência e, inclusive, recuperar áreas na Hélade central e setentrional, perdidas ao longo da última década.

Aparentemente conformada com este possível cenário estava Atenas. A concertação diplomática entre a Ática e o Peloponeso corrobora que a prioridade da política ateniense se concentrou no esforço em estancar a dispersão da autoridade da cidade de Cadmo na região beócia e na Hélade central. Mais importante ainda, esta aliança reconciliadora visava impedir o surgimento de um bloco, que agrupasse a Beócia e a Tessália, capaz de rivalizar com as tradicionais órbitas hegemónicas meridionais. Ora, este quadro ilustra uma conjuntura inédita, isto é, os antagonismos entre as cadeias de poder do norte e do sul da Hélade.

Atenas beneficiou, além disso, dos contornos do pacto para se afastar do parceiro beócio e, também, para se colocar à margem do litígio que de se esculpia no horizonte da Beócia. Porém, a abstenção da cidade de Palas ao conflito não redundou de mera casualidade. Deste modo, a cidade de Palas não só se poupava a eventuais esforços financeiros de guerra, como também se salvaguardava de potenciais atritos transversais que comprometeriam a sua reputação e transparência nas questões helénicas e no interior do próprio Sinédrio Comum. Para todos os efeitos, e não havendo provas em contrário nas fontes, Tebas continuou a ser uma entidade filiada no Sinédrio Comum⁴⁷. Estes motivos parecem, aliás, enquadrar-se no testemunho de Xenofonte, justificando o porquê da «vergonha» e da «inconveniência» para os Atenenses, caso entrasse em confronto directo com Tebas (cf. *Hell.* 6.3.1).

Segundo Plutarco, cerca de vinte dias separam os juramentos da Paz, em Esparta, da batalha de Leuctros (*Ages.* 28.5). Não obstante a «precisão» temporal do biógrafo ser controversa⁴⁸, as condições estavam efectivamente criadas para que os eventos decorressem com relativa celeridade até há colisão das falanges. Estacionadas na Fócida, as tropas peloponésicas chefiadas por Cleômbroto e outras forças aliadas da Hélade central estavam aptas para a mobilização, assim que as autoridades lacedemónicas autorizassem a inaugurar as hostilidades. A carta-branca para o início das manobras dependeria da resposta de Tebas ao ultimato de Esparta, conforme relata Diodoro e Xenofonte, embora este último de modo menos claro⁴⁹:

Finalmente, os Lacedemónios prepararam um enorme exército e entregaram o comando a Cleômbroto, seu rei. Mas, primeiro que tudo, enviaram embaixadores à frente até Tebas e exigiram aos Tebanos para que consentissem que todas as *poleis* beócias fossem autónomas, inclusive os de Plateias e Téspias, e restituíssem os territórios aos antigos proprietários. Quando os Tebanos responderam que nunca tinham interferido nos assuntos da Lacónia e que os Lacedemónios não tinham direito de se intrometer nos da Beócia, sendo este o teor da sua resposta, os Lacedemónios enviaram Cleômbroto imediatamente com o seu exército contra Tebas. Os aliados dos Lacedemónios estavam ansiosos pela guerra, confiantes de que não haveria competição ou batalha, mas que iriam dominar os Beócios facilmente (D.S. 15.51.3-4).

⁴⁷ Vide Rhodes (2006) 252.

⁴⁸ Sobre as questões cronológicas em torno do passo de Plutarco, vide Seager (2006) 181-182.

⁴⁹ De acordo com Xenofonte: «Cleômbroto, quando se apercebeu que se havia estabelecido a paz, enviou uma mensagem aos éforos a perguntar como haveria de proceder. Eles responderam-lhe que marchasse contra os Tebanos se estes não deixassem as *poleis* beócias autónomas. Ao dar-se conta de que não abandonavam as *poleis* nem dissolviam o exército, com a intenção de alinhar contra ele, em consequência, conduziu o seu exército contra a Beócia» (*Hell.* 6.4.3).

O fulgor e o entusiasmo que se vivia em Esparta e no seio dos seus aliados contrastavam com a aparente fragilidade conjuntural que Tebas tinha de enfrentar; de resto, em 371, a imagem de poder e a superioridade da arte da guerra lacedemónica continuavam a ser padrões conceptuais que perpassavam e tipificavam no imaginário helénico. A consciencialização desses ecos também se repercutiu em Tebas. Mas ao contrário do que se sucedeu em 387/386 (vide supra 4.2), as autoridades tebanas não estavam dispostas a abdicar da sua plataforma política intra-regional, o dispositivo que lhes conferia o arbítrio da Beócia e influxo num eixo geográfico estruturante da Hélade. As circunstâncias conjunturais dos dois períodos eram distintas e decerto que, em 371, os Tebanos estavam melhor apetrechados para responderem à ameaça lacedemónica.

O fim das expedições anuais de Esparta, em 377, e a alienação tebana do teatro belicista helénico, leia-se, “extrabeócio”, foram factores salutareos para que a Cadmeia reactivasse o espectro da simaquia da Beócia refundada, todavia, sobre alicerces mais sólidos, consistentes e fortemente centralizadores. A reestruturação do exército é, talvez, a reforma institucional que melhor caracteriza a implementação dessas bases (vide supra 6.2.1), cujo processo se intrinca ao decurso de (re)construção e sistematização política da Beócia pela cidade de Cadmo. Diodoro, por exemplo, realça a vertente da preparação física dos Tebanos, na constante prática de ginástica e tonificação dos corpos, em conformidade ao tacto destes pela peleja – «naturais amantes da guerra» (15.50.5). Xenofonte alega, na sua descrição da batalha de Leuctros, que a cavalaria tebana estava «treinada na guerra contra os Orcoménios e Téspios»⁵⁰. E Tégrimas, o «ensaio» a Leuctros, foi providente para a ascensão do Batalhão Sagrado e para a quebra do estigma em torno da invencibilidade lacedemónica (vide supra 6.3). Aliada a esta componente militarista da *polis* tebana e ao êxito de Tebas no palco bélico esteve também a emergência de governantes versados na *strategia*, nomeadamente, Epaminondas, Górgidas e Pelópidas, estadistas geralmente exaltados na obra do historiador sículo. Além disso, a *synteleia* tebana, ou seja, o sistema orgânico que integrava as *poleis* beócias, dependentes e tuteladas pela Cadmeia, firmou-se como uma importante base de apoio militar e um gerador auxiliar de tropas comprometidas com o poder central.

⁵⁰ Cf. *Hell.* 6.4.10. O comentário de Xenofonte é, no entanto, redutor, pois, descarta da pesada tradição da cavalaria na arte da guerra beócia; vide Lendon (2005) 98.

Em suma, a espinha dorsal do poder da Cadmeia traduziu-se, efectivamente, no adestramento e na afinação da máquina militar tebana durante a progressiva “(re)conquista” da região beócia, ao longo da década de 370. Nas expedições militares de 378 e 377, as hostes peloponésicas depararam com um exército tebano desamparado e indisciplinado, altamente dependente do auxílio dos *strategoí* e contingentes atenienses. Porém, em 371, as drásticas transformações ocorridas na Beócia revelariam uma realidade distinta para a qual a tradição militar de Esparta não estava, de todo, preparada.

A recusa dos Tebanos ao ultimato lacedemónico desencadeou as manobras de invasão, com os contingentes de Cleômbroto a avançaram pelo território beócio até aos arredores de Coroneia (D.S. 15.52.1). O trajecto tomado pelo rei ágida sugere que os Peloponésios irromperam na região pela vertente ocidental da cadeia montanhosa do Hélicon, através da rota que ligava Delfos ao centro da Beócia⁵¹. Mas, conforme alega Buck, os relatos que nos chegam das fontes são, neste ponto, dispersos e inconclusivos nos pormenores que conduziram ambos os exércitos ao confronto em Leuctros⁵². Porém, importa salientar a estratégia «primária» que as autoridades cadmeias adoptaram para assegurar a vigilância e o controlo dos acessos às planícies centrais da Beócia, criando para o efeito três frentes distintas: Epaminondas comandou as forças da dianteira beócia, que se fixaram num local estreito e defensivamente privilegiado para sustentar a incursão, entre a cidade de Coroneia e o Lago Cefiso⁵³; Caireias resguardou as passagens a Oeste, algures entre os desfiladeiros do Hélicon e Tisbe, localidade próxima de Téspias (Paus. 9.13.3); e Baquílides velou as vias de comunicação do Citéron, colocando-se de atalaia a potências incursões oriundas do Peloponeso⁵⁴. Embora o receio de um segundo exército peloponésico se injustificasse, pelo menos, antes da notícia dos eventos de Leuctros terem chegado a Esparta, a vigia das rotas setentrionais destaca o carácter providencialista da estratégia tebana em minimizar os riscos de se expor, desnecessariamente, a duas colunas inimigas.

⁵¹ Possivelmente, seguindo a mesma rota que Agesilau adoptou na sua retirada da Beócia, depois da batalha de Coroneia (vide supra 3.1.2).

⁵² Sobre o assunto vide Buck (1994) 113-114; Hack (1975) 192-199

⁵³ Cf. Paus. 9.13.3; D.S. 15.52.7; Cf. Xen. *Hell.* 6.4.3. Lago Cefiso: outro nome do Lago Copais; Cf. II. 5.709; Paus. 9.24.1.

⁵⁴ Cf. Paus. 9.13.6. Diodoro refere que Cleômbroto, enquanto esteve em Coroneia, aguardou por tropas aliadas vindas do Peloponeso (cf. 15.52.1). Num passo mais adiante da sua obra, o historiador sículo menciona a presença de Arquidamo, filho de Agesilau, a combater junto ao rei ágida na batalha de Leuctros (15.54.6-55.1). Xenofonte, por outro lado, refuta o testemunho do geógrafo cf. Xen. *Hell.* 6.4.16-18. A narrativa de Xenofonte é aqui preferível.

Não obstante a determinação de Tebas em ocupar vários pontos estratégicos, a progressão de Cleômbroto até Leuctros obrigou os Tebanos a rectificar a estratégia e a concentrar as forças no lado oposto ao acampamento peloponésico (Xen. *Hell.* 6.4.4). A planura do local era desfavorável para os contingentes beócios empreenderem uma batalha aberta e decisiva, sobretudo, pela discrepância numérica entre ambos os exércitos e que favorecia o invasor⁵⁵. As divergências na cadeia de comando tebana laceravam sobre quais as melhores opções a adoptar para contrariar a agressividade do adversário. Segundo Pausânias, os seis *beotarchai* presentes em Leuctros estavam divididos: Epaminondas, Malgis e Xenócrates estavam dispostos a realizar a batalha, ao passo que Damocleidas, Demófilo e Simângelos defendiam o recuo das tropas beócias para o interior do espaço amuralhado da cidade de Cadmo e a evacuação das mulheres e crianças para Atenas (Paus. 9.13.6). A chegada de Baquílides, o sétimo *beotarcha*, ao teatro de Leuctros e o seu apoio à decisão de Epaminondas desempatou a querela e determinou a guerra (Paus. 9.13.7).

Como foi supracitado, a falta de coesão na *beotarchia* pode estar intimamente ligada à luta de facções em Tebas e é possível que os conflitos internos tenham aflorado antes das autoridades tebanas terem iniciado as operações de defesa territorial. Diodoro refere que a questão em torno da retirada das mulheres e crianças para Ática foi previamente abordada na assembleia tebana (cf. 15.52.1). O historiador sículo não nos revela o resultado da votação, mas a narrativa de Pausânias demonstra que essa opção permanecia equacionável horas antes da batalha. Tudo indica, portanto, que a moção votada em *ékklesia* foi chumbada pela maioria mas que não se tratou de uma deliberação definitiva. Sendo a *beotarchia* a instituição legal que exercia a *strategia*, a autoridade a operar directamente no terreno de operações, a decisão dos *beotarchai* no teatro bélico podia, em última instância, sobrepor-se aos desígnios da assembleia.

Coadunado com essa proposta estava o hipotético cenário de os Tebanos se submeterem a um cerco, dentro do perímetro da cidade de Cadmo, cuja ausência de mulheres e crianças permitiria racionalizar as necessidades logísticas. Havia, porém, contradições em aplicar este plano. Por um lado, a cidade de Palas já tinha manifestado

⁵⁵ Plutarco alega que as tropas de Cleômbroto eram compostas por cerca de 10000 hoplitas e 1000 cavaleiros (Pel. 20.1; vide Cary (1922) 185-186). Os Beócios, segundo Diodoro, contavam com menos de 6000 unidades, agrupando todos os Tebanos em idade militar e ainda soldados beócios (15.52.2). James adianta que o exército beócio teria, provavelmente, cerca de 6000 hoplitas, auxiliado por mais 600 cavaleiros; vide James (1980) 30.

o seu distanciamento face à Cadmeia⁵⁶, por outro, a «estratégia pericleana» e a realidade geográfica – continental – de Tebas, sem linhas de abastecimento marítimas que ligassem a cidade de Cadmo ao mar, não se adequavam para uma defesa consistente. Hack levanta a hipótese de esta iniciativa ter partido de sectores sociopolíticos pro-atenienses e partidários da paz, das quais, Damocleidas, Demófilo e Simângelos fariam parte⁵⁷, mas apenas podemos conjecturar quais os propósitos destas facções. Mesmo que a perspectiva de um cerco a médio/longo prazo pudesse garantir a sobrevivência de Tebas, através de negociações para uma rendição condicionada dos Tebanos, os alicerces do seu domínio na Beócia seriam forçosamente abalados.

Nas *Helénicas*, o conselho dos *beotarchai* é aludido de modo conciso e, apesar de não se estender nos pormenores, Xenofonte é sistemático em frisar os dilemas cruciais e do seu possível efeito dominó:

Os que estavam à frente dos Tebanos calculavam que, se não combatessem, as *poleis* vizinhas revoltar-se-iam e eles seriam sitiados. Por outro lado, se o povo tebano ficasse privado do abastecimento de provisões, correriam o risco da *polis* se revoltar contra eles. Por fim, o facto de terem estado antes exilados, a maioria considerava que era melhor morrer em combate que se exilarem novamente (6.4.6).

A luta tebana pela sobrevivência implicava, não só, a forma como Tebas iria enfrentar os contingentes de Cleômbroto, mas também uma forte carga emocional. Os efeitos conjunturais do pós-Paz de 387/386 e do período de subordinação da *polis* ao domínio lacedemónico e às elites filo-lacónicas estavam ainda frescos na memória dos cidadãos. Como tal, a perspectiva de uma segunda humilhação nos jogos de poder helénicos e o retorno ao *status quo* anterior a Dezembro de 379 eram forças motoras confluentes para estimularem a globalidade dos Tebanos a combater pela sua liberdade, cuja manutenção da orgânica política regional, tutelada pela Cadmeia, se ajustava a esses desígnios. A *synteleia* tebana era o rosto dessa emancipação legalmente reconquistada e o dispositivo medular do poder de Tebas no quadro político-geográfico da Beócia. Essa era, aliás, a grande diferença entre o desmantelamento da simaquia dos Beócios, em 387/386, e a ameaça que a Cadmeia enfrentou em 371. A *synteleia* tebana não era uma herança congénita mas uma estrutura idealizada e cimentada ao longo da década de 370 pelas autoridades tebanas (e beócias) vigentes e a maioria dos Tebanos

⁵⁶ Vide Seager (2006) 182.

⁵⁷ Vide Hack (1975) 197-198.

compreendeu que, se evitassem o confronto directo com Cleômbroto e restringissem a defesa à cidade de Cadmo, a perda da Beócia seria inevitável. Por conseguinte, a oposição de Epaminondas ao roteiro da Paz de 371 e à forma como se iria conduzir as operações em Leuctros prevaleceu.

Em paralelo ao conflito terreno, as fontes relatam uma série de presságios e vaticínios preambulares à batalha, ou seja, de elementos complementares que não podem ser desligados da concepção da arte da guerra helénica. Não nos é oportuno aprofundar a dimensão religiosa ou examinar as lendas e superstições que os vários autores clássicos aludem no contexto de Leuctros⁵⁸, mas sim salientar o papel catalisador que estes auspícios arrogaram nos níveis anímicos dos soldados beócios. Diodoro conta que os presságios foram produto da maquinação montada por Epaminondas de modo a elevar o espírito das tropas (15.53.4). Também Xenofonte faz o mesmo reparo (cf. 6.4.7-8). Mas à semelhança dos incidentes de 379, com a libertação da Cadmeia, o cireneu interpretou o resultado da batalha como um prenúncio da ira divina pela actividade prepotente de Esparta⁵⁹.

Pautadas pela exaltação de valores ligados ao *ethnos* beócio e a heróis pan-helénicos, nativos da região, como Hércules, os «sinais das divindades» foram, efectivamente, um dos pilares da vitória de Tebas em Leuctros, a arma política que apelou à coesão étnica e legitimou a actuação dos Beócios no campo de batalha⁶⁰. «Os deuses» favoreciam a causa cadmeia e a audácia de Epaminondas na sua arrojada tática aparelhada em Leuctros.

Cumprida no quinto dia do mês de Hecatombéon (Plut. *Ages.* 28.5), a batalha de Leuctros primou pela estratégia vanguardista de Epaminondas em colisão frontal com os arquétipos tradicionais da arte da guerra helénica, avultados por Esparta. Na realidade, a metodologia táctica aplicada pelo estadista redundou na assimilação e consolidação do experimentalismo bélico que marcou o século IV grego, do pós-Guerra do Peloponeso, e do processo de recriação da identidade militar de Tebas, inaugurado pelo *beotarcha* Pagondas, em 424⁶¹. Mas, o que tornou Leuctros num caso, verdadeiramente, singular no estudo da história militar helénica foi o ajustamento

⁵⁸ Cf. Plut. *Pel.* 21.1-22.2; *Amatoriae.* 773c-774d; D.S. 15.52.3-6; 15.54.1-4; Xen. *Hell.* 6.4.7; Paus. 9.13.5; Sobre a lenda de Esquédaso, vide Jesus (2009) 18-26.

⁵⁹ Cf. 6.4.7-8. Para a situação em 379, cf. 5.4.1.

⁶⁰ Também Agesilau servira-se dos mecanismos do divino para instituir a sua *anabase* particular, em 396 (vide supra 2.2.3).

⁶¹ Hanson minimiza o aspecto revolucionário da estratégia de Epaminondas em Leuctros; vide Hanson (1999) 129. Vide Lendon (2005) 107.

desses esquemas táticos, em particular, o papel proeminente atribuído ao flanco esquerdo beócio, blindado com 50 escudos de profundidade⁶². Com efeito, e paradoxalmente aos padrões convencionais, a ala esquerda seria o volante das operações das forças beócias, que actuaram em «formação oblíqua», e a chave do êxito de Epaminondas para suplantar o «peso do número» das hostes de Cleômbroto.

Comandado por Pelópidas, o Batalhão Sagrado tebano foi outra das peças da engrenagem da vitória cadmeia⁶³. Utilizada como unidade de reserva, a intervenção do *hieros lokhos* no decorrer da batalha foi providencial para evitar que ala esquerda tebana fosse cercada, devido à excessiva profundidade, pelo flanco adversário (Plut. *Pel.* 23.2) e para revigorar a pressão sobre as hostes inimigas, ditando a vitória tebana. Algumas fontes são incisivas em salientar a primazia da conduta de Pelópidas e do Batalhão Sagrado na segunda vaga do ataque beócio, que neutralizou a cadeia de comandos lacedemónica, nomeadamente, com a morte de Cleômbroto (cf. Din. 1.72-73; D.S. 15.81.2). Apesar de Xenofonte se abster de tecer qualquer comentário no plano de actuação da elite cadmeia, o testemunho de Plutarco sobre os eventos de Leuctros é, de facto, sólido e complementa a narrativa das *Helénicas*⁶⁴. Só assim se compreende a súbita reviravolta nos acontecimentos que o Cireneu refere, quando os Lacedemónios, comandados por Cleômbroto, assumiam uma posição predominante (cf. *Hell.* 6.4.13-14).

A vitória tebana foi, segundo Candau: «“una victoria de enorme consecuencias, puesto que Esparta perdió de manera inmediata su posición dominante en Grecia central y en breve plazo, su papel de potencia hegemónica en toda Grecia”»⁶⁵. Porém, mais do que colocar termo à *arche* «terrestre» de Esparta e inaugurar um novo ciclo da hegemonia de Tebas no cenário helénico, o êxito de Epaminondas na planície de Leuctros simbolizou, na sua essência, o triunfo da política reformadora e revivalista da Cadmeia no segundo quartel do século IV.

⁶² Vide Cawkwell (1972) 260-261

⁶³ Cf. D.S. 15.81.2; Plut. *Pel.* 23.2; Vide Buck (1994) 114; Seager (2006) 184.

⁶⁴ Vide Sage (1996) 138.

⁶⁵ Vide Candau (2011) 49.

Conclusão

O fim da Guerra do Peloponeso colocou termo a um século áureo da civilização helénica, marcado pelo brilhantismo de Péricles e pela supremacia de Atenas no panorama político. O cerco ao Pireu, pelas forças do bloco peloponésico e dos seus aliados, e a rendição incondicional dos Atenenses, em 404, pautaram, contudo, um período de transição que traçou um novo *status quo* com a ascensão de um novo «velho» agente hegemónico – Esparta. Mas, como vimos, a conclusão da «Grande Guerra da Antiguidade» e dos seus 27 anos de intensos confrontos, nos mais variados teatros bélicos do mundo grego, não sanaram as querelas entre os diversos poderes envolvidos. A face da Hélade tinha-se transformado e o século IV era o espelho dessa transfiguração.

A *polis* tebana, como analisado ao longo dos seis capítulos que compõem a dissertação, não foi, de todo, uma entidade marginalizada a esse quadro. Os Tebanos estiveram, directa ou indirectamente, enfaixados nos jogos de poder e nos múltiplos conflitos que tomaram lugar em pleno coração da Hélade, entre 404 e 371. A constante presença de Tebas nas questões helénicas não deixam dúvidas quanto ao seu estatuto de potência emergente; um actor dinâmico capaz de gerar desequilíbrios na *arche* lacedemónica. Não obstante, essa posição é apenas compreendida na sua totalidade em articulação com o tecido político beócio, sobretudo a partir de 427, data em que os Tebanos começaram a exercer um maior domínio efectivo da simaquia dos Beócios. A integração da esfera jurídica de Plateias no aparelho beócio foi, conforme defendido, a causa catalisadora para a afirmação da cidade de Cadmo na liderança dos negócios da simaquia. Os incidentes (e acidentes) decorrentes da última fase da Guerra do Peloponeso confirmaram essa ascensão. É a partir destas premissas que se esboça todo trajecto de Tebas, em dependência directa com a simaquia dos Beócios, que a levaria a assumir um lugar proeminente no xadrez helénico no primeiro decénio do século IV. Com efeito, era no bloco beócio que residia o poder da Cadmeia. O cenário da pós-Paz de Antálcidas, com a dissolução da estrutura beócia, parece corroborar esta ideia.

A constituição da *synteleia* tebana, na década de 370, após um largo período de interregno, formalizava as ambições de uma nova geração de estadistas tebanos em

reordenar as antigas estruturas da simaquia. Apesar de não se tratar de um propósito inovador, as directivas das autoridades tebanas nesta etapa, visavam a recriação de um modelo mais sólido e consistente que unisse os diversos núcleos beócios sob a sua égide. A reorganização política do espaço beócio passou, portanto, por limar as contexturas decadentes da ancestral simaquia dos Beócios, de modo a ajustar-se a um mecanismo centralizador e capaz de anular as dicotomias da região. Tal como em períodos antecedentes, os Tebanos compreenderam a necessidade intrínseca de reconstruir um aparelho que ligasse o conceito de unidade etnográfica (ao *ethnos* beócio) a objectivos que sustentassem a legitimação da cidade de Cadmo no cenário além-Beócia. A consolidação da *synteleia* tebana foi, sem dúvida, o veículo privilegiado a essas pretensões e que iria abrir portas a uma década de hegemonia helénica, após a batalha de Leuctros.

Outro plano a que se teve particular preocupação em desdobrar foi o quadro sociopolítico da *polis* tebana, ou seja, identificar facções, agentes de poder e as dinâmicas sociais que davam vida à Cadmeia. Em certa medida, os *Hellenica Oxyrhynchia* forneceram pistas primordiais que ajudaram a desmantelar este puzzle. Porém, a conjuntura a que os *oxyrhynchus papyri* se remonta é limitada para a periodização que se propõe e as restantes fontes apenas facultam esboços pontualizados dessa realidade. A reconstituição da orgânica interna de Tebas passou, portanto, por propostas conjecturais com base nos breves resquícios que chegaram até nós. As fontes consultadas deixaram, no entanto, antever um tópico-chave que trespassou vários capítulos da tese: a luta de facções pelo poder, dos órgãos da *polis* e da simaquia dos Beócios (ou da *synteleia* tebana), era acalentada pelas conjunturas externas e a forma como a elite dirigente geria os negócios internos nesse âmbito. É possível, com efeito, assistir à rotação de grupos políticos no meio governativo em diversas ocasiões, geralmente associadas à forma como estas elites responderam a conflitos e a operações diplomáticas. Duas das facções que assumiram um rol predominante nos destinos da Cadmeia, nas primeiras décadas do século IV, foram a heteria liderada por Leoncíades e o grupo chefiado por Isménias, cujas linhas programáticas de ambos os estadistas contrastavam profundamente no que toca à política externa. O primeiro figura como um líder de Tebas durante a Guerra do Peloponeso e ligado às questões de Esparta; o segundo surge na sequência da derrota diplomática tebana na paz de 404 e num cenário emergente de despotismo lacedemónico. As rivalidades de Leoncíades e Isménias despontaram, possivelmente, no intervalo temporal do pós-Guerra do Peloponeso. As

incompatibilidades entre os velhos opositores culminariam em 382, ano a que se assiste ao «fratricídio» político da *polis* tebana com a perda da sua autonomia. A libertação da Cadmeia, em 379, seria um ponto de viragem na arquitectura político-constitucional de Tebas, fundada nos princípios democráticos, e daria lugar a um novo elenco governativo que iria construir as bases da hegemonia tebana da década de 360.

Alguns dos tópicos, até agora, enumerados apenas representam uma fracção percentual de todo o conteúdo apreendido neste estudo e visto que a maioria das conclusões foram tidas em consideração no corpo textual não nos alongaremos na sua sintetização. Porém, tal não nos impede de tecer uns últimos comentários. Esta dissertação não encerra, de todo, as questões aqui debatidas. Na verdade, por o espaço cronológico em análise ser amplo e o nosso tempo limitado, houve o cuidado de se contextualizar os cerca de cinquenta anos do *logos thebaios*, que constituem a tese, com a exposição de matérias pertinentes e o esmiuçamento de problemáticas que, nos nossos critérios, eram sobranceiras para o êxito da investigação.

A dissertação, no seu conjunto, pretende assinalar a importância de outras temáticas dentro dos estudos helénicos, sobretudo, para os académicos que se ocupam das questões políticas da Grécia Antiga.

Fontes

Andocides, *Minor Attic Orators, vol. I*, trad. K. J. **Maidment**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1960.

Apollodorus, *The Library*, vol. 1, trad. James George **Frazer**, London, William Heinemann, 1921.

Aristóteles, *Constituição dos Atenienses*, trad. Delfim F. **Leão**, 3ª ed., Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Athenaeus, *Deipnosophists*, trad. C. D. **Yonge**, vol.3, London, Henry G. Bohn, 1854.

Cornelius Nepos, *Lives of Eminent Commanders*, trad. John Selby **Watson**, New York, Hinds and Noble Publishers, s.d.

Demosthenes, *Private Orations*, vol. 2, trad. A. T. **Murray**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann, 1939.

Dinarchus, *Minor Attic Orators, vol. II*, trad. K. J. **Maidment**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962.

Hellenica Oxyrhynchia, ed. e trad. P. J. **McKechnie** e S. J. **Kern**, 5ª ed., Oxford, Aris & Phillips, 2007.

Herodotus, *Herodotus, books VIII-IX*, vol. 4, trad. A. D. **Godley**, Cambridge, Harvard University Press, 1930.

Herodotus, *Herodotus, books V-VII*, vol. 3, trad. A. D. **Godley**, Cambridge, Harvard University Press, 1938.

Heródoto, *Histórias - Livro I*, trad. José Ribeiro **Ferreira** e Maria de Fátima **Silva**, Lisboa, Edições 70, 2007.

Isocrates, *Isocrates, vol. I*, trad. George **Norlin**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1928.

Isocrates, *Isocrates, vol. III*, trad. Larue Van **Hook**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1945.

Jenofonte, *Helenicas*, trad. Domingo **Plácido**, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

Licurgo, *Oração contra Leócrates*, trad., introdução e notas de J. E. **Segurado e Campos**, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

Pausanias, *Description of Greece, vol. I: Books 1-2*, trad. W. H. S. **Jones**, London, Harvard University Press, 1918.

Pausania, *Description of Greece, vol. II: Books 3-5*, trad. W. H. S. **Jones**, London, Harvard University Press, 1926.

Pausanias, *Description of Greece, vol. IV: Books 8.22-10*, trad. W. H. S. **Jones**, London, Harvard University Press, 1935.

Platão, *A República*, trad. Maria Helena da Rocha **Pereira**, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Platão, *O Banquete*, Lisboa, Edições 70, 2014.

Plutarch, *Morals*, vol. 2, coord. William W. **Goodwin**, London, Little, Brown and Company, 1874.

Plutarch, *Plutarch's Lives, vol. IV*, trad. Bernadotte **Perrin**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann, 1959.

Plutarch, *Plutarch's Lives, vol. V*, trad. Bernadotte **Perrin**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann, 1961.

Plutarco, *Obras Morais: Diálogo sobre o Amor, Relatos de Amor*, trad. Carlos Martins de **Jesus**, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009.

Plutarco, *Vidas Paralelas – Alcibíades e Coriolano*, trad. Nuno S. **Rodrigues** e Maria do Céu **Fialho**, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

Strabo, *Geography*, trad. H. C. **Hamilton**, vol. 2, London, Henry G. Bohn, 1856.

Siculus, Diodorus, *The Library of History, vol. V*, trad. C. H. **Oldfather**, London, Harvard University Press, 1950.

Siculus, Diodorus, *The Library of History, vol. VII*, trad. C. H. **Oldfather**, London, Harvard University Press, 1952.

Siculus, Diodorus, *The Library of History, vol. VI*, trad. C. H. **Oldfather**, London, Harvard University Press, 1954.

Xenophon, *Hellenica, books I-V*, trad. Carleton L. **Brownson**, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann, 1961.

Xenofonte, *Banquete, Apologia de Sócrates*, trad. Ana Elias **Pinheiro**, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.

Tucídides, *A História da Guerra do Peloponeso*, trad. Raul M. Rosado **Fernandes** e M. Gabriela P. **Granwehr**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Bibliografia seleccionada

ALVES, Tiago, “Em torno do Batalhão Sagrado” in *Cadmo*, nº23, 2013, 67-80.

ARAVANTINOS, et all, “Plataiai in Boiotia: A Preliminary Report of the 1996-2001 Campaigns” in *Hesperia: The Journal of the American School of Classic Studies at Athens*, vol. 72, no. 3, 2003, 281-320.

AVERY, Harry C., “Themes in Thucydides’ Account of the Sicilian Expedition” in *Hermes*, 101, bd. H. 1, 1973, 1-13.

BECK, Hans, “«The Laws of the Fathers» versus «The Law of the League»: Xenophon on Federalism” in *Classical Philology*, vol.96, nº4, 2001, 355-375.

BONNER, Robert J., “The Boeotian Federal Constitution” in *Classical Philology*, vol. 5, no. 4, 1910, 405-417.

BONNER, Robert J., “Administration of Justice in Boeotia” in *Classical Philology*, vol. 40, no. 1, 1945, 11-23

BOSTFORD, G. W., “The Constitution and Politics of the Boeotian League” in *Political Science Quarterly*, vol. 45, no. 2, 1910, 271-296.

BUCK, Robert J., “The Formation of the Boeotian League” in *Classical Philology*, vol. 67, no. 2, 1972, 94-101.

BUCK, Robert J., *Boiotia and the Boiotian League, 431-371 B.C.*, Alberta, The University of Albert Press, 1994.

CAMP, John McKesson, “Notes on the Towers and Borders of Classical Boiotia” in *American Journal of Archaeology*, vol. 95, nº2, 1991, 193-202.

CANDAU, José María, “Tebas, la Gran Rival de Esparta” in *National Geographic Historia*, nº76, 2010, 44-53.

CARY, M., “Notes of the *aristeia* of Thebes” in *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 42, pt. 2, 1922, 184-191.

CASPARI, M. O. B., “A Survey of the Greek Federal Coin” in *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 37, 1917, 168-183.

CAWKWELL, G. L., “Epaminondas and Thebes” in *The Classical Quarterly*, vol. 22, nº2, 1972, 254-278

CAWKWELL, G. L., “The Foundation of the Second Athenian Confederacy” in *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 23, n. 1, 1973, 47-60.

CAWKWELL, G. L., “Agesilau and Sparta” in *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 26, n. 1, 1976, 62-84.

CAWKWELL, G. L., “The King’s Peace” in *The Classical Quarterly*, New Series, vol.31, nº1, 1981, 69-83.

COOK, Margaret, “Ancient Political Factions: Boiotia 404 to 395” in *Transactions of the American Philological Association*, vol. 118, 1988, 57-85.

DEVOTO, James G., “Agesilaus, Antalcidas, and the Failed Peace of 392/391 B.C.” in *Classical Philology*, vol. 81, n. 3, 1986, 191-202.

DILLON, Matthew, “The Lysistrata as a Post-Deceleian Peace Play” in *Transactions of the American Philological Association*, vol. 117, 1987, 97-104.

DOVER, K., *Greek Popular Morality in the time of Plato and Aristotle*, Cambridge, Hacket Publishing Company, Inc., 1994.

FERREIRA, José Ribeiro e LEÃO, Delfim F., “Alcibíades” in *Dez Grandes Estadistas Atenienses*, Coimbra, Edições 70, 2010, 209-234.

GRAY, V. J., "The years 375 to 371 BC: A Case of Study in the Reliability of Diodorus Siculus and Xenophon" in *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 30, n°2, 1980, 306-326.

HACK, Harold, *The Rise of Thebes: A study of Theban politics and diplomacy, 386-371 B.C.*, Ph.D., Yale University, 1975.

HACK, Harold, "Thebes and the Spartan Hegemony, 386-382 B.C." in *The American Journal of Philology*, vol. 99, no. 2, 1978, 210-227.

HAMMOND, N. G. L., "Plataea's Relations with Thebes, Sparta and Athens" in *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 112, 1992, 143-150.

HAMMOND, N. G. L., "Political Developments in Boeotia" in *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 50, no. 1, 2000, 80-93.

HANSON, Victor, "An Army to remember" in *Wars of Ancient Greece*, London, Cassel, 1999, 120-134.

HARDY, W. G., "The *Hellenica Oxyrhynchia* and the Devastation of Attica" in *Classical Philology*, vol. 41, n. 4, 1926, 346-355.

HARRISON, E., "A Problem in the Corinthian War" in *The Classical Quarterly*, vol.7, n.2, 1913, 132.

HORNBLOWER, Simon, "Persian political history: the involvement with the Greeks, 400-336 B.C." in *Cambridge Ancient History*, vol. VI, 2^a ed., ed. D. M. Lewis, J. Boardman, S. Hornblower e M. Ostwald, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 64-96.

JAMES, Connie Mitchell, *Epaminondas and Philip II: A Comparative Study of Military Reorganization*, Ph. D. Dissertation, Kentucky, University of Kentucky, 1980.

KEEGAN, John, “Fortificação” in *Uma História da Guerra*, Lisboa, Edições tinta-da-China, 209, 189-208.

KITTO, H. D., “O declínio da *Polis*” in *Os Gregos*, 3ª ed., Coimbra, Arménio Amado – Editora, 1990, 253-280.

LARSEN, J. A. O., “The Boeotian Confederacy and Fifth-Century Oligarchic Theory” in *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 86, 1955, 40-50.

LARSEN, J. A. O., “Orchomenus and the Formation of the Boeotian Confederacy in 447 B.C.” in *Classical Philology*, vol. 55, no. 1, 1960, 9-18.

LEITAO, D., “The Legend of the Sacred Band” in *The Sleep of Reason, Erotic Experience and Sexual Ethics in Ancient Greece and Rome*, Chicago, The University of Chicago Press, 2002, 143-169.

LONDON, J. E., “The arts of war in the Early Fourth Century BC” in *Soldiers & Ghosts, A History of battle in Classical Antiquity*, New Haven/London, Yale University Press, 2005, 91-114.

LEWIS, D. M., “Sparta as victor” in *Cambridge Ancient History*, vol. VI, 2ª ed., ed. D. M. Lewis, J. Boardman, S. Hornblower, M. Ostwald, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 24-44.

MORRINSON, J. S. e W.-G., H. T., “Meno of Pharsalus, Polycrates, and Ismenias” in *The Classical Quarterly*, vol.36, no. 1/2, 1942, 57-78.

PARKE, H. W., “Herippidas, Harmost at Thebes” in *The Classical Quarterly*, vol. 21, nº 3/4, 1927, 159-165.

PARKE, H. W., “The Development of the Second Spartan Empire” in *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 50, pt. 1, 1930, 37-79.

PASCUAL, José González, “Las facciones políticas tebanas en el periodo de la formación de la hegemonía, 379-371 a.C., I: La conspiración del 379” in *Polis*, nº3, 1991(a), 121-135;

PASCUAL, José González, “Locride Opuntia y Jasón de Feras: ¿Aliados de Tebas entre el 377 y el 375 a.C.?” in *Estudios de Historia Medieval*, serie: Historia y Sociedad, nº18, Universidad de Valladolid, 1991(b), 375-381.

PASCUAL, José González, “Las facciones políticas tebanas en el periodo de la formación de la hegemonía, 379-371 a.C., II: Liderazgo y Democracia (378-371)” in *Polis*, nº4, 1992, 187-208.

PASCUAL, José González, “Górgidas: Realidad e ideal de la aristocracia tebana” in *Espacio, Tiempo y Forma: Historia Antigua*, serie 2, n. 9, 1996, 143-168.

PERLMAN, S., “The Causes and the Outbreak of the Corinthian War” in *The Classical Quarterly*, (New Series), vol. 14, n.1, 1964, 64-81.

RAY, F. E., “Delium and Sicyon III” in *Land Battle in 5th Century B.C. Greece, A History and Analysis of 173 Engagements*, Jefferson, North Carolina and London, McFarland & Company Inc., Publishers, 2009, 182-186.

RAY, F. E., “Daring and Destruction: The Peace of Nicias and the Sicilian Invasion (421-413 B.C.)” in *Land Battle in 5th Century B.C. Greece, A History and Analysis of 173 Engagements*, Jefferson, North Carolina and London, McFarland & Company Inc., Publishers, 2009, 199-236.

RAY, F. E., “A World at Spear’s Length: The Deceleian/ Ionian War to the End of the 5TH Century (413-401 B.C.)” in *Land Battle in 5th Century B.C. Greece, A History and Analysis of 173 Engagements*, Jefferson, North Carolina and London, McFarland & Company Inc., Publishers, 2009, 237-286.

RHODES, P. J., “The Peloponnesian War: 421-413” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 124-141.

RHODES, P. J., “The Peloponnesian War: 412-404” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 142-154.

RHODES, P. J., “Athens in the Late Fifth Century” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 155-171.

RHODES, P. J., “Introduction to the Fourth Century: The Common Peace” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 189-203.

RHODES, P. J., “Sparta’s Imperialism and Collapse” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 204-220.

RHODES, P. J., “The Second Athenian Confederacy” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 226-243.

RHODES, P. J., “Thebes and Northern Greece” in *A History of the Classical Greek World, 478-323*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006, 244-256.

RODRIGUES, Nuno S., “O Batalhão Sagrado de Tebas, uma utopia platónica?” in *Utopias e Distopias*, coord. M. F. Silva, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 107-111.

SAGE, Michael, *Warfare in Ancient Greece: A Sourcebook*, London and New York, Routledge, 1996.

SEAGER, Robin, “After the Peace of Nicias: Diplomacy and Policy, 421-416 B. C.” in *The Classic Quarterly*, New Series, vol. 26, n. 2, 1976, 249-269.

SEAGER, Robin, “The Corinthian War” in *Cambridge Ancient History*, vol. VI, 2^a ed., ed. D. M. Lewis, J. Boardman, S. Hornblower e M. Ostwald, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 97-119.

SEAGER, Robin, “The King’s Peace and the Second Athenian Confederacy” in *Cambridge Ancient History*, vol. VI, 2ª ed., ed. D. M. Lewis, J. Boardman, S. Hornblower, M. Ostwald, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 156-186.

SERGENT, B., *L’homosexualité dans la Mythologie Grecque*, Paris, Payot, 1984.

SOARES, Carmen e SILVA, Maria Fátima, “Tebas: a disputa com Atenas” in *História, Livro V*, Lisboa, Edições 70, 2007, 51-53.

SWOBODA, Heinrich, *Greek History*, London, Bedford Street, 1900.

WESTLAKE, H. D. “Athenian Food Supplies from Euboea” in *The Classical Review*, vol. 62, no. 1, 1948, 2-5.